



FÓRUM BANCO DO NORDESTE DE DESENVOLVIMENTO

**NORDESTE – DESAFIOS
E OPORTUNIDADES**

Fortaleza-CE
18 e 19 de Julho de 2002

ANAIS

Fortaleza
Banco do Nordeste
2003



Obra publicada pelo



Presidente:

Byron Costa de Queiroz

Diretores:

Ernani José Varela de Melo

Marcelo Pelágio da Costa Bomfim

Osmundo Evangelista Rebouças

Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Gestor: Everton Chaves Correia

Internet: <http://www.banconordeste.gov.br>

Cliente Consulta: 0800 78-3030

clienteconsulta@banconordeste.gov.br

Coordenação Editorial: Ademir Costa

Normalização Bibliográfica: Rita de Cassia Alencar

Revisão Vernacular: Acesso - Assessoria Documental

Depósito Legal junto a Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1823,
de 20 de dezembro de 1907

Copyright © by Banco do Nordeste

Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, Fortaleza, 2002.
F692a Anais... Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

208 p. il.

1 – Desenvolvimento econômico-Nordeste. 2 – Política fiscal.
3 – Crescimento sustentável. I – Título.

CDD: 338.9811

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 - ABERTURA	7
2 - SESSÃO ESPECIAL –ANPEC	
Política Fiscal Para o Crescimento Sustentável	11
3 - PAINEL I	
Inclusão Social no Nordeste do Brasil	35
4 - SESSÃO ESPECIAL - ETENE	
A Inserção do Nordeste no Novo Regionalismo Mundial	71
5 - PAINEL II	
As Instituições e o Desenvolvimento	111
6 - PAINEL III	
Estratégias de Políticas para Regiões em Desenvolvimento	137
7 - SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO	
Entrega do Prêmio Banco do Nordeste de Economia e Prêmio Banco do Nordeste de Talentos Universitários	173



APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste sente-se honrado em trazer a público os Anais do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, evento realizado nos dias 18 e 19 de julho de 2002, constituindo o ponto alto das comemorações dos 50 anos de sua criação.

Promovido em conjunto com o VII Encontro Regional de Economia, fruto da parceria que se estende por sete anos consecutivos com a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento já constitui um referencial, no País e também no exterior, sobre estudos relacionados com a questão regional, estando inserido no calendário acadêmico dos centros de pós-graduação em economia de todo o Brasil.

Este ano, o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento se revestiu de um interesse especial, em virtude da comemoração dos 50 anos do Banco. Mais de mil pessoas participaram do evento em Fortaleza, além dos convidados das diversas capitais do Nordeste, de São Paulo e da cidade de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, que puderam participar dos debates em sistema de videoconferência. Na tarde do dia 19, todas as agências do Banco estavam interligadas ao Fórum, via intranet, onde clientes e outros convidados puderam acompanhar os debates, por meio de telões. No conjunto, participaram do Fórum mais de 11,5 mil pessoas.

O evento teve como tema central “Nordeste – Desafios e Oportunidades”, e incluiu em sua programação três painéis e duas sessões especiais, enfocando subtemas de grande relevância e atualidade, a saber: “Política Fiscal para o Crescimento Sustentável”, “Inclusão Social no Nordeste do Brasil”, “A Inserção do Nordeste no Novo Regionalismo Mundial”, “As Instituições e o Desenvolvimento” e “Estratégias de Políticas para Regiões em Desenvolvimento”.

A presença de Ministros de Estado, Governadores e outras autoridades, ao lado de estudiosos do País e do exterior, nos dá a certeza de que o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento afirma-se, cada vez mais, como um espaço significativo para reflexão e encaminhamento de propostas relacionadas com o desenvolvimento da Região.



1 – ABERTURA

18 de julho de 2002

Mestre-de-Cerimônias

Senhoras e senhores, bom-dia. Daremos início neste momento à abertura do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e VII Encontro Regional de Economia. Estes eventos integram a programação em homenagem aos 50 anos de criação do Banco do Nordeste. Tendo como tema central “Nordeste - Desafios e Oportunidades”, o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e o VII Encontro Regional de Economia são resultados de uma parceria entre o Banco do Nordeste e a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). Os eventos objetivam mobilizar a comunidade acadêmica e política em torno de questões relevantes para o desenvolvimento regional.

Para compor a mesa de abertura convidamos o Diretor do Banco do Nordeste, Osmundo Evangelista Rebouças, representando o Sr. Presidente Byron Queiroz; o Secretário-executivo da Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec), professor Francisco Ramos; o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Dr. Ricardo Varsano; o professor da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, Dr. Fernando Holanda Barbosa; e o consultor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Dr. Fernando Rezende.

Passamos a palavra ao Sr. Diretor do Banco do Nordeste, Osmundo Rebouças, para as boas vindas da Presidência do Banco.

Osmundo Rebouças

Bom-dia a todos. Em nome do presidente Byron Queiroz, que estará aqui em outras ocasiões deste evento, queremos dar as boas vindas aos senhores técnicos, estudiosos, representantes da Academia e do setor produtivo, para este VII Encontro Regional de Economia e VIII Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento.

O Banco realiza desde 1995 esta série de encontros, em cada mês de julho, tendo dois componentes: primeiro, é um fórum de discussões sobre políticas públicas, concentradas no aspecto regional, onde comparecem

pessoas ligadas a entidades que fazem a gestão da coisa pública na área regional, política e econômica; e é também um evento da área acadêmica, que é o Encontro da Anpec, em parceria com o Banco do Nordeste.

Quando o presidente Getúlio Vargas criou o Banco do Nordeste, em 19 de julho de 1952, lá na Exposição de Motivos do ministro Horácio Láfer, que era o Ministro da Fazenda da época, está dito que a região Nordeste não era suficientemente atendida pela atividade desenvolvimentista, porque só havia na região bancos comerciais, que emprestavam dinheiro mas não faziam desenvolvimento. Então, o Banco do Nordeste foi criado para fazer crédito e outras atividades antecedentes e conseqüentes ao crédito.

É nesse sentido que estamos realizando esses eventos hoje, no 8º ano do Fórum, e esperamos que o Banco continue no futuro realizando esse tipo de encontro, que acho que nunca mais vai acabar.

Mestre-de-Cerimônias

Francisco Ramos

Gostaria de dar as boas vindas em nome da Anpec a todos os presentes nesse evento. Como o Dr. Osmundo já se referiu, estamos aqui no VII Encontro Regional de Economia, essa parceria de sucesso que tem sido feita entre o Banco do Nordeste e a Anpec, em que pesquisadores e estudiosos de problemas regionais, do Brasil inteiro, têm vindo apresentar seus trabalhos. Este é um encontro regional, mas que comporta pesquisadores do Brasil inteiro, que vêm apresentar suas pesquisas relacionadas com a Região nos seus diversos aspectos.

Este ano, nós temos como tema central “Nordeste - Desafios e Oportunidades”. Acho que chega num bom momento, em que se está falando em toda uma série de medidas para a Região, discutir quais as perspectivas que se apresentam.

Da mesma maneira que o Dr. Osmundo, nós, por parte da Anpec, gostaríamos também de manifestar o nosso desejo de que este encontro, que já está consolidado, se perpetue, a fim de que a gente mantenha sempre esse tipo de discussão na Região. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias

Agradecemos a presença do Dr. Osmundo Rebouças à abertura deste Fórum e deste Encontro, e vamos prosseguir passando a presidência da mesa ao professor Francisco Ramos, para a Sessão Especial da Anpec “Política Fiscal para o Crescimento Sustentável”.



2 - SESSÃO ESPECIAL – ANPEC

18 de julho de 2002

Política Fiscal para o Crescimento Sustentável

Presidente de Mesa:

Francisco Ramos (ANPEC)

Expositores:

Ricardo Varsano (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA)

Fernando Holanda Barbosa (Fundação Getúlio Vargas - FGV-Rio)

Fernando Rezende (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior)

Francisco Ramos

Para abrir este encontro, nós temos esta Sessão Especial, em que convidamos *experts* da área de política fiscal a fim de nos brindar aqui com os seus conhecimentos: o Dr. Ricardo Varsano, do IPEA, o Dr. Fernando Holanda Barbosa, da FGV-Rio, e o Dr. Fernando Rezende, do Ministério do Desenvolvimento. Para começar, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Ricardo Varsano, do IPEA.

Ricardo Varsano

Bom-dia a todos. Queria inicialmente agradecer aos promotores, o Banco do Nordeste e a Anpec, pela oportunidade que estão me dando de participar deste encontro e desta discussão. Nosso tema é a Política Fiscal para o Crescimento Sustentado, e a primeira pergunta que me vem à cabeça em relação ao tema é: será que a política fiscal pode ajudar nalguma coisa ao crescimento sustentado? Minha primeira resposta é que ela, mais do que ajudar, pode não atrapalhar. Em geral, a política fiscal acaba atrapalhando o desenvolvimento sustentado. A rigor, nós não tivemos no Brasil nenhuma experiência muito longa de crescimento sustentado. Tivemos, sim, alguns períodos de crescimento relativamente curtos.

O período mais característico em que a política fiscal ajudou foi, certamente, o período do chamado “milagre brasileiro”. O que é que aconteceu naquela época? No início da década de 60, nós estávamos com despesas governamentais crescendo, a arrecadação tributária caindo (e caindo bastante); com isso, havia, então, um déficit público muito grande. Não existiam instrumentos para financiamento através de dívida, a dívida era praticamente nada, e com isso a inflação começou a ser provocada pelo déficit público.

Vieram, então, as reformas da década de 1960, em que se tinha um modelo que usava o setor público como máquina propulsora do crescimento econômico. O que se fez naquela época? Fez-se uma profunda reforma do Estado. Foi realizada uma reforma administrativa com a qual se transformou o Estado numa máquina mais ágil, capaz de planejar e de controlar investimentos, e, assim, capaz de servir a um processo de desenvolvimento. De outro lado, houve a criação de instrumentos de dívida interna — em particular as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) que inaugurou a era da correção monetária — que tinham aceitação pelo mercado e constituiu fonte adicional de financiamento para o governo. Tentou-se e se conseguiu bastante financiamento externo, que financiou o déficit público e aliviou a pressão sobre o balanço de pagamentos. E, finalmente, se fez uma reforma tributária muito importante, cujo principal objetivo tinha a ver com a questão de produtividade da tributação, ou seja, aumentar o esforço fiscal da sociedade.

Qual era a idéia? Primeiro, havia que se eliminar o déficit público; e, segundo, pretendia-se também usar a tributação, particularmente através dos incentivos fiscais, como um instrumento de estímulo ao investimento privado. Ao mesmo tempo, centralizou-se o poder de decisão sobre os recursos tributários. Centralizaram-se não tanto os recursos em si, mas o poder sobre eles; ou seja, o Governo Federal arrecadava mais e transferia mais recursos para as unidades subnacionais do que anteriormente. Com isso, então, se mantiveram os estados e municípios numa situação em que eles tinham que ajudar aquele processo, dado que as transferências na época eram, na sua grande maioria, vinculadas a alguma finalidade.

O que aconteceu em seguida? Começaram a aparecer os resultados disso à época do chamado “milagre brasileiro”. E, realmente, a política fiscal ajudou bastante o processo de crescimento econômico muito acelerado

que nós tivemos na época. Mas, por outro lado, foi um processo relativamente curto, que durou não mais que seis ou sete anos.

O motivo da curta duração parece-me ter sido o uso excessivo dos instrumentos de política disponíveis. Particularmente, exagerou-se na dose de empréstimos externos, exagerou-se na dose de incentivos fiscais. Criou-se incentivo para tudo no final da década de 1960. E o que se vê desde o início da década de 1970 já é uma tentativa de reduzir os incentivos fiscais que estavam sendo concedidos e também de sustar novos incentivos. Um exemplo foi a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Proterra. O governo central conseguiu duas coisas ao mesmo tempo: de um lado, reduziu à metade os incentivos, porque metade do seu montante passava a ser recurso destinado ao PIN e Proterra; e, de outro lado, PIN e Proterra não eram considerados arrecadação de imposto de renda e, com isso, tais recursos não precisavam ser partilhados com estados e municípios.

Assim, já na década de 1970 um problema de financiamento público se fazia sentir. E no final da década, com a crise do financiamento externo, estourou de vez o problema, a crise fiscal que está aí até hoje. A partir de então nós tivemos um crescimento fraco e crise fiscal praticamente o tempo todo.

Qual é a situação atual? Será que dá para repetir essa experiência das décadas de 1960 e 1970? É muito difícil; a situação hoje é completamente diferente.

Naquela época, a carga tributária que vinha subindo de cerca de 13% ao final dos anos 1940 até 18% em 1958, começou a declinar, voltando aos 15% no início da década de 1960. Com a reforma tributária conseguiu-se então um salto, de 15% para um patamar de 25%, que foi sustentado durante bastante tempo, até recentemente. Houve oscilações, algumas reduções, principalmente na década de 1980, mas foi sustentado o patamar de 25%. Foi um aumento de 10 pontos percentuais, a partir dos 15%. Um aumento igual a 2/3 da carga tributária inicial significa um tremendo esforço fiscal adicional. Mas a carga inicial era relativamente baixa.

Hoje nós estamos com uma carga tributária já na faixa dos 35%. É praticamente impossível ir muito além disso. Muito pelo contrário, o que acontece hoje é que há dificuldade de sustentar a carga nesse nível. Por exemplo, a primeira reação no nível político (pequena, em termos de arrecadação, mas importante) foi a discussão sobre a tabela de imposto de

renda, agora neste ano, que acabou resultando numa mudança da tabela e alguma perda de arrecadação. Daqui para frente, não se deve esperar que a tributação possa contribuir, via elevação de carga, para eliminar o déficit público.

A nossa dívida está chegando já perto dos 700 bilhões. Se isso é pouco ou muito é difícil dizer; depende da vontade dos financiadores de continuarem a nos financiar. Claramente — é só olhar para o chamado risco Brasil — nós já estamos numa situação de dificuldade de financiamento e sofrendo algum encurtamento do prazo médio da dívida pública. Então, por aí também nós estamos com a capacidade de financiamento esgotada.

A outra fonte de financiamento que, evidentemente, não queremos usar, e não tem sido usada, é a emissão de moeda.

O que essas três fontes — uma já praticamente esgotada (endividamento), outra dificilmente podendo crescer (carga tributária) e a terceira indesejada, pois não queremos a volta da inflação (emissão) — sustentam? Elas sustentam certos gastos governamentais, que eu vou aqui classificar de uma forma pouco rigorosa, fazendo uma mistura das classificações funcional e por categoria econômica.

O primeiro tipo de despesa é a de sustentação da máquina administrativa dos três níveis de governo. Essa despesa foi bastante comprimida nesses últimos anos. Havia compressão de salários dos servidores públicos, que não tiveram aumento durante muitos anos, e este ano houve também uma compressão muito forte (que já vinha acontecendo, mas este ano se fez muito mais forte) dos gastos de custeio. Na minha opinião, os gastos administrativos já estão muito próximos do seu mínimo e dificilmente se poderá comprimi-los muito mais. Certamente, tem gente que gostaria de ter um governo muito menor; eu acho que, pelo menos no médio prazo, é impraticável ter um governo muito menor.

O segundo tipo de gasto é com previdência social; é um gasto grande, importante. Em muitos lugares, são os benefícios da previdência social que sustentam a movimentação econômica; principalmente no interior do Nordeste, é muito comum cidades que dependem fundamentalmente das transferências da previdência. Estas são dadas, também; não podem ser comprimidas, e têm que ser financiadas de alguma forma.

O terceiro tipo de despesa é o serviço da dívida. O serviço da dívida — a menos que alguém ache que seja inteligente dar calote — também tem que ser sustentado.

Então, são, até aqui, três tipos de despesa que, praticamente, não podem ser comprimidos. E o que resta além dessas são as despesas que importam para o desenvolvimento.

Primeiro, os gastos sociais, que têm a ver não só com a questão ética de melhorar a distribuição de renda, de ter menos pobreza, mas tem a ver também com a questão de crescimento econômico. Pobreza significa mão-de-obra de má qualidade, falta de saúde significa que a mão-de-obra vai ser menos produtiva do que seria de outra forma, e educação é fundamental para a qualidade da mão-de-obra. Além disso, transferências para os mais pobres, como, por exemplo, as do Programa Bolsa-Escola, geram novas demandas, aumentam o mercado. Então, existe nos gastos sociais alguma coisa ligada a crescimento econômico, particularmente na questão de educação. É importantíssimo que haja melhoria da qualidade da mão-de-obra. Sem tal melhoraria dificilmente vamos ter crescimento sustentado.

Finalmente, há as despesas de investimento; que é investimento em infra-estrutura social, como saneamento, de um lado, mas, principalmente, em infra-estrutura econômica, necessária para evitar gargalos que prejudiquem o crescimento econômico, como o que nós tivemos no ano passado, a chamada crise de energia.

Esses dois tipos de despesas, gastos sociais e investimentos, nós precisamos maximizar para ajudar um processo de crescimento sustentado. E o problema, claro, é a nossa limitação orçamentária.

Dado que não há como aumentar o financiamento, o máximo que pode ser feito é evitar que se perca financiamento já existente. Para isso, melhorar a qualidade da nossa tributação é fundamental. Dado o elevado esforço fiscal que já está sendo exigido da sociedade, a tributação de má qualidade cria reações àquela sendo praticada. Além disso, nossa tributação de má qualidade prejudica o próprio crescimento dos setores produtivos. É evidente que, se temos um crescimento maior do Produto Interno Bruto (PIB), podemos sustentar o mesmo setor público com uma carga tributária até menor que a atual. A falta de crescimento amplia a crise fiscal.

Enfim, é preciso melhorar a qualidade do nosso sistema tributário, conseguir manter a carga tributária nesse nível alto por longo tempo e, ao mesmo tempo, crescer. É o próprio crescimento que pode ajudar a equacionar o problema fiscal e, só então, o setor público, via investimentos e gastos sociais, poderá contribuir de alguma forma positiva para o círculo virtuoso, ou seja, o crescimento sustentado da economia.

Vou entrar um pouquinho na questão de reforma tributária. Já falei algumas vezes aqui em qualidade da tributação. O que é a qualidade da tributação? Há vários princípios de tributação pelos quais se julga essa qualidade, e toda reforma tributária está, de alguma forma, relacionada a esses princípios.

Um dos princípios é o da neutralidade. Importa que os impostos não tenham efeitos perversos sobre o sistema produtivo. Mas, eles sempre têm, e o que se deseja é minimizar tais efeitos perversos dos impostos sobre a alocação de recursos.

Também importa que haja equidade, que a carga tributária seja bem distribuída entre os contribuintes. E o que é “bem distribuída” é uma questão a ser definida pela sociedade. Qual é a progressividade razoável para o sistema tributário? Não creio que hoje em dia ele possa ser muito progressivo, dado que existem fatores de produção móveis que simplesmente se mudam se forem tributados muito diferentemente do que se tributa em outros lugares.

A terceira questão é a produtividade da tributação. Ela tem a ver com a questão de bases amplas para arrecadar, impostos que sejam fáceis de arrecadar, e também controle de evasão.

A quarta é a simplicidade. E não se quer simplicidade só pela simplicidade, e sim para reduzir o custo de administração de imposto e o custo de cumprimento das obrigações tributárias por parte dos contribuintes. O segundo, de acordo com levantamentos feitos por entidades de empresários, é muito alto hoje em dia no Brasil.

Finalmente, nos países que são federações ou que têm regimes fiscais descentralizados, existe a questão da distribuição dos recursos públicos entre os níveis de governo. É o que aqui se convencionou chamar de pacto federativo.

Quais são as questões tratadas na reforma da década de 60? A primeira delas, certamente a mais importante, foi produtividade. Mas cuidou-se

também bastante da questão dos efeitos alocativos dos impostos. Em particular, nós tínhamos impostos cumulativos: o imposto de vendas e consignações (IVC), no nível estadual, e o imposto de consumo, na União. Esses impostos, que eram os mais importantes do País, foram substituídos por impostos sobre o valor adicionado. De lá para cá, a qualidade da tributação só fez decrescer, e nós chegamos hoje a uma tributação que é de muito má qualidade em relação a isso.

Em 1988 fez-se outra reforma, mas aí a motivação principal era a questão federativa. O principal objetivo era desconcentrar recursos que supostamente estavam excessivamente concentrados no nível federal, por ação dos governos militares, que queriam centralizar o poder sobre as decisões de como usar aqueles recursos. Na verdade, essa descentralização não aconteceu de 1988 para cá; ela já vinha ocorrendo desde 1983, e o que houve em 1988 foi uma consolidação do processo de desconcentração dos recursos.

Desde o início da década de 90, a União reagiu fortemente a essa desconcentração. A reação deu-se principalmente pela utilização mais intensa de tributos, particularmente contribuições sociais, que não eram partilhados com estados e municípios. E, lamentavelmente, essas contribuições sociais têm características muito piores do que as dos tributos repartidos — imposto de renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) — que são de razoável qualidade.

Dois outros fatos importantes, macroeconômicos, ocorreram na década de 90, mudando muito o ambiente em que opera o setor produtivo.

Primeiro, houve uma abertura bastante ampla da economia no início da década de 90, que incluiu a integração regional, ou seja, a criação do Mercado Comum dos Países do Cone Sul (Mercosul). Com isso, perdeu-se muito da soberania fiscal que se tinha com o País mais fechado.

No caso das exportações, simplesmente não dá mais para usá-las como base tributária, porque os outros países não usam; se usarmos, não vamos ter competitividade no comércio exterior. No caso dos fluxos de capital, há que ter uma tributação semelhante à dos outros países; de outra forma, afugentamos o capital, cessam os fluxos para o País. No caso do investimento direto, em particular, há que não só cuidar da tributação dos fluxos, mas também da tributação dos negócios, para que ela seja razoavelmente semelhante em intensidade à dos outros países. De outra forma perderemos

o investimento direto para competidores que tenham uma tributação mais suave sobre as empresas.

Quanto ao imposto de importação, há limitações ao uso como instrumento de política, dado que, com a integração regional, há uma tarifa externa comum e isenção de imposto nas transações entre países membros do bloco comercial. Com isso, não se pode mais fazer o que se fez muito no passado, que era usar o imposto de importação para compensar ineficiências causadas pela tributação doméstica ou quaisquer outras.

O segundo fato macroeconômico importante foi o Plano Real, em 1994. Conseguiu-se sair de uma inflação mensal de dois dígitos para uma anual de um dígito. Isto muda completamente o panorama para a tributação. Com uma inflação mensal de dois dígitos, pouco importa quaisquer distorções que a tributação cause, porque a inflação cria tamanhas distorções que todas as outras ficam pequenas em relação àquilo. Mas, com uma inflação de 5% ou 6% ao ano, como nós temos hoje, as distorções da tributação passam a ser importantes. Qualquer ganho de competitividade, de 1% ou 2% que seja, em função de aprimoramento da tributação pode ser a diferença entre ganhar ou perder um mercado. Com isso, a tributação de má qualidade fica muito mais aparente, pois prejudica muito mais o sistema econômico do que no tempo da inflação alta.

Moral da história: o que nós temos que fazer agora é uma reforma que melhore as características dos impostos em geral (simplicidade, equidade, etc), mas que mire principalmente na questão de efeitos sobre o sistema produtivo. Em particular, nós não podemos mais aceitar que a tributação, como está aí hoje, prejudique a competitividade do nosso sistema produtivo.

Dentre os muitos grandes problemas tributários que temos hoje, o que eu reputo como maior é a cumulatividade. Estou me referindo a Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e também ao Imposto Sobre Serviços (ISS) municipal, que são cumulativos, e, ainda, a um conjunto de deficiências existentes nas normas de outros impostos — inclusive do IPI e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a despeito de serem impostos sobre o valor adicionado — que geram cumulatividade. Essa cumulatividade grava, primeiro exportações, que nós não podemos onerar; segundo, bens de capital

que, se nós queremos crescer, é bom que não se tribute; terceiro, acaba-se onerando mais a produção doméstica (com tributos internos, não contado o imposto de importação) do que os produtos importados. Em suma, nós acabamos tendo desvantagem competitiva tanto no mercado externo, porque estamos onerando as exportações, como no mercado interno, porque estamos penalizando os produtos domésticos *vis à vis* as importações.

Além disso, criam-se distorções no método de produção. Por exemplo, hoje em dia, uma das práticas muito utilizadas em produção é a terceirização. A tributação cumulativa cria um estímulo contra a terceirização. Com esse tipo de tributação, se uma fábrica produzir por si mesma, paga uma vez tributo; se terceirizar, vai pagar duas vezes. Então, a eliminação da cumulatividade é uma mudança extremamente importante. Ela está sendo discutida, agora, numa comissão no Congresso. Não sei se haverá algum resultado ainda este ano.

No final da década de 1980, a arrecadação de PIS e Cofins correspondia a 6% do total da receita tributária dos três níveis de governo. Na década de 1990, criou-se o Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (IPMF), depois CPMF, e hoje esses três tributos — PIS e Cofins mais CPMF — representam quase 20% da carga tributária global (19% em 2001). Ou seja, a participação percentual dos impostos cumulativos no total da nossa carga tributária triplicou, observado que nesse período a carga cresceu quase 10 pontos percentuais. O nível absurdo de tributação cumulativa que temos hoje, não existe, ao que eu saiba, em nenhum outro país do mundo. Mesmo países africanos já estão mudando para tributação sobre valor adicionado. E nós estamos cada vez mais nos afundando em tributação cumulativa.

Cumulatividade é o principal problema do nosso sistema tributário, mas não é o único. Teríamos que fazer outras mudanças. Por exemplo, não é aceitável que o IPI tribute bens de capital, como acontece atualmente. Queremos crescer, e ao mesmo tempo estamos prejudicando o crescimento com a tributação federal. Temos também que fazer mudanças importantes no ICMS, bem como em outros tributos, para corrigir inúmeras distorções e efeitos indesejáveis, bem como eliminar desnecessária complexidade que hoje caracteriza a tributação brasileira.

Em resumo, só para fechar o argumento, o que é que eu estou vendo? Estou vendo uma situação em que a política fiscal não tem muito campo

para ajudar o crescimento sustentado, mas pode perfeitamente ser um fator que atrapalhe, e muito, a consecução desse objetivo. Para evitar isto, o que nós temos que fazer, hoje, é cuidar para que a política fiscal consiga ser um dos sustentáculos da estabilidade, sem prejudicar a produção. Portanto, precisamos manter a tributação alta, precisamos assegurar financiamento para a dívida existente, e seria desejável que conseguíssemos um pouco mais de recursos para investimentos públicos, que estão cada vez menores, e também para os gastos sociais. Manter a arrecadação elevada sem prejudicar a produção é a melhor contribuição que a política fiscal pode dar ao crescimento sustentado. Isto só será possível com uma profunda reforma tributária. Obrigado.

Francisco Ramos

Muito obrigado ao Dr. Ricardo Varsano. Passamos a palavra, agora, ao professor Fernando Holanda Barbosa.

Fernando Holanda

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite para participar deste encontro aos organizadores da Anpec e do Banco do Nordeste do Brasil, e em especial aos meus amigos cearenses.

Eu começaria discordando do Ricardo. Em quase tudo o que eu aprendi sobre reforma tributária, certamente o Ricardo é o meu professor. Algum tempo atrás, fiz um trabalho sobre o assunto, e certamente ele é uma das poucas pessoas nesse país que conhece tão bem a questão tributária desde o início. Mas, por que é que eu discordaria do Ricardo? Política fiscal e crescimento sustentado. Se você olhar para a teoria econômica, existem alguns modelos de teoria do crescimento econômico, e o modelo certamente mais famoso é o modelo de *Solow*. Como é que você pode aumentar a taxa de crescimento econômico de um país? O modelo de *Solow* diz que no longo prazo isso não seria possível, a não ser que houvesse um aumento da produtividade tecnológica e da inovação tecnológica.

Mas, se você aumentar a taxa de poupança, certamente num período de transição você pode aumentar a taxa de crescimento do País. Se você for para os modelos de crescimento endógeno, esses modelos afirmam que a

taxa de crescimento de um país pode ser afetada pela taxa de poupança. E aí a pergunta: como a política fiscal pode afetar, pelo menos no prazo curto (e o prazo curto eu diria que seria uma década, ou 15 ou 20 anos), a taxa de crescimento do País? É se a política fiscal proporcionar uma poupança positiva do lado do governo.

A poupança do governo é negativa, tem sido negativa nos últimos anos. Mas, no período do milagre econômico, e durante grande parte da história brasileira, o Estado foi um poupador e foi um grande investidor; e em toda a história do crescimento brasileiro, digamos, da década de 1950 até os anos 1980, o Estado teve uma contribuição muito grande para o crescimento do País. Todavia, recentemente, desde o início da década de 80, isto mudou.

O tema que vou apresentar é política fiscal, e como a política fiscal pode afetar duas variáveis importantes: a taxa de juros real e o prêmio de risco. Hoje em dia, o governo brasileiro é certamente um investimento de alto risco. Ou seja, comprar título público brasileiro envolve risco, e o governo tem que pagar um prêmio de risco para vender seus títulos. Como nós podemos reverter essa situação? Eu vou tratar dessa questão, mas, para poder entender, nós temos talvez que situar o problema, e eu vou começar fazendo um rápido retrospecto do governo Fernando Henrique Cardoso.

Eu caracterizaria o governo Fernando Henrique Cardoso, no primeiro mandato, por duas coisas importantes: uma é o que eu chamo de “plano Jorginho Guinle”. Eu já chamei esse plano de Jorginho Guinle há muito tempo, há mais de dez anos. O que significa o plano Jorginho Guinle? O governo pode financiar suas despesas basicamente de duas maneiras: tributando ou se endividando. A tributação pode ser por impostos convencionais ou pelo pior imposto que pode existir, que é a inflação; ou seja, a política monetária define, no fundo, qual é a taxa de inflação do país no longo prazo. E durante longo tempo o Brasil usou este tipo de imposto, que é o pior imposto com o qual você pode taxar uma sociedade.

Outra maneira de financiar é por endividamento, e aí tem toda uma distinção que certamente quem estuda macro conhece, que é a questão da equivalência ricardiana; no fim, equivalência ricardiana diz o seguinte: se você toma emprestado, quem vai pagar: a geração atual ou a geração futura? Na equivalência ricardiana, a geração atual paga; nos textos convencionais é a geração futura, ou seja, a taxa de juros real sobe ou não quando o governo

aumenta o déficit público. Eu vou adotar a posição de que o déficit público implica taxa de juros real mais elevada, e conseqüentemente equivalência ricardiana não é válida.

A outra maneira de o governo financiar despesas é vender patrimônio. Isso só pode ser feito de maneira transitória. Então, no primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso adotou uma política que eu chamo de plano Jorginho Guinle, justamente por isso, porque ele vendeu patrimônio e financiou as despesas correntes; conseqüentemente, não fez o ajuste fiscal e levou o País a um endividamento público que hoje, certamente, é uma questão importante, porque tornou o nosso País vulnerável a qualquer choque externo.

Segunda característica do primeiro mandato é o que eu chamo, aqui na brincadeira, a política cambial “plantando bananeiras e colhendo abacaxis”, porque o presidente do Banco Central na época, Gustavo Franco, dizia que o câmbio era como o preço das bananas; e certamente quem estuda macroeconomia sabe que o câmbio não é o preço das bananas, porque o câmbio é determinado nos mercados de ativos e não nos mercados de bens e serviços, como é o caso da banana. Então, na verdade, a política cambial desastrosa do primeiro mandato fez com que o governo plantasse bananeiras e colhesse abacaxis, certamente levando o País a uma situação também externa extremamente vulnerável. Ou seja, o presidente Fernando Henrique Cardoso, que deve ser creditado por ter acabado a inflação, por outro lado gerou, ao mesmo tempo, uma vulnerabilidade interna e uma vulnerabilidade externa, aumentando o endividamento público doméstico e aumentando o endividamento público e privado externo.

O segundo mandato se caracteriza por três coisas importantes: um ajuste fiscal pró-estabilização, o câmbio flexível e metas de inflação – e aí, certamente, o Fernando Henrique Cardoso fez no segundo mandato aquilo que ele deveria ter feito no primeiro. Entretanto, o ajuste fiscal que foi feito foi um ajuste fiscal apenas para a estabilização. Ou seja, uma política de superávit primário em torno de 2,5 a 3,5%, atualmente, sustenta uma inflação baixa. Mas este ajuste foi um ajuste pela metade, porque o ajuste para o crescimento deixou de ser feito. E por que deixou de ser feito? Porque você postergou o ajuste fiscal de 95 para 99, e ao fazer o ajuste fiscal depois, quando você tem endividamento, tem que ser um ajuste fiscal muito mais forte, de maneira que este ajuste fiscal que foi feito, foi um ajuste fiscal pela metade.

O segundo ponto é o câmbio flexível, e aí nós temos que aplaudi-lo, porque pela primeira vez na história brasileira, depois de 50 anos, o Brasil deixou de fixar o câmbio e produzir sistematicamente crises cambiais. Este País teve crise cambial nas décadas de 50, 60, 70, 80, 90 e assim por diante. Ou seja, sempre se produziu crises cambiais ao manipular a taxa de câmbio. A taxa de câmbio, hoje, certamente deve refletir as questões de balanço de pagamentos, e toda vez que existir algum problema, como está existindo atualmente, o que deve ser feito é deixar que ele vá embora.

O terceiro ponto é a questão de metas de inflação. Aqui no Brasil, hoje em dia, muita gente defende metas de inflação como a única maneira de fazer política monetária. Certamente não é. Mas, num país que sempre tratou muito mal seu Banco Central, é preciso que ele estabeleça credibilidade durante algum período para que possa vir a fazer políticas discricionárias, se assim se entender; mas é preciso, primeiro, criar a confiança de que o Banco Central, no longo prazo, pode apenas manter a taxa de inflação. E certamente este é um programa que nós devemos apoiar, até que o Banco Central tenha credibilidade suficiente para, inclusive, querer operar com arcabouços diferentes das metas de inflação.

A síntese da avaliação do governo Fernando Henrique Cardoso é que eu daria para estabilização uma nota dez. Certamente, o governo Fernando Henrique Cardoso acabou com um mal terrível que havia neste país, que era tão maltratado pelas elites brasileiras. Todavia, a vulnerabilidade interna e externa é certamente um ponto importante dessa política, e a esse tópico eu daria uma nota 2. Na Fundação Getúlio Vargas, nós usamos a média 6 para aprovar o aluno. Então, se vocês olharem a média dessas notas, dez mais dois, dá seis, e o governo estaria, obviamente, aprovado. Mas, certamente, nessa segunda parte ele é extremamente vulnerável. E quando pensa em termos econômicos, o julgamento de um governo não é somente em relação ao que ele fez; nós, economistas, temos que levar em conta o custo de oportunidade, que é o que ele poderia ter feito, e certamente nesta questão este governo deixa a desejar.

Então, o que é que deve ser feito, dado que temos esta situação? Eu acho que só existe uma solução de médio e longo prazos. O governo, em vez de ter superávit primário de 2%, 3% ou 3,5%, deve partir para uma posição muito mais radical; ou seja, as metas devem ser sobre déficit nominal. O déficit nominal atualmente é de 5% do produto, o que é um

déficit extremamente elevado. Esse déficit nominal de 5% produz um outro déficit, um irmão gêmeo, que é o déficit nas contas correntes, também de cerca de 5%. De maneira que nós temos uma questão de um déficit do governo e, de outro lado, um déficit nas contas externas. Ou seja, a poupança que falta para o governo é a poupança que nós usamos do setor externo.

Como acabar com essa dependência? Ou seja, como acabar com o fato de que nós temos que usar poupança externa para financiar a nossa economia? Algumas propostas mirabolantes têm sido certamente veiculadas, seja por candidatos, seja por economistas, mas eu não vejo uma solução simples, trivial. O que já foi feito em vários países é a solução que está nos livros-textos de macroeconomia, que consiste justamente em fazer um ajuste fiscal mais pesado, que leve o déficit público a ser, no mínimo, igual a zero. Ou seja, que você deveria ter durante algum tempo um déficit público igual a zero.

O Varsano poderia dizer: “mas nós já estamos com uma carga tributária de 35%, as despesas são difíceis de ser comprimidas, a receita tributária é difícil de aumentar”. Entretanto, eu acho que é preciso encontrar espaço, seja através de corte de despesas, seja através de aumento de impostos, para se conseguir fazer um ajuste fiscal que permita ao Brasil entrar numa era de crescimento sustentável.

E aí, a questão que se tem que saber, do ponto de vista muito simples, é a seguinte: para cada redução de 1% no déficit público, quanto você reduz na taxa de juros real que o governo paga? Ou seja, suponha que eu reduza de 1% o déficit público, qual será a redução na taxa de juros real? Eu não tenho números, e poucos estudos econométricos foram feitos sobre esse tema. Um estudo recente que eu andei fazendo, mas muito precário, diria que alguma coisa entre 0,5% e 1%. Ou seja, se eu reduzir o déficit público em 1%, eu posso reduzir a taxa de juros real entre 0,5 e 1%. Se eu reduzir em 5%, eu posso reduzir os juros, talvez, entre 2,5 e 5%; se o juro real que o governo paga é de 10% sobre 50% da dívida, eu pago, digamos, 5% de produto. Se eu reduzir isso de 10% para 7%, eu passo a pagar apenas 3,5% e ganho 1,5%.

Ou seja, se eu fizer um ajuste fiscal que reduza o déficit público, eu vou ter o retorno na redução da carga que eu pago para servir a dívida e, certamente, liquidamente, depois de algum tempo compensa o esforço que eu faça. Ademais, como o prêmio de risco também depende dessa situação,

se eu mostrar essa disposição eu não tenho dúvida de que a taxa de juros despencaria; ou seja, de que você teria uma redução extremamente forte da taxa de juros, o que permitiria, com a poupança que você faz do pagamento do serviço da dívida, depois pagar esse tipo de programa.

De maneira que a questão que eu acho difícil é como fazê-lo no curto prazo, porque a questão tributária e a questão de gastos de governo é uma questão técnica. Reformas de boa qualidade já foram produzidas neste país, e propostas não faltam, como as propostas já estudadas pelo Ricardo, pelo Fernando Rezende e por tantos outros economistas brasileiros que se dedicam a esse tema. Não há necessidade de se pedir ajuda a economistas estrangeiros ou do Fundo Monetário Internacional (FMI) para se fazer uma boa reforma tributária, para se fazer uma boa reforma do setor público. Nós temos este pessoal. A dificuldade em se fazer essas mudanças é uma dificuldade política. As pessoas não querem pagar a carga adicional que têm que pagar. As pessoas não querem que sejam cortadas as despesas. É um problema político extremamente intrincado e complicado, como atesta a própria estabilização brasileira. Para se acabar a inflação nesse país levamos muitos anos porque não havia vontade política de fazê-lo.

De maneira que, para concluir e não me alongar, vou colocar aqui os cenários que eu vejo para o futuro próximo no governo de 2003 a 2007. Quais são as opções que existem para o próximo governo? A primeira opção é o *status-quo*, ou seja, Deus é brasileiro (e, certamente, recentemente, Deus foi brasileiro, porque ajudou o Felipão a nos trazer a copa). E se Deus for brasileiro, a gente pode pensar que a redução do prêmio de risco pode ser feita e a taxa de juros real ser diminuída. Ou seja, você mantém o *status-quo*, superávit primário de 3,45%, 3,5% ou coisa semelhante, e espera que o mercado reduza o prêmio de risco e que você possa reduzir um pouco a taxa de juros real. Mas você não faz nenhuma modificação no tipo de política fiscal, na estrutura da política fiscal que aí está. Ou seja, você não faz uma mudança radical em termos de objetivo de superávit primário.

A segunda opção é uma opção do voluntarismo. Muitos acreditam que por vontade se faz as coisas em economia; que as pessoas não têm seus objetivos, que as empresas não têm seus objetivos, que os mercados não funcionam, e que basta simplesmente dizer: “vamos reduzir a taxa de juros e vamos dar uma ordem para a mesa do Banco Central fazer essa redução”. Nós sabemos que, do ponto de vista prático, uma ordem para redução da

taxa de juros naquele dia pode ser dada a um diretor e executada rapidamente. Agora, o que é que iria acontecer se você reduzisse a taxa de juros artificialmente? Ou, como sugerem algumas propostas, se simplesmente você desse o calote na dívida? Suponha que você diga: “não, tem 8% aqui que estou pagando de juros, eu simplesmente não vou pagá-los”. Com 8% de juros e um superávit primário de 3,5%, simplesmente você passaria a ter um superávit muito grande e a questão fiscal estaria resolvida.

As pessoas se esquecem, nesse arcabouço, dos seguintes fatos: grande parte da dívida pública é carregada pelo setor privado; haveria uma brutal redução da riqueza dessas pessoas, dos fundos de renda fixa, dos fundos de pensão, algumas empresas quebrariam, seguros de saúde, seguros de automóvel, empresas que carregam esses títulos, e certamente a essa redução da riqueza corresponderia uma senhora recessão. A recessão provocaria uma queda na tributação, e o déficit público aumentaria rapidamente. Como não haveria com financiar esse déficit emitindo títulos, você teria que emitir moeda. E, rapidamente, você instauraria o caos, e voltaríamos a ter uma economia com recessão, voltaríamos a ter uma economia com inflação, e, pior ainda, com um sistema financeiro desacreditado, porque poucas pessoas imaginam o que pode ser um sistema financeiro desorganizado para um país.

Mas, àquelas pessoas que tenham dúvida e que não examinaram o que ocorreu nos Estados Unidos, na grande depressão, eu sugiro que dêem uma olhada no nosso vizinho, a Argentina, e verifiquem o que é que vai acontecer lá nos próximos anos, e a dificuldade que eles vão ter para soerguer aquela economia depois que conseguiram não somente quebrar a economia mas quebrar um dos pilares do funcionamento de uma economia monetária moderna, que é o seu sistema financeiro. De maneira que essa opção do voluntarismo certamente levaria a um círculo vicioso, e, talvez, não somente a uma década perdida, mas novamente a duas décadas perdidas que nós teríamos no futuro.

A terceira opção seria a opção do ajuste fiscal para o crescimento. Eu devo confessar aqui que no primeiro ano do mandato do próximo governo é impossível fazer isso, porque essas políticas já estão previamente definidas este ano e, conseqüentemente, não é possível alterar os impostos ou fazer grandes coisas do ponto de vista fiscal para o próximo Presidente da República. Ou seja, o próximo Presidente da República encontra, já, fatos dados em função das políticas fiscais já decididas este ano.

A primeira coisa a fazer, nessa terceira opção, deveria ser um aumento do superávit primário e ter como metas não mais déficits ou superávits primários, mas simplesmente déficit nominal. Ou seja, o Brasil deveria ter como meta ter déficit nominal. Se não for de zero, eu preferia até que esse déficit fosse negativo, ou seja, que o Brasil passasse a ter um superávit, mas que se passasse a ter metas como, por exemplo, tem no mercado comum europeu, metas de 3% de déficit por ano. Eu acho que alguma coisa entre zero e 3% seria factível aqui no Brasil. Com isso, nós teríamos uma redução da taxa de juros real e do prêmio de risco.

A outra coisa importante nesse quadro é que nós teríamos uma política fiscal contracionista e a redução da taxa de juros permitiria uma política monetária expansionista. Ou seja, você bota o pé no acelerador na moeda e bota o pé no freio no Tesouro. Liquidamente, o que é que acontece com isso? Eu diria para vocês olharem o exemplo do que aconteceu nos Estados Unidos com o acordo informal Clinton-Greenspan. Isto colocou os Estados Unidos numa trajetória de crescimento, pois foi justamente o que Clinton fez. Eu não estou falando aqui de nada original. Quem quiser ler isso leia justamente o que se passou nos Estados Unidos, quando Clinton fez um superávit nominal e o Greenspan reduziu a taxa de juros. O resultado disso foi uma expansão da economia americana durante 10 anos. De maneira que essa combinação de política monetária expansionista e fiscal contracionista não vai levar a uma recessão; pelo contrário, vai levar a uma expansão, pois a potência da política monetária é muito grande. Ou seja, 1% de juros real, em geral, tem um efeito de 1% no nível de atividade. A redução de 1% no déficit vai ter um efeito apenas talvez entre 0,30 e 0,60 no nível de atividade. De maneira que essa combinação é uma combinação expansionista. É claro que a dinâmica de curtíssimo prazo é imprevisível. Mas no médio e longo prazos certamente é uma combinação que leva ao sucesso.

Isto levaria a um círculo vicioso, e possivelmente aí teria uma questão que é mais complicada de se perguntar. Ora, se a poupança pode elevar a taxa de crescimento da economia brasileira, por que não fazê-lo? E qual o nível da taxa de poupança? Ou seja: seria preferível que o governo, ao invés de ter déficit, tivesse um superávit. E aí a questão seria: qual o tamanho desse superávit? Eu acho que essa não é uma questão para a qual a gente tenha uma resposta técnica, mas certamente é uma questão que pode ser pensada do ponto de vista de política econômica, precisando se verificar qual o grau em que a sociedade deseja que essa combinação seja feita. Eu

acredito que essa política certamente é muito difícil de implementar, porque necessitaria de uma liderança e uma capacidade de coalizão de forças que eu não vejo viável no curto prazo.

A sociedade brasileira é uma sociedade muito dividida, e, certamente, é uma sociedade muito individualista. Este país é um país que produz injustiça social há mais de 200 anos, e é bastante difícil que alguém seja capaz de fazer uma coalizão que leve este país a ter um crescimento sustentado como nós tivemos no passado. Mas eu acho que a chave e o segredo para isto são bastante simples: basta fazer com que o Estado tenha uma poupança positiva. Muito obrigado.

Francisco Ramos

Obrigado ao professor Fernando Holanda. Dando continuidade, vamos passar a palavra ao Dr. Fernando Rezende.

Fernando Rezende

Obrigado, bom-dia a todos. Queria, em primeiro lugar, cumprimentar os organizadores deste evento, na pessoa do nosso amigo Adriano Sarquis, aqui representando a diretoria do Banco do Nordeste, porque em boa hora resolveram comemorar os 50 anos do Banco com uma programação de alta qualidade.

Eu queria, na verdade, adicionar uma dimensão federativa ao que foi objeto das duas intervenções anteriores, e talvez sugerir ao meu amigo Fernando Holanda que acrescentasse talvez um “cenário garrincha” aos seus cenários anteriores, que é assim: será que perguntamos aos adversários se eles estão de acordo? Ou seja, no caso aqui não são adversários, são participantes de um mesmo barco que carrega a questão fiscal na Federação brasileira. Em um país com o grau de descentralização fiscal que tem o Brasil, qualquer ação nessa área envolve uma complexa rodada de negociações entre os três entes federados.

Deixo, por enquanto, isso de lado, e queria concentrar um pouco das nossas reflexões sobre o que eu considero, talvez, um enorme desafio que enfrentamos no Brasil, no campo da política fiscal, além do desafio macroeconômico que foi muito bem exposto: o desafio de conciliar quatro

dimensões desse problema, que aparentemente, em alguns casos, se mostram quase que irreconciliáveis.

As quatro dimensões são: a austeridade fiscal, sem a qual de fato não vamos ultrapassar a barreira que nos impede de voltar à época dourada do crescimento sustentado e sustentável; a eficiência microeconômica, que é indispensável para o sucesso da integração competitiva da economia brasileira nesse mundo global; o equilíbrio federativo, sem o qual as duas questões anteriores não serão solucionadas, que envolve a necessidade de se construir uma Federação que de fato se pautar pelo equilíbrio e pela cooperação; e, por último mas, como dizem os ingleses, não menos importante, a questão da responsabilidade social, aí incluídas, obviamente, as dimensões sociais e ambientais de qualquer política fiscal.

Do lado da austeridade, o que é que temos? Temos, como foi bem explicado aqui anteriormente, a necessidade de sustentar níveis de arrecadação de impostos, contribuições e taxas e outras denominações do tipo que sejam capazes de assegurar que o País vai honrar os seus compromissos com a dívida, gerando superávits suficientes para resolver o crônico problema do desequilíbrio das contas públicas; e, ao mesmo tempo, não só gerar esses superávits para honrar os compromissos com a dívida, mas também dispor de recursos compatíveis com as necessidades de atender à questão da responsabilidade social; atender às demandas da sociedade por melhor educação, melhores condições de saúde, segurança, justiça e outras coisas mais.

O problema é que sustentar esse nível de arrecadação que é indispensável do ponto de vista da questão da austeridade fiscal não poderá ser feito, como foi no passado recente, contando com tributos, como bem disse o Ricardo, de má qualidade, que retiram a competitividade do produtor brasileiro nos mercados doméstico e internacional, e não atendem ao desafio da eficiência microeconômica; e também não poderá ser sustentado com uma postergação da necessidade de enfrentar alguns privilégios que estão incrustados na sociedade brasileira e que se refletem na dificuldade que o País tem de enfrentar o problema do equilíbrio fiscal pelo lado da redução dos gastos.

Ao mesmo tempo, se adicionarmos aí a questão do equilíbrio federativo, também não vamos poder manter e conciliar essas quatro dimensões da questão fiscal num regime onde a fragmentação das bases tributárias tem sido a solução

para, minimamente, atender às pressões de estados, de municípios e do governo federal para extrair mais recursos da sociedade.

Para tamanho problema, certamente, não é fácil encontrar soluções, a despeito da necessidade que temos de seguir buscando formas de encontrar propostas que possam alcançar um entendimento razoável a respeito.

Vejam: se temos quatro desafios complexos a equacionar na construção de uma nova política fiscal que atenda as nossas preocupações com o desenvolvimento nacional, precisamos, primeiro, indagar: mas, afinal de contas, o que é que nós temos agora? Quais foram as mudanças recentes que, de certa maneira, contribuíram para provocar uma situação que trouxe sucesso de um lado, do ponto de vista da estabilização monetária, e trouxe problemas do outro lado, do ponto de vista das outras dimensões aqui mencionadas?

O fato concreto é o seguinte: todas as mudanças recentes no campo da política fiscal se concentraram, e por razões absolutamente defensáveis e pertinentes, concentraram-se no terreno da macroeconomia. Dada a já mencionada dificuldade de enfrentar direitos adquiridos, a saída para resolver o problema do desequilíbrio fiscal foi o aumento de tributos. E o aumento de tributos, como também já foi dito aqui, deu-se pela via mais fácil, pela via dos tributos que são mais fáceis de arrecadar. Os estados hoje concentram 40% da sua arrecadação em combustíveis, energia e telecomunicações, os tributos federais seguiram a rota mais tranqüila dos impostos sobre o faturamento, e assim por diante; e construímos um sistema tributário que agride, agora, a microeconomia.

Ao mesmo tempo, as mudanças recentes que se fizeram, tanto do lado dos tributos quanto do lado dos regimes de partilhas, contribuíram para criar uma Federação cada vez mais desequilibrada; desequilibrada não principalmente no sentido de como os recursos se repartem entre governo federal, estados e municípios, mas, principalmente, no modo como os recursos se repartem entre os estados e entre os municípios. Qualquer um que olhe os dados sobre as disponibilidades orçamentárias por habitante na Federação brasileira se depara com um quadro impossível de ser visto sob qualquer lógica racional: as disponibilidades orçamentárias por habitante podem variar 30 a 40 vezes dentro de uma mesma região ou para um mesmo tipo de município, municípios homogêneos do ponto de vista do tamanho das suas populações.

Ora, se as demandas sociais sobre o Estado guardam, como devem guardar, alguma relação com o tamanho das suas populações, é óbvio que as disparidades existentes criam uma situação em que a dinâmica fiscal, do ponto de vista espacial, está cada vez mais desencontrada da dinâmica sócio-econômica do ponto de vista da distribuição da população e das demandas que essa população exerce sobre o Estado brasileiro.

Ao mesmo tempo, uma das poucas coisas em que os economistas brasileiros concordam, dentro de qualquer perspectiva de uma política de desenvolvimento, é que o Estado, hoje, deve prover com prioridade: educação, saúde, segurança pública, serviços urbanos, infra-estrutura urbana de alguma qualidade. No passado, as prioridades eram energia, comunicações, rodovias. Hoje, é essencialmente em cima dessas quatro questões que se apresenta a necessidade de reforçar a capacidade de intervenção do Estado brasileiro.

Quais seriam as questões a serem debatidas se tentamos avançar na construção de uma proposta para o futuro? Eu costumo dizer que uma boa maneira de pensar sobre o futuro talvez seja refletir sobre o passado; e, no caso específico da política fiscal, talvez devêssemos pensar aqui em evocar o espírito de 1967. Quero desde logo deixar claro que não estou falando da dimensão política da década de 60. Estou falando da dimensão fiscal, estritamente.

O que é que, na essência, foi a grande reforma fiscal de 1967? Em 67 ela foi concluída; na verdade, ela começou em 65 e foi concluída em 67. Em primeiro lugar, a reforma de 67 descentralizou as competências; aumentou as competências dos estados e dos municípios para tributar. Isso significava atribuir aos estados e municípios dotados de alguma base econômica uma capacidade de tributação razoavelmente adequada no sentido de gerar recursos próprios para atender às suas necessidades de gastos. Ao mesmo tempo, construiu dois outros sistemas de transferências, um deles com uma finalidade eminentemente compensatória, isto é, de assegurar que em qualquer parte do Brasil, independentemente de ali existir uma economia próspera ou não, o Estado (no caso, o município ou o governo estadual) teria recursos num patamar mínimo para atender às suas necessidades orçamentárias. Esse sistema de transferências, os atuais Fundos de Participação dos Estados e Municípios, nas receitas federais, foi instituído em 1967, certamente em bases bem mais modestas do que as de hoje.

Paralelamente a esse sistema de transferências, que tinha uma função meramente de redistribuir recursos orçamentários na Federação, criou-se um sistema de transferência que tinha uma finalidade mais de cooperação, e que, naquele momento, punha um foco muito claro na necessidade de se desenhar instrumentos financeiros para que o Estado, nas suas três vertentes – federal, estadual e municipal –, agisse de modo articulado e complementar na implementação do projeto de desenvolvimento de então, que era calcado na modernização da infra-estrutura rodoviária, de comunicações e de expansão de energia elétrica, que sustentava o projeto de industrialização brasileira, criando o mercado nacional, integrando o mercado nacional pela padronização dos hábitos culturais e de consumo, com o avanço das comunicações, e integrando também fisicamente, com a ligação rodoviária.

Tinha-se, na verdade, um tripé sobre o qual se assentava a política fiscal de então: a ampliação das competências tributárias, que atendia principalmente aos estados mais desenvolvidos e aos municípios também com maior grau de atividade econômica própria; um sistema de transferências compensatórias que buscava equilibrar melhor a distribuição espacial de recursos atendendo àqueles que não tinham essa base econômica desenvolvida; e um outro sistema que corria em paralelo, que promovia a integração governamental, no plano federativo, nas políticas de desenvolvimento da época.

Dos últimos 15 anos para cá, esse sistema foi sendo progressivamente desmontado. Uma das pernas desse tripé, que era a perna da cooperação nas políticas de desenvolvimento, foi amputada com a reforma de 88; e a outra perna, a dos fundos de participação, foi triplicada em tamanho. Consequência disso foi que o sistema ficou com óbvia dificuldade de manter-se de pé.

O que é que significa trazer o espírito de 67 para os dias de hoje? Significa adaptar o nosso regime fiscal a novas condições que são impostas pela abertura da economia e pelo avanço dos processos de integração econômica continental. Isso significa, obviamente, que, de um lado, o sistema tributário tem que se concentrar cada vez mais em bases que têm menor mobilidade territorial, o que significa caminhar na direção de que o sistema tributário tende a se apoiar em três bases tributárias importantes, como está acontecendo nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE): o consumo de mercadorias e serviços

em geral, a tributação da renda das famílias e da pessoa física; e a tributação da massa de salários. Se olharmos as estatísticas da OECD¹, hoje, 85% a 90% da estrutura tributária desses países assentam-se nessas três coisas.

Claro que quando falamos agora que o caminho da reforma do sistema tributário é ter um imposto nacional uniforme de base ampla sobre o consumo de mercadorias e serviços, criamos um enorme desafio para a discussão federativa no âmbito da política fiscal: como assegurar uma transição da regra vigente, na qual você fragmenta as bases e atribui competências exclusivas a cada um para instituir e cobrar os seus tributos, para uma situação na qual as competências por arrecadar os recursos vão ter que ser partilhadas na Federação? E aí está a dificuldade do desafio de você conciliar as exigências da competitividade e da microeconomia com as exigências do equilíbrio federativo. Importa discutir, como às vezes costumo dizer, como vamos dividir o contribuinte? O contribuinte é um só. É como aquelas velhas imagens das churrascarias paulistas modernas: na entrada está lá o retrato do boi dividido, indicando suas partes mais nobres. No fundo, dividir o contribuinte é definir como é que se vai atribuir a cada um a competência por extrair desse contribuinte, de preferência das suas partes mais nobres, a capacidade de aumentar os recursos à disposição do Estado.

A isso se acrescenta a questão da responsabilidade social. Não há dúvida de que o caminho para uma situação na qual a sociedade brasileira possa exercer uma maior dose de controle sobre as ações do Estado é o caminho da descentralização. Se na fase do desenvolvimento da década de 1970 a questão da infra-estrutura talvez exigisse uma dose mais elevada de centralismo, na fase de hoje as áreas com maior necessidade de intervenção – saúde, educação, segurança pública, preservação ambiental – são áreas nas quais a proximidade entre governantes e governados é algo que concorre para o exercício dessa responsabilidade. Então, temos que conciliar, além da necessidade de equilibrar a partilha de recursos na Federação, a necessidade de construir um sistema que seja ao mesmo tempo harmônico e descentralizado.

Claro que, para que esse sistema descentralizado opere de modo eficiente e eficaz, teremos que reconstruir a perna do sistema fiscal de 67 que foi posteriormente amputada. Isso é: temos que construir instrumentos fiscais orçamentários que viabilizem, de fato, uma ação integrada do Governo

¹ Organization Economic Cooperation and Development

Federal, dos Estados e dos Municípios nesses campos que hoje são as prioridades da ação pública em vista da política de desenvolvimento. Temos que integrar a política nacional de saúde pública, a política nacional de segurança pública, a política nacional de educação; e criar os instrumentos orçamentários e financeiros que viabilizem essa cooperação.

Um exemplo de 67 nos ajuda a refletir sobre os caminhos pelos quais a reconstrução desse federalismo fiscal, poderá criar um ambiente no qual o desafio de conciliar aquelas quatro dimensões se torne mais fácil de alcançar. Não só um desafio da macroeconomia, que é o de gerar superávit necessário para atender aos compromissos com a dívida pública, mas também o desafio de microeconomia, que é fazer isso com um sistema de impostos que não prejudique a competitividade brasileira; e, simultaneamente, que seja capaz de equilibrar a distribuição de recursos na Federação e construir um sistema de cooperação nas novas dimensões das políticas de desenvolvimento agora da primeira década deste século. É sobre isso que eu acho que nós poderíamos refletir um pouco na dimensão das questões que foram levantadas aqui nesse painel.

Há pouco, o Ricardo abordou, de uma maneira pertinente, as dificuldades que temos do ponto de vista de sustentar a carga tributária atual e, ao mesmo tempo, atender aos compromissos do lado do gasto; os desafios da macroeconomia foram muito bem expostos pelo Fernando Holanda; e eu, na verdade, queria era adicionar a esse debate a dimensão federativa brasileira no plano da política fiscal. O entendimento da complexidade do nosso federalismo fiscal é essencial para o sucesso de qualquer proposta de reforma que seja capaz de conciliar essas dimensões do problema. Muito obrigado.

Francisco Ramos

Meu muito obrigado ao Dr. Fernando Rezende. Gostaria, também, de agradecer a presença de todos. Muito obrigado.

3 – PAINEL 1

Inclusão Social no Nordeste do Brasil

Presidente de Mesa:

Antônio Maria da Silveira – professor da Universidade Federal de Uberlândia

Expositores:

Sônia Rocha – Professora da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro.
José Márcio Camargo – Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Roberto Cavalcanti – Diretor do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE).
Werner Baer – professor da Universidade de Illinois.

Antônio Maria da Silveira

Eu gostaria de, inicialmente, agradecer ao Banco do Nordeste e à Anpec por terem me convidado para presidir essa sessão e participar desse Fórum. Entendo como uma lembrança do esforço para a criação do primeiro encontro e desse arranjo com o Banco do Nordeste, quando eu estava na Anpec e fiz, de fato, esse esforço com determinação.

A primeira providência logo que assumi a Anpec foi vir ao Nordeste, porque tinha uma preocupação grande com a Região. Tinha duas missões: uma, muito agradável, porque Recife havia se candidatado a sediar o XXIV Encontro, mas, também a Unicamp, de Campinas, e eu tinha que decidir entre os dois centros. Não foi difícil, porque o coordenador da Unicamp havia pleiteado o XXIV, e nós tínhamos que aceitar esse pleito, mas eu tinha que conversar antes com o pessoal de Recife, e os convenci de que era melhor sediar o jubileu de prata da Anpec. A outra preocupação foi com a situação dos Centros da Anpec. A Anpec foi criada por oito Centros. Dos oito, nós tínhamos dois na região Rio - São Paulo e seis fora dela; a proporção era de um para três. Quando eu assumi, já eram sete na região Rio - São Paulo e oito fora dela; e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo já era candidata em condições ótimas para entrar para a Anpec, de maneira que a proporção passou a ser de um para um; e eu achava isso, e

acho, um absurdo. Se nós vamos realmente pensar em descentralizar e redistribuir espacialmente a renda nesse país, nós devemos começar pela educação.

Então, isso eu não podia aceitar; mas, também, nada de artificial na mudança. O que pensei foi que, de fato, um encontro regional aqui no Nordeste seria importante para estimular os centros e o desenvolvimento de novos centros. Havia o problema de recursos, e há o conflito distributivo nas instituições de financiamento de pesquisa. Pensei no Banco do Nordeste, mas ainda estava com as idéias não muito claras. Comecei por Bahia, Recife, quando cheguei em Fortaleza encontrei aqui o Ivan Castelar, que foi a etapa final, porque durante o processo já vinha pensando nessa possibilidade do encontro e de o Ivan vir visitar o Osmundo no Banco. Aí, não tinha mais o que fazer, porque o apoio foi enorme. Não precisei dizer nada ao Osmundo, nem ao Ivan, nem ao Adriano, no Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). Então, a criação desse encontro foi uma alegria muito grande para mim.

E ainda existe a possibilidade de a gente mudar essa configuração, essa proporção, essa concentração de centros no Rio e em São Paulo. Nós temos, agora, na Anpec, um centro de Santa Catarina e três candidatos, do Paraná, Paraíba e Uberlândia, o que pode nos fazer voltar a uma relação de dois para três, bem melhor do que a que temos hoje, praticamente de um para um. Então, é muito grande a minha alegria de presidir essa sessão, agradeço muito esse convite.

Fico feliz, também, em ver como evoluiu o encontro. Tivemos 1.100 inscrições, tivemos 130 artigos submetidos para apresentação, dos quais foram selecionados 40. Há uma relação excelente no processo de seleção e a qualidade do encontro certamente é outra. Então, estão de parabéns aqueles que trabalharam nisso desde que eu larguei, em 97.

Vamos passar a ouvir os nossos colegas. Combinamos quinze minutos para cada um, e já fizemos uma concessão: a Sônia vai ter vinte minutos, não mais. Então, a Sônia está com a palavra.

Sônia Rocha

Boa-tarde a todos. Agradeço aos colegas de mesa o privilégio de começar. Esta é uma mesa sobre inclusão social. A temática de inclusão

social, de pobreza, de desigualdade, tem assumido uma importância enorme no Brasil a partir da década de 90, e não sem razão. Certamente, o Brasil é hoje um país que tem os meios, em termos de produto, para garantir o mínimo de bem-estar material para toda a sua população. Então, a persistência de pobreza absoluta é resultado da desigualdade, o que é inaceitável, de maneira clara, para toda a sociedade brasileira.

Vou apresentar aqui alguns dados sobre pobreza no Nordeste, que extraí do relatório que elaborei recentemente para o Banco do Nordeste.² Vou fazer uma apresentação desses dados, começando com alguma informação sobre pobreza enquanto insuficiência de renda. Sabe-se que pobreza não se limita à falta de renda. Pobreza é uma síndrome complexa, que envolve carências relativas a diferentes aspectos da condição de vida. No entanto, é normal, numa sociedade como a brasileira, urbana e já bem desenvolvida do ponto de vista econômico, que renda seja usada como critério básico de pobreza. Então, eu gostaria de começar com algumas informações sobre a evolução da pobreza enquanto insuficiência de renda, que está vinculada ao uso de uma linha de pobreza, sendo definidos como pobres aqueles com renda familiar per capita inferior ao valor da linha. (TABELA 1)

TABELA 1
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE POBREZA,
ENQUANTO INSUFICIÊNCIA DE RENDA

Indicadores	1992	1999
Nº de Pobres (mil)	25.615	22.880
Proporção de Pobres (%)	63,87	50,90
Razão do Hiato	0,53	0,47
Índice Sintético	0,23	0,15

FONTE: PNAD (Tabulações especiais de Sonia Rocha)

² **ROCHA, S.** Pobreza no Nordeste: a evolução nos últimos trinta anos (1970-1999). Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

Temos aí a evolução dos indicadores habituais de insuficiência de renda. Pode-se ver que, de 1992 a 1999, há uma redução do número absoluto de pobres. Mas, mais importante do que isso, já que há um crescimento de população, é que a proporção de pobres tenha declinado, e significativamente. A melhoria do outro indicador, que é chamado “Razão do Hiato”, dá uma idéia de que não só o número de pobres se reduziu, mas, também, que aqueles que permaneceram pobres, ou seja, tinham renda abaixo da linha de pobreza, são menos pobres do que eram antes, pois sua renda média aumentou. Quer dizer, a diferença entre a renda média dos pobres e a linha de pobreza diminuiu um pouco, e isso apesar da forte queda da proporção de pobres. Podia-se imaginar que a redução da pobreza fosse um fenômeno afetando as famílias e indivíduos com renda próxima ao valor da linha de pobreza, não afetando o conjunto de pobres como um todo. Mas, como se vê, a redução de pobreza alcançou todos, inclusive os que permaneceram pobres.

O terceiro indicador de pobreza também enquanto insuficiência de renda, que é um índice sintético, levando em conta não só a proporção de pobres e o hiato da renda, mas também o grau de desigualdade entre os pobres, também é reduzido, e reduzido de maneira bastante pronunciada. Essa redução, certamente, está vinculada à idéia de que se reduz o número de pessoas com renda zero e aumenta o número de pessoas beneficiadas por programas de renda mínima, transferências previdenciárias e programas desse tipo. Menos pessoas com renda zero tende a reduzir a desigualdade entre os pobres.

Observem que, do ponto de vista do Nordeste, o progresso foi muito grande em termos de redução da pobreza; ela caiu de maneira consistente. E, na verdade, estou mostrando dados de 1992-1999, quando o grosso desse efeito ocorreu como resultado do Plano Real. Foi o Plano Real que marcou, em termos de redução da pobreza, o que aconteceu na década de 90. E aí duas palavrinhas a respeito do Nordeste: quando houve o Plano Real, a queda da pobreza se fez sentir de maneira mais atenuada no Nordeste do que nas áreas dinâmicas do Centro-Sul. Quer dizer, o efeito do Plano Real foi mais acentuado nas áreas que são o centro dinâmico da economia, e no Nordeste ele se deu de maneira mais amortecida.

Nos anos seguintes, quando se esgotaram os efeitos distributivos do Plano Real, ou seja, uma vez passado aquele primeiro momento de aumento

da renda na base da distribuição, não mais houve grandes progressos em termos de redução da pobreza no país como um todo: os indicadores de pobreza do ponto de vista da renda em nível nacional estagnaram. Foi nesse período, então, que o Nordeste continuou ganhando um pouquinho. No período 1997-1999, que é um período recessivo, de perdas muito importantes em áreas metropolitanas do Centro-Sul, particularmente em São Paulo, o Nordeste se deu bem, na medida em que houve uma redução sustentada da pobreza rural, no Brasil como um todo, afetando particularmente a pobreza nordestina, que tem um componente de pobreza rural muito forte.

Essa melhoria da renda afetou favoravelmente não só os indicadores de pobreza do ponto de vista da renda, mas outros indicadores que dependem da renda e afetam o bem-estar das famílias, como o conforto do domicílio. Trata-se, por exemplo, de melhorias dos pobres em relação àqueles itens de banheiro, TV em cores, geladeira, telefone. (TABELA 2)

TABELA 2
INDICADORES DE CONDIÇÕES DE VIDA
DOS POBRES NO NORDESTE

% c/ Itens de Conforto de Domicílio	1992	1999
Banheiro	58,64	69,28
TV a Cores	11,64	49,57
Geladeira	33,97	47,07
Telefone	1,97	7,03
% c/ Serviços Públicos Adequados		
Eletricidade	69,54	82,31
Água	67,35	74,82
Esgoto	15,51	18,95

FONTE: PNAD (Tabulações especiais de Sonia Rocha)

Houve uma melhoria bastante acentuada no período. Cabe lembrar que esses itens caracterizam claramente que no Brasil a gente está falando de pobreza, mas não é uma pobreza africana; a gente está falando de pobreza em que quase 50% da população de pobres no Nordeste tem televisão, tem geladeira. Então, cada vez mais, e isso é normal, estão sendo incorporados aspectos relativos à noção de pobreza absoluta. Assim, embora o panorama que se tenha não seja de uma pobreza africana, a pobreza reflete muitas desvantagens em relação ao modo de vida predominante na sociedade brasileira.

Quanto a outros aspectos da condição de vida dos pobres que não têm a ver diretamente com a renda, como é o caso dos serviços públicos, também houve melhoria. É claro que, no caso nordestino, a situação é dramática em termos de acesso a esgoto sanitário, com implicações muito sérias sobre as condições de vida e de saúde. Aliás, carência em relação a esgoto é uma característica geral do país, verificando-se tanto no Nordeste, como mesmo nas regiões mais desenvolvidas.

Essas melhorias em relação à renda e em relação a outros indicadores de condição de vida encobrem uma outra face da moeda: é que essas melhorias que ocorreram no Nordeste ocorreram também no resto do Brasil, de maneira que, pelo menos quando a gente vê em relação à renda, a defasagem do Nordeste em relação ao Brasil permanece praticamente constante. (TABELA 3)

TABELA 3
PARTICIPAÇÃO DO NORDESTE DO BRASIL (%)

Indicadores de Pobreza	1992	1999
Número de Pobres	41,58	42,03
Razão do Hiato	46,20	44,41
Indicador Sintético	48,71	44,60

FONTE: PNAD (Tabulações especiais de Sonia Rocha)

Explicando um pouco: na primeira linha, que se refere ao número de pobres, os pobres nordestinos em 1992 representavam 41% dos pobres brasileiros; em 1999, eram 42%, havendo, a rigor, um pequeno agravamento. Então, houve redução da pobreza nordestina, sim; houve melhoria de condições de vida, mas isso ocorreu paralelamente a um fenômeno geral do resto do País, de maneira que a desigualdade regional não diminuiu, a desvantagem relativa do Nordeste se mantém, tanto para esse indicador de renda, como para os outros indicadores. Se formos examinar os indicadores sociais, e alguns deles eu vou abordar aqui rapidamente, vocês vão ver que essa defasagem se mantém, e esse é um ponto crítico sobre o qual eu gostaria que a gente refletisse e debatesse mais tarde.

Aquelas melhorias, de uma certa maneira, já levam em conta vantagens relativas do Nordeste numa apropriação de benefícios federais de assistência social e de previdência. Vocês reparem que os benefícios assistenciais para os idosos e os benefícios de invalidez, que são importantes, beneficiam proporcionalmente mais o Nordeste, o que é normal, porque é a região mais pobre. Mas, apesar dessas transferências importantes, que já estão contidas naqueles dados de renda que eu usei para derivar os indicadores de pobreza, o Nordeste continua com uma desvantagem relativa. (TABELA 4)

TABELA 4
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS – 1999

	Nordeste	Não-Nordeste
Benefícios Idosos (mil)	112,6	199,7
Benefícios / N° Idosos (%)	2,90	1,99
Benefícios Invalidez (mil)	328,8	391,5
Benefícios / População (%)	0,72	0,35

FONTE: MPAS e IBGE / PNAD

Agora, por que acontece isso? O Nordeste tem algumas desvantagens importantes: a primeira é em relação à presença de crianças nas famílias. A fecundidade caiu, caiu mais ou menos de maneira igual no País como um todo, mas no Nordeste especialmente a cara da pobreza é uma pobreza de famílias com crianças. Aliás, no Brasil como um todo – o José Márcio, com certeza, vai tocar nesse assunto. Reparem ali (TABELA 5) a diferença entre Nordeste e não-Nordeste, para pobres e não-pobres, e o que representa a presença da criança nas famílias.

TABELA 5
NÚMERO MÉDIO DE CRIANÇAS POBRES
DE 0 A 14 ANOS POR FAMÍLIA

	1992	1999
Nordeste	2,09	1,86
Não-Nordeste	1,85	1,64
Nordeste / Não-Nordeste	1,13	1,13

FONTE: PNAD (Tabulações especiais de Sonia Rocha)

Da presença de crianças decorre uma taxa de dependência mais elevada e uma maior vulnerabilidade dessas famílias, em particular das crianças devido às suas características físicas. Crianças em família pobre correm o risco de, se não forem devidamente apoiadas, seja pelo sistema de saúde, seja pelo sistema educacional, a perpetuarem a pobreza. A pobreza nordestina é caracterizada por uma incidência muito grande de famílias com crianças e de pobreza rural, como a gente vai ver mais adiante.

Um outro ponto de desvantagem do Nordeste concerne ao rendimento do trabalho. As pessoas são pobres não porque trabalhem pouco; a taxa de ocupação no Nordeste é tão elevada ou mais elevada do que em algumas regiões desenvolvidas do Centro-Sul, principalmente porque o Nordeste a atividade agrícola em área rural é importante, e, em princípio, todos estão ocupados. O que acontece é que o rendimento do trabalho no Nordeste é baixo. É baixo porque as pessoas são pouco qualificadas, é baixo porque a produtividade é baixa, é baixo porque há uma participação enorme de não-remunerados nas famílias e de produção de subsistência, pequena

propriedade familiar, que, na verdade, gera muito baixo retorno da atividade e encobre um forte subemprego. Vocês podem ver (TABELA 6) a diferença entre rendimentos de pobres e não-pobres, Nordeste e não-Nordeste, dando uma idéia dessa desvantagem.

TABELA 6
RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO – 1999

	Pobres	Não-Pobres	Total
Nordeste	30,94	183,8	106,0
Não-Nordeste	49,38	311,4	236,9
Nordeste / Não-Nordeste	63%	59%	45%

FONTE: PNAD (Tabulações especiais de Sonia Rocha)

Essa desvantagem se dá, como eu disse, porque boa parte dos pobres está na agricultura (TABELA 7). Sobre isso eu estava conversando um pouquinho antes de entrar no auditório, e indagava: por que será que a ocupação na agricultura no Nordeste está aumentando? Será que isso é uma boa notícia? Em princípio, o que acontecia é que a participação da ocupação na agricultura, muito elevada, contribuía para os rendimentos serem baixos, porque boa parte da mão-de-obra ocupada na agricultura é não-remunerada, tem baixo rendimento, baixa produtividade. Mas agora, nos dados de comparação 92-99, aparece (é verdade que é uma coisa ligeira) um aumento da participação da ocupação na agricultura, em atividades agrícolas. Não estou falando de área rural, estou falando de atividades agrícolas em geral. E isso aí vai completamente na contra-mão do que acontece no Brasil e do que, em princípio, deveria acontecer também no Nordeste. Se for no sentido de aumentar a produtividade agrícola, provavelmente vai ocorrer liberação de mão-de-obra. É possível que haja dois fenômenos misturados aí, e eu proponho isso como um tema de estudo interessante: o que está acontecendo na ocupação agrícola no Nordeste para que a gente tenha detectado um problema dessa natureza?

TABELA 7
OCUPAÇÃO NA AGRICULTURA (%)

		Pobres	Não-Pobres
Nordeste	1992	49,97	32,3
	1999	51,71	32,86
	Δ %	3,47	1,73
Não-Nordeste	1992	31,12	18,69
	1999	26,91	15,54
	Δ %	-13,52	-16,84

FONTE: PNAD (Tabulações especiais de Sonia Rocha)

A outra desvantagem do Nordeste – desvantagem no sentido de que as pessoas são pobres, têm baixos rendimentos – está vinculada à idéia de que elas são muito pouco educadas. A taxa de analfabetismo é muito elevada, e isso representa uma desvantagem, seja em termos de rendimento, seja de inserção em novas atividades e atividades mais dinâmicas que requerem, normalmente, mais educação. É um desafio: não se trata de reduzir o analfabetismo para as pessoas de idade mais avançada, mas mudar um panorama de educação na região. O indicador de analfabetismo aqui é simplesmente um elemento simbólico. O fato é que o nível de educação em geral é todo muito baixo, e os pobres, em boa parte, são pobres porque não conseguem se inserir no mercado de trabalho de forma conveniente. (TABELA 8)

TABELA 8
TAXA DE ANALFABETISMO (%) – 1999

	Pobres	Total
Nordeste	39,95	34,96
Não-Nordeste	16,23	10,56

FONTE: PNAD (Tabulações especiais de Sonia Rocha)

NOTA: Referente às pessoas de 10 anos e mais.

Agora, a gente sabe que há uma correlação importante entre educação e rendimento, mas eu queria qualificar isso um pouco. As pessoas são pobres porque têm pouca educação, têm certas características adversas pessoais. Mas, por outro lado, elas são pobres porque o sistema produtivo nos quais elas estão inseridas é subdesenvolvido, não lhes paga bem, opera em baixa produtividade. Então, há duas facetas: por um lado, as pessoas têm características pessoais adversas – educacionais especificamente mas, por outro lado, o sistema produtivo no Nordeste opera com baixa produtividade e paga mal aos trabalhadores.

As informações (TABELA 9) permitem comparar o rendimento de uma pessoa com o mesmo nível de educação, ou seja, pouco educada, com menos de quatro anos de escolaridade, no Recife e em São Paulo. Esse diferencial enorme de rendimento reflete não só características pessoais, mas características do sistema produtivo, e são bem mais elevadas do que o conhecido diferencial de custo de vida para os pobres nas duas áreas.

TABELA 9
RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO DE OCUPADOS
COM MENOS DE QUATRO ANOS DE ESCOLARIDADE
SÃO PAULO E RECIFE – 1995 E 1999

Metrópoles	Valores (R\$)*	
	1995	1999
Recife	162,53	191,76
São Paulo	373,28	439,56
Recife / São Paulo	43,5%	43,6%

FONTE: PME

* Valores nominais em setembro de 1995 e 1999.

Então, um desafio, quando se trata de pobreza consiste em, por um lado, melhorar as características das pessoas, e, por outro lado, mudar o sistema econômico. Ou seja, a questão de crescimento econômico é fundamental para que pessoas possam se inserir, com aquela educação que elas têm ou com mais educação, de maneira mais produtiva na economia.

A conclusão é que as soluções para a questão da pobreza contemplam dois eixos. O primeiro é o eixo de crescimento econômico, que está muito vinculado a TABELA 9. Não adianta melhorar somente as características das pessoas (no caso, dar mais educação), se em contrapartida não existe um sistema produtivo capaz de absorvê-las.

Quaisquer que sejam as características produtivas; garantia de acesso a serviços de educação e saúde é um requisito básico. Saúde, que envolve saneamento básico, e educação melhoram as condições de vida e de bem-estar e criam melhores perspectivas de vida futura. Deste modo, o outro eixo é política social. Hoje, fala-se muito da disponibilidade de recursos para a área social. Certamente, há recursos, mas gastamos mal. Mas não é fácil gastar bem. O desafio é: como fazer política social? É frequente que programas anunciados do governo federal, às vezes do governo estadual, têm uma certa disponibilidade de recursos e não conseguem gastar; ou, se gastam os recursos previstos, acabam gastando mal, pois acabam forçando o alcance de determinada meta, sem garantir a população-alvo pretendida, isto é, com prejuízo da focalização.

Eu acho – e isso não é uma coisa nordestina, é uma coisa de política social no Brasil – que deveria haver uma preocupação muito grande com a questão do desenho, da operacionalização, do monitoramento dos programas sociais. Temos um problema sério, que não é de escassez recursos financeiros, mas de gestão e administração de políticas públicas, especialmente de políticas sociais. O fato de que o combate à pobreza está, na cabeça das pessoas, muito misturado com a idéia de filantropia dificulta que se criem programas bem desenhados e bem focalizados. A preocupação com o desenho de programas, no caso do Nordeste, deve levar em conta a diversidade de situações de pobreza e a especificidade regional da pobreza. É preciso pensar em programas com desenho adequado aos problemas específicos. O problema que se tem na Zona da Mata não é o mesmo que se tem no sertão; o que se tem na cidade não é o mesmo que se tem no campo, e por aí vai. É preciso entender a natureza dos problemas específicos e conceber programas específicos para sua solução. É necessário avaliar e aprender no acompanhamento dos programas, que devem ter objetivos muito claros que possam ser mensurados e redirecionados conforme seja necessário com base na experiência concreta. A gente vai andando. O que se deve ter em mente é melhorar a eficácia de programas sociais e aproveitar da melhor maneira os recursos disponíveis. Muito obrigada.

Antônio Maria

Muito obrigado, Sônia. José Márcio.

José Márcio Camargo

Boa-tarde. Eu quero, primeiro, agradecer, dizer do meu prazer de estar aqui participando desse fórum. E o prazer é muito grande por duas razões: primeiro, porque estar em Fortaleza é sempre muito agradável. Apesar de morar no Rio de Janeiro, acho Fortaleza uma cidade maravilhosa, superagradável. E, segundo, porque participar dessa mesa, para mim, é muito bom, porque no começo deste ano, que é um ano eleitoral, eu me coloquei uma tarefa, e essa tarefa era o seguinte: em qualquer participação pública que eu tivesse eu iria falar, nem que fosse marginalmente, sobre o que eu vou falar aqui substancialmente, que é um problema que eu acho fundamental se quisermos efetivamente resolver o problema da pobreza neste país. E eu estou muito pessimista quanto a se nos próximos trinta anos nós vamos conseguir diminuir a percentagem de pobres na população brasileira; e vou dizer porquê.

O título da minha palestra é “A opção pelos idosos”. Como vocês sabem (ou talvez não saibam, mas eu vou falar um pouquinho rapidamente aqui), a questão da desigualdade e da pobreza no Brasil é uma questão de caráter estrutural. Nós temos um problema de elevados índices de desigualdade e elevadas taxas de pobreza desde os anos 60, melhor dizendo, desde quando nós temos estatísticas minimamente confiáveis, a proporção de pobres varia mais ou menos entre 33% e 45% da população. Ela nunca caiu abaixo de 30%, exceto no ano do Plano Cruzado, em que ela caiu para 29% da população brasileira.

Mesmo num período de muito crescimento, como no final dos anos 70, a proporção de pobres era perto de 50% da população brasileira. Ou seja, em geral, a proporção de pobres tem variado entre 30% e 40% da população. Na década de 90, nós conseguimos uma melhora razoável, como disse aqui a Sônia Rocha. Ou seja, a proporção de pobres, que no começo da década, em 91, estava em torno de 43 ou 44% da população, até 93 passou para 40% da população, e a partir daí desceu até atingir 33% da população. Ou seja, houve uma queda substancial, para os padrões históricos brasileiros, na proporção de pobres da população.

Eu quero dizer para vocês o seguinte: nós fizemos um programa de combate à pobreza que, no meu ponto de vista, é totalmente equivocado. Ele foi um sucesso no sentido de que reduziu a pobreza de 40% para 33%; ou seja, sete pontos de percentagem, quase 20% de redução, é bastante para dez anos. Mas nós vamos ver que, na minha avaliação, nós temos aí um problema complicado. Como é que nós resolvemos o nosso problema? Como é que nós fizemos? Nós fizemos uma opção pelos nossos idosos, para resolver o problema da nossa pobreza.

A tendência de queda da proporção de pobres da população brasileira claramente está relacionada com um programa que privilegiou os idosos em termos de transferência de renda. Basta ver o seguinte: entre 91 e 2000, o total de beneficiados da previdência social brasileira passou de 12 milhões de pessoas para 20 milhões de pessoas; ou seja, teve um aumento de 50% em menos de dez anos. A metade desse aumento, 3 milhões, é previdência rural. Não existia quase nenhuma previdência rural em 1990, hoje já aumentou mais de 3 milhões de pessoas na previdência rural. O valor médio das aposentadorias no Brasil aumentou 140% em termos reais, entre 91 e 2000. O aumento dos gastos da previdência foi um fator fundamental para reduzir a pobreza neste País. No início dos anos 90, mais de 30% dos idosos eram pobres; viviam em famílias pobres. No final dos anos 90, só 10% dos idosos viviam em famílias pobres. Os instrumentos utilizados foram estes: aumento do valor da aposentadoria, aposentadoria rural e extensão do benefício de um salário mínimo para todo mundo que tem mais de 67 anos de idade, independentemente de contribuição.

A renda *per capita* familiar dos domicílios cujos membros são beneficiários da previdência social era, em 2000, mais de 50% maior do que a renda per capita dos domicílios que não recebiam benefício da previdência. Em 1990, a percentagem de pobres no Brasil era de 40,7%. Se retirássemos os beneficiados pela previdência, essa percentagem aumentava para 46%. Em 1999, a percentagem de pobres era 34%. Tirando os beneficiários da previdência, esta percentagem subiria para 45%. Ou seja, onze pontos de percentagem de queda da pobreza no Brasil devem-se aos benefícios da previdência social.

O problema é que essa opção tem um custo. E o custo não é baixo, e é um custo de longo prazo. A primeira coisa importante é o seguinte: o Brasil hoje gasta quase 12% do PIB, todo ano, com aposentadorias e pensões,

e tem apenas 8% de idosos. Os países da OECD têm três vezes mais idosos que o Brasil como proporção da população e gasta um pouquinho mais como proporção do PIB com aposentadorias e pensões; em média, 13%. O déficit do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) hoje é 1,5% do PIB e o déficit das aposentadorias dos servidores públicos corresponde a 2,2% do PIB; ou seja, o sistema de aposentadorias brasileiro tem um déficit de 3,7% do PIB, todos os anos. O INSS fornece aposentadoria para 21 milhões de pessoas; os servidores públicos são 22 milhões de aposentados.

Prestem atenção: o Brasil hoje arrecada 34% do PIB de receita fiscal; 1/3 disso é direcionado, alocado, para um pouquinho mais de 10% da população brasileira. Ou seja, 1/3 da arrecadação tributária total do País é apropriado por um pouquinho mais de 10%, 12% da população brasileira. As despesas com benefícios da previdência social no Brasil passaram de 3,2% do PIB para 6,1% do PIB entre 1985 e 1999. O sistema de aposentadorias do servidor público brasileiro é um escárnio, é inacreditável que este país esteja disposto a manter um sistema de aposentadorias tão caro. O sistema é extremamente benevolente, ele gasta 5% do PIB com pouco mais de 3 milhões de pessoas, enquanto que o outro sistema gasta 6% do PIB com 21 milhões de pessoas. No total, o sistema gasta 130 bilhões de reais todos os anos com aposentadorias e pensões.

E o sistema é muito benevolente. Benevolente aqui significa o seguinte: o valor da aposentadoria do INSS no Brasil é, em média, 70% do último salário da ativa. Para vocês terem idéia de comparação, nos Estados Unidos, o valor da aposentadoria dos trabalhadores é, em média, 50% do último salário da ativa; na Inglaterra, é 40%. No setor público, o valor das aposentadorias no Brasil é 110% do último salário da ativa. Isso é inacreditável! Ou seja, a pessoa ganha como aposentado mais do que ganhava quando estava trabalhando. Isso é que faz com que tenhamos um problema grave que é o seguinte: apesar de o sistema de aposentadorias ter sido importante para diminuir a pobreza no País, 65% dos gastos de aposentadoria no Brasil são apropriados pelos 20% mais ricos da população; apenas 8,8% são apropriados pelos 40% mais pobres.

Para vocês terem uma idéia, nós fizemos o seguinte exercício: nós pegamos a estrutura do sistema de aposentadorias americano e colocamos no Brasil, na estrutura de distribuição de renda do Brasil. O Brasil tem uma diferença no Coeficiente Gini com os Estados Unidos de 12 pontos. Quando você pega a estrutura do sistema de aposentadorias do Brasil e aplica aos

aposentados brasileiros como se eles se aposentassem nos Estados Unidos, esses 12 pontos caem para seis; ou seja, metade da diferença da desigualdade de renda no Brasil é explicada pelo fato de que o sistema de aposentadoria do brasileiro é excessivamente benevolente com os nossos idosos ricos.

O problema é o seguinte: como não tem dinheiro, para fazer isso você teve que abandonar as nossas crianças. E aí nós sabemos o seguinte: o déficit do sistema de aposentadorias é de 3,7% do PIB. Acontece o seguinte: você gasta 12% do PIB todo ano com INSS, gasta 11% do PIB todo ano com pagamento de funcionário público (já são 23% do PIB), gasta com recursos vinculados, transferências de estados e municípios etc., mais alguma coisa em torno de 7 ou 8% do PIB, ou seja, 31% no total. Sobraram 3 pontos de percentagem; esses 3% do PIB são o que o governo tem para fazer programas que não esses que eu citei aqui. Ou seja, não tem dinheiro.

As pessoas dizem que o governo poderia gastar com isso ou com aquilo. Mas não tem dinheiro; não tem dinheiro porque ele está mal gasto, mas ele está mal gasto em coisas que, supostamente, não há jeito de diminuir. São direitos adquiridos as aposentadorias; não tem jeito de diminuir. Nós fizemos isso nos últimos dez anos, isso vai ter efeito no longo prazo.

Significa o seguinte: 50% das crianças brasileiras vivem em famílias pobres. Isso dá uma idéia de como nós tratamos melhor os nossos idosos em relação às nossas crianças. Enquanto nós temos 10% dos nossos idosos vivendo em famílias pobres, 50% das nossas crianças vivem em famílias pobres. Basta comparar o bolsa-escola com a aposentadoria mínima. Toda pessoa quando chega aos 67 anos de idade neste País tem direito a uma aposentadoria de um salário mínimo, desde que prove que não tem outra fonte de renda. O salário mínimo é 200 reais por mês. Para você colocar uma criança na escola, o bolsa-escola paga 15 reais por mês. Não sei por que essa diferença tão grande. Por que o idoso tem direito a 200 e a criança tem direito a 15 reais para ficar na escola? Eu acho que isso mostra claramente como nós tratamos melhor nossos idosos em relação às nossas crianças.

Nós gastamos, então, 12% do PIB com 8% da população (os idosos), e gastamos 5% do PIB com educação de 30% da nossa população, pois a nossa população tem 30% de crianças. Não se esqueçam, desses 5% do PIB para a Educação, 1% é para garantir a gratuidade das universidades públicas brasileiras, cujos alunos, em sua grande maioria (92%), vêm dos 20% mais

ricos da população. Ou seja, na verdade, desses 5% do PIB, 1% é para garantir a gratuidade da universidade pública brasileira, cujos alunos, vou repetir, 92% deles estão entre os 20% mais ricos da população. Em outras palavras, estamos transferindo renda de pobre que paga imposto para rico que tem universidade de graça, enquanto as nossas crianças pobres, que são 50% das nossas crianças, 83% delas não completam o ensino fundamental. Hoje, 40% das crianças brasileiras não completam o ensino fundamental. Isso significa o seguinte: esses serão os nossos pobres do futuro, não têm a menor chance. A probabilidade de essas crianças se tornarem adultos não-pobres é próxima de zero. Se são 40%, então nós vamos começar com uma percentagem de pobres de 40%. A única forma de fazer com que essas pessoas não sejam pobres daqui a 20 anos é fazendo transferência de renda.

Significa dizer que nós construímos um país em que as crianças e os adultos são pobres, e quando as pessoas ficam idosas elas deixam de ser pobres. Esse foi o país que nós construímos ao longo dos anos 90. Temos crianças e adultos pobres, porque as crianças são pobres porque não conseguem ficar na escola, e ao mesmo tempo vão ser os adultos pobres do futuro. Mas vão ser idosos não-pobres, porque quando chegarem lá vão ter um salário mínimo, no final da vida, e um salário mínimo para uma família de um casal de idosos é ser não-pobre neste País. Essa é a história que temos neste país.

Então, existe um ponto fundamental aqui para a gente resolver: nós precisamos melhorar a qualidade da educação brasileira. Isso significa que nós temos que concentrar o investimento público deste País na melhoria da qualidade da educação brasileira, para os pobres, e não para os ricos. O que nós precisamos fazer é, primeiro, melhorar a qualidade do ensino fundamental, porque 80% das crianças não completam o ensino fundamental. Por que não completam o ensino fundamental? Primeiro, porque o valor do bolsa-escola é muito baixo, é preciso aumentar; é importante o bolsa-escola, não tenham a menor dúvida, mas não é suficiente. Precisamos ter escola que atraia criança, que mantenha a criança na escola; temos que ter escola em tempo integral, porque senão a criança vai trabalhar, e quando ela vai trabalhar ela perde 80% das chances de ser um bom aluno. Imaginem uma criança pobre que trabalha sete horas por dia, vai para a escola de sete a meio-dia, depois trabalha de uma da tarde às oito da noite, essa criança vai entrar no mercado de trabalho em condições muito inferiores às dos nossos filhos. Esse é um ponto fundamental: nós precisamos ter escola que

efetivamente atraia a criança, mantenha a criança na escola; precisamos pagar para a criança ficar na escola, senão ela não vai para a escola; tudo isso é básico.

Para isso é necessário ter recursos. Com 3% do PIB você consegue resolver o problema da pobreza no Brasil transferindo renda, mas não consegue resolver o problema do Brasil de forma estrutural. Então, o ponto é o seguinte: para conseguir recursos, é fundamental ter reforma da previdência. Sem isso, esqueçam. Se queremos acabar com o problema da pobreza, os idosos vão ter que, no futuro, se apropriar de uma percentagem menor do orçamento público. O que está aí não tem jeito, direito adquirido é direito adquirido. O que eu acho que você tem que fazer é, na margem, transferir todos os recursos públicos que forem aparecendo para resolver o problema da pobreza de nossas crianças.

Vou dar só um exemplo importante: este País não deveria nunca mais aumentar o salário mínimo nacional em termos reais. Por uma razão simples; porque quando se aumenta o salário mínimo nacional, quem ganha são os idosos. O efeito sobre mercado de trabalho é zero. Todas as pesquisas mostram isso claramente. Os dados são absolutamente claros. O efeito acontece sobre a pobreza porque a aposentadoria aumenta, então você diminui a pobreza porque você tem menos idosos pobres. O problema é o seguinte: isso significa que você vai transferir mais recursos para os idosos. Nós já estamos num nível bom para salário mínimo nacional. Para isso, no ano atrasado, criou-se o salário mínimo estadual para ser um parâmetro para o mercado de trabalho. Deixa o salário mínimo nacional no lugar em que está, porque chega de aumentar salário mínimo. Uma das principais razões pelas quais se teve redução de pobreza em 95 foi porque tivemos um aumento de salário mínimo real muito grande, de 18%, e um dos principais fatores de redução da pobreza foi através de redução da pobreza dos idosos.

A outra coisa é reforma da previdência. Não faz sentido as pessoas se aposentarem no Brasil com 50 ou 55 anos de idade. Isso não existe! Só neste País e nos países árabes, porque em todo lugar do mundo que eu conheço tem um limite de idade para a aposentadoria, e menos de 65 anos é um escárnio. Aos 65 anos de idade, a expectativa de vida média da população brasileira é mais 12 anos. Ou seja, o cara trabalhou 35 anos, e vai ficar aposentado 12. Está bom, não está não? Vamos deixar com 65 anos de idade. É preciso também diminuir as aposentadorias do setor público e

aumentar a contribuição dos funcionários públicos, porque não é possível todo mundo financiando aposentadoria do setor público.

Essa é minha mensagem: eu, realmente, sou muito pessimista sobre a nossa capacidade de resolver o problema da pobreza neste País, diminuir de forma sustentável a percentagem de pobres no Brasil. Por que eu sou pessimista? Porque os 40% das crianças que não vão completar o ensino fundamental, agora, vão ser nossos pobres do futuro. Então, nos próximos 20 anos, para reduzir a percentagem de pobres, nós temos que começar com essas crianças, e vamos ter de reduzir a pobreza através da transferência de renda. Como não temos recurso para tirar da pobreza esses 40% de pobres por meio de transferência de renda, vamos conseguir chegar aí nos 30 ou 33%, como temos hoje, e acabou. Então, senhores, nos próximos 30 anos, nós vamos ter entre 30 e 40% da população pobre. E se nós não começarmos a reverter a questão da educação das crianças pobres hoje, nós vamos ter, nos próximos 50 anos, de 30% a 40% da população pobre. Muito obrigado.

Antônio Maria

Obrigado, José Márcio. Roberto.

Roberto Cavalcanti

Proponho que façamos um esforço em conjunto para pensar, por um momento que seja, os anos 80. Não os anos 80 do Século passado, o Século XX, mas os anos 80 do Século XIX. O que era, há cento e poucos anos, o Brasil? O que era, há cento e poucos anos, o Nordeste? O Brasil era um País de uns dez milhões de habitantes, de uns três milhões de escravos, de 16% de alfabetizados na população. Fortaleza era uma pequena cidade, não a metrópole que hoje é. O Nordeste era uma economia predominantemente agrária e uma população predominantemente rural, tanto ou mais do que o Brasil. O Recife era um empório comercial que presidia economia dual baseada na cana-de-açúcar e no algodão; não é mais, hoje, esse empório comercial regionalmente hegemônico. O Nordeste exportava grande parte do que exportava o Brasil; exporta muito pouco do total nacional hoje.

Naquele tempo, nos anos 1870 e 1880 (estávamos no Segundo Império), um grande pensador chamado Tobias Barreto de Menezes,

sergipano, mulato, versado em várias línguas, professor da Faculdade de Direito do Recife, de Economia (não a Economia de hoje, mas a Economia Política de velha tradição européia), Tobias Barreto, que digladiava com Castro Alves nas querelas da chamada Escola do Recife, que escrevia em Escada, uma cidadezinha da Zona da Mata, um jornal em alemão, chamado *Der Deutscher Kampfer*, ou seja, O Lutador Alemão, Tobias Barreto escreveu em texto famoso, de 1879, chamado “Um discurso em mangas de camisa”, que a população brasileira daquela época era assim constituída: 90% de necessitados, quase indigentes, 8% que vivem sofrivelmente, 1,5% que vive bem e 0,5% de ricos.

O censo de 1872, anterior a esse texto, não dizia nada sobre renda, sobre desigualdade. Mostrava apenas o quadro de uma economia baseada no latifúndio e de uma sociedade construída sob o escravismo. Não se pode esperar de uma sociedade assim formada, com base no latifúndio, com base no escravismo, qualquer virtude igualitária. Essa herança e esse legado ainda pesam sobre nós neste segundo ano do Século XXI.

Outro grande intérprete do Brasil no Império, Joaquim Nabuco de Araújo, escreveu em 1883, durante aquele mesmo período do século XIX, um texto fundador da sociologia brasileira chamado “O Abolicionismo”. Nele, Nabuco articula, a meu ver pela primeira vez na história do pensamento brasileiro, uma visão, digamos totalizadora, da sociedade brasileira e das raízes históricas do Brasil. Nabuco vê a escravidão como a instituição que formou o País, que sustentou por muitos anos a economia, que definiu a estrutura social baseada na relação tensionada entre o senhor e o escravo, que explicou o Estado – não o Estado no sentido de organismo, mas o Estado no que lhe é mais essencial, no sentido de poder, os donos do poder, ou os herdeiros do poder, os senhores – explicou as formas de exercício do poder na sociedade.

Mas é preciso voltar ao século XXI. Sirvam essas velhas palavras como gancho para a sugestão de que a exclusão social é um fenômeno complexo, e é, avanço a idéia, um fenômeno de natureza essencialmente cultural, considerada toda a amplitude da noção de cultura. É evidente que as pobreza, que as desigualdades, que as exclusões podem e devem ser medidas a partir de dados de renda. Sônia Rocha fez muito bem isso neste Painel. Mas essas desigualdades são consideradas a partir de dados de renda, apenas a manifestação, do ponto de vista econômico, de uma síndrome social muito mais complexa.

É evidente que nível de renda também leva a muitas formas de exclusão: a exclusão econômica, a exclusão do mercado de consumo, a exclusão do bem-estar, e, por que não até a exclusão da educação de qualidade, a exclusão da qualificação, pois educação e qualificação têm seus preços, não só no Brasil como em muitos outros países. Porque, na verdade, nada é simples, nada se comporta em seqüências de causações lineares, quando se examina a sociedade, com seus mecanismos de feedback, de retroalimentação, com a sua complexa estrutura mais biossocial do que tecno-social (a sociedade é mais um organismo de grande complexidade biológica do que uma estrutura apenas mecanicista). É evidente que a manifestação de pobreza se pode aferir a partir de níveis de renda. Sônia Rocha não citou esse dado, mas quando ela remonta, nas suas análises, aos inícios dos anos 1970, os dados que apresenta para níveis de pobreza, incidências de pobreza, se aproximam muito, no caso do Nordeste, do Nordeste rural, dos 90% de pobres a que se referia Tobias Barreto há mais de cem anos.

Gostaria de abordar este assunto usando apenas duas qualificações. Tratar do que estou chamando “exclusão na origem” e “inclusão pela educação”. Fazendo, preliminarmente, a seguinte observação: quando se fala de exclusão em termos percentuais, 30% de excluídos, está-se falando ao mesmo tempo de inclusão; se há 30% de excluídos, há 70% de incluídos, e assim por diante.

O que é exclusão na origem? É a probabilidade que alguém tem de nascer pobre. Se uma sociedade tem, suponhamos, 30% de excluídos, pode-se dizer, grosso modo, sem entrar em cálculos demográficos mais complicados, que a probabilidade de uma pessoa nascer numa família excluída é desta ordem de grandeza, 30%. O que é necessário para evitar, a partir do nascimento, a reprodução, naquela pessoa, de uma situação de exclusão? Ou seja, qual é a estratégia, quais são os instrumentos utilizáveis para evitar que a exclusão se perpetue, ou mesmo que se amplie, numa sociedade?

A primeira coisa a fazer é tratar do primeiro momento, o momento que podemos chamar de socialização do indivíduo, seu primeiro aprendizado do mundo. Numa família com poucos meios de educação, poucos recursos financeiros, essa socialização já pode ser precária. A visão do mundo, a linguagem, as formas de pensamento, de sensibilidade podem alterar-se

pela circunstância vivida, de exclusão, gerando carências individuais de toda ordem.

O segundo momento é o momento da educação: pobre escolaridade ou escolaridade de baixo nível, insuficiente qualificação, precário ou ineficiente domínio dos códigos comunicacionais, das linguagens, até a exclusão digital de hoje em dia, tudo isso pode determinar uma visão do mundo deformada, passiva; a aceitação do mundo como um fato irreversível, da situação social do indivíduo como um destino; o conformismo; o baixo poder de explicação da realidade, da vida social; a pouca capacidade de julgamento, de formação de um juízo; a insuficiente informação para tomada de decisões; a pouca capacidade de empreendimento; a inserção em um trabalho de baixa produtividade; tudo isso vai levando a mecanismos de insuficiência de renda, quase que poderíamos falar num círculo vicioso (a meu ver, uma metáfora inadequada, mas de qualquer modo uma metáfora atraente). Esse é o primeiro ponto, exclusão na origem.

E o que é inclusão pela educação. É, precisamente, o remédio para vencer a exclusão na origem. Há, evidentemente, outros caminhos. Mas o instrumento poderoso é a educação, entendida em sentido amplo, entendida como domínio dos códigos comunicacionais, entendida como acesso a informação, entendida como conhecimento, entendida como capacidade de julgamento e de tomada de decisões, entendida como capacidade de auto-aprendizado, ou seja, de reprodução permanente do conhecimento, que é tarefa, creio eu, de um estado social, na medida em que focalize a sua atuação nos excluídos e tenha por objetivo ampliar os níveis de inclusão social.

Para mais inclusão social, entretanto, é preciso atentar para o que, na dinâmica das sociedades, na dinâmica do desenvolvimento, na dinâmica da economia, de um lado gera renda e riqueza. E, de outro lado, a distribuição social dessa mesma renda e dessa mesma riqueza, socialmente produzidas. O que gera renda e riqueza é produção, é crescimento de produção. O que afeta, entre outros fatores, mas com peso importante, a distribuição de riqueza é o conhecimento. O crescimento da produção e o conhecimento podem viabilizar trabalhos com capacidade de gerar rendas melhores. Esse seria, em lugar de um círculo vicioso, um círculo virtuoso de transformação social; uma melhor distribuição do conhecimento determinando, *coeteris paribus*, uma melhor distribuição de renda.

É evidente que, dito assim, isso soa, pelo menos para mim, excessivamente mecanicista. Deve ter tomado apenas uma moldura, um enquadramento para uma estratégia de inclusão social. Há muitas barreiras, há muitas restrições, muitos obstáculos a transpor. Afigura-se, portanto, útil dispor de um conjunto de ações que tenham os excluídos como público-alvo, ou seja, ações dirigidas, ações focalizadas. Mas, mesmo nestes casos, embora o assistencialismo seja necessário, não se deve perder de vista o que é, a meu ver, essencial: é que as pessoas devem ser, elas próprias, a partir de um certo momento, os sujeitos da sua própria inclusão social. É preciso capacitá-las para isso, é preciso ajudá-las nesse protagonismo, que deve ser delas, associado ao resultado, ao mérito resultante, que também devem ser delas.

Eu concluo citando, mais uma vez, um pensador do Século XIX, novamente Joaquim Nabuco, num texto mais recente dele, de 1900, de um livro autobiográfico, “Minha Formação”. Ele diz o seguinte: “Hoje, que ela (a escravidão) está extinta (ele foi um dos grandes abolicionistas, como sabemos), experimento uma singular nostalgia: a saudade do escravo.” O que é que Nabuco quis dizer com isto? A esse episódio de “Minha Formação”, Luiz Costa Lima, que é um grande crítico literário da atualidade, chama “o trauma da escravidão”. Nabuco em parte explica o que ele quis dizer quando ele reclama, dizendo: “A corrente abolicionista parou no mesmo dia da abolição, e no dia seguinte já refluía”. Ou seja, a abolição legou-nos um país desigual, um país truncado, incompleto, ao frustrar o que Nabuco sempre defendeu, a necessária reforma da sociedade, concomitante à abolição da escravatura. E mais, faltou-nos, naquele tempo, e nos falta ainda hoje, uma reforma individual de nós mesmos. “Faltou-nos – diz Nabuco – libertar não só os escravos, mas os senhores, do jugo que os inutiliza igualmente para a vida livre.” Ou seja, superar a antinomia senhor-escravo. “Na alforria dos escravos – diz Nabuco – estava a alforria dos seus próprios senhores.”

Esse “trauma da escravidão” de Nabuco, esse trauma da exclusão, eu creio que as elites brasileiras, a sociedade brasileira ainda continuam a viver, em formas talvez atenuadas. Só não temos a coragem, que teve Nabuco, de confessá-lo. Pois a escravidão ainda projeta uma pesada sombra sobre o Brasil, que é uma sociedade dividida, fraturada, excludente de muitos. Embora o País disponha dos meios para reduzir esse fosso social, certos bloqueios de sentimento, certas alegorias de retórica, turvam a razão nacional e impedem um agir eficaz socialmente transformador. Até quando isso vai

continuar acontecendo? Que seja, esperamos, por pouco tempo. Que não percore enquanto durar o Brasil. Muito Obrigado.

Antônio Maria

Muito obrigado, Roberto. Passamos, então, a palavra ao professor Werner Baer.

Werner Baer

Muito obrigado. Primeiro, eu quero dizer que é uma grande honra estar nessa mesa, porque há aqui três estudiosos que eu respeito. O Roberto Cavalcanti, um dos grandes pensadores nas ciências sociais do Brasil, que desde sua juventude fez contribuições enormes. Como a platéia está cheia de jovens, eu gostaria de chamar a atenção, especialmente, à primeira obra-prima (há muitas obras-primas do Roberto), “Coronel, Coronéis”, que eu acho que é um clássico que cada cientista social do Brasil deveria conhecer. Temos aqui a Sônia Rocha, que é uma pioneira nos estudos da pobreza no Brasil; um estudo objetivo, e cujos artigos e livros são muito valiosos, e dos quais eu tenho uma coleção. E também José Márcio, que é o pioneiro dos estudos da economia do trabalho. Então, é uma grande honra estar com vocês.

Minha contribuição vai ser marginal. O que eu gostaria de fazer, basicamente, é apresentar algumas observações de um brasilianista sobre a situação atual do Brasil, do ponto de vista de equidade; equidade regional e dentro da região Nordeste. Primeiro, o que eu gostaria de chamar à atenção é a velha disputa entre os economistas sobre se equidade e eficiência podem viver em conjunto ou se uma requer a exclusão da outra; se podemos dizer que o processo de desenvolvimento é um processo que não tem nada a ver, no curto prazo ou mesmo médio prazo, com eficiência.

A industrialização do Brasil, como a industrialização da América Latina, foi um processo ineficiente no curto prazo. Mas a idéia não foi alcançar uma eficiência; a idéia, basicamente, foi mudar a qualidade dos fatores de produção, mudar a qualidade das organizações econômicas e sociais. Essa é a idéia do desenvolvimento. Não é maximizar, no curto prazo, a taxa de crescimento, mas é uma coisa muito mais qualitativa. Esse é o problema que nós temos, nós, desenvolvimentistas, com os economistas

tradicionais, que enfatizam demasiadamente a eficiência. Desse ponto de vista, pode-se dizer que o processo de industrialização do Brasil foi um processo necessário, de modernização, mas ineficiente, de certa maneira.

A outra observação que eu gostaria de fazer é que a industrialização dos anos 1950, 1960 e 1970 resultou num aumento da concentração da renda. Uma coisa muito interessante é que houve uma distribuição de renda numa economia aberta do Século XIX, mas isso não mudou no sistema de industrialização e mesmo num sistema em que aumentou a participação do governo na economia brasileira.

Outra coisa que nós sabemos é que não somente houve um aumento da concentração da renda durante a industrialização, mas houve também um aumento da concentração regional da renda; que o Sudeste do Brasil se beneficiou mais do que qualquer outra região do País, especialmente o Nordeste, durante esse processo de industrialização e substituição de importações. Isso resultou, depois de certo período, em algumas pressões no sentido de se adotar políticas explícitas regionais de redistribuir a renda, como a criação do Banco do Nordeste, a criação da Sudene, a criação de vários incentivos fiscais para atrair investimentos para o Nordeste do Brasil.

Infelizmente, como muitos de vocês sabem, o resultado dessa industrialização não foi muito benéfico para a população em geral do Nordeste; e também o efeito de repercussão (*linkages*) dentro da Região foi pouquíssimo, porque a maioria das indústrias que se localizaram em Salvador, em Recife, comprou seus insumos fora da Região. Então, esse é o passado.

Depois, chegamos agora na área do neoliberalismo e da globalização. Em que consistiu isso? Consistiu, na década de 90, na abertura da economia, criação do Mercosul, privatização, saída do governo de muitos setores, e também o tratamento mais simpático, digamos, de capitais estrangeiros dentro da economia brasileira. Isso resultou, não há dúvida, num grande aumento da eficiência em muitos setores, e também no aumento da competitividade do Brasil em muitos setores. O Brasil tem o orgulho de exportar aviões que estão sendo utilizados como jatos regionais nos Estados Unidos e na Europa, etc.

Mas, com esse aumento da eficiência, você tem também o lado negativo. O lado negativo, basicamente, é que muitas pessoas em empresas estatais ineficientes foram demitidas depois da privatização. Agora, de certa

maneira, isso é muito bom, aumentou a eficiência das empresas. Mas, o que aconteceu com os milhares de trabalhadores que foram demitidos da indústria siderúrgica e de várias outras indústrias? Eles provavelmente entraram em outros setores onde os benefícios e salários eram mais baixos. Também com a abertura, com o neoliberalismo, o Brasil adotou uma nova tecnologia, uma tecnologia muito mais moderna. Mais uma vez, uma tecnologia que aumentou a competitividade do Brasil no mercado internacional, mas, ao mesmo tempo, é uma tecnologia que não vai absorver muita mão-de-obra.

Da mesma maneira, pode-se fazer essa análise no Nordeste do Brasil. O que aconteceu com o neoliberalismo no Nordeste do Brasil? Isso implicou também as mesmas tendências que se pode observar nacionalmente. Mas, há outro aspecto que me preocupa um pouco, é o seguinte: numa economia aberta onde o mercado prevalece, será que esse mercado que está prevalecendo vai resultar em uma distribuição regional da renda mais eqüitativa do que no passado? Será que, automaticamente, quando as empresas multinacionais aumentam os seus investimentos no Brasil, elas vão também escolher o Nordeste do Brasil, porque talvez a renda seja menor? Mas, talvez a produtividade seja menor também.

Com relação ao Mercosul, a lógica é que, com o Mercosul (se o Mercosul sobreviver, digamos, à crise argentina, etc.), os investimentos de infra-estrutura vão se fazer no Centro-Sul e no Sul do País para aumentar a eficiência da integração. Então, eu pergunto se todos esses fatores desse processo de neoliberalismo podem aumentar a participação do PIB do Nordeste, no futuro, e se também podem beneficiar o Nordeste. Francamente, como estou dizendo, eu tenho as minhas dúvidas.

Tenho também uma outra pergunta que seria interessante estudar: Se vocês privatizarem o setor bancário, os bancos estatais, se vocês privatizarem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), algum dia, ou, digamos, o Banco do Brasil, etc., será que isso vai beneficiar as regiões menos desenvolvidas? Nós temos que nos perguntar por que foram estabelecidos o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, os bancos de vários estados. Foram estabelecidos porque vários setores e várias áreas do País não estavam sendo atendidos pelo setor financeiro privado. Agora, com a privatização, será que os vários bancos, especialmente o Banco Santander e os vários outros bancos internacionais que estão entrando, vão distribuir os seus créditos de maneira mais eqüitativa, ou será que eles vão

simplesmente receber os depósitos do Nordeste e aplicar esses depósitos no Sudeste do País? É uma questão provocativa, mas eu acho que é uma questão importante de se considerar: eficiência *versus* equidade.

Então, basicamente, o que eu gostaria de mencionar é o seguinte: é que o mercado, em geral (e isso aconteceu nos Estados Unidos também), o sistema de mercado, é concentrador no longo prazo, e o que se precisa é que o governo, seja no Brasil, nos Estados Unidos ou em qualquer outro país, possa frear esse processo de concentração. Eu não estou argumentando necessariamente a renacionalização de muitas empresas e muitos setores, mas estou dizendo que se vocês vão aceitar o fato de que o mercado em si não vai resultar num sistema mais equitativo, qual é o novo papel do governo como regulador dentro de uma economia aberta ao mercado? Por isso, estou dizendo que há um papel muito importante da parte do governo.

E uma coisa que eu já mencionei aqui, talvez em outras platéias do passado, é o seguinte: no meu país, nos Estados Unidos, nós tivemos também um Nordeste. O nosso Nordeste foi no Sul do País. E a razão por que o Sul do País melhorou a sua participação na economia americana foi a ação do governo, com a *Tennessee Valley Authority*. Os políticos do Sul do País, que tinham muito poder depois da II Guerra Mundial, influenciaram os gastos bélicos em indústrias localizadas naquela região. Então, eu acho que essa é uma lição que talvez o Nordeste ou várias regiões atrasadas do Brasil devessem tomar em conta: é que talvez seja necessária uma ação política, através de organizações como o Banco do Nordeste, a Sudene, o governo, para frear a concentração; e que é importante usar o poder político para forçar que a eficiência seja acompanhada com algum tipo de equidade. Dessa maneira, eu, pessoalmente, não vou condenar, como muitas pessoas fazem, essa guerra fiscal de atrair artificialmente a Ford para a Bahia, de atrair artificialmente outras indústrias. É uma coisa que, no curto ou no médio prazo, vai ferir a eficiência, mas para a equidade regional eu acho que isso é fundamental.

Mas, se você está de acordo que se precisa, talvez, de uma atuação extramercado para estabelecer uma equidade, uma vez que se estabeleça uma Ford na Bahia, uma vez que se estabeleça uma General Electric, ou a Siemens, no Ceará, etc., não significa que isso vai resolver o problema social dentro da Região. O problema social da Região e do País em geral é um outro problema muito sério. É que, no longo prazo, nem a agricultura, nem a indústria vai absorver a mão-de-obra. Se você examina os Estados

Unidos, 76% da população economicamente ativa estão no setor de serviços. A mesma coisa na Europa, talvez de 65% até 70%. Então, no longo prazo, você tem que resolver o problema de distribuição de renda, de absorção de mão-de-obra, através de um setor de serviços. É uma coisa que os economistas não entendem; nem a direita nem a esquerda estudou o setor de serviço no passado. Eu acho que isso é fundamental.

E no setor de serviço, se esse é o setor que vai absorver a mão-de-obra, o que é muito importante é naturalmente o capital humano, porque com capital humano, com capacitação das massas, você pode aumentar, digamos, o *linkage* da maioria da população ao setor moderno, e dessa maneira eu acho que é muito importante discutir um pouco como desenvolver o setor educativo. Isso talvez se junte um pouco com o que o José Márcio estava dizendo. Interessa não somente que percentagem do PIB você vai investir na educação, mas que tipo de educação – educação primária, secundária ou universitária – e também o conteúdo da educação. Simplesmente gastar em educação não quer dizer nada. É necessário planejar que tipo de mão-de-obra se precisa numa sociedade moderna e de que maneira se poderia mudar o sistema educativo no Brasil, especialmente no Nordeste do Brasil, para aumentar a inserção social. Muito obrigado.

Antônio Maria

Muito obrigado, Werner. Passamos, de imediato, a palavra para os senhores da platéia.

Do auditório

Hoje em dia, quem estuda o Nordeste observa um debate muito forte em relação ao seguinte: quando você olha para os recursos que hoje são transferidos para o Nordeste, os recursos não diminuíram, mas a composição mudou muito. Isso é um argumento do Gustavo Maia. Ele mostra, basicamente, que hoje em dia o que se transfere para o Nordeste como gasto social, incluindo aí a aposentadoria rural, é dez vezes maior do que o orçamento do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor). Em termos líquidos, transfere-se para o Nordeste algo como 8 bilhões de reais, enquanto o financiamento para a produção é em torno de 800 milhões de reais. Então, embora o discurso do governo não seja explicitamente esse, na realidade, quando se vê a composição

das transferências para o Nordeste, hoje o Nordeste é visto muito mais como um problema social do que propriamente como uma alternativa de se tornar uma região produtiva; é visto muito mais como um problema de dar esmola do que propriamente de financiar a produção. E quando a gente compara com o caso, por exemplo, do sul dos Estados Unidos, a gente vê que o que a gente chama hoje de guerra fiscal ocorreu exatamente igual no sul dos Estados Unidos, e com diferenças muito grandes entre os estados. Há alguns estados do sul dos Estados Unidos, como Carolina do Norte, como Flórida, que investiram muito em educação, e outros, como Mississipi, que até hoje têm problemas educacionais e apresentam indicadores sociais muito baixos em relação à média dos Estados Unidos.

Então, eu queria escutar da mesa duas coisas: primeiro, sobre essa provocação de que hoje se trata o Nordeste muito mais como uma região à qual você precisa dar esmola do que realmente como uma região que pode se tornar produtiva, devido a essa composição das transferências. Quanto ao segundo ponto, eu queria que o professor Werner falasse sobre isso, porque a história dos indicadores econômicos do sul dos Estados Unidos mostra que realmente houve um *catching-up*, ou seja, a renda média dos estados do sul dos Estados Unidos atingiu a renda média dos Estados Unidos, mas, em termos de indicadores sociais, aquela região ainda está muito aquém. O Senhor até fala isso num texto publicado na Revista Econômica do Nordeste, de 99. Então, qual foi o grande fator de diferença entre esses estados do sul dos Estados Unidos que investiram em educação, como por exemplo Flórida e Carolina do Norte, e os outros que não investiram e hoje estão numa espécie de *low education trap*, uma armadilha de baixa educação, e a vantagem comparativa que oferecem continua sendo o custo da mão-de-obra, que eles já perderam um pouco para o México. Eu queria ouvir comentário sobre esses dois pontos.

Antônio Maria

Acredito que o segundo ponto é certamente com o professor Werner. Agora, você indicaria algum membro da mesa para o outro ponto?

Do auditório

Eu gostaria de escutar o professor Roberto.

Antônio Maria

Então, primeiro o professor Werner.

Werner Baer

Na verdade, não estou dizendo que o aumento da participação do sul dos Estados Unidos na indústria americana resolveu todos os problemas sociais nos estados sulistas. Não há dúvida de que os estados sulistas, individualmente, sacrificaram uma renda, que muitas vezes foi sacrificada não aumentando os gastos sociais, especialmente Alabama, Mississippi, etc. Mas, apesar disso, há um impacto bastante positivo sobre a população. Por exemplo, as empresas automobilísticas que se localizaram na Carolina do Sul e em Alabama precisam de trabalhadores qualificados, então elas estabeleceram escolas aumentando a qualificação dos trabalhadores locais. A maioria das indústrias que se localizaram lá não foi baseada em migrações, mas sim no uso de trabalhadores do nordeste dos Estados Unidos. Então, é verdade que o governo poderia, com os recursos que se sacrificou, ter feito mais para educar a população, mas, em geral, eu acho que a situação na maioria dos estados sulistas melhorou muito nos últimos 50 anos.

Antônio Maria

Roberto, por favor.

Roberto Cavalcanti

A propósito das transferências da União para o Nordeste, o Gustavo Maia Gomes tem razão. Creio que você se refere ao livro dele “Velhas Secas em Novos Sertões”, que é de 2001, editado pelo IPEA. O Nordeste recebeu nos anos 1960-1970, até o início dos anos 80, transferências federais mais sob a forma de investimento em capital fixo; e, mais recentemente, reduziram-se os investimentos da União em capital fixo, como percentual do PIB do Nordeste, e aumentaram-se as transferências, digamos, correntes, sob a forma de transferências a estados e municípios e transferências no bojo da previdência social.

Argumenta-se que esses recursos não têm o impacto sobre a estrutura produtiva que teriam as transferências de capital. Eu concordo em parte com esse argumento, porque as novas teorias do crescimento dão hoje muita ênfase a outros fatores de produção além de capital fixo. Toda a discussão que se trava em torno de economia do conhecimento enfatiza muito o capital imaterial, intangível, o capital embutido nas pessoas sob a forma de conhecimento, de qualificação, o capital embutido nas instituições, nas empresas, sob a forma de *know-how*, de experiência de gestão, de técnicas de produção desenvolvidas ao longo do processo produtivo. Isso é, argumenta-se, muito mais importante do que o capital material embutido em máquinas e equipamentos, embora estes possam trazer um conteúdo de tecnologia.

Eu creio que, para o Nordeste, hoje, se deveria enfatizar transferências nos dois sentidos: de capital físico e de capital humano; não de pessoas, mas aquisição de capital humano, de informação, de *know-how*, de novas técnicas, de qualificação de mão-de-obra; ou seja, uma nova estratégia de desenvolvimento ou de crescimento ajustada aos novos tempos. E as novas teorias de crescimento deveriam enfatizar esses dois aspectos, e não apenas o capital fixo, sobretudo quando aplicado apenas em infra-estruturas físicas ou em grandes projetos como o do pólo petroquímico da Bahia.

Antônio Maria

Muito obrigado, Roberto e Werner.

Do auditório

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao professor José Márcio Camargo no tocante à parte da previdência, porque o diagnóstico normalmente eu acho fácil de fazer: estamos num sistema de repartição simples no INSS, tinha oito pessoas contribuindo, tem 1,7 pessoa contribuindo para cada um aposentado, os militares quando se aposentam ganham uma promoção, os professores das universidades mantêm 100% do seu salário quando se aposentam, não há sistema contributivo, não há um sistema de formação de poupança, como há nos Estados Unidos, em que todo mundo usa plano de contribuição definida que funda esse benefício ao longo de 35 anos, 40 anos, para ganhar 50%, 65% da sua renda ao final. Haja vista o quadro

político, ou seja, que as elites normalmente dominam, estão no Congresso Nacional, como é que você vislumbra a mudança a ser implementada a partir do diagnóstico feito? É simplesmente mostrar isso, mostrar aquilo, o que todo mundo já sabe, que 90% dos recursos da educação vão para as universidades? E quando você vê as desigualdades econômico-sociais dos orçamentos das universidades, uma menor parte vai para as regiões menos desenvolvidas, uma maior parte vai, sem qualquer demérito, para as Unicamps, as Universidades de São Carlos, as universidades estaduais paulistas, etc. Como resolver essa equação?

José Márcio

Antes de responder, eu quero fazer um comentário sobre a sua pergunta. Eu acho que a função do Estado, hoje, é muito clara: é, fundamentalmente, prover condições para que se consiga fazer com que 100% das nossas crianças, daqui a 15 anos, estejam com o ensino fundamental completo. Transferência que ajude isso eu chamo transferência positiva; ou transferência produtiva, se você quiser. O meu problema é que, quando você faz transferência via aposentadorias, na verdade você está fazendo transferência para consumo; quando você faz transferência para educação, você está, na verdade, fazendo transferência para investimento. Não é em capital físico, mas é em capital humano.

Neste País, o que nós precisamos hoje, o que nós temos hoje a menos do que países com renda per capita igual à nossa, é capital humano; países com rendas per capita similares à nossa têm muito mais capital humano do que nós. Há alguns dados que são inacreditáveis. Vejam: a percentagem de crianças pobres que completam o ensino fundamental no Brasil é similar à da Uganda, é similar à de países africanos que têm problemas graves de guerra civil. A percentagem de crianças pobres em El Salvador que completam o ensino fundamental é 40%. Eu não estou falando de países pobres que têm uma vida normal. Nós somos comparáveis com países pobres, muito mais pobres do que nós, e que têm problemas graves de organização social, de guerra civil etc.

Então, eu estou convencido do seguinte: inserção social você só consegue com educação. Educação pode não ser suficiente para você ter inserção social, mas é necessário. Sem educação não tem inserção social possível. Estou falando na média; há pessoas que conseguem, mas são casos

excepcionais. Você não pode trabalhar com casos excepcionais; você tem que trabalhar com a média do País, a média do ser humano. Claro, há pessoas que saem lá de baixo e chegam lá em cima, mas não é essa a média do ser humano. Minha mensagem fundamental aqui é a seguinte: sem educação nós não vamos a lugar nenhum; com educação, podemos ir a lugar nenhum também; eu não sei. Agora, sem educação eu tenho certeza que nós não vamos a lugar nenhum. E este País dá muito pouca importância à educação. Capital físico é muito importante, mas não adianta capital físico sem que você eduque a sua população; você vai ter 40%, 50%, 60% de pobres. O problema que o Werner chamou à atenção aqui é fundamental. Daqui para frente, pessoas pouco educadas não terão espaço no sistema produtivo, em nenhum setor: nem no setor agrícola, nem no setor industrial, nem no setor serviços. Então, a gente precisa colocar isso na cabeça, e efetivamente trabalhar nessa direção.

Vou tentar responder a sua pergunta. Eu falei isso aqui: este ano, dia 1º de janeiro, eu disse para mim mesmo: vou passar o ano de 2002, que é um ano eleitoral, fazendo uma campanha, e a campanha é: este País fez uma opção errada na política social, na década de 90. Diminuiu a pobreza, mas através de transferências das crianças para os idosos. Se a gente tivesse feito a opção correta, que é diminuir pobreza através de transferência de renda para manter as crianças na escola, eu tenho certeza de que estaríamos numa situação melhor agora.

E como é que se chega ao Congresso? Eu acho que só tem uma forma. A minha experiência é muito clara; pode ser errada, mas para mim ela é clara: só tem uma forma de você conseguir fazer com que as suas idéias, em algum momento, sejam aprovadas. É brigar por elas. Antônio Maria aqui se lembra, em 1990 nós começamos com a idéia do bolsa-escola.

Antônio Maria

Eu comecei em 70.

José Márcio

Tinha toda uma idéia de renda mínima. Em 90, o Suplicy e eu tínhamos uma discussão, porque eu achava que renda mínima era uma coisa complicada, gerava incentivos errados, aí o Eduardo chegou e falou: “Se

você acha que é tão complicado, por que é que você não propõe uma mudança no programa?” Essa discussão durou anos, o Eduardo tem isso aí contado naquele livro dele. Aí um dia eu disse para ele: “Eduardo, tem uma forma: bolsa-escola. Vamos discutir como é o bolsa-escola”. Aí discutimos e tal. A primeira reação foi um horror. “Isso é assistencialismo, é não sei o quê.” Um horror, um negócio inacreditável. Eu falei: “tudo bem”. Foi briga, briga, briga, hoje é uma coisa que é aceita como se fosse uma maravilha, mas a primeira reação foi um desastre. Tem “n” coisas desse tipo. Então, só há uma forma: é brigar por suas idéias. Eu estou convencido disso, e vou continuar brigando, mesmo que seja às vezes chocante. As pessoas acham cruel quando a gente fala essas coisas sobre esse tipo de opção no Brasil. Mas o mundo é assim, para infelicidade e para felicidade da gente. Ele é assim, e só tem uma forma de você conseguir fazer com que as suas idéias vinguem: é brigando por elas. Acho que é isso.

Antônio Maria

Obrigado, José Márcio. Mais colegas desejam nos questionar?

Do auditório

Eu queria fazer uma pergunta ao professor Werner. Eu sou aluno da professora Eveline, o Senhor até a conhece, e eu tenho discutido com ela sobre os *clusters*, fizemos até uma analogia com as vantagens discutidas em economia internacional, vantagem comparativa e tudo, e nessa discussão nós pensamos no seguinte: uma indústria que seria interessante em qualquer *cluster* seria indústria de educação, escolas e tudo, para classificar o trabalhador a se inserir naquele mercado, porque existem dados que mostram que a Grendene se instala no Ceará mas não tem no local pessoas qualificadas para trabalhar na Grendene. Então, nós pensamos nisso como uma solução, que tanto pegava o sistema de clusters, onde se especializava uma área, e também se investia em educação. Eu queria saber o que o Senhor acha disso.

Werner Baer

É uma proposta muito razoável, muito interessante. Se você vai fazer planejamento regional em várias sub-regiões, digamos, do Nordeste, eu acho que um insumo importantíssimo seria esse tipo de formação de capital; faz parte desse *cluster*. Acho a idéia brilhante. Obrigado.

Antônio Maria

Mais perguntas? Bom, talvez aqui a maioria dos senhores e senhoras sejam economistas, também, mas de qualquer jeito é bom lembrar que, em questões de política econômica, nossos valores determinam as teses que defendemos. A ciência econômica, como ciência alguma, determina coisa alguma sobre o que fazer. Então, é tradição no meio acadêmico, e não é brasileiro apenas, é internacional, que em solenidades, em congressos, nós expressemos nossos valores nas propostas de política. De toda forma, gostaria de pedir desculpas se houve ofensa a valores das pessoas, dos senhores e das senhoras presentes, e agradecer muito terem ficado até esta hora nos ouvindo. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias

Agradecemos ao professor Antônio Maria e aos demais expositores por suas apresentações, e aos que hoje nos honraram com suas presenças. Convidamos a todos para a programação cultural em homenagem aos 50 anos de criação do Banco do Nordeste, a realizar-se logo mais às 20h30min, no Centro Cultural do Banco do Nordeste, no Centro de Fortaleza. Lembramos que o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e o VII Encontro Regional de Economia prosseguem amanhã, a partir das 8h30min. Contamos com a participação de todos. Muito obrigado e boa-noite.



4 - SESSÃO ESPECIAL – ETENE

19 de julho de 2002

A Inserção do Nordeste no Novo Regionalismo Mundial

Presidente de Mesa:

Waldemar Wirsig – representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no Brasil

Expositores:

Jaime Mano Júnior – Especialista setorial do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Flávio Ataliba – Professor do Centro de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Ceará (CAEN/UFC).

Antônio Rocha Magalhães – Economista do Banco Mundial.

Luciano Coutinho – Professor do Departamento de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP).

Geoffrey Hewings – Professor da Universidade de Illinois.

Waldemar Wirsig

Bom-dia a todos. Novo regionalismo mundial e a inserção do Nordeste do Brasil nessa evolução é o tema de nossa mesa. O tema, então, tem a ver com o impacto da globalização e como integrar o Nordeste dentro desse novo contexto; tem a ver com a pergunta: quais são as vantagens comparativas da Região e como pode esta região competir no contexto do Mercosul e no contexto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)? Com a pergunta, se a abertura comercial pode reduzir a concentração de renda, tanto em nível do Brasil como na sua consequência nesta região, no Nordeste do Brasil; com a pergunta se, devido à sua localização geográfica, o Nordeste do Brasil tem vantagens numa intensificação das relações comerciais com a Europa; e com a pergunta se, seria uma completa inserção do Nordeste na economia brasileira uma pré-condição para a outra etapa das novas relações econômicas.

Desafios e oportunidades, diz o lema deste evento. “Desafios e Oportunidades para o Nordeste” e desafios e oportunidades para os atores no Nordeste; entre eles, obviamente, esta casa, o Banco do Nordeste. Muitas perguntas vão ser respondidas por este painel de *experts*.

E a boa notícia é que nós temos um excelente painel de expositores, das mais diversas experiências, vividas do ângulo acadêmico, do ângulo do setor público, do setor privado.

A notícia ruim é o fato de que cada um deles só vai ter quinze minutos para falar e eu vou controlar rigorosamente este tempo. Sem mais, vamos começar, e o primeiro expositor vai ser o Jaime Mano. O Jaime é colega do Banco, é especialista setorial do BID na nossa representação em Brasília, já tem 20 anos dedicados ao desenvolvimento do Brasil. Ele foi responsável, entre várias outras coisas, pelos programas de crédito global aqui com o Banco do Nordeste: é gerente do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), tanto na sua primeira etapa como na segunda; é professor da Fundação Getúlio Vargas e é um profundo conhecedor do Nordeste. Com a palavra, Jaime Mano.

Jaime Mano

Obrigado. Muito embora esse evento esteja inserido nesse contexto de desafios e oportunidades para o Nordeste, não podemos esquecer que está dentro de um marco de referência que são os 50 anos do Banco do Nordeste. Temos que começar parabenizando o nosso anfitrião por esse evento e por esses 50 anos de atuação.

Vamos falar, em grandes linhas, sobre que outras iniciativas e estratégias o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vem adotando no contexto de um conserto de processos de integração, até chegar às nossas experiências mais específicas do Brasil, e também estabelecer aqui uma certa comparação com uma outra experiência latino-americana, que não é brasileira, mas é inovadora e poderia servir como uma referência, como um desafio, como um estímulo ao desenho de operações inovadoras e que levassem ao tão almejado processo de desenvolvimento, inserção e integração de que estamos falando.

Em grandes linhas, só para situar o contexto, o grupo BID é formado por três instituições: o Banco em si, que tem atuação junto ao setor público

em toda a América Latina; o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) é um fundo que apóia programas inovadores na América Latina; é uma linha de crédito a fundo perdido, do Banco; e a Corporação Interamericana de Investimentos. No caso nosso, vamos falar da atuação do Banco. Só para situar o tema e dar um painel da atuação do Banco, estamos falando de um banco que em 2001 concedeu praticamente US\$ 8 bilhões em novos empréstimos à América Latina, e pelo oitavo ano consecutivo se configura como a principal fonte de crédito multilateral para a Região. Como é que isso se distribuiu dá uma certa noção das prioridades: US\$ 3 bilhões foram para os setores sociais da América Latina, US\$ 2,4 bilhões para a modernização do Estado; US\$ 1,7 bilhão para setores produtivos; e US\$ 700 milhões foram para programas de infra-estrutura na Região.

O Banco, em 2001, procedeu a um intenso estudo sobre competitividade latino-americana *vis-à-vis* os indicadores de competitividade, e aí surgiram cinco vertentes de obstáculos, que seriam uma espécie de recomendação, uma estratégia do Banco na discussão com os países. Os países, os governos, deveriam enfrentar desafios em cinco grandes vertentes: a primeira são os mercados de créditos.

A América Latina ainda demonstra pouca competitividade nessa concessão de crédito, seja em condições, prazos ou os marcos regulatórios de execução de garantias. Os sistemas financeiros em geral poderiam ser modernizados, de forma a aumentar a competitividade. O Banco entende que não existe competitividade de países, que a competitividade de um país é dada pela competitividade das suas empresas. Então, a pergunta é: de que forma os setores públicos da América Latina poderiam, de modo mais contundente, ao investir, ao realizar investimento público, contribuir, colaborar com a competitividade das suas empresas? Uma é: mercado de crédito.

A segunda: recursos humanos. É óbvio: capacitação, maior número de anos de escolaridade, em todos os níveis; em nível de gestão, em nível de funcionário público, setor privado e produção.

A terceira: infra-estrutura. A Região ainda depende de substantivas melhorias na infra-estrutura para tornar competitivas as suas empresas. Tem a questão dos portos, que é conhecida; muito se fez em energia elétrica, muito se fez em transportes, mas ainda há uma família de obstáculos à competitividade da Região.

Quarta: inovação tecnológica. Temos aqui especialistas no tema, não vou me delongar, mas no estudo o Banco se focou mais no tema da inovação tecnológica, entendida aí como as infra-estruturas tecnológicas de informação, a possibilidade de a Região e as suas empresas se beneficiarem mais com os paradigmas de tecnologia da informação atuais.

E a quinta, o campo de políticas de investimento, onde existe espaço para a modernização dos marcos regulatórios na Região, para que pudessem acelerar o desenvolvimento, atrair capitais. Ainda existe muito espaço nas políticas de investimento, no papel do setor público em facilitar a competitividade por essa via. Isso, em grandes linhas, é só um marco de referência.

Estamos estruturados para trabalhar em termos de inserção microrregional, regional e até hemisférica; nós temos um departamento para tal, nosso Departamento de Integração e Programas Regionais, que mantém um instituto específico, o Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe (INTAL), que vai ser destinatário do CD dos anais do nosso evento; eu vou encaminhá-lo imediatamente para Washington, porque é mais uma iniciativa na qual o nosso departamento vai claramente identificar oportunidades.

O Banco, de forma mais ou menos estruturada, vem tendo algum tipo de papel, seja no campo de estudos, seja no campo de cooperação técnica, com todos os processos de integração: hemisférica, como a ALCA, regional, sub-regional, Mercosul, Comunidade Andina, Comunidade do Caribe, Mercado Comum Centro-Americano. Então, o Banco é um parceiro histórico. E aí se pode pensar em dois momentos: no momento de constituição de estudos e, mais, num momento superior, quando surgem as iniciativas onde alguém vai pensar em financiamento, alguém vai pensar num parceiro internacional para os projetos, para o desenvolvimento derivado do processo de integração. Então, estamos trabalhando em duas fases, e temos experiência nesse campo.

O que é que temos de novo? Essa é uma experiência nova: em junho de 2001, houve uma reunião de cúpula em San Salvador, com a representação dos chefes de estado do México, Costa Rica, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Belize e Panamá, e daí surgiu uma iniciativa que se convencionou chamar Plano Puebla-Panamá. Por que eu trago essa experiência para cá? Nós vamos ver que existe muita analogia; esses países da América Central

e nove estados do sul do México têm características sociais muito parecidas com as do Nordeste, têm carências, debilidades e fragilidades muito parecidas com as do Nordeste, problemas ambientais e naturais, alto potencial turístico. Esses Estados, entendidos aí os sete países da América Central e os nove estados do sul do México, abrangendo uma região que vai desde Puebla ao Panamá, acertaram uma iniciativa em conjunto que não está amparada por nenhum tratado de integração oficial, para o desenvolvimento da região, no campo, e o Banco comprou a idéia. Oito áreas-chave foram identificadas, e oito áreas-chave que são muito semelhantes àquelas que se praticam hoje no desenvolvimento, por exemplo, do Nordeste: transporte, energia, comunicação, questão social e questão ambiental.

Derivadas dessa iniciativa surgiram duas grandes operações concretas já aprovadas: uma é o Sistema de Interconexão Elétrica para os Países Centroamericanos (SIEPAC), de US\$ 240 milhões de empréstimo do Banco. Essa região pode servir como ponte entre a América do Norte e a América Central. Em decorrência desse plano, dessa integração, o Banco foi convidado a participar com sete operações independentes, para os países, e para o México de forma integrada, harmônica, atuando diante de um desafio, diante de uma oportunidade.

Outro programa que eu trago aqui como exemplo de atuação recente do Banco é o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Alto Lempa, que envolve El Salvador, Guatemala e Honduras; é um programa muito complexo, multissetorial, atua em vários setores, várias vertentes de atuação governamental e também de forma integrada regional.

Vamos falar um pouco agora sobre o que o Banco vem fazendo no Brasil, qual a sua estratégia, e criar relação com a nossa região. Com base nesse diagnóstico de competitividade da América Latina e em acordos com o governo brasileiro, quatro áreas de atuação do Banco foram identificadas como prioritárias no Brasil: modernização do Estado, modernização produtiva (aí estão as operações que procuram reduzir o convencionalmente chamado “custo Brasil”, aí estão as infra-estruturas), redução das desigualdades sociais (por razões óbvias, prioridade máxima do Banco) e preservação do meio ambiente.

Como é que se constitui a carteira atual? Podemos dizer que os recursos nessas quatro áreas estão sendo aplicados do seguinte modo: em

modernização produtiva alguma coisa da ordem de 45%, onde estão todas as operações de infra-estrutura e redução de “custo Brasil”; pobreza e redução de desigualdades sociais, isso se configura como alguma coisa da ordem de 36% da carteira; e onde estão as operações que têm menor expressão (em volume, porque são setores que consomem menos recursos, mas não em importância) é em modernização do Estado e meio ambiente.

No que toca ao Nordeste, nós temos experiência de atuação regional. A primeira foi criada no âmbito de uma reunião dos nove governadores do Nordeste, por ocasião da assembléia que se convencionou chamar Rio-92, onde o Banco foi convidado a aceitar um grande desafio, tendo em vista o aproveitamento de uma grande oportunidade. Era o momento em que se identificava a oportunidade do desenvolvimento turístico do Nordeste. Qual era o desafio? Atuar com nove estados, sob o comando do Banco do Nordeste. Nós tínhamos que ter um órgão com capacidade regional, capilaridade, expressão na Região, que pudesse liderar uma iniciativa dessa, a qual tinha toda a complexidade do mundo; a começar pelo fato de que o turismo é um dos mais complexos setores para atuar, porque é um setor horizontal, perpassa todos os setores. Atuar em turismo significa atuar em transportes, atuar em saneamento, atuar em abastecimento d’água, áreas sociais, proteção do meio ambiente. Então, era muito complexo e envolvia uma grande região.

Esse desafio foi tomado e oito anos depois os resultados são expressivos. É um exemplo de uma atuação regional que deixa bases. Quais são as bases? A recente aprovação de uma nova operação no Banco, que é o seguimento do PRODETUR, onde, sob a égide do turismo, se financiam projetos e iniciativas multissetoriais, todos criando uma espécie de alavanca ao desenvolvimento sócio-econômico da Região.

Lições aprendidas? 1) Estamos cada vez mais enfocando a questão da participação da sociedade civil, ela é cada vez mais presente no desenho dessas operações; 2) Estamos incorporando um papel muito mais relevante para municípios; praticamente, dentro do planejamento regional, ou desenvolvimento regional, entramos em nível de microrregião, e os municípios de uma microrregião podem se beneficiar de uma integração numa iniciativa de maior porte; 3) A articulação com o setor privado é outro ponto fundamental no desenho da nova operação; o setor público tem que estar absolutamente solidário com as diretrizes, perspectivas e

expectativas de desenvolvimento do setor privado, de forma a alavancar investimentos e geração de emprego e renda. Isso foi estruturado, mais uma vez, sob a liderança do Banco do Nordeste. Isso é um exemplo de como enfrentar um desafio complexo tendo em vista uma oportunidade que cada vez se configura mais como uma das vertentes de geração de emprego e renda.

Então, em grandes linhas e diante do prazo concedido, essa é a nossa mensagem: o Banco do Nordeste e o Nordeste têm no Banco um parceiro de décadas de atuação, desde a época dos programas de crédito global até os programas atuais de desenvolvimento regional turístico. Parabéns pelos 50 anos, maiores informações vocês podem ter no nosso Centro de Informação, em Brasília: 317-4285. Muito obrigado.

Waldemar Wirsig

Obrigado, Jaime. Acho que da exposição do Jaime é especialmente importante a menção do Plano Puebla-Panamá, que é uma iniciativa muito similar ao International Rural Sociology Association (IRSA) na integração regional da América do Sul. São figuras que, obviamente, têm o seu impacto nas regiões que compõem esses novos territórios geográficos, e talvez a gente possa depois aprofundar um pouco o assunto. Gostaria, agora, de apresentar o próximo expositor, que é o professor Flávio Ataliba. Ele é do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, e está fazendo nesse momento um pós-doutorado na Universidade de Harvard. Ele é especialista em Desenvolvimento, especialista em Crescimento Econômico. Professor Ataliba.

Flávio Ataliba

Bom-dia a todos. Gostaria de agradecer aos organizadores do evento o convite para participar dessa mesa e aproveitar também a oportunidade para parabenizar o Banco do Nordeste pelos seus 50 anos, parabenizar os seus funcionários, os seus técnicos. O Banco do Nordeste é uma referência para o Nordeste. Aqui em Fortaleza, sempre fiz referência ao celeiro de técnicos que foi, e ainda é, o Banco para os governos estaduais; tivemos ex-governadores oriundos do Banco do Nordeste. Então, o Banco do Nordeste está de parabéns, e acredito que no próximo governo nós teremos que reforçar

mais ainda a função do Banco como um agente de desenvolvimento para a Região. Ninguém pode acreditar que uma região pobre como o Nordeste venha a se desenvolver sem uma participação do governo como elemento central que possa propor políticas de aumento de renda *per capita* e de melhoria de qualidade de vida.

A minha idéia aqui é tentar discutir, repensar, se existiriam alternativas ou se nós deveríamos ter políticas regionais diferenciadas, dado que o mundo hoje é muito mais integrado comercialmente, é muito mais integrado financeiramente; ou seja, as políticas de desenvolvimento regionais devem sofrer alterações num mundo mais globalizado? Primeiro, eu vou fazer uma breve exposição, um levantamento teórico sobre o assunto, mas passarei rapidamente para algumas evidências empíricas sobre a questão, para daí tirar algumas conclusões sobre o problema.

A idéia é a seguinte: a partir da II Guerra Mundial, principalmente, o primeiro modelo formal de desenvolvimento foi o antigo modelo Evsey Domar, depois Harrod-Domar, que tinha como inspiração principal incentivos ao capital. Então, quando se olhava países ricos e países pobres, via-se que os países ricos possuíam capital e os países pobres não tinham capital, então a solução para todos os problemas era dar aos países pobres capital e aí estariam todos felizes. Infelizmente, os organismos de desenvolvimento internacional fizeram por muitos anos essa estratégia de desenvolvimento e isso não deu resultado, ou deu muito pouco resultado. Há um livro recente do William Easterly em que ele mostra que, de 136 países onde foi tentada essa alternativa de focar as políticas de desequilíbrios regionais principalmente no financiamento do capital, a Tunísia foi o único país que deu resultado. E rapidamente se entende porque é que isso não tem tanto efeito: porque, no momento em que você tem alguns fatores de produção fixos e se está adicionando capital, você naturalmente está exaurindo todos os rendimentos do capital, até que chega um ponto em que você, mesmo que adicione capital, não obtém mais impacto na região se os outros fatores de produção não aumentarem em proporções semelhantes.

Na verdade, esse resgate foi feito em 1956, em 1957, quando Robert Solow fez um brilhante *paper* e a partir daí ele ganhou o prêmio Nobel com esse *paper*. Nesse trabalho, ele mostra claramente que o que diferencia os países ricos dos países pobres é a tecnologia. A tecnologia é que é o motor do crescimento econômico no médio e longo prazos. Mesmo em transição,

quando você sai de uma situação para outra, você tem algum ganho de capital, mas, no longo prazo, é a tecnologia que comanda a evolução dos países. E o problema do *Solow* é que a tecnologia era exógena; não havia elementos, nos modelos de *Solow* (o modelo neoclássico tradicional), para explicar por que uns países possuem inovações tecnológicas e outros países não possuem inovação tecnológica. Essa era a grande questão teórica que ficou durante muitos anos para ser melhor entendida, e foi entendida em 86, com um *paper* do professor Paul Romer, feito em Chicago, em que ele mostra exatamente que alguns países possuem capacidade de gerar tecnologia ou de copiar tecnologia porque eles possuem mais conhecimento. Ou seja, os países são ricos ou são pobres na disponibilidade de conhecimento e na externalidade que se gera de conhecimento entre firmas. Então, é verdade que a proximidade entre firmas pode gerar conhecimento, o que faz com que esse conhecimento gere tecnologia.

Em seguida, em 88, Robert Lucas fez um artigo mostrando que o conhecimento é gerado pela disponibilidade que os indivíduos possuem num país em se dedicar à formação de capital humano; ou seja, o conhecimento vem do tempo despendido pelas sociedades para gerar capital humano, e a partir da geração de capital humano você tem uma maior probabilidade de que esses países gerem tecnologia, copiem tecnologia ou aperfeiçoem tecnologias feitas em outros lugares.

Depois, já em 1992, teve um outro trabalho importante, de Aghion-Howitt, que mostra que é importante o capital humano, é importante gerar conhecimento, mas você tem que garantir direitos de propriedade para quem está gerando conhecimento, porque senão você não tem incentivo a investir. E, na década de 1990 toda, os trabalhos empíricos que surgiram foram mais para ratificar essas teorias que estavam sendo geradas. Principalmente Barro, da Universidade de Harvard, fez muita coisa, muitos testes empíricos em que ele mostra basicamente que o mundo realmente convergia, mas convergia em clubes; ou seja, os ricos se aproximariam dos ricos e os pobres se aproximariam dos pobres. Você teria uma idéia de serem formados clubes de convergência, e a diferença era exatamente que os ricos possuíam mais conhecimento e maior possibilidade de gerar tecnologia.

Na pesquisa atual, o que se coloca é: se sabemos que tecnologia é importante, que conhecimento é importante, por que uns países se dedicam e fazem uma escolha social em aumentar o conhecimento e outros não? Ou seja, qual o desenho institucional que os países possuem, de forma que uns

conseguem reverter as suas instituições em direção a gerar conhecimento e outros não? Essa é uma pesquisa que se está colocando hoje, existem alguns modelos que estão sendo gerados, mas ainda não tem nada conclusivo.

Nesse contexto da evolução do pensamento do desenvolvimento econômico, junto com isso você tem a evolução do pensamento no comércio. Como o comércio entra nessa história toda? O comércio entra nessa história toda porque o comércio tem uma característica fundamental, que é possibilitar a transferência mais rápida de tecnologia entre países. Ou seja, no momento em que você tem uma abertura comercial entre países, você tem um ganho inicial de nível, porque você aloca mais eficientemente os recursos e aí você aumenta a produtividade. Essa é a idéia básica de Heckscher-Ohlin.

Esse é um ganho estático inicial, mas a questão é: será que esses ganhos estáticos iniciais se mantêm? Ou seja, o comércio é bom para todo mundo? E aí existe uma discussão acadêmica muito grande para saber se os países que são mais abertos conseguem crescer a taxas mais elevadas do que aqueles que são mais fechados. Na verdade, a discussão toda surge do seguinte: no momento em que você abre a economia, e as vantagens comparativas são importantes, em que setores da economia você vai se especializar? Se você for se especializar em setores tradicionais com baixa possibilidade de geração tecnológica, certamente você vai ficar atrás daqueles países cujas vantagens comparativas vão dar dinamismo em setores que possuem vantagens tecnológicas mais importantes. O resultado empírico disso não é muito claro; existem alguns trabalhos que tentam dizer que abertura econômica é boa para todos, existem outros que não, especialmente trabalhos de Dany Rodrick (estou fazendo propaganda do meu orientador). É que esses trabalhos possuem alguns problemas de medida da abertura econômica. Dependendo da abertura econômica que você utilize, você tem resultados econométricos diferenciados. Então, os resultados não são robustos. Logo, você não pode tirar tantas conclusões assim, se a abertura econômica é realmente uma coisa boa para todo mundo. Pode ser boa para alguns, mas pode não ser boa para outros. Depende de para onde o país que está se integrando vá caminhar.

E aí, já numa visão mais regional, pode-se ver que, em alguns países que entraram num processo de integração comercial, as regiões dentro desses países tiveram processos de divergência. Estão aí citados alguns trabalhos

que mostram a ocorrência desse processo na China e na Espanha. Na verdade, essa possibilidade de divergência vai estar associada exatamente às dotações de conhecimento entre as regiões.

A FIGURA 1, a seguir, é apenas uma referência sobre a evolução do comércio no mundo. A globalização, de que tanto falamos hoje, já existia no final do Século XIX. Entre as duas guerras houve um período de aumento de barreiras, então houve pouco comércio, mas a partir de 1960 houve um período de *boom* no comércio internacional, uma explosão mundial, tanto no comércio internacional como também no fluxo de ativos financeiros. Ou seja, se pensar em globalização, tanto de bens e serviços, como também de ativos financeiros. (FIGURA 2)

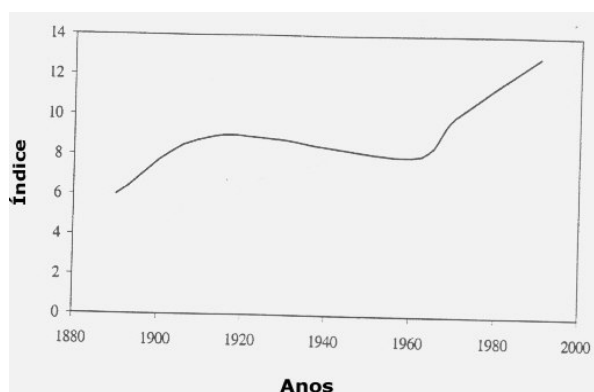


FIGURA 1 - EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS COMO PROPORÇÃO DO PIB MUNDIAL
FONTE: CRAFTS 2000.

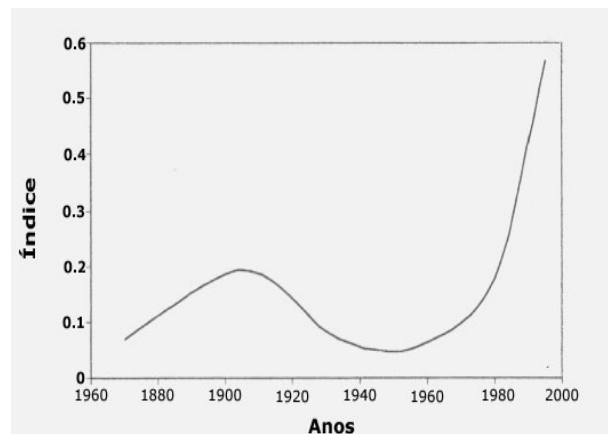


FIGURA 2 - ATIVOS ESTRANGEIROS COMO PROPORÇÃO DO PIB MUNDIAL
FONTE: CRAFTS 2000.

E como foi a composição das mercadorias no mundo? Podemos ver claramente (FIGURA 3) que há aí uma tendência de aumento na exportação de bens manufaturados e há uma redução progressiva na exportação de bens primários, bens agrícolas, principalmente. Isso já mostra claramente o dinamismo do comércio mundial em direção a bens manufaturados, que possuem valor agregado bastante superior.

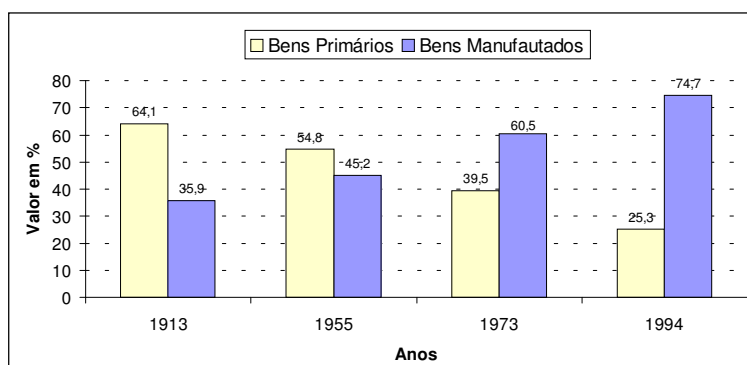


FIGURA 3 - COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS NO MUNDO

O próximo quadro mostra como se compõem as exportações dos países em desenvolvimento, na América, na África e na Ásia (FIGURA 4). Claramente, os países em desenvolvimento na América e na África vêm reduzindo sua participação no comércio mundial, enquanto os países da Ásia vêm aumentando.

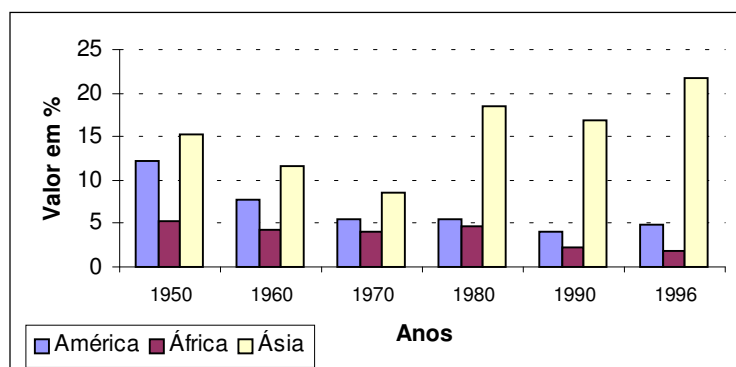


FIGURA 4 - EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

A próxima transparência (FIGURA 5) eu tirei de um estudo, e ela mostra o seguinte: a linha maior é a linha da evolução da desigualdade no mundo. A desigualdade no mundo pode estar acontecendo por duas coisas: a desigualdade dentro do país ou a desigualdade entre países. Na verdade, quem está comandando a evolução da desigualdade no mundo é a desigualdade entre países. Ou seja, a desigualdade entre países no mundo vem aumentando já desde 1820.

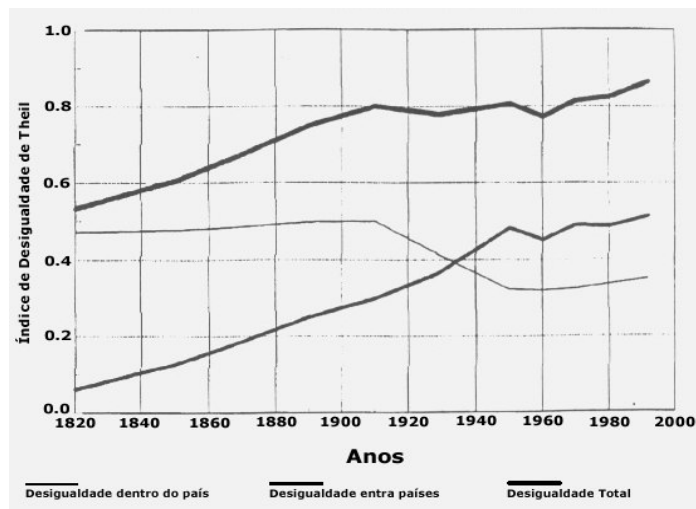


FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NO MUNDO

E essa evolução da desigualdade produziu um resultado interessante. No eixo horizontal (FIGURA 6), você tem o PIB dos países em relação ao PIB dos Estados Unidos. Você nota que em 1960 parece que há um posicionamento dos países em torno de um pico só; uma concentração. Mas, já em 88, acontece um resultado diferente: você está construindo um mundo em dois picos, agora; alguns países foram para trás, e outros países foram para frente. A idéia de clube de convergência e a idéia de conformação de grupos de países que têm características semelhantes vêm acontecendo. É evidente que um dos principais motivos pelos quais está surgindo isso é a capacidade de você gerar tecnologia. Ou seja, esses países possuem capacidade de gerar tecnologia muito mais forte do que outros países, o que faz com que o mundo se torne bipolar.

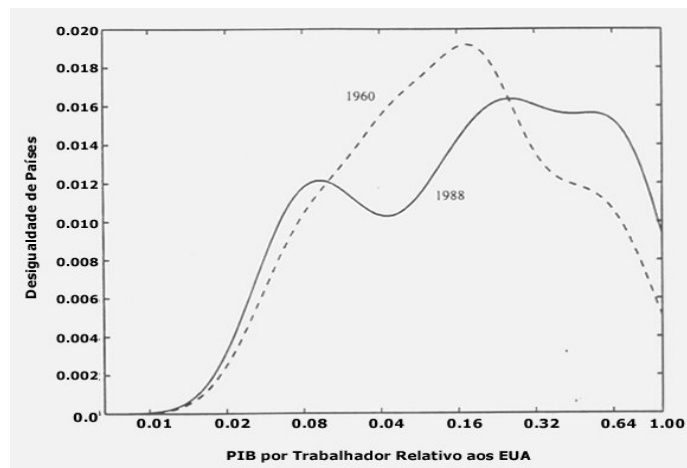


FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO MUNDIAL DE RENDA – 1960 E 1988

Eu fiz esse mesmo exercício para o caso nosso, dos estados brasileiros (FIGURA 7). Então, o que é que acontece aqui? Eu utilizei o PIB *per capita* de cada um dos estados brasileiros, dividido pelo PIB *per capita* de São Paulo, e construí também intervalos, ou seja, estados que estariam de 0,2 a 1,0 em termos de PIB *per capita* de São Paulo, e fiz toda uma divisão de classes. A curva azul é essa distribuição em termos contínuos desses intervalos, em 1986, e a curva vermelha é a distribuição dessa frequência para 1999, ou seja, após um período de abertura comercial no Brasil inicia já fortemente no começo da década passada.

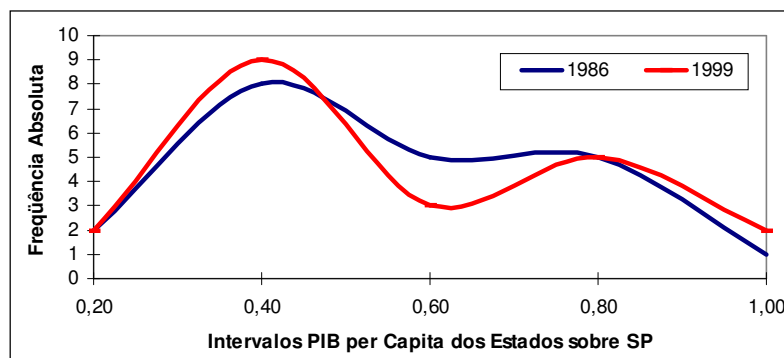


FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA EM RELAÇÃO A SÃO PAULO

O que é que essa figura está dizendo? É que parece que há no Brasil uma aproximação de estados para trás e uma outra aproximação de estados para frente. Ou seja, nós temos a tendência de pensar que há uma bipolarização aí na distribuição dos estados brasileiros em termos de São Paulo, após a abertura comercial. Ou seja, parece que o desequilíbrio regional tende a aumentar após a abertura comercial.

E quem é que está na parte de baixo daquela distribuição? Quem está na parte de baixo são, principalmente, esses estados aqui que estão em vermelho (FIGURA 8), ou seja, quase todos são do Nordeste. Quem está na parte de cima? Na parte de cima estão os estados do Centro-Sul; Sudeste e Sul, principalmente. Ou seja, parece que está havendo uma polarização entre o Nordeste, para baixo da distribuição, e o Sul e o Sudeste, para cima da distribuição.

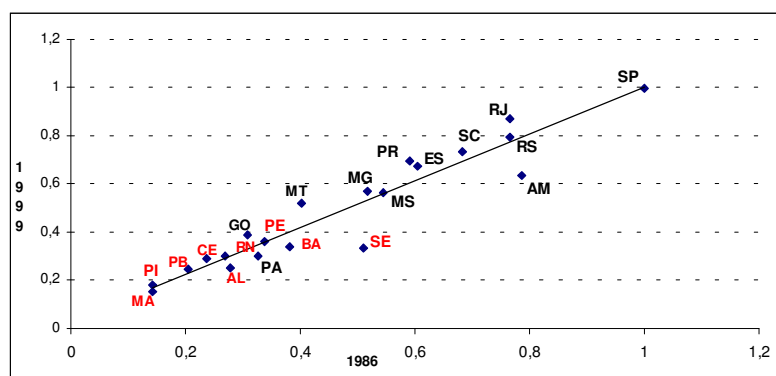


FIGURA 8 – PIB *PER CAPITA* DOS ESTADOS SOBRE SÃO PAULO: 1986 X 1999

E aí eu fiz um outro exercício, aqui apenas sugestivo, não posso afirmar exatamente o que está acontecendo (FIGURA 9). A curva vermelha é a mesma curva anterior: em 1999, por PIB *per capita*. Repeti aquela curva e construí uma nova curva, essa curva azul. Como é que eu construí essa curva? Eu calculei em cada estado o número de indivíduos que possuem de quatro a oito anos de estudos formais, e dividi pelo número de indivíduos que possuem de zero a três anos de estudos formais. Ou seja, estou construindo mais ou menos um índice de quem possui educação básica em relação a quem não tem qualificação ou tem muito pouca qualificação. E

fiz o mesmo exercício em relação a São Paulo. Ou seja, São Paulo é meu índice de referência. Dividi em classes, e quem tem de 0,8 a 1 são os estados que estão nessa proporção em relação a São Paulo. O interessante é que parece que as curvas estão muito próximas uma da outra; parece aqui explicar que a distribuição do PIB *per capita* nos estados está muito fortemente ligada à distribuição da dotação de capital humano qualificado em relação ao não qualificado dentro de cada estado.

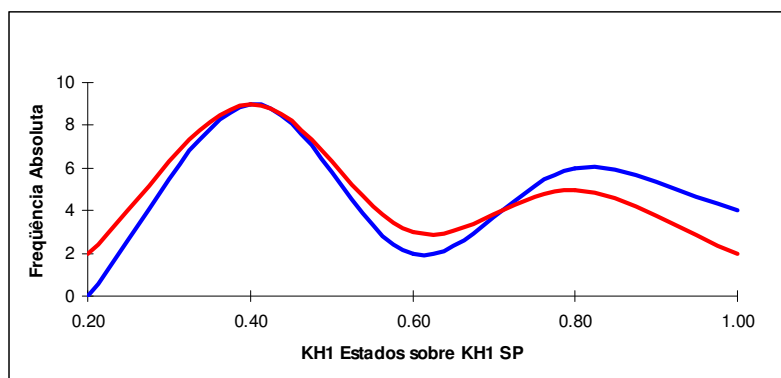


FIGURA 9 – RELAÇÃO ENTRE PIB *PER CAPITA* E PERFIL EDUCACIONAL DOS ESTADOS BRASILEIROS: 1999

Na (FIGURA 10) nós vemos num conjunto os estados do Nordeste, que são esses coloridos. Os estados do Nordeste possuem essa característica de ter a população acima de 15 anos com quatro a oito anos de estudo menor que a população de zero a três anos de estudo. Com isso, já se pode pensar que dotação de capital humano e qualificação de mão-de-obra são fundamentais para o processo como um todo, porque a difusão tecnológica que vem acontecendo com a abertura comercial só consegue ser absorvida, copiada ou gerada por quem possui capital humano. Então, parece que as regiões estão se distanciando por conta desse fator de produção principal.

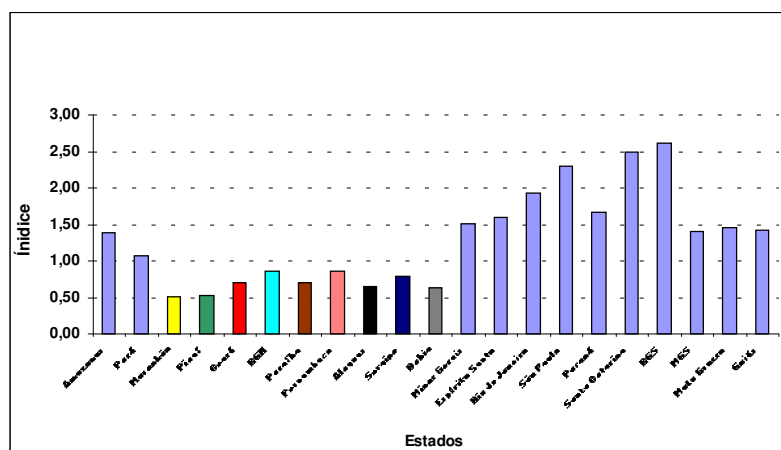


FIGURA 10 – POPULAÇÃO COM 4-8 ANOS DE ESTUDOS SOBRE POPULAÇÃO DE 0-3 (> 15 ANOS) EM 1999

Eu plotei, como exercício, anos médios de educação em relação a PIB *per capita*. Tirei uma média de 86 a 99 (FIGURA 11). E uma outra sugestão: parece que existe uma correlação muito forte entre anos médios educacionais e PIB *per capita* nos estados.

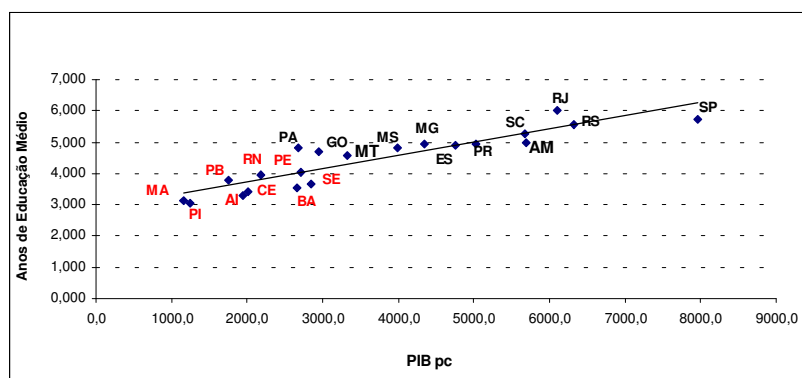


FIGURA 11 – ANOS MÉDIOS DE EDUCAÇÃO X PIB PC: MÉDIA 1986-1999

E tenho uma questão: será que abertura econômica é ruim para os estados brasileiros, ou é ruim para o Brasil? Aí eu fiz outro exercício, claro que é simplório, utilizando uma média de 86 a 99 (FIGURA 12), e parece que há uma ligeira tendência crescente. Ou seja, estados mais abertos – e aí estou usando como índice de abertura exportação mais importação sobre PIB – parece que possuem níveis de renda *per capita* mais altos. Mas é interessante que, se você olhar os vermelhinhos, essa tendência não se verifica. Ou seja, nos estados do Nordeste parece que as relações não são fortes. Isso é uma bola. Se eu fosse fazer esse exercício só com os estados do Nordeste eu não teria essa relação muito clara.

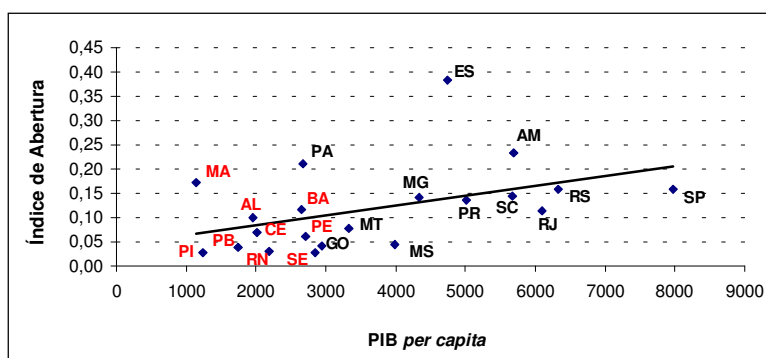


FIGURA 12 – ÍNDICE DE ABERTURA X PIB *PER CAPITA*: (MÉDIA 1986-1999)

E aí eu plotei também anos de estudo com abertura econômica e tirei uma média de 86 a 99, que parece indicar também que os estados que são mais abertos são os que possuem maior nível de qualificação, de conhecimento.

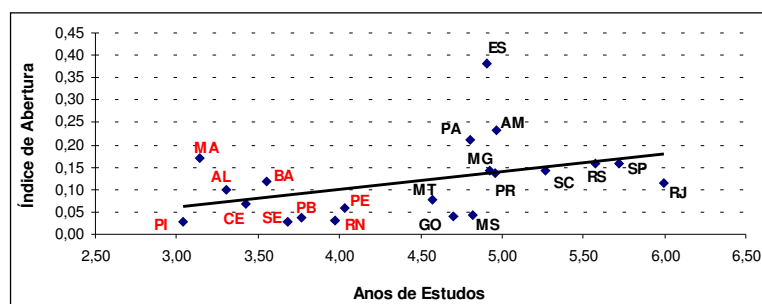


FIGURA 13 – ANOS DE ESTUDOS X ABERTURA: MÉDIA (1986-1999)

Pensei, então, como o Nordeste vem evoluindo em termos da composição das suas exportações em relação às exportações brasileiras (FIGURA 14). Aí nós temos um período de 85 ao ano 2000, e a série parece indicar que há uma perda de participação da região Nordeste em termos de Brasil, tanto de produtos manufaturados como de produtos básicos.

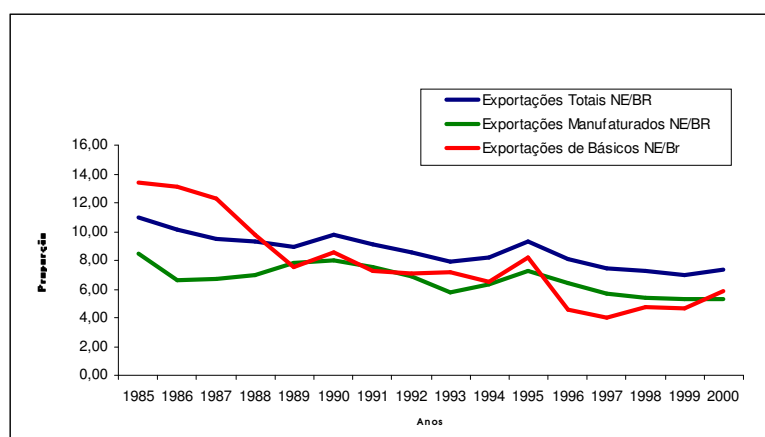


FIGURA 14 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO NORDESTE EM RELAÇÃO AO BRASIL: 1985 A 2000

Para fechar, já que meu tempo está encerrando, qual seria minha mensagem? Minha mensagem principal seria que, se no passado nós tivemos políticas de tentar resolver os desequilíbrios entre as regiões brasileiras, principalmente no Nordeste, fortemente ligadas a atração de investimentos, a atração de capital, parece que o mundo hoje vai depender muito mais do conhecimento, da possibilidade que uma região possui de gerar, de copiar e de absorver tecnologia, e isso está fortemente ligado à presença de dotações de capital humano na região. Se nós não revertermos esse fator de produção no Nordeste, eu acho que nós teremos ainda por mais 50 anos dificuldades em pertencer ao grupo de regiões do País com maior nível de renda *per capita*. Eu acho que o elemento dotação de conhecimento, no Nordeste, é o elemento que está freando bastante o desenvolvimento da Região.

Não é que as políticas do passado foram erradas, mas elas foram feitas num contexto. Nós estamos em outro contexto, e as políticas devem ser orientadas em outra direção, principalmente na parte de dotação de capital humano e na parte de investir em saúde, porque a saúde aumenta a produtividade do trabalhador. É essa a mensagem. Obrigado a todos.

Waldemar Wirsig

Obrigado, professor, por esse resumo das pesquisas que tem o respeito ao nosso tema, conseguiu fazê-lo num tempo curto, e de forma muito precisa, ressaltar a importância de se gerar conhecimentos para a Região, preparar o capital humano; ressaltar também a importância dos desenhos institucionais e um pouco apresentar a história do intercâmbio comercial entre os países nos últimos cem anos, bem como a importância das diferenças no PIB *per capita* que nos mostrou, e a sua recomendação de investimento em capital humano. Obrigado, então.

Passamos para o Antônio Rocha Magalhães. Ele, à parte de muitas outras credenciais, tem uma credencial muito importante para estar aqui hoje, que diz respeito ao seu conhecimento da Região. Ele é cearense, nasceu em Canindé, e além de cearense foi funcionário desta Casa durante 12 anos, quando começou sua carreira profissional. O Antônio Magalhães foi secretário de planejamento aqui do Estado, trabalhou no Ministério do Planejamento, em Brasília, foi secretário executivo do Ministério, foi professor da Universidade Federal do Ceará durante longo tempo, desde 1970, e depois da Universidade de Texas, em Austin, onde foi professor visitante, e daí foi para o Banco Mundial, e hoje representa o Banco Mundial aqui no País. É, portanto, especialista em planejamento e especialista em desenvolvimento sustentável. Com vocês, Antônio Rocha Magalhães.

Antônio Rocha Magalhães

Obrigado, Waldemar. Para mim é uma grande honra estar aqui, voltar ao Nordeste e ao Ceará, e revisitar a casa onde eu comecei a trabalhar. Eu gostaria também de me congratular com o Banco do Nordeste pelos seus 50 anos; acho que esta é uma história de sucesso entre as instituições públicas brasileiras, e acho que todos nós que estamos aqui nos sentimos honrados por isso.

O tema principal nosso é como o Nordeste se insere na nova economia mundial, levando em conta especialmente os blocos regionais, e como o Nordeste pode competir numa economia aberta. Eu gostaria, para tentar abordar esse tema, de fazer os seguintes argumentos (vou desenvolver quatro pontos): primeiro, eu gostaria de dizer que a integração comercial não é um tema novo no Nordeste. A partir da década de 50, exatamente quando o

Banco do Nordeste começou a atuar, a economia do Nordeste enfrentou um forte processo de integração na economia brasileira. O Banco do Nordeste foi criado em 1952, começou a atuar em 1954, e isso coincidiu logo em seguida com a integração do Nordeste ao resto do País, com a queda de barreiras de transportes, e isso teve impactos muito grandes.

O segundo ponto que vou abordar é que, diferentemente do que ocorria no Brasil como um todo, as respostas às políticas durante aquela fase de integração do Nordeste na economia nacional não promoveram a substituição de importações regionais. Essa foi uma tese que o setor acadêmico desenvolveu durante muito tempo: de que um dos problemas do Nordeste havia sido estar promovendo uma substituição de importações, repetindo, em nível regional, o modelo nacional. Minha tese é que não, e que naquela ocasião o que se fez foi promover uma integração da economia regional na economia nacional; essa, sim, que permanecia ainda protegida do resto do mundo.

O terceiro ponto que eu quero apresentar é que, a partir da década de 90, com a grande onda de integração da economia nacional, com a abertura da economia nacional, o Nordeste enfrenta um novo desafio de integração; a criação do Mercosul e a perspectiva da ALCA criam novos desafios e possibilidades, mas agora já numa situação diferente.

E, finalmente, o último ponto que eu desejo tratar é com relação às políticas públicas. Como responder nesse momento? As condições mudaram, e acho que as políticas públicas podem criar condições para que o Nordeste possa tirar proveito de suas vantagens comparativas, tirar proveito da inserção brasileira nos blocos comerciais regionais, mas há importantes lições que precisam ser aprendidas. Então, eu vou tocar em cada um desses pontos.

Sobre a integração comercial, este não é um tema novo, sobretudo para aqueles que estudaram Economia e que leram Formação Econômica do Brasil, que estavam muito impressionados com aquela questão das ilhas econômicas. O Nordeste, até a década de 1950, tinha uma economia isolada do resto do País, tinha uma economia tradicional, basicamente voltada para o seu mercado, e dentro do Nordeste as economias locais também eram isoladas; havia um nível de autonomia muito grande. Então, essa primeira onda de integração, com a queda das barreiras de transportes em nível nacional, teve impactos muito grandes. Ela começou com a ligação Rio-

Bahia, e com a continuação essa rede foi se adensando e penetrando no interior do Nordeste. Ela não foi um evento só; ela durou, a rigor, vários anos, e aos poucos foi causando a integração, a queda de barreiras com relação ao interior do Nordeste também.

Isso tudo expôs o Nordeste à competição das indústrias do resto do País. Os impactos dessa abertura foram profundos. Em nível do setor industrial, ela evidenciou de imediato o obsoletismo daquela indústria, e isso foi basicamente um tema central que foi tomado desde o início pelo Banco do Nordeste e pela Sudene, respondendo com políticas específicas voltadas para a modernização industrial, com aquele plano de reestruturação da indústria têxtil, com a utilização dos incentivos fiscais, enfim, um conjunto de respostas políticas em relação a essa questão.

Pode-se dizer que aquelas respostas políticas em relação ao setor industrial foram adequadas, mas se criou uma nova indústria no Nordeste capaz de competir em termos nacionais, ao contrário do que era apregoadado por inúmeras análises acadêmicas. Não se reproduziu aqui no Nordeste aquele modelo nacional. A nova indústria criou-se aberta para o mercado nacional. Tanto os incentivos fiscais do 34/18 como os programas especiais – por exemplo, Modernização da Indústria Têxtil, Pólo Petroquímico da Bahia – se orientavam para uma economia regional integrada nacionalmente.

No entanto, o impacto da integração, como eu mencionei, continuou e penetrou mais profundo no interior do Nordeste. Com o passar do tempo, os rincões mais distantes acabaram também conectados por rodovias, o que era uma coisa boa; no comércio das pequenas cidades, as feiras locais, que antes basicamente comercializavam produtos locais – quem conhece as feiras do interior sabe disso –, foram inundadas por produtos importados do resto do País. Era muito comum se encontrar até farinha de mandioca importada do sul do País.

Deve-se dizer que esse fenômeno aconteceu em conjunto com outras transformações que ocorreram também na sociedade e na economia do Nordeste. A segunda metade do século passado foi um período de grandes transformações, de intensa urbanização. Depois de quatro séculos e meio de história, as pessoas saíram do interior das fazendas e passaram a morar nas cidades; passaram a ter acesso, sobretudo mais no fim da década, à educação. Enfim, foi um período de grandes transformações, e isso tem que ser levado em conta.

Neste caso, em termos de impacto nas atividades locais, no semi-árido, não se pode dizer que as políticas realmente tenham dado uma resposta adequada. Elas deram no caso da industrialização, claro, com ressalvas, evidentemente, mas a questão da integração nos níveis locais não foi resolvida e permanece sendo, neste momento, ainda um grande desafio para as políticas regionais, e eu tenho uma grande esperança de que no painel de hoje à tarde, no fim do dia, essa questão seja resolvida.

Muitos progressos foram feitos, muitas lições foram ou deveriam ter sido aprendidas, mas permanece o grande desafio de como viabilizar a economia do interior do Nordeste, especialmente a questão das pequenas e médias cidades e das comunidades.

A partir da década de 90, temos a segunda grande onda de integração. É evidente que a abertura da economia brasileira para o exterior, quer através da redução de barreiras tarifárias em geral, quer através da adesão ao Mercosul, por exemplo, e da possibilidade de adesão à ALCA, pode ter impactos significativos no Nordeste, e, evidentemente, impactos diferenciados no País como um todo.

O que é diferente agora é que a economia do Nordeste já é uma economia integrada nacionalmente. Pode-se dizer que as empresas nordestinas, as grandes empresas, aprenderam a conviver num ambiente de competitividade em nível nacional. Então, muitas das respostas a essa questão da integração, da competitividade, serão encontradas no interior das próprias empresas. De certo modo, o desafio que essas empresas enfrentam agora é o mesmo enfrentado pelas empresas brasileiras. Elas precisam lutar não apenas para continuar competindo no nível nacional, mas agora para competir externamente.

No entanto, há muitas peculiaridades. O Nordeste continua tendo algumas desvantagens de localização; e aí, como mostrou aqui o Ataliba, essa questão de quem ganha e quem perde com o processo de integração tem muito a ver com as vantagens de cada região ou país nesse processo. Então, há algumas desvantagens, especialmente problemas de economias de aglomeração ou distância dos grandes mercados, e essas desvantagens justificam a continuidade de uma política pública específica para a Região.

Por outro lado, ainda há também algumas vantagens, como o custo da mão-de-obra, que vem, inclusive, induzindo a realocização de certas

indústrias intensivas de mão-de-obra, como a indústria de calçados, saindo do Sul em direção ao Nordeste.

No contexto da integração internacional, o Nordeste tem algumas vantagens geográficas, pela proximidade com a Europa e com a América do Norte, mas essas vantagens não são suficientes para compensar as desvantagens de aglomeração e de conhecimento *vis-à-vis* as regiões mais avançadas do Brasil. É evidente, por outro lado, que o Mercosul favorece, em relação ao setor industrial, pelo menos, as regiões mais próximas, Sudeste e Sul do País, pela sua proximidade com os países do bloco. No futuro, com a integração à ALCA, o Nordeste poderá contar com algumas vantagens de aglomeração. Mas a nossa infra-estrutura de transportes, neste caso, ainda deixa muito a desejar, e mais uma vez há um imenso campo para melhoria de políticas públicas para permitir que o Nordeste possa efetivamente lançar mão dessas vantagens.

Três perguntas se colocam nesse contexto: primeiro, como criar condições para compensar as desvantagens de localização no Nordeste? Se essas desvantagens forem transitórias, valeria o argumento da indústria infante, e o governo poderia conceder incentivos para a expansão da indústria que fosse competitiva em nível internacional. Essa questão de incentivos merece uma boa discussão, mas não temos muito tempo para fazer isso aqui.

Segundo, como estimular a expansão dos setores nos quais o Nordeste dispõe de vantagens comparativas? E terceiro, a questão das economias locais: como viabilizar a questão do interior do Nordeste?

Então, as políticas públicas podem ajudar. A integração do Nordeste à economia internacional, evidentemente, é irreversível; a economia industrial do Nordeste não sobreviverá se não conseguir se integrar competitivamente, manter a integração na economia nacional e se integrar na economia internacional; e permanece o desafio de como o Nordeste pode se beneficiar do processo de integração e, ao mesmo tempo, estimular as economias locais.

O Nordeste precisa de uma estratégia para sua inserção competitiva na economia internacional. É preciso, ao mesmo tempo, compensar as desvantagens locais temporárias, estimular setores potencialmente competitivos e proteger e estimular as economias locais. E alguns elementos definitivamente são importantes. O sentido de estratégia é importante na

formulação de políticas públicas. Não estamos pensando em fazer tudo, mas devemos pensar o que realmente vai alavancar as mudanças; o papel que deve ser assumido pelo setor privado como motor do desenvolvimento e o novo papel do governo e das instituições. Vamos ter um painel sobre instituições, no início da tarde, que também espero que seja muito importante.

E essa estratégia poderia basear-se na criação de um ambiente favorável para o investimento privado. A natureza das políticas públicas, nesse momento, tem que mudar muito. Não é mais o Estado quem faz as coisas, mas o Estado continua tendo um papel muito importante de criar o ambiente para que as iniciativas descentralizadas possam acontecer, inclusive as iniciativas do setor privado; investir nas pessoas, nós vimos já hoje a importância do capital humano; então, o investimento nas pessoas, na educação, é fundamental; a criação e disseminação de conhecimento para o desenvolvimento, e assim por diante. Tudo isso exige uma mudança radical na forma tradicional das políticas de desenvolvimento regional do Nordeste. O setor público continua com papel preponderante, mas muito diferente, e isso se reflete sobre os papéis que podem ser desempenhados pelas agências de desenvolvimento regional. Nesse momento, se coloca no Nordeste exatamente a discussão sobre o papel da Adene e o Banco do Nordeste vem mostrando um dinamismo muito grande na incorporação de novas idéias e novas formas de atuação. Eu fico por aqui, obrigado.

Waldemar Wirsig

Muito obrigado, Antônio, por essa aula que nos deu sobre como competir e sobre a importância das políticas públicas, abordando também as vantagens e desvantagens da abertura do Brasil, para o Nordeste. Há um ponto importante, não mencionado antes, que acho muito relevante nesse contexto, que é a menção de integração dos níveis locais, que você fez. A integração ainda é deficiente na economia do interior do Nordeste, e, sem dúvida, esse é um ponto que a gente tem que continuar debatendo. Passamos, então, para o próximo expositor, que é o professor Luciano Coutinho. Ele é professor da Universidade de Campinas (UNICAMP), pesquisador sobre economia industrial, fez vários estudos sobre a produtividade industrial, foi secretário executivo na sua passagem pelo setor público do Ministério de Ciência e Tecnologia, e hoje, além de professor, pesquisador e de seu papel na UNICAMP, é Diretor da LCA Consultoria, que produz análises econômicas e de conjuntura. Professor Coutinho.

Luciano Coutinho

Quero agradecer ao Banco do Nordeste a honra de participar desse evento de 50 anos do Banco. O Banco do Nordeste, por iniciativa do Presidente Getúlio Vargas, foi criado junto à mesma mensagem que criou em 1952 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE. Foi uma exigência da bancada nordestina de que o Nordeste precisaria ter um tratamento especial, a que o Presidente Getúlio Vargas aquiesceu, e nomeou como primeiro Presidente do Banco do Nordeste um grande brasileiro, economista, que tive a honra de conhecer, Dr. Rômulo de Almeida, a quem quero prestar uma homenagem aqui, em nome dos economistas, pois ele iniciou desde cedo a percepção de que o Banco do Nordeste tinha que chegar ao pequeno empresário, ao cidadão. Eu acho que isso até hoje, de certa forma, inspira a atuação do Banco do Nordeste, e eu quero dizer que isso é muito importante.

É muito difícil falar sobre um tema tão amplo em 15 minutos, mas a gente vai tentar fazê-lo de maneira estilizada. O Nordeste tem praticamente 50 anos de atuação do Banco do Nordeste, Sudene e sistema de incentivos fiscais. Com isso, empreendeu durante muitos anos um processo de investimento, mas eu creio que as vantagens comparativas do Nordeste, em torno das quais se fez um esforço tanto de integração da economia nordestina à economia brasileira quanto de desenvolvimento de algumas novas especializações, se fizeram em setores intensivos em recursos naturais ou em escala (por exemplo, a petroquímica, o complexo Carajás), grandes iniciativas ou setores intensivos em trabalho, com baixos salários (que é o desenvolvimento dos setores têxtil e de calçados), e alguns setores com reduzido poder transformador.

As perguntas sobre as quais eu acho que se deve pensar são: onde e como estão as vantagens competitivas novas, a questão dos processos locais de inovação, dos *clusters*, a questão da economia do conhecimento como motores de um processo de transformação? Alguns *highlights* sobre esses 50 anos: o Nordeste perdeu participação nas exportações brasileiras (o professor Ataliba já chamou atenção para isso). Nós tínhamos de 15% a 18% nos anos setenta, hoje temos 8% das exportações brasileiras. Apesar desse enorme esforço, o Nordeste ainda tem os grandes bolsões de pobreza do Brasil. A desigualdade social no Nordeste é mais alta do que no Brasil, a renda *per capita* do Nordeste ainda é 55% da renda *per capita* do País,

ainda temos 25% de analfabetismo, tínhamos 30% até pouco tempo atrás, mas o esforço recente de alguns estados de colocar todas as crianças na escola nos últimos anos tem reduzido esse percentual, mas 25% ainda é um índice muito alto quando comparado com os estados do Sul, onde esse índice está abaixo de 8%, e em vários estados não passa de 3%, 4%; apenas 10% das habitações do Nordeste têm saneamento básico. Este é um retrato ainda muito atrasado. 25% de analfabetismo – e olha que tem um pedaço do alfabetizado que não é bem alfabetizado – é um índice muito alto, ainda, para a Região; e temos um avanço muito limitado do Nordeste em direção ao novo paradigma da economia do conhecimento. Ou seja, muito pouco se avançou. Eu acho que a concepção do projeto de desenvolvimento da Região ainda está carente de um repensar.

A TABELA 1 diz o seguinte: as taxas de crescimento do Nordeste nos anos 70 foram bem mais altas do que a média nacional. O diferencial do crescimento do Nordeste com relação à média do Brasil veio caindo e nos anos 90 está meio que empatado, ou seja, o Nordeste parou de tirar a diferença do resto do País ao longo desses anos, particularmente, nos anos 90. Outra constatação é que as taxas de crescimento saíram da indústria e estão nos serviços, basicamente, e um pedaço dos serviços corresponde a serviços de relativamente baixa produtividade.

TABELA 1
NORDESTE – TAXAS DE CRESCIMENTO

ATIVIDADE ECONÔMICA	1790-80	1980-90	1990-99
SETOR AGROPECUÁRIO	5,4	1,5	-1,6
Agropecuário, Silvicultura e Pesca	5,4	1,5	-1,6
SETOR INDUSTRIAL	9,1	1,0	4,0
Indústria Extrativa Mineral	1,3	6,0	-0,1
Indústria de Transformação	10,8	-1,6	1,2
Energia Elétrica e Abastecimento de Água	13,5	7,0	4,7
Construção	8,4	3,0	7,9
SETOR SERVIÇOS	10,2	4,6	3,5
Comércio (inclusive Restaurantes e Hospedagem)	12,8	1,7	3,7
Transporte Rodoviário	6,0	3,3	0,1
Transporte Ferroviário	8,2	-2,8	3,7
Transporte Aéreo	13,9	5,3	3,8
Transporte Marítimo	4,5	1,9	0,9
Comunicações	5,0	12,0	9,7
Atividades Financeiras	16,2	4,8	3,9
Bens Imóveis	11,3	8,4	4,8
Administração Pública	7,8	5,3	-1,2
TOTAL	8,7	3,3	3,0

FONTE: SUDENE/CPEINE/Contas Regionais

Alguns pontos: a base científica e tecnológica do Nordeste aumentou um pouco (TABELA 2). Aqui há bases de alta qualidade de grupos de pesquisa, mestrados, doutorados. O Nordeste tem 15% dos grupos de pesquisa do Brasil, 15% dos pesquisadores cadastrados na rede CNPq, 13% dos doutores. O Nordeste representa pouco menos que 30% da população brasileira e a sua base científica é metade da sua participação demográfica no País. Então, o Nordeste está sub-representado claramente em termos de base científica e tecnológica.

TABELA 2
NORDESTE: BASE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

INDICADORES	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO NORDESTE	
	1995	2000
Número de Grupos de Pesquisa Cadastrados	10,0%	15,0%
Número de Pesquisadores Cadastrados	10,4%	15,5%
Número de Doutores	10,0%	12,9%
Número de Mestres	20,0%	19,5%
Programas de Mestrado	15,0%	14,5%*
Programas de Doutorado	5,0%	9,0%*
Estudantes de Doutorado nos Grupos de Pesquisa	N.E.	7,0%

FONTE: Elaboração com base em dados dos sites www.cnpq.br e www.capes.gov.br

* Dados referentes ao ano de 1999

Na TABELA 3 é a mesma coisa, aqui são grupos de pesquisa, estudantes de pós-graduação, técnicos, linhas de pesquisa. O Nordeste sempre representa metade do que ele é em termos de peso demográfico.

TABELA 3
NORDESTE: BASE DE PESQUISA ACADÊMICA

INDICADORES	NORDESTE	BRASIL	NORDESTE/ BRASIL
Grupos de Pesquisa	1.720	11.760	14,6%
Pesquisadores*	10.359	66.804	15,5%
Estudantes	9.185	63.514	14,5%
Técnicos	1.836	16.769	10,9%
Linhas de Pesquisa	5.718	38.129	14,9%

FONTE: <http://www.gpesq2000.cnpq.br>

* Alguma dupla contagem deve ser considerada, uma vez que alguns pesquisadores atuam em mais de um grupo de pesquisa, inclusive em diferentes estados.

A produção dessa base científica e tecnológica fica até um pouco abaixo da média: 12,7% de publicações, 10% da produção do setor de software brasileiro; em produtos e processos tecnológicos, o Nordeste pesa 15% dos novos produtos e processos tecnológicos desenvolvidos no País; trabalhos de consultoria, 14%. Ou seja, o Nordeste continua mantendo uma participação pequena, a base de ciência e tecnologia é pequena, e a qualidade dela está um pouco abaixo da média ou igual à média. Ela tem, evidentemente, grupos de excelência em segmentos como os mais tradicionais da bioquímica, da física, da medicina, da biologia; em várias áreas do conhecimento o Nordeste tem núcleos de excelência de alta qualidade, mas ela é uma base pequena, relativamente, e não tão diversificada quanto a base científica nacional.

TABELA 4
PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (1999)
BASE PEQUENA, QUALIDADE MÉDIA

INDICADORES	BRASIL (A)	NORDESTE (B)	B/A
Produção Bibliográfica (artigos publicados, trabalhos, livros e outras publicações)	159.959	20.326	12,7%
Produção Técnica * Software	1.639	178	10,8%
* Produtos tecnológicos e processos técnicos	1.718	264	15,3%
* Trabalhos técnicos (consultoria, relatórios, projetos etc.)	20.569	2.900	14,1%

FONTE: www.cnpq.br

Na TABELA 5, dados de formação de profissionais de nível médio e de nível técnico. Eu queria sublinhar aqui que o ensino tecnológico e o ensino médio estão também bastante abaixo da média demográfica do Nordeste.

TABELA 5
INDICADORES DA EVOLUÇÃO PROFISSIONAL
DEFICIÊNCIA DE TÉCNICOS/TECNÓLOGOS

INDICADORES	BRASIL (A)	NORDESTE (B)	B/A
Número de alunos matriculados Total			
* Ensino Básico	2.045.234	353.734	17,3%
* Ensino Médio	716.652	95.064	13,2%
* Ensino Tecnológico	97.249	6.932	7,1%

FONTE: www.cnpq.br

Esses são alguns pontos para reflexão. O que está colocado como desafio daqui para frente? Primeiro, as políticas de desenvolvimento e as políticas industriais têm hoje um novo caráter e novos instrumentos. As políticas não são mais políticas intensivas em incentivo nem intensivas em proteção tarifária, mas elas são políticas que têm novos instrumentos; entre esses novos instrumentos estão alguns instrumentos fiscais, mas há muita coordenação, muito incentivo à pesquisa e desenvolvimento, muito incentivo ao crescimento e desenvolvimento de empresas. Há uma atenção muito grande ao espaço mesoeconômico – aquilo que o Magalhães está chamando à atenção; como é que você organiza pequenos clusters de baixo para cima em espaços sub-regionais. Então, são questões para as quais o Brasil está mal equipado e o Nordeste também, ou seja, nós temos poucos novos instrumentos para fazer essas políticas novas, essas políticas que o novo regionalismo europeu (a Itália, a Alemanha, a França) ou os Estados Unidos fazem, o desenvolvimento de comunidades, de clusters; nós não temos os bons instrumentos para saber fazer essas políticas, e aí BID e Banco Mundial precisam ajudar nisso, saindo dos velhos conceitos de política.

Por outro lado, o Nordeste não pode abandonar as velhas bases da competitividade. O Nordeste tem uma estrutura que não pode ser abandonada; teria que pensar em como agregar mais valor a essa estrutura. E eu quero defender que o Nordeste não pode se auto-excluir da terceira onda – mudanças tecnológicas, tecnologia de informação – e das novas tecnologias de engenharia genética, e sim, tem que ter uma construção deliberada de novas capacitações e novas condições de competição.

As velhas bases (algumas muito velhas, outras mais velhas): o açúcar e o álcool, o cacau, o algodão, a soja na Bahia, fruticultura irrigada, que é alguma coisa nova, tudo isso são especializações que o Nordeste tem e precisam ser resgatadas, requerem muita pesquisa, requerem muito investimento, o sistema da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e assim por diante. Nada disso pode ser jogado fora, ao contrário. O Nordeste tem recursos minerais: o complexo petróleo e gás, sal, gipsita, a província de Carajás, que é extremamente rica em vários minérios, tem alumínio e tem outros minerais. Todas as atividades precisam ser pensadas novamente para se ver como resgatar isso. O Nordeste não se pode dar ao luxo de abandonar nenhuma das suas velhas vantagens competitivas, mas tem que repensá-las todas.

A indústria tradicional do Nordeste foi construída em grande parte com os incentivos: a têxtil, um pouco a do vestuário. Aqui há um esforço a ser feito: o que essa indústria tem de bom? Ela é uma oportunidade, gera emprego, mas ela até hoje tem sido baseada em salários muito mais baixos do que os salários médios pagos no resto do País. Ontem, a Sônia Rocha mostrou esses dados: a média de salário de carteira assinada no Nordeste é muito mais baixa do que a média de salário de carteira assinada no País. Então, é a especialização competitiva espúria que no médio e longo prazo não é algo que vá agregar muito. É claro que você não pode abandonar isso, o Nordeste não pode abandonar nada, tem que repensar como transformar e desenvolver essas especializações tradicionais.

Aqui eu queria falar um pouco mais sobre a questão dos serviços. Os serviços cresceram extraordinariamente, principalmente na década de 90. A questão do turismo tem um destaque enorme, e eu tenho medo de que o PRODETUR II repita alguns erros do PRODETUR I: grandes resorts, pressão enorme sobre meio ambiente e sobre infra-estruturas. Eu acho que as grandes infra-estruturas turísticas têm que estar afastadas da costa, os grandes eixos viários fora, os grandes empreendimentos longe da orla e da costa. O que se pode agregar de valor à costa nordestina é preservá-la, criando uma estrutura de pequenas pousadas, pequenos empreendimentos, preservando a beleza. Se transformarmos a costa nordestina em uma Miami ou Fort Lauderdale nós estaremos matando o Nordeste. Então, temos muito medo disso. Eu suponho que esteja sendo repensado todo o processo. Serviço de saúde, essa é uma área em que o Nordeste tem centros de excelência, tem um complexo de saúde extremamente interessante e que precisa ser

pensado; o comércio e o varejo; as infra-estruturas têm um peso muito grande na Região, todas elas precisam ser repensadas: energia, a distribuição de energia elétrica foi em parte privatizada; saneamento é um problema grave, está sem solução institucional; enfim, existem agendas muito importantes para o desenvolvimento em cada um desses setores.

Eu queria me deter um pouco nas oportunidades novas em cadeias existentes. A petroquímica do Nordeste pode vir a dar um salto com a reestruturação societária que está feita agora com a criação da Brasken e um controle unificado do Pólo Petroquímico de Camaçari por uma grande empresa integrada. Cabe aqui a pergunta: que novos segmentos no downstream devem ser exigidos como contrapartida que podem se desenvolver a partir de Camaçari e criar novas oportunidades industriais? Eu acho que há uma têxtil sintética de poliéster que pode, casada com o algodão do Nordeste, criar oportunidades novas para desenvolver a indústria têxtil do Nordeste, agregar coisas novas. O pólo automobilístico e de autopeças: aqui em autopeças, não apenas na Bahia, mas em outros estados não tão distantes, se pode aproveitar muitas oportunidades derivadas. Também na indústria mecânica de bens de capital existem nichos onde o Nordeste tem alguma excelência, e aqui é preciso pensar onde se desenvolver. Cerâmica de revestimento com o gás é uma oportunidade importante. Vestuário e malharia é uma oportunidade – aqui é uma das poucas oportunidades onde a ALCA pode ajudar, se bem que a gente concorre com a Bacia Caribenha, onde incentivos americanos são muito fortes e é difícil o Nordeste ganhar um share maior do mercado americano. Enfim, aqui são oportunidades a serem pensadas de desenvolvimento ainda dentro da linha convencional. Eu queria aqui homenagear o ETENE, porque o ETENE, nos últimos anos, tem feito estudos setoriais muito interessantes, que estão publicados sobre cada um desses segmentos, que revelam que o Nordeste tem oportunidades concretas em vários desses segmentos.

Construção da nova competitividade. Aqui é um ponto de concentração de energias que deveriam mobilizar a política de incentivos e a política de desenvolvimento da Região. Setor de software e serviços de informática: a gente fala muito de déficit em componentes, o Brasil tem um déficit comercial em software de US\$ 1,2 bilhão e um déficit de US\$ 1,5 bilhão em serviços de informática. É absurdo o Brasil ter um déficit tão alto em software e em serviços de informática. O programa Softex foi uma promessa fracassada e eu acho que é fundamental repensar pesadamente a

questão de software, porque essa é uma área onde o Nordeste tem uma excelência relativa em comparação com o resto do Brasil e está fazendo muito pouco. O Nordeste tem alguma excelência, alguns centros em ciência de computação em algumas universidades, mas a base é pequena, o poder multiplicador é pequeno; isso teria que ser objeto de um programa de grande envergadura para a Região. A biotecnologia aplicada é outra área que merece atenção, a biotecnologia aplicada a negócios; na fruticultura ela é um sucesso, mas pode ser aplicada a vários outros agronegócios, desde a caprinocultura; a biotecnologia aplicada à saúde: o Nordeste tem uma base de economia de saúde, um complexo de saúde de razoável qualidade, e teria que investir mais pesado em algumas especializações: vacinas, testes, diagnósticos, hemoderivados, são algumas das coisas onde ele tem chances. E eu agregaria o seguinte: o Brasil vai ter que negociar TV digital e terceira onda de celular e vai ter que fazer um programa de grande escala em microeletrônica. O Nordeste vai ficar fora disso e vai ficar um pedaço em Manaus e outro em São Paulo, ou o Nordeste vai exigir que alguma coisa, por decisão política, venha para a Região? Eu acho que o Nordeste pode desenvolver. Isso é uma indústria *foot-loose*, não tem questão locacional. Por que não ter componentes dedicados e ASICs e uma indústria de microeletrônica ligada a base de alto nível de tecnologia de física de estado sólido nas grandes universidades do Nordeste? Ou seja, é preciso repensar com outras condições e o Nordeste precisa fazer um imenso esforço para se recolocar nos novos paradigmas da economia do conhecimento.

Isso deve conjugar a base científica e tecnológica com a base empresarial. A base científica é pequena, mas a base empresarial é o elemento mais fraco, deveria receber mais atenção. Isso implica uma reorientação completa do Finor, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e um repensar do Banco do Nordeste. Eu acho que o Banco do Nordeste é uma cabeça criativa no Nordeste, mas eu acho que ele precisa ir mais fundo. A questão dos clusters e das cadeias e dos processos locais, eu acho que essas escolhas e inovações têm que vir de baixo para cima, isso eu não discuti, mas é muito importante que se faça de baixo para cima, mas com apoio federal.

Enfim, me perdoem a abordagem muito panorâmica, mas eu acho que o Nordeste tem chances, não pode se excluir e deveria se pensar como um ator na nova economia do conhecimento.

Waldemar Wirsig

Obrigado, professor. Obrigado por ter contribuído com essa distinção tão importante entre essas velhas bases, o potencial, e esta nova competitividade, que eu acho que é a base para a discussão para o futuro e para elementos de uma estratégia para o Nordeste. Obrigado, também, por ter lembrado e ter nos dado em forma de resumo um retrato da situação social do Nordeste e aqueles comentários e dados muito esclarecedores a respeito da base científica e tecnológica. Para terminar, nós vamos escutar o professor Geoffrey Hewings. Ele é professor de economia regional da Universidade de Illinois, diretor também de um centro de pesquisa, e tem trabalhado muito com modelos de análise de impactos de investimentos na economia regional; tem feito muitos trabalhos no Brasil, é consultor em políticas públicas e análise de seu impacto, tem assessorado governos nessa matéria, e aporta um pouco a visão de quem mantém certa distância do Brasil, mas o conhece profundamente. O Dr. Hewings vai falar em inglês e nós vamos ter uma tradução consecutiva. Professor Hewings.

Geoffrey Hewings (tradução)

É sempre difícil ser a última pessoa a falar e encontrar algum valor agregado para adicionar, de modo que eu levarei apenas uns dez minutos para mostrar o que eu tenho a dizer. Muito rapidamente, farei uma introdução à teoria herdada, falarei sobre a evidência empírica recente e apresentarei um prognóstico.

Eu acho que fica muito claro, à medida que nós entramos nessa década, que a competição, de agora em diante, será entre regiões e não entre países, e o problema é que a criação de blocos comerciais vai fazer com que a competição se torne cada vez mais difícil. O terceiro comentário é que a liberalização do comércio terá impactos diferentes sobre as regiões dentro das economias nacionais.

Passando muito rapidamente pela teoria recente, eu acho que o que nós estamos querendo descobrir é como esta nova situação se refletirá na questão do comércio entre as nações e entre as regiões, e um dos principais problemas é observar que a criação dos blocos comerciais vai solapar os impactos que as regiões apresentavam em termos de vantagens comparativas. Outro ponto importante é ressaltar o impacto que a questão dos transportes

terá nos aspectos competitivos. Uma das coisas que a gente tem a ressaltar é que a maior parte do comércio na Região é de interindústria, um comércio interindustrial; em contraste, nos Estados Unidos, como, por exemplo, numa região como a dos Grandes Lagos, essa proporção do comércio interindústrias é bem menor. O problema aqui é que enquanto as relações comerciais do Nordeste são dominadas por esse comércio interindustrial, ele vai limitar os potenciais ganhos do processo.

Em conjunto com o colega André Magalhães, que é de Pernambuco, nós analisamos a questão do comércio interestadual no Nordeste. E uma das coisas que nos chamou a atenção foi como o comércio aqui enfoca o resto do Brasil em vez de enfocar ou priorizar o comércio entre os estados vizinhos.

Essa transparência ilustra isso (FIGURA 15). Mostra como o Nordeste é muito mais dependente do resto do Brasil, em termos de comércio, do que o resto do Brasil é dependente do Nordeste. Como evidência empírica, esta transparência ilustra a diferença do impacto da redução das tarifas: para o Nordeste, a redução teria um impacto negativo na maior parte dos setores, enquanto para o Sul teria impacto positivo.

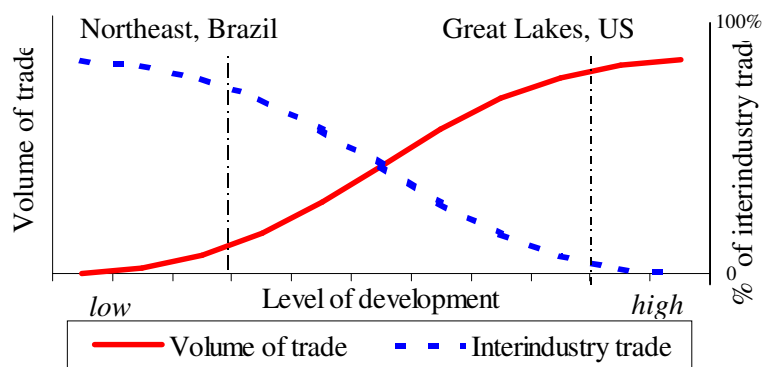


FIGURA 15 - A INSERÇÃO DO NORDESTE NO NOVO REGIONALISMO MUNDIAL

FONTE: Regional Economics Applications Laboratory (R|E|A|L)

Aqui, alguns comentários a respeito do prognóstico. O primeiro comentário é que a competitividade relativa entre as regiões está mudando e mudando muito rapidamente. E aqui ressalto como a indústria tem-se deslocado dos Estados Unidos para o México e do México, agora, para a China. O segundo comentário é que essas regiões de custo intermediário, como o Nordeste do Brasil, vão enfrentar a maior competição, a mais acirrada. O terceiro comentário é que a criação dos blocos comerciais vai complicar a intervenção política.

A primeira conclusão é que a liberalização do comércio vai ter impactos fortes sobre a questão do comércio nacional e regional, e o Brasil vai ter que levar em conta a experiência européia quando passarmos a considerar o problema da ALCA. Por fim, temos que compreender que, se a ALCA passar a existir, temos países com tradições diversificadas em termos de política regional. Por exemplo, não temos política regional nenhuma nos Estados Unidos. O segundo ponto é que temos variações muito maiores na ALCA do que no caso da União Européia; e pode resultar que, como já sugeriu alguma parte dessa evidência empírica, algumas regiões do Brasil se beneficiarão mais de uma relação mais íntima com a União Européia do que com a ALCA. Obrigado.

Waldemar Wirsig

Muito obrigado, professor, por essa contribuição precisa e curta. Agradeço que tenha controlado o tempo. Eu teria gostado de permitir umas poucas perguntas, mas entendo que não vai ser possível, pois teremos que encerrar agora, por uma questão de tempo.

É muito difícil resumir o que nós escutamos nesta hora e meia, não vou tentar fazê-lo. Recebemos uma aula de economia regional dos nossos membros da mesa, quero agradecer as suas apresentações. Se bem que o tema “integração”, como foi dito aqui, não é um tema novo, nós temos muitas experiências e há muito por fazer.

A competitividade da Região não é uma questão automática ou natural, tem que ser trabalhada. Nós escutamos de todos os nossos expositores comentários a esse respeito, seja com base histórica, seja visando um pouco o futuro; e eu acho que se há um consenso entre todos, e enfatizado por todos, é que o fator de produção mais importante, que é o capital humano, está no centro desta questão.

Vimos a importância do conhecimento e a necessidade de criar tecnologias e melhorar esta situação. O que fazer no futuro? Ficou claro aqui também que, dos temas abertos, um é o dos incentivos; tem experiências do passado, umas bem sucedidas, outras nem tanto, e talvez aqui o que falta é um pouco mais de pesquisa para poder projetar esse instrumento para o futuro.

Foi perguntado aqui se abertura econômica, de *per si*, é uma coisa boa ou não. Nós não chegamos a uma conclusão. O fato é que isso precisa ser confrontado, o que nos leva, um pouco, a interrogar: o que fazer no futuro? Pesquisa é uma das conclusões. Aqui, a gente precisa saber mais sobre esses processos: novas estratégias (foram mencionados alguns elementos para essas estratégias), políticas públicas diversificadas para a Região, e, não por último, repensar um pouco também os atores, as instituições que se envolvem nesse processo.

Devemos terminar aqui, quero agradecer aos membros da mesa as suas exposições, que foram excelentes, acho que merecem um especial aplauso, e quero agradecer também à nossa audiência, que teve a paciência de permanecer até agora. Acho que valeu a pena. Este painel foi uma contribuição a esta celebração dos 50 anos do Banco do Nordeste. Contribui com um pouco de conhecimento a esta instituição que tem tanta tradição em cultivar e produzir, gerar conhecimentos para o Nordeste. Muito obrigado a todos.



5 – PAINEL II

19 de julho de 2002

As Instituições e o Desenvolvimento

Presidente de Mesa:

Everton Chaves – Gerente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, do Banco do Nordeste.

Expositores:

Fábio Erber – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Richard Locke – Consultor internacional do Instituto Tecnológico de Massachusets.

Hugo de Brito Machado – Advogado.

Paulo Henrique Amorim – Jornalista da TV Cultura, São Paulo.

Everton Chaves

Boa-tarde a todos. Vamos dar continuidade ao Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, juntamente com o VII Encontro Regional de Economia. Esta já é a oitava edição do Fórum, que se realiza neste ano de comemoração dos 50 anos do Banco do Nordeste. Neste painel estamos trazendo alguns expoentes para discutir o tema “As Instituições e o Desenvolvimento”. Sabemos que esse tema tem recebido uma atenção muito grande de toda a academia, quanto ao papel das instituições em favorecer que o mercado possa atingir seus objetivos e como as instituições podem melhorar os níveis de confiança entre os agentes econômicos, bem como permitir uma maior inserção social.

Eu gostaria de obedecer a ordem de apresentação que está aqui no programa. Começaríamos com o professor Fábio Erber; em seguida, o professor Richard Locke, o professor Hugo de Brito Machado e, por último, o jornalista Paulo Henrique Amorim. Como nosso tempo é muito curto, eu queria acertar com os palestrantes que cada um tenha quinze minutos. Passo, nesse momento, a palavra ao professor Fábio Erber, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fábio Erber

Muito obrigado. Eu agradeço aos organizadores desse evento o convite. É uma honra e um prazer participar das comemorações dos 50 anos do Banco do Nordeste, especialmente para mim.

Sobre a minha exposição, eu sei bem que a norma, o cânone, agora, é acompanharmos todas as exposições de uma projeção em PowerPoint. A minha, lamentavelmente, está perdida nas entranhas do meu computador, espero que algum dia logre resgatá-la. Portanto, esta exposição é um livro sem figuras.

Pediram para falar sobre instituições e desenvolvimento. Eu gostaria de começar recuperando um pouco como é que as instituições aparecem na evolução do pensamento sobre desenvolvimento. Essa escolha reflete a minha experiência como burocrata e que ganha muito maior legitimidade quando expressa pelo Keynes, que dizia que, por trás de todos os homens práticos, existem idéias de economistas freqüentemente mortos há muito tempo. Então, tentar recuperar a visão teórica que está por trás da percepção que temos sobre qual é o papel das instituições no processo do desenvolvimento me parece importante, especialmente nesse momento em que entendo que estamos entrando num período de transição; que a longa década de hegemonia do pensamento liberal se esgotou e estamos num período de grandes indagações de para onde vamos.

A nossa história latino-americana, a nossa história brasileira, especialmente, foi dominada durante praticamente 50 anos pelo desenvolvimentismo; e o desenvolvimentismo operava com uma utopia de que, dividindo os países em dois grandes blocos centrais e periféricos, hegemônicos e dependentes, dependendo de qual fosse o corte analítico que se estabelecesse, algum dia o segundo bloco chegaria a se igualar ao primeiro. Esta era a promessa desenvolvimentista. Nessa promessa havia a preocupação com uma grande instituição, que era o mercado, e especialmente com as imperfeições desse mercado, das quais derivava o caminho para se lograr a igualdade entre os dois blocos de países, que era a industrialização.

A outra grande instituição, o Estado, a esta cabia o papel de salvador, de corretor destas imperfeições; e não se questionava muito qual era o papel do Estado. Uma crítica comum na literatura política dos anos 60 era: “mas, falamos do Estado e nunca abrimos essa caixa preta do que significa esse

Estado supostamente imbuído de uma racionalidade positiva, capaz de planejar as nossas economias e, quiçá, o mundo”.

Portanto, o desenvolvimentismo se concentrava na modificação da estrutura produtiva, que se traduzia no processo de industrialização, e supunha que a estrutura institucional se adaptaria às transformações dessa estrutura produtiva. O desenvolvimentismo, como bem sabemos, entrou em crise na segunda metade dos anos 70, aguçada pela crise do mercado internacional de capitais nos anos 80; e, para nossa felicidade, no Brasil nós chegamos atrasados a este processo todo. Essa crise do desenvolvimentismo encontra uma resposta, que é tanto teórica como política, na ressurgência de uma nova visão de desenvolvimento que podemos chamar de uma visão neoliberal; neoliberal porque o “neo” aí tem uma função epistemológica clara de distinguir que não estamos falando dos velhos liberais ao estilo de Bentham, Mill e Smith. Esses são uma outra geração, uma outra safra de pessoas.

Essa visão de desenvolvimento vai privilegiar as mudanças na estrutura institucional. Na sua versão mais caricatural, ela se expressa na frase daquele secretário do Reagan que dizia que computer chips e potato chips são a mesma coisa; ou seja, a distinção setorial não é relevante, movamos a estrutura institucional e a estrutura produtiva a ela se adaptará. Ou seja, invertemos a proposição desenvolvimentista, mas mantemos a mesma utopia. Significa dizer: os países que adotarem uma economia de mercado e uma democracia liberal se transformarão, ao cabo de algum tempo, em sociedades pós-históricas; terão cumprido o seu destino manifesto, e a eles só restarão ajustes marginais. Os outros ainda são países históricos, mas a utopia é chegarmos nessa estrutura institucional dada pelo mercado e pela democracia liberal.

Essa visão foi claramente hegemônica durante todos os anos 90. Aos que são consultores internacionais certamente terá causado pasmo ver as mesmas coisas ditas no Brasil, Argentina, Bolívia, Uganda, Tanzânia; em qualquer país que se fosse se via o mesmo catecismo, o mesmo decálogo do Consenso de Washington repetido com a fé de um mantra: recitando aquelas coisas, chegaríamos ao desenvolvimento. Nesta visão, o Estado deixa de ser, como era no desenvolvimentismo, algo que pairava acima dos conflitos sociais; e, ao contrário, é uma instituição sujeita à apropriação, porque, nesta visão, a política é invadida pelos axiomas neoclássicos de

individualismo metodológico e maximização de interesses. Portanto, a política e o Estado são instrumentos de uso por parte de indivíduos ou coalisões para o seu próprio benefício; quanto mais estreita a coalisão, mais eficaz ela é na apropriação do aparato de Estado para gerar rendas pouco produtivas.

Nesta visão, a burocracia, obviamente, é um passo seguinte; a burocracia é um outro grupo de interesse que se apropria do Estado. Em conclusão, o Estado tem que ser mínimo, as suas decisões têm que ser transparentes, o arbítrio da burocracia tem que ser limitado ao máximo possível e sujeito a regras claras. Está por trás da proposta do Banco Central independente. Qualquer pessoa que tenha acompanhado o debate do Banco Central independente vê que isso está subjacente a esta idéia.

Deu no que deu; ou seja, mais uma década perdida de desenvolvimento, o aumento da desigualdade econômica e social, o aumento do desemprego e, o que me parece muito grave, a perda de legitimidade de instituições que estão fundadas na união de indivíduos não para simplesmente se beneficiarem, para maximizarem os seus interesses, mas para realizarem algo de forma coletiva em favor de uma comunidade maior. Ou seja, os aspectos piores da ação política foram legitimados por esta visão de instituições.

Também se levou a uma idéia de que o desenvolvimento se faz por meio da ampliação das instituições que, se não são de mercado, se comportam como ele; o que, expresso em inglês (eu nunca consegui traduzir isso direito em português), são instituições market-friendly. É nisso que se resume o desenvolvimento: ampliar cada vez mais a esfera da instituição do mercado. E, quando se apontam as imperfeições originárias do mercado, defensores dessa visão têm uma resposta pronta: “ah, mas as imperfeições do Estado são piores”. Nada justifica esta afirmativa a priori, a partir da própria teoria neoclássica. Quem estudou economia do bem-estar e passou pelas penosas provas dos teoremas do second-best deve se lembrar que, numa situação em que existem múltiplas imperfeições simultaneamente, a remoção de uma ou duas ou poucas imperfeições não conduz a uma situação mais próxima do ótimo paretiano do que a situação original. Ou se removem todas as imperfeições e se estabelece o Nirvana da competição perfeita, ou então não se pode dizer nada a priori. No entanto, afirma-se e reafirma-se – até que se transformou num dogma – que, por definição, axiomáticamente, as

imperfeições do Estado são piores do que as imperfeições do mercado; e, naturalmente, a estrutura produtiva acompanha a evolução da estrutura institucional.

Qual é a implicação disso? Isso não é um debate acadêmico. Eu vou dar um exemplo nosso aqui: todos agora estamos de acordo que a restrição externa é um dos gravíssimos problemas que temos a enfrentar pela frente, à qual está articulada a restrição fiscal. Os que achavam que o mercado resolve tudo, que não é necessário se preocupar com a estrutura produtiva, agora mostram surpresa ao ver que, depois de três anos de desvalorização, seguimos com um superávit comercial píffio. Os que entendiam que a estrutura produtiva é importante já vinham apontando há anos que a nossa pauta de exportações é uma pauta de produtos de média e baixa intensidade tecnológica, e a nossa pauta de importações é de produtos de alta e média intensidade tecnológica. Como as elasticidades são, grosso modo, proporcionais à intensidade tecnológica, estamos com uma situação, do ponto de vista da estrutura produtiva, perversamente parecida com aquela que Prebisch, em 49, tinha apontado para os países então periféricos. Então, a transformação dessa estrutura não se faz simplesmente por meio de mecanismos de política macro, como câmbio e taxa de juros; requer políticas industriais que são setorialmente definidas. É só um exemplo da pertinência da análise da estrutura produtiva.

Para concluir, existem alternativas analíticas. Há os que proclamam que esta visão que hoje é hegemônica é a única teoria econômica, e veja-se que proclamações desse tipo não faltam: o padrinho do Consenso de Washington, John Williamson, que foi quem cunhou a expressão em 93 num seminário na Itália, diria: “Não, o Consenso de Washington traduz o consenso de todos os economistas de bom senso”, ou seja, quem não concorda com isso, ou bem não é economista ou é um economista de mau senso, talvez mal-intencionado ou mal-informado. Mas, esse tipo de arrogância e de pretensão a um pensamento unificador, e que se traduz no fato de que a imprensa, por exemplo, trata esse tipo de visão como se fosse a única que existe no mundo, não corresponde à verdade. Não se trata aqui de ressuscitar o velho desenvolvimentismo, mas existem estruturas teóricas que permitem tratar o desenvolvimento como a co-evolução da estrutura institucional e da estrutura produtiva, atentando para a especificidade das trajetórias nacionais e das trajetórias institucionais e produtivas regionais.

Essa estrutura analítica é dada pelas teorias evolucionistas que vêem o mundo como um processo em transformação, e que têm um forte componente shumpeteriano ao privilegiar a importância da inovação, da diversidade e da flexibilidade, que deveriam ser atributos incorporados à intervenção do Estado, rejeitando, portanto, idéias de planejamento rígido e centralizado, e, ao contrário, devolvendo ao local a importância que ele tem. Parece-me que retomar essas idéias nessa chave evolucionista é extremamente oportuno para um momento de transição econômica e política e para uma região que, legitimamente, reivindica um tipo de desenvolvimento diferente daquele que teve até hoje. Muito obrigado.

Everton Chaves

Muito obrigado, professor Fábio, pela disciplina com relação ao tempo e pelos ensinamentos que nos trouxe agora. Eu passo a palavra imediatamente para o professor Richard Locke, do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT).

Richard Locke

Boa-tarde. Gostaria de agradecer aos organizadores desta conferência pelo convite, em particular, aos Drs. Byron, Osmundo Rebouças e Adriano; é um grande prazer participar desse evento. Gostaria também de agradecer à equipe do ETENE, atualmente chefiado pelo Everton, por todo o apoio que recebi nos últimos anos, enquanto eu estava pesquisando com a minha colega Judith Tandler várias problemáticas aqui no Nordeste. E, finalmente, quero pedir desculpas a vocês todos por meu português. Aprendi português nos últimos anos fazendo pesquisa aqui no Nordeste, e sei que meu português é uma mistura esquisita de português, italiano e inglês, mas espero que vocês possam me entender.

Hoje, eu gostaria de falar sobre a construção de novas instituições que promovem cooperação, aprendizagem e desenvolvimento econômico. Vou dividir minha apresentação em três partes. Na primeira parte, quero revisitar a literatura acadêmica, científica, sobre cooperação, confiança e capital social. Essa literatura tenta explicar por que em alguns lugares há cooperação, confiança, capital social, que é considerado essencial para o desenvolvimento econômico, e em outros lugares isso não existe. Quero

revisitar essa literatura, e vou mostrar que tem vários assuntos que são problemáticos e pessimistas. Por causa disso, não nos ajudam a imaginar que tipos de políticas públicas se poderia promover para puxar o processo de cooperação entre as empresas, que eu também acho essencial para o desenvolvimento econômico.

Na segunda parte da minha apresentação, quero elaborar uma tese alternativa, que argumenta que se pode possuir confiança, se pode promover cooperação, por meio de um processo seqüencial que mistura o auto-interesse dos atores econômicos privados, as políticas públicas e a criação de mecanismo de autofiscalização dos próprios atores. Por meio desse processo seqüencial pode-se construir novas instituições que promovem cooperação, confiança e desenvolvimento. E, finalmente, quero ilustrar essa tese citando vários casos de cooperação e desenvolvimento aqui no Nordeste e também no sul da Itália.

Hoje em dia, há um enorme interesse na cooperação e nos vários fatores que promovem a cooperação; fatores como o capital social, incentivos específicos, etc. A cooperação é importante porque é considerada essencial para o desenvolvimento econômico, para o bom governo, para a eficiência dos serviços públicos e sociais. Mas, considerando que a cooperação é tão importante para a sociedade, mas também é tão rara, a pergunta-chave para mim (acho que para nós todos) é: como se pode construir essa cooperação? A literatura sobre essa pergunta é enorme, e se pode dividir em várias correntes ou escolas de pensamento diferentes. Vou falar só sobre duas correntes na literatura, porque eu não tenho muito tempo.

Há uma corrente de pensamento que acha que a confiança e a cooperação são recursos culturais. Ou seja, por causa das histórias tão diferenciadas entre os vários países, sociedades, culturas, alguns países, sociedades ou culturas são mais disponíveis a cooperar que outros; alguns países têm mais capital social que outros. E é por causa disso que argumenta, por exemplo, o professor Robert Putnam, de Harvard, que o norte da Itália é mais desenvolvido que o sul da Itália, ou que na Alemanha há mais confiança e riqueza econômica que na França. Isso é a primeira corrente, a primeira escola de pensamento sobre esse assunto.

A segunda corrente na literatura não é baseada em assuntos culturais, mas é derivada da teoria dos jogos; esse é um tipo de racional *choice theory*, que antes se falava. Essa literatura argumenta que atores econômicos

tradicionais podem cooperar quando existem condições particulares, bem específicas, como um pequeno número de atores que se conhecem, informação mais ou menos completa sobre a performance, o comportamento passado dos vários atores, e quando os atores devem interagir freqüentemente. Quando existem essas três condições, a segunda corrente da literatura argumenta que se pode ter cooperação. Essas são duas correntes da literatura. Tem outras mais, mas por causa do tempo eu não posso elaborar.

Eu acho que essa literatura é superinteressante e tem vários *insights* importantes, mas, ao mesmo tempo, acho que essa literatura tradicional sobre cooperação está baseada em vários assuntos problemáticos. Por exemplo, um dos assuntos da literatura culturalista é que as sociedades são quase congeladas no tempo e não podem mudar. Para Robert Putnam, por exemplo, as divergências sociais e políticas entre a Itália do norte e o sul da Itália que existiram no Século XII explicam as divergências que existem ainda hoje; não havia mudanças importantes nos últimos oito séculos. Mas, isso é absurdo. As sociedades podem mudar, e mudam mesmo. Empiricamente, é o caso das regiões do norte da Itália que agora são consideradas lugares com muito capital social, confiança, cooperação, desenvolvimento econômico, e eram regiões cheias de exploração, conflito social e atraso econômico nos anos 1950/60. Isso é, empiricamente, a história dessas regiões. É também importante saber que o sul da Itália hoje em dia está crescendo e está mudando; há mais empresas novas no sul da Itália, hoje em dia, do que no norte. É uma coisa impressionante! A história da Alemanha, da França e do Japão mostra a mesma coisa. Absolutamente, não existe esse tipo de *path dependency* constrangedora que a literatura culturalista assume.

A segunda corrente da literatura sobre cooperação, baseada na teoria dos jogos, também propõe condições impossíveis. No mundo atual, não existem só situações com informação total ou quase total, com um número limitado de atores, etc. Nós vivemos em um mundo caracterizado por instabilidade e informação errada ou só parcial. É por isso que eu acho que a literatura sobre cooperação, seja aquela cultural, seja aquela baseada na teoria dos jogos, é tão pessimista; porque essa literatura tem assuntos que são tão constrangedores que não se pode imaginar como se poderia promover cooperação em lugares que não têm uma longa história de cooperação ou que não têm condições, ou onde a gente já se conhece ou tem informação mais ou menos completa, etc.

Mas, eu sou um otimista, sou mesmo! Eu acho que se pode construir confiança, se pode promover cooperação entre pessoas e também entre empresas que não se conhecem e que têm interesses divergentes, através de um processo seqüencial que mistura o auto-interesse dos atores privados com várias políticas públicas. Eu vou elaborar agora sobre esse assunto.

O processo seqüencial deve começar com o auto-interesse dos atores econômicos, dos atores privados. Eles se juntam porque têm interesse por fazê-lo. Podem se juntar porque têm um problema coletivo, uma ameaça comum, a qual seria mais fácil resolver havendo cooperação entre eles; podem se juntar porque têm uma oportunidade que só podem aproveitar melhor se trabalharem juntos. O que é importante é que eles mesmos começam o processo de cooperação, e não que eles são induzidos a juntar-se porque existem incentivos específicos para fazê-lo. Isso pode criar cooperativas falsas, que existem só no papel, só para tirar dinheiro e não para resolver problemas reais.

Mas existe um papel para o governo, para as políticas públicas. O papel do governo é a segunda fase no processo seqüencial. Normalmente, as pessoas ou as empresas se juntam com outros que já conhecem, ou se juntam para aproveitar uma oportunidade, e não querem dividir os benefícios, os lucros dessa oportunidade com muitas outras pessoas ou outras empresas. Ou seja, freqüentemente as empresas se juntam por possuir um cartel, mas não uma cooperativa ou um consórcio que inclui a maioria dos atores locais. Mas são exatamente essas cooperativas e consórcios mais representativos que criam benefícios importantes para as economias locais e regionais.

O que o Estado ou as agências ou as políticas públicas podem e devem fazer é transformar essas experiências embrionárias de cooperação entre um número limitado de atores privados em cooperativas e consórcios mais representativos. O governo pode induzir esse tipo de mudança por meio de uma troca. O Estado troca qualquer serviço ou benefício público ou quase público, como treinamento ou infra-estrutura; o grupo inicial das empresas que se juntaram abre suas portas, e convergem para o grupo todos os atores que poderiam ser co-envolvidos nas atividades do consórcio. Dessa maneira, o Estado ou as políticas públicas não estão fundando ou criando de novo as cooperativas, mas, ao invés, estão manipulando, reestruturando essas experiências embrionárias, tornando-as mais representativas. Isso, acho, é o papel do Estado nesse processo.

A terceira fase desse processo é a criação, o desenvolvimento dos mecanismos de autofiscalização dessas cooperativas. Isso é importante porque agora essas cooperativas são grandes, estão incluindo várias empresas com interesses diversos e com tamanhos diferentes, nem todos os cooperados se conhecem. Essa situação cria oportunidades para free-riding, que não trabalham para a cooperativa, para os interesses comuns, mas só para eles mesmos. Isso não ajuda a fortalecer a cooperação, mas faz o oposto. Por isso é necessário que as cooperativas criem vários mecanismos para fiscalizar esse tipo de comportamento. Eu acho que esse é um processo sequencial: primeiro, o auto-interesse; depois, o papel do governo, que troca um serviço público, um benefício público, para abrir as portas dessas cooperativas; o terceiro passo é a construção de mecanismos de autofiscalização. Acho que por meio desse processo se pode criar novas instituições que promovem cooperação e que promovem o desenvolvimento econômico.

Tenho pouco tempo, mas quero só ilustrar esse processo com um exemplo. Nessa pesquisa que fizemos aqui no Nordeste, mas também em outros lugares (na Alemanha do Leste, no Sul da Itália), eu tentei analisar vários episódios, casos em que há cooperação onde não deveria haver. Um desses casos é o consórcio de mussarela de búfala no sul da Itália. O Sul da Itália é considerado uma área muito atrasada, cheia de corrupção, clientelismo, a máfia; era considerado mais ou menos como o Nordeste do Brasil. Tinha políticas para promover o desenvolvimento econômico que não deram certo; falaram que não deram certo, mas não deram certo, mesmo. A coisa interessante é que agora existem lá muitos casos onde há desenvolvimento e cooperação. Um desses casos é o consórcio de mussarela de búfala de Caserta. Esse é um consórcio de produtores que fazem o queijo mussarela de búfala, um queijo que agora se compra no mundo inteiro e se paga muito dinheiro por um pequeno pedaço desse queijo. Essa indústria é um consórcio que foi construído nos últimos dez ou quinze anos. Começou com cinco empresas grandes que tinham interesse em se juntar porque queriam entrar nesse mercado de mussarela de búfala, onde o valor agregado é mais alto, o lucro é mais alto também, e tinham medo das grandes empresas agroindustriais do norte da Itália.

Esses empresários se juntaram, pediram ao governo italiano um Denominação de Origem de Controle (DOC) (alguns vinhos têm esse DOC como uma marca, um brand name, uma trade mark), o governo deu para eles esse DOC, que funciona como um tipo de barreira de entrada no

mercado, mas em troca exigiu que não só os cinco, mas todos os produtores locais pudessem participar desse consórcio, pudessem ser beneficiários desse DOC. Esse consórcio começou com apenas cinco produtores, agora tem mais de cem, que representam mais ou menos 60% dos produtores locais; e agora eles, através desse consórcio, não só se reúnem para vender queijo mussarela, mas fazem investimentos em tecnologia, em novos modos de produzir o queijo. Eles criaram um sistema de autofiscalização, porque alguns desses produtores misturavam leite de vaca com leite de búfala, porque o leite de vaca é mais barato, e havia uma série de outros problemas. E por meio desse processo de aprendizagem eles criaram uma nova instituição que ajudou não só os produtores mas toda a região, a economia local. Foi uma coisa impressionante!

O mesmo processo pode ser visto em Petrolina-Juazeiro, com a experiência da Valeexport; pode ser visto no Baixo Jaguaribe, no pólo de fruticultura irrigada; pode ser visto também no cluster de calçados em Campina Grande. Começa com os atores privados que se juntam porque têm um interesse para fazê-lo; eles se abrem, eles se desenvolvem, porque o Estado insiste que eles façam isso; e é por meio dessa mudança que eles podem ajudar não só os cinco grandes produtores mas todos os produtores locais, pequenos, médios e grandes também. É por meio desse processo de desenvolvimento institucional que eles podem promover desenvolvimento econômico.

Eu acho que se é possível achar esse processo no Sul da Itália, onde se fala que é um deserto de confiança, que tem corrupção, máfia, criminalidade; se é possível achar esse processo também em vários lugares aqui no Nordeste do Brasil, onde também se fala que não existe uma grande cultura de criar esses tipos de instituições locais que promovem cooperação; se pode promover verdadeiramente a cooperação; é a cooperação que promove o desenvolvimento econômico. Obrigado.

Everton

Obrigado, professor Richard, por suas palavras de otimismo e demonstração de que a cultura pode ser mudada. A cultura é a soma de práticas mais crenças; quando se mudam as práticas, as crenças também mudam. Então, é possível mudar a crença de que uma região com baixo nível de desenvolvimento pode, sim, ser competitiva com alto nível de

qualidade. Eu passaria imediatamente a palavra para o professor Hugo de Brito Machado.

Hugo de Brito Machado

Meus cumprimentos aos companheiros de mesa e ao auditório, na pessoa do Everton Chaves. Meu agradecimento aos que promovem este evento, na pessoa do Dr. Osmundo, que me transmitiu o convite para esta participação.

O tema “As Instituições e o Desenvolvimento” é de uma amplitude imensa; acabamos de ouvir duas manifestações importantíssimas subordinadas ao tema completamente diferentes da que eu pretendo fazer para vocês, também subordinada ao tema.

Afinal, o que vem a ser instituição? O que é uma instituição? Depois de algum tempo de estudo de Direito, eu me convenci de que é absolutamente inútil tentar segurar as palavras; quaisquer palavras, todas elas servem para tudo. Instituições significa tudo. Um contrato é uma instituição, o cheque é uma instituição, a sociedade anônima é uma instituição, o casamento é uma instituição. Então, afinal de contas, o que são instituições? Dentro dessa gama imensa de possibilidades, eu optei por um significado, certamente consciente da restrição de significação que estou fazendo, mas escolhi uma instituição: o Estado. O Estado no sentido amplo. Não o Estado do Ceará, estado-membro, mas o Estado no sentido amplo, como instituição.

E quero me reportar exatamente à importância do Estado, enquanto instituição, no desenvolvimento econômico, e me valho do argumento que foi utilizado pelo Richard, da constatação empírica. Duvido que tenha havido em qualquer lugar do mundo e em qualquer época, desde que o mundo existiu até hoje, uma comunidade sem Estado. Em todas elas existe o Estado. Mais amplo, interferindo mais, menos amplo; de qualquer maneira, a presença do Estado é inevitável, é inexorável. E o que é, afinal, o Estado? E o que é, afinal, o Direito? Eu ouvi de um psiquiatra, certa vez, num encontro casual, que os colegas dele médicos menosprezam a Psiquiatria, e nessa atitude de menosprezo um deles perguntou a este médico que me falava: “fulano, Psiquiatria é mesmo Medicina?” E ele então respondeu de pronto: “É, colega, é exatamente o ramo da Medicina que nos permite distinguir Medicina de Veterinária”.

Eu pergunto a vocês: quem já viu o código civil dos elefantes ou dos macacos, ou o código penal dos tigres? O Direito, meus amigos, é fruto e é instrumento da racionalidade humana; é o Direito que nos permite estruturar uma sociedade em que as relações não se dirijam ou não sejam presididas pela força ou pelo instinto. É exclusivamente o Direito que permite a estruturação de uma sociedade racionalmente, porque o Direito é racionalidade.

Desgraçadamente, o nosso tempo é muito pouco, então nós não podemos desdobrar as questões, porque nós temos que nos manter dentro da disciplina do evento. Mas vou procurar me referir à importância do Estado e do Direito para o desenvolvimento econômico. É só o Direito, como esse instrumento racional que é, que nos permite garantir dois valores fundamentais da humanidade inteira e de qualquer aglomeração humana, que são os valores justiça e segurança. Não pode haver justiça nem segurança sem uma norma que nos permita prever o nosso comportamento, o comportamento dos outros, as conseqüências desse ou daquele comportamento. Pois essa previsibilidade é Direito. E o Direito é tão importante e tão pouco considerado quanto o ar. Quem já cogitou a importância do ar que nós estamos respirando? Pois eu garanto a vocês que o Direito é tão importante quanto o ar que nós respiramos. Mas nós só nos damos conta dessa importância no momento em que ele nos falta. É só na hora em que tapam o nosso nariz para que não possamos respirar que nós vamos sentir que o ar é importante; é só na hora em que atropelam o nosso direito que nós sabemos que o Direito é importante; e é quando nós buscamos o Direito, muitas vezes já sem tempo, muitas vezes já inutilmente.

Vamos discorrer rapidamente sobre o que temos no Brasil da instituição Estado. Nós temos uma forma federativa, significa dizer que o Estado brasileiro é dividido em parcelas de poder, que são os estados membros; e dentro dos estados membros os municípios. Temos dentro de cada uma dessas parcelas de poder uma divisão tripartida que se baseia numa teoria antiga atribuída a Montesquieu (existem autores bem mais antigos do que ele que já falavam disso), porque o Estado, como todo centro de poder, tende a abusar do seu próprio poder. Há pouco, um dos companheiros que me precedeu mencionou uma postura do Estado que se apropria dos bens e interesses da própria classe de burocratas, mas eu garanto a vocês que isso aí também é um fato constatado empiricamente e absolutamente indiscutível. O Estado tende a abusar do seu próprio poder,

e é por isso que se preconiza a divisão do Estado em três poderes: o poder Executivo, o poder Legislativo e o poder Judiciário. Essa é a divisão clássica que existe no mundo inteiro, com pequenas adaptações, mas é uma divisão clássica dos poderes do Estado.

No Brasil nós temos na União Federal, que é a célula maior, digamos assim, os três poderes; nos estados membros também temos os três poderes, e nos municípios nós temos só dois poderes, o Poder Legislativo e o Poder Executivo; não existe no Brasil o Poder Judiciário municipal. O Poder Legislativo da União Federal é bicameral, ou seja, é composto de dois órgãos: Câmara dos Deputados e Senado Federal. O Poder Legislativo nos estados e nos municípios é unicameral, tem apenas um corpo de legisladores. E o Poder Judiciário? O Poder Judiciário, no Brasil, divide-se em duas partes maiores: a chamada justiça comum ou justiça ordinária e a chamada justiça especializada. Existem dois ramos da justiça comum: federal e estadual. E a justiça especializada? Temos a eleitoral, a trabalhista e a militar, esta última já praticamente em extinção. Quanto aos patamares ou degraus de funcionamento da justiça, nós temos duas instâncias ordinárias. O que eu quero dizer com instância ordinária? São instâncias onde cabem todas as questões, onde se pode discutir todo tipo de problema. Acima desses dois graus, nós temos uma instância chamada especial, cujo papel mais importante é a unificação do entendimento jurídico nacional, que é hoje o Superior Tribunal de Justiça, e uma instância excepcional ou extraordinária, que é o Supremo Tribunal Federal, para onde se dirigem os pleitos, digamos assim, os conflitos mais importantes que partem da própria Constituição Federal.

Como é que funcionam, ou não funcionam essas instituições? A colocação do Richard, que falou: “Dizem que não funciona, mas não funciona mesmo!” Os incentivos para o Nordeste, dizem que não deram certo, mas não deram certo mesmo! Assim é o funcionamento das várias instituições do Poder Judiciário brasileiro. Realmente, elas são extremamente precárias. Alguém poderá dizer: “Ora, mas o senhor foi integrante de uma delas.” Eu digo: “é por isso mesmo que eu sei”. Eu fui juiz federal durante 23 anos, nove dos quais num tribunal federal, do qual fui, inclusive, presidente, e sei das dificuldades que o Poder Judiciário enfrenta.

No Executivo, nós poderíamos apontar, em primeiro lugar, os defeitos da extrema concentração. Há uma interferência do Executivo nas outras áreas: na área do Legislativo e na área do Judiciário. Na área do Legislativo,

principalmente emitindo leis também, são as famosas medidas provisórias; e na área do Judiciário, muitas vezes, descumprindo as decisões judiciais, que é a forma mais grave de interferência, o descumprimento da decisão judicial. Para mim, entretanto, o problema mais grave que se pode apontar no Poder Executivo brasileiro é o absoluto menosprezo pelo elemento jurídico. Direito e nada para as autoridades no Brasil são exatamente a mesma coisa. Pode botar assim: Direito igual a nada. Direito e nada são a mesma coisa, não se considera o elemento jurídico. Agora, eu pude constatar, até com um certo conforto, ou pelo menos um certo consolo, que este não é um problema exclusivamente brasileiro. Eu li em um autor espanhol que é catedrático em Madrid e é membro do Tribunal Constitucional da Espanha, o órgão máximo do Judiciário espanhol, mais ou menos o seguinte: “Só a ignorância pode ser a origem do menosprezo pelo método jurídico no trato dos fenômenos financeiros, que se vê em pessoas que, mais ou menos imbuídas de certos saberes, como podem ser os saberes econômicos e técnicos, parecem fazer deles a única fonte de conhecimento da realidade social, desprezando, como não-científicos ou inúteis, os demais, especialmente o saber jurídico”.

Crítica-se muito o Poder Judiciário no Brasil sobretudo pela morosidade. Eu posso garantir a vocês que é muito difícil, senão praticamente impossível, decidir conflitos com rapidez. Nós temos, primeiro, as dificuldades inerentes à própria atividade, e dentro dessas dificuldades eu coloco para vocês a chamada comunicação dos atos processuais. É muito fácil dizer: “Não, chega o conflito, o juiz julga e diz quem tem razão e quem não tem razão”. Na prática, não é assim, meus amigos! A questão é posta perante o juiz, por escrito, e o juiz tem que ouvir a outra parte, por escrito; e uma parte pede para fazer uma prova e a outra tem que tomar conhecimento; se é marcada uma perícia, por exemplo, a parte tem o direito de contraditar e de questionar inclusive o perito. Enfim, a testemunha vai depor, uma parte tem direito de perguntar e a outra tem direito de argüir suspeição, etc. Ou seja, uma coisa muito difícil de se fazer é solucionar um conflito, até porque, toda vez que alguém é parte num conflito, tem razão; as duas partes têm razão. Com toda seriedade, ambas têm razão! E toda vez que o juiz decide, para a parte perdedora ou ele é burro ou é desonesto; ou não sabe Direito ou se vendeu para a parte contrária. Daí a necessidade que tem o Judiciário, no seu procedimento, de adotar o comportamento o mais transparente e o mais seguro possível. A transparência e a segurança no procedimento são fundamentalíssimas na solução dos conflitos.

Alguém pode perguntar assim: “Ora, mas o que tem a ver essa solução de conflitos com o desenvolvimento econômico, com as instituições no sentido empresarial?” Eu digo a vocês, meus amigos, que tem absolutamente tudo a ver. Por mais harmoniosa que seja uma empresa, mais cedo ou mais tarde vai surgir um conflito no seio dessa empresa, e ela será tanto mais harmoniosa quanto mais certeza tiver de que o conflito que surgir por acaso vai encontrar uma solução razoável. Na medida em que as pessoas estão inseguras da possibilidade de solução de um conflito, não se associam, não se congregam; não haverá a cooperação se não houver a segurança de que, diante de um eventual conflito, as pessoas disporão de um mecanismo para superar esse conflito.

Criticam muito a legislação brasileira porque dizem que ela é muito formalista. É. Mas eu diria que não é a legislação, é a visão de quem trabalha com a legislação. Eu poderia mencionar, se o tempo permitisse, inúmeros exemplos que fariam vocês rirem à vontade da minudência a que se chega numa lei para tentar evitar os problemas. Na verdade, eu acho que o rumo que deve ser buscado é o oposto. O que se deve buscar é um Direito principiológico, e não um Direito casuístico. O que nós temos no Brasil, como temos na Espanha, é um Direito casuístico. Por coincidência, eu tenho aqui na mão um livro de Direito Administrativo espanhol, e tenho certeza absoluta de que se ele fosse traduzido e publicado aqui, com o nome de um autor brasileiro, todo mundo ia acreditar que foi escrito no Brasil, na realidade brasileira.

E aí, se pergunta: “O que o senhor preconiza?” Sempre que se fala sobre um assunto, o correto, o adequado, é se colocar as questões e, ao final, se fechar com uma proposta. Qual é a minha proposta para melhorar as instituições estatais no Brasil e, conseqüentemente, resolver esse problema? São dois caminhos: o primeiro é da área da educação. É procurar desenvolver uma visão principiológica do Direito, sobretudo nos cursos jurídicos do País; procurar fazer com que o jurista acredite mais que o Direito deve ser um conjunto de princípios e não de regras casuísticas; deve ser justo; sem justiça não existe Direito. A credibilidade repousa na justiça e é instrumento fundamental do Direito.

E, por último, a responsabilização pessoal do agente público. O que se tem no Brasil, hoje, é uma conduta que deixa haver um sentimento de irresponsabilidade. Qualquer autoridade no País adota um comportamento qualquer, faz uma opção política qualquer, e sabe que é irresponsável pelos

prejuízos que aquela opção venha a causar, até porque a nossa Constituição Federal instituiu a chamada responsabilidade objetiva do Estado. Quando o Estado causa, por qualquer de seus agentes, um dano a qualquer pessoa, o Estado responde objetivamente; e por trás dessa responsabilidade objetiva se esconde a pessoa do agente público. Então, são essas as colocações que eu ofereço, em síntese: buscar um Direito principiológico seguro e justo, com o abandono do casuísmo, e buscar a responsabilidade pessoal do agente público. Muito obrigado e desculpem-me pela ultrapassagem do tempo.

Everton Chaves

A nossa mesa “As Instituições e o Desenvolvimento” é formada por um economista, por um cientista político, por um advogado juiz federal e por um jornalista, de modo que a gente possa ter uma visão bastante diversificada do papel das instituições para o desenvolvimento. Nós estamos muito contentes com o cumprimento do tempo, e pediríamos, agora passando a palavra ao jornalista Paulo Henrique, que ele realmente fizesse as suas colocações em quinze minutos.

Paulo Henrique Amorim

Muito obrigado. Vou inicialmente pedir desculpas pelo atraso. Eu queria começar as minhas breves observações falando de um economista americano chamado Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, membro do Conselho de Economistas do governo Clinton, chefe do Departamento Econômico do Banco Mundial, e hoje professor da Universidade de Colúmbia, que acabou de escrever um livro sobre a globalização e seus efeitos. Ele critica o Banco Mundial e o FMI e suas políticas para a crise da Ásia, da Rússia e da Argentina. Acha ele que são políticas adotadas basicamente para salvar os bancos americanos, políticas inspiradas pelo Tesouro, pelo Ministério da Fazenda dos Estados Unidos, uma política de manter o câmbio alto, enquanto os bancos caem fora. Stiglitz acha que a solução não é provocar a recessão e gerar um superávit fiscal apenas, mas, especialmente no caso da Argentina, recuperar a capacidade de os bancos financiarem as empresas. Stiglitz defende a tese de que deve haver uma concordata para países, a mesma tese da senhora Ann Krueger, a mulher mais importante que dirige o FMI, que está chegando aqui no Brasil na semana que vem; e a maior crítica do Stiglitz é quanto à questão da

transparência: a falta de transparência nas decisões de organizações internacionais, como o FMI e o Banco Mundial.

Como é que o FMI e o Banco Mundial decidem? Que critérios usam? Falam com quem? Ouvem quem? Recebem que pressões? Defendem que interesses? Stiglitz ganhou o Prêmio Nobel com uma tese sobre a economia da informação. O que ele procurou demonstrar é aparentemente óbvio: quem tem mais informação, ganha mais. Então, ele comparou o acesso à informação na relação do banco com o correntista do banco, da companhia de seguros com o segurado, do plano de saúde com o comprador de plano de saúde, da corretora com o comprador de fundos de ações, da empresa com o sindicato; e parece óbvio o que ele descobriu, mas ele conseguiu demonstrar que quem tem mais informação tem mais renda. Num mundo em que todos tivessem as mesmas informações, diz Stiglitz, as diferenças de renda seriam menores.

Eu vou falar agora de um outro exemplo, de outro autor conhecido, o Sr. George Soros, um dos maiores especuladores com moeda de todos os tempos, o homem que derrotou a libra inglesa e criou um fundo de US\$ 100 milhões, na Rússia, para financiar jornais, *newsletters* e *websites* naquele País; ele considerava que aquela era a única forma de combater a corrupção na Rússia, que é uma das maiores do mundo, como se sabe, e era uma das maneiras de evitar que os russos, na transição do comunismo para o capitalismo, entrassem em frias com fundos de investimento onde eram lesados.

Agora, chegando ao Brasil. O Brasil tem três jornais nacionais: O Globo, a Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, e, dos vinte maiores jornais brasileiros, um único aumentou a circulação no último ano. O Brasil tem três redes nacionais de televisão, a Rede Globo tem 50% da audiência e 75% do mercado publicitário brasileiro. É a maior concentração de poder em uma única empresa no mundo civilizado. Nas duas mais longas ditaduras do século passado, no México e na Rússia, ao acabar a ditadura, o mercado de TV comercial era mais competitivo do que é hoje no Brasil.

Neste momento, diz-se que o Ciro subiu nas pesquisas porque o Jornal Nacional entrevistou os candidatos e ele se saiu melhor. Eu não sei se isso é verdade, mas esse fato merece algumas observações. Um dos maiores publicitários de São Paulo que eu conheço me disse na semana passada que o que pode vir a mudar a televisão no Brasil não é a lei dos 30%, que

permite que uma empresa estrangeira tenha o controle de 30% de uma empresa de televisão, mas a crise econômica da Globo. A dívida de curto prazo da Globo Cabo é de US\$ 1,5 bilhão. O BNDES acaba, de certa maneira, de estatizar a Globo Cabo. A Globo Cabo e suas finanças já saíram do balanço consolidado da holding da Globo, cujo capital vai ser vendido no mercado até 30%, de acordo com a nova lei. Por que a Globo deu agora audiência ao Ciro, ao Lula, e ao Garotinho no Jornal Nacional? Na eleição do Collor, houve uma famosa edição do debate Lula contra Collor, e esse episódio da forma pela qual a Globo editou aquele debate aparece em todos os livros que estudam a relação da TV com a política, sendo esse um dos casos clássicos de manipulação eleitoral. Na eleição de Salinas de Gortari contra Cuauhtémoc Cárdenas, no México, houve um episódio comparável, porque nas vésperas da eleição a Televisa, que era na época a mais poderosa emissora de televisão do México, botou no ar dois supostos filhos bastardos do pai do candidato de oposição.

Na primeira eleição de Fernando Henrique Cardoso, a Globo dedicou ao Fernando Henrique e ao Lula o mesmo tempo no Jornal Nacional; aliás, muito pouco tempo. Em compensação, dava todo o tempo ao então Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, que falava tudo o que era bom do Plano Real e escondia o que não era bom, tanto assim que num dia ele deu trinta e nove entrevistas e na trigésima nona ele falou com o satélite aberto e caiu, e o Ministro da Fazenda se tornou o Ciro Gomes.

A segunda eleição de Fernando Henrique Cardoso teve uma importante contribuição externa; o Delfim Neto vivia contando essa história no que ele chamou de “o golpe de Estado de Clinton”, mas como o Delfim Neto fala em português ninguém deu bola para o que ele dizia. Acabou de sair um livro nos Estados Unidos chamado “The Chastening”, cujo autor é o editor de economia do jornal The Washington Post, que cita o caso. Só para recordarmos a situação, por causa da sobrevalorização do Real, o Brasil estava com as suas contas externas numa situação muito difícil no início do segundo semestre de 98; a eleição era em outubro, o Lula estava bem situado nas pesquisas, e Fernando Henrique não podia desvalorizar o Real porque aquilo significaria provavelmente perder a eleição. Houve um debate ferrenho dentro do FMI: a Europa, sobretudo a Alemanha e a Inglaterra, e o Japão disseram não a um empréstimo ao Brasil; só dariam o empréstimo se o Brasil desvalorizasse o Real antes. Aí o Clinton disse: “Não, antes da eleição o Cardoso não desvaloriza o Real porque é importante que ele ganhe

a eleição. Então, nós vamos dar US\$ 42 bilhões ao Brasil, ele faz a eleição e depois desvaloriza o Real”. Essa história o Delfim contava, ninguém acreditava, e agora está no livro “The Chastening”, de um editor do jornal do Washington Post, que eu recomendo a quem estiver interessado. Ele também analisa o papel do FMI e do Banco Mundial nas crises da Ásia, da Rússia e da América Latina. O FMI deu 42 bilhões, os bancos tiraram o dinheiro deles, o Real se desvalorizou e o FMI, enfim, impôs uma política fiscal apertada, que é essa parecida com a que temos hoje, de um superávit fiscal que agora passa a ser de 3,75% do PIB.

Eu gostaria de submeter os amigos e amigas nessa sala a um teste sobre a instituição da imprensa e o desenvolvimento nesse País. A empresa anglo-holandesa Korus acabou de comprar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), resultado de uma negociação difícil feita pelo então presidente Getúlio Vargas com o presidente americano Franklin Roosevelt; em troca da entrada do Brasil na II Guerra, o Brasil construiu uma usina siderúrgica, deixou de ser um produtor de minério de ferro e se tornou um país siderúrgico. Para privatizar a Companhia Siderúrgica Nacional, segundo a revista Veja, o empresário Benjamin Steinbruch pagou uma propina a Ricardo Sérgio de Oliveira para conseguir o dinheiro da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI). O dinheiro da PREVI, como se sabe, é o dinheiro dos aposentados do Banco do Brasil, e o Banco do Brasil tem como seu maior acionista a União. Depois, para se desfazer do nó da participação cruzada no banco de Benjamin Steinbruch na Vale e na CSN, Benjamin Steinbruch conseguiu dinheiro do BNDES sob a forma de debêntures; o BNDES, hoje, detém debêntures da Companhia Siderúrgica Nacional.

Segundo o jornal inglês Financial Times e o jornal americano The New York Times, numa reportagem que li ontem, a Companhia Siderúrgica Nacional, agora de propriedade de ingleses e holandeses, situada em Volta Redonda, vai produzir aço de baixo valor agregado, entregar à Korus, que vai beneficiar, produzir aço de alto valor agregado. O que significa isso? Que o trabalhador holandês e o trabalhador inglês, que agregam mais valor ao aço vendido pela Korus, terão um salário maior do que o trabalhador brasileiro de Volta Redonda, que agrega menos valor ao aço vendido pela Korus. Isso é bom para o Brasil? Isso é o que pergunta o editorial de hoje do jornal Folha de São Paulo, e eu convido os amigos e amigas a fazer um teste sobre o que dará a imprensa brasileira sobre esse inexpressivo e irrelevante

episódio. Que informações a sociedade brasileira, os acionistas da CSN terão sobre essa operação em que nós vamos trocar a possibilidade de produzir um produto de maior valor agregado por um de menor valor? Poderíamos produzir com mais valor agregado e vamos produzir um produto semi-acabado para que holandeses e ingleses possam beneficiá-lo. A forma pela qual isso começou a ser noticiado no Brasil já não é um bom indício, porque a maioria da imprensa começou a chamar a operação de uma fusão; uma fusão em que os ingleses e os holandeses ficam com 64% das ações da empresa brasileira.

Eu comecei a minha vida de repórter como foca do jornal A Noite, no Rio de Janeiro, em julho de 1961; trata-se, portanto, de um velho jornalista. Por uma circunstância absolutamente inesperada, um contato de publicidade no jornal A Noite, eu estava em Porto Alegre tentando vender ao governo de Leonel Brizola um caderno especial sobre os feitos do governo Leonel Brizola; Brizola era o governador do Rio Grande do Sul. Este contato de publicidade estava no palácio, na ante-sala do governador Leonel Brizola, quando se soube da renúncia de Jânio Quadros. Eu, no Rio de Janeiro, como foca, tinha a função de conversar por telefone (era uma ligação telefônica muito difícil, evidentemente) com esse contato de publicidade, recolher as informações dele e passar para a máquina de escrever, e um redator evidentemente qualificado transformava isso num texto de uma reportagem que seria publicada. O jornal A Noite passou a ser o único jornal do Rio de Janeiro que tinha um correspondente dentro do palácio do governo do Rio Grande do Sul enquanto se dava a crise da queda de Jânio e a posse ou não-posse de João Goulart. Eu vi a tentativa (vi, quero dizer, de dentro de uma redação de jornal) de não dar posse a João Goulart, eu vi a queda de Jango. Chamo a atenção dos amigos para um livro clássico da sociologia política brasileira de autoria do sociólogo Antônio Lavareda, que demonstrou que Jango foi deposto num momento em que sua popularidade era mais alta.

No regime militar, eu entrevistei o presidente Juscelino Kubitschek numa reportagem, que não foi publicada, sobre o aniversário do BNDES. Ele, que foi um dos fundadores do BNDES, me contou do desespero que era governar o Brasil do Palácio do Catete, ir para os seus aposentos pessoais, ligar a Rádio Globo e ouvir os discursos de Carlos Lacerda pregando o golpe de Estado.

Vamos supor, agora (e eu me aproximo do fim da minha exposição), que Lula, Ciro e Serra tenham um terço dos votos cada um. É uma suposição. Há, portanto, duas chances em três de o próximo presidente do Brasil ser da oposição. Eu convido os amigos e amigas a fazerem um novo teste. Como a sociedade brasileira vai conseguir informação sobre as atividades do próximo governo se o Presidente da República for da oposição? Que tipo de informação? Que tipo de objetividade? Que tipo de isenção? De minha parte, costumo dizer que já vi de tudo na imprensa brasileira. Hoje, por exemplo, antes de sair de São Paulo, recebi a informação de que uma das últimas redações brasileiras que poderiam trabalhar com razoável objetividade capitulou hoje. O dono vendeu a opinião ao governo, numa operação especialmente vantajosa três meses antes da eleição. Pois, de minha parte, quero concluir: se o próximo Presidente da República for da oposição, tem uma grande chance de ser trucidado pela imprensa brasileira. Muito obrigado.

Everton Chaves

Muito obrigado, jornalista Paulo Henrique. Eu gostaria de fazer alguns comentários sobre a fala de todos os palestrantes aqui. Inicialmente, dizer ao professor Fábio Erber que, exatamente por entender que os mercados não são completos, que eles são imperfeitos, é que a presença de instituições na promoção do desenvolvimento se faz necessária. Nós concordamos inteiramente com essa idéia. Também dizer ao professor Richard Locke, que infelizmente não pôde ficar até o final, que nós concordamos com a idéia de que a cooperação, a ação coletiva, não é fruto apenas do estágio cultural; a ação coletiva pode ser estimulada, pode ser incentivada; e nós queremos lembrar a todos que nos ouvem que, para as micro, pequenas e médias empresas, a ação coletiva é muito importante para que elas possam competir nesse mercado globalizado. Queremos também dizer ao professor Hugo de Brito, que nos ensinou muito, principalmente com a idéia de que o Direito é tão importante quanto o ar que respiramos, que quando os contratos não são obedecidos, notadamente os contratos de empréstimos, isso aumenta os riscos, e as pessoas e instituições que interagem se adaptam a essa nova situação. Portanto, é muito importante que haja no Nordeste uma consciência de que os contratos devem ser cumpridos, principalmente contratos relacionados com empréstimos. Empréstimo é empréstimo. Recursos não-

reembolsáveis ou a fundo perdido, como política social, é uma outra política; mas os contratos devem ser respeitados.

Eu tinha preparado uma apresentação, mas, em virtude de o tempo estar adiantado, nós não vamos poder apresentar, mas eu queria passar apenas alguns slides, os últimos, para mostrar que o Banco do Nordeste tem agido no sentido de favorecer, primeiro, que as informações sejam mais disseminadas. A propósito disso, o jornalista Paulo Henrique falou que a informação é importante.

Eu queria só mostrar alguns casos de sucesso que estão ocorrendo com a ação do Banco do Nordeste. São três casos: O primeiro aconteceu no Rio Grande do Norte. Foi feito um assentamento de reforma agrária, portanto, uma política nacional, mas dificilmente essas pessoas assentadas teriam acesso a mercados. Além disso, tinham pouca tecnologia. Com o trabalho que o Banco exerce na área de promoção de negócios e de investimento, houve uma visita do nosso consultor de investimento a algumas empresas exportadoras de mamão no Espírito Santo, houve uma aproximação com esses produtores no Rio Grande do Norte; portanto, vejam a interação entre os Estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte, promovida pelo Banco, e essa aproximação fez com que se formalizasse uma parceria desses pequenos produtores de agricultura familiar que foram assentados com o programa de reforma agrária. O resultado disso é que houve incorporação de tecnologia, expansão dos mercados para esses agricultores familiares, inclusive exportação, assistência técnica para a produção, e neste ano esse grupo de agricultores ganhou o Prêmio Empreendimento XXI, do Banco do Nordeste. Ou seja, essa é uma prova de que é possível fomentar a ação coletiva; nós não podemos esperar pela cultura de 50, 60, 70 anos, para que se forme historicamente a ação coletiva no sentido de gerar competitividade.

O segundo caso de sucesso tem a ver com a cotonicultura no estado da Bahia. Financiamos a pesquisa tecnológica para que o algodão fosse adaptado ao cerrado. A produtividade era baixa. Houve formação de parcerias com a EMBRAPA, com a própria Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), o Banco do Nordeste que financiou primeiro a pesquisa com recursos não-reembolsáveis e depois entrou com o crédito, e todos os produtores rurais puderam honrar os seus compromissos. Isso é muito bom para que os contratos possam ser cumpridos e honrados, e esse já é um grupo de agricultores que se credencia a, realmente, poder obter crédito na praça.

O último exemplo de ação coletiva (FIGURA 1) é um caso que eu gosto sempre de citar porque é emblemático, uma questão social muito importante, no povoado de Muquém, em União dos Palmares, Alagoas, onde faltavam recursos hídricos há mais de 30 anos e não se resolvia o problema. As pessoas se deslocavam alguns quilômetros para carregar água e essas pessoas trabalhavam com artesanato. Então, houve uma reunião no Farol do Desenvolvimento, que é um programa que o Banco tem nos 1.983 municípios onde atua, e lá no Farol as pessoas fazem seus compromissos e esses compromissos são registrados em agenda. O que aconteceu é que houve compromisso da Prefeitura, do Governo do Estado, das pessoas locais, cada qual entrava com uma parte nessa questão toda, e o resultado disso foi o encanamento de água a partir de uma adutora construída por todos ali em conjunto, com uma melhoria na produção e na qualidade do artesanato. Parte desse produto foi vendido para a Alemanha, na última feira de Hannover, o que prova que os produtos nordestinos podem penetrar no mercado internacional e que a ação coletiva pode ser estimulada. E o Banco está realmente perseguindo esse tipo de ação coletiva.



FIGURA 1 - FAROL DO DESENVOLVIMENTO - CASO DE SUCESSO

FONTE: Banco do Nordeste

Nas próximas figuras, nós gostaríamos de demonstrar o esforço de aplicação do Banco que tinha 46.000 clientes, há 7 anos e agora tem 1 milhão e 400 mil, com uma participação preponderante de pequenos empreendimentos nos financiamentos. (FIGURAS 2 e 3)

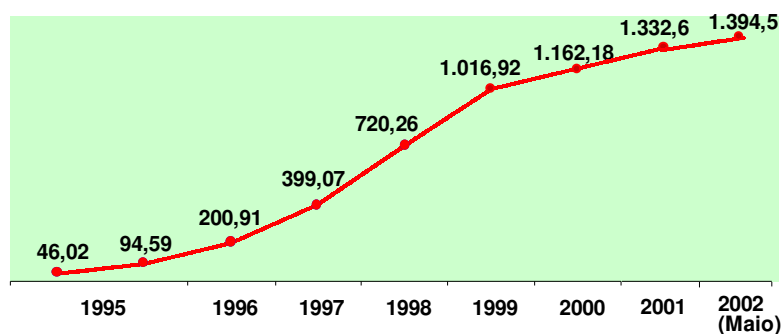


FIGURA 2 - QUANTIDADE DE CLIENTES
FONTE: Banco do Nordeste

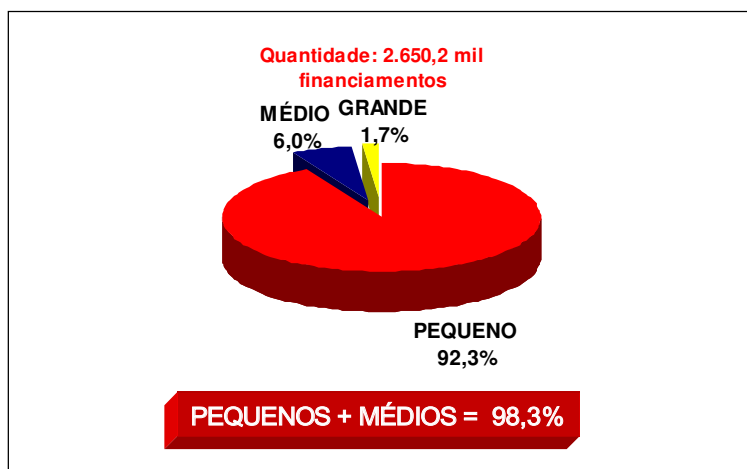


FIGURA 3 - FINANCIAMENTOS DE 1995 A MAIO DE 2002 POR PORTE
FONTE: Banco do Nordeste

Eu queria finalizar com uma frase do economista Joseph Stiglitz, que faz uma alusão à questão do mercado e da pobreza: “Os mercados não prestam a menor atenção para a pobreza e apenas fabricam os bens que as pessoas querem, fazendo uso da mão-de-obra mais barata possível; a real falha dos mercados está no fato de que, às vezes, eles agem contra seus próprios interesses, atribuindo exclusivamente ao governo e suas instituições a função de eliminar a pobreza”. Ou seja, a questão do combate à pobreza não é só uma questão do setor público, é uma questão, inclusive, de como é que os mercados podem contribuir na geração de emprego e renda. Com isso, nós terminamos o nosso painel. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias

Agradecemos a presença e a participação dos componentes desta mesa e também a todos os participantes neste e nos demais auditórios do Banco do Nordeste em todas as capitais nordestinas, e também nas cidades de São Paulo e Montes Claros, no norte de Minas Gerais, que estão interligados em sistema de videoconferência.

6 – PAINEL III

19 de julho de 2002

Estratégias de Políticas Para Regiões em Desenvolvimento

Presidente de Mesa:

Osmundo Rebouças – Diretor do Banco do Nordeste

Expositores:

José Palmo-Andrés – Diretor de Políticas Regionais da União Européia.

Judith Tendler – Professora do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT)

Carlos Roberto Azzoni – Professor da Universidade de São Paulo e Diretor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP).

Gustavo Maia Gomes – Diretor de Estudos Regionais e Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Osmundo Rebouças

Vamos dar início à última sessão técnica deste encontro, antes do encerramento com a entrega de prêmios, que vai acontecer às 17 horas. Este painel tem o tema “Estratégias de Políticas para Regiões em Desenvolvimento”. Não vou tomar o tempo dos senhores para dar mais oportunidade aos expositores para que apresentem suas idéias sobre esse tema. A única observação que eu gostaria de fazer é que políticas para regiões em desenvolvimento devem significar políticas para desenvolvimento do Brasil e não de uma região específica, apenas. Se você faz uma boa estratégia de desenvolvimento para o Brasil, espacialmente olhado com a sua população, vendo o interesse do bem-estar dos brasileiros, com justiça social, automaticamente se faz uma política regional equilibrada, sem os desníveis que observamos hoje.

Por exemplo, se uma região como o Nordeste, com 52% dos analfabetos do Brasil, receber 52% dos recursos para educação básica, está-se aplicando para o Brasil um princípio que, automaticamente, corrige desníveis de educação entre regiões. Se você aplicar no Nordeste 30% dos recursos para saúde, saúde preventiva dedicada às famílias mais carentes, e nas outras regiões pela proporção dos doentes que as regiões possuem,

automaticamente você está fazendo uma política equilibrada para corrigir desníveis sociais entre as regiões. Se você aplica uma política de acordo com as carências, distribui espacialmente recursos de acordo com as necessidades da sociedade brasileira, e levando em conta princípios de competitividade, etc., automaticamente você faz política regional por consequência; assim, surge política regional equilibrada.

O grande engano que acontece é que se chama regional o FINOR, se chama regional o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Banco do Nordeste, se chama regional uma política da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e não se chama regional o mega investimento que se faz no metrô de São Paulo, no Rio de Janeiro, na ponte Rio-Niterói, nas grandes estradas, os incentivos à indústria automobilística e à indústria química, que foi tudo dado para o Sudeste. Esse hábito de rotular de regional algumas coisas e de nacionais outras é o grande fato que engana as pessoas. Então, o termo regional deveria ser extinto, proibido até de se falar nas reuniões técnicas, porque não existe regional, na prática; tudo o que você imagina de gastos do governo é regional. Mas, apenas com essa observação, eu queria dizer que os nossos palestrantes vão ter um tempo rigorosamente controlado de 15 minutos cada um, porque antes das 17 horas vamos organizar a mesa para a parte final.

Inicialmente, eu queria dizer que nós temos a grande honra de receber aqui o Dr. José Palmo-Andrés, que é o Diretor de Políticas Regionais da União Européia, que tem uma longa experiência nessa área de regional no continente europeu. Depois, teremos a professora titular, que se chama full-professor, Judith Tendler, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT); o professor Carlos Azzoni, da Universidade de São Paulo, que é outro especialista de longos anos de trabalho; e o Dr. Gustavo Maia Gomes, que é o Diretor de Estudos Regionais no IPEA, tendo muitos trabalhos e experiência nessa área. Vamos começar com o professor José Palmo-Andrés, sobre a União Européia e sua experiência em estratégia de política regional.

José Palmo-Andrés

Muito obrigado, Dr. Osmundo. Em primeiro lugar, eu queria rapidamente, e tentando respeitar os quinze minutos que tenho direito, felicitar o Banco do Nordeste pela bonita idade de 50 anos, quiçá um bom augúrio para a política regional no Brasil; agradecer ao Banco a ocasião

que me proporciona para vos explicar qual é a política regional da União Européia, neste momento e, o que planejamos para o futuro.

Gostaria de, em 15 minutos, tentar responder a três questões que atualmente se põem no âmbito da União Européia: Por que nós temos uma política regional? Que evolução e que resultados ela teve? E qual é a política que pensamos fazer para depois de 2006? Isso porque, atualmente, o período de programação é de 2000 a 2006.

A União Européia é uma das zonas mais ricas do mundo, com uma área somente de 2,2 milhões de quilômetros quadrados. Possui 375 milhões de habitantes atualmente. Tem um produto interno bruto de 6.450 bilhões de dólares, o que faz um rendimento *per capita* de cerca de 17.000 dólares.

Alguns dados comparativos com alguns países da América Latina, incluindo o Brasil (são dados que nós recolhemos das nossas próprias estatísticas e do Banco Mundial), mostram que há, de fato, algumas discrepâncias, em termos de PIB *per capita*, entre alguns agrupamentos de países da América Latina e aquilo que é atualmente a União Européia, ou aquilo que será depois da adesão que se vai produzir em 2004, de mais dez ou doze países que vão entrar na União Européia, e que fará o PIB cair para cerca de 14.800 dólares por cabeça, o que faz ainda um volume importante. (TABELA 1)

TABELA 1
ALGUNS DADOS COMPARATIVOS EU/AMÉRICA LATINA

	ÁREA (Km²)	POP. (Milhões)	HAB. / Km²	GDP Bilhões US\$	PIB / Hab. (US\$)
Brasil	8.512.000	170	20	610	3.590
Argentina	2.761.000	38	13	285,5	7.440
Uruguai	176.000	3,4	18	20,2	6.090
Paraguai	407.000	6,4	13	7,7	1.440
MERCOSUL	11.856.000	215	18	923,4	4.295
Bolívia	1.098.600	8	8	8,5	1.000
Colômbia	1.141.800	42	36	85,3	2.020
Equador	283.600	13	45	13,6	1.210
Peru	1.285.000	26	20	53,4	2.080
Venezuela	912.000	24	26	120,5	4.310
Grupo ANDES	4.721.000	113	24	281,3	2.489
Costa Rica	51.000	4	72	15,8	3.960
El Salvador	21.000	6	310	13,2	1.990
Guatemala	109.000	11	100	19	1.690
Honduras	112.000	7	63	6,9	850
Nicarágua	130.000	5	38	2,4	420
Panamá	77.000	3	39	9,9	3.625
América Central	500.000	36	72	66,2	1.840
Chile	757.000	15	18	70,7	4.600
México	1.967.000	97	42	574,5	6.080
Total A. Latina*	19.801.000	476	24	1.916,1	4.025
EUR 15	2.239.000	375	167	6.450	17.225
12 Candidatos	1.087.000	106	98	686,9	6.480
EUR 27	3.342.700	483	144	7.182	14.870

FONTE: União Européia / Banco Mundial

* Sem Caraíbas

Uma política regional, por quê? A história da política regional europeia está ligada, um pouco, à história da construção da União Europeia. Mas, já em 1957, estava previsto no Tratado de Roma que um dos objetivos políticos da União Europeia é reforçar a unidade das economias dos estados membros e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso através da redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas. Ela progrediu menos rapidamente do que várias outras políticas às quais a União Europeia teve que fazer face, dado o período de reconstrução pós-guerra, que foram, em primeiro lugar, assegurar os bens de capital necessários (a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), instituir uma política agrícola comum, uma política comum da pesca, e criar o Fundo Social Europeu, para tentar rapidamente dar comida aos milhões e milhões de europeus que necessitavam, regularizar a questão da pesca e criar as condições para que socialmente a Europa fosse mais equilibrada. E só em 1975 é que foi finalmente dada uma atenção especial à política regional, e foi criado um Fundo de Desenvolvimento Regional para esse efeito.

De fato, é a contrapartida, também, dos constrangimentos provocados pelo mercado único aos países do Sul e às outras regiões desfavorecidas. Como sabem, um dos objetivos da União Europeia é a criação de um largo mercado, mercado esse em que não hajam barreiras alfandegárias nem barreiras ao movimento das pessoas e de capitais, e que permita que, de fato, essas regiões mais desfavorecidas possam, neste contexto de um mercado único alargado, ter possibilidades de competir com as outras. E daí nós termos evoluído os valores em termos de fundos estruturais, fundos para o desenvolvimento regional, de qualquer coisa como 68 bilhões de dólares (porque o Euro neste momento está em paridade com o dólar), de 1989 a 1993, para valores que hoje são da ordem de 213 bilhões de dólares; ou seja, grosso modo, 22 bilhões de dólares por ano para ajudar as regiões mais desfavorecidas.

É evidente que são as diferenças de nível de desenvolvimento entre as regiões que justificam aquilo que é muito importante no nosso pensamento, que é a solidariedade europeia; ou seja, a solidariedade de regiões mais ricas relativamente a regiões mais pobres, para fazê-las vir ao nível das regiões mais ricas. Neste pequeno diagrama (FIGURA 1), podem ver em vermelho as regiões que têm um nível mais rico, e no pólo oposto regiões que, em cada país, têm os níveis mais baixos. Como vêem, há enormes diferenças. É o caso do Reino Unido, em que uma das regiões tem

cerca de 50% da média europeia e outra ultrapassa largamente os 200% da média europeia; e também de outros países. Mesmo em Portugal, na Grécia, na Itália, na Espanha, há vários exemplos deste tipo.

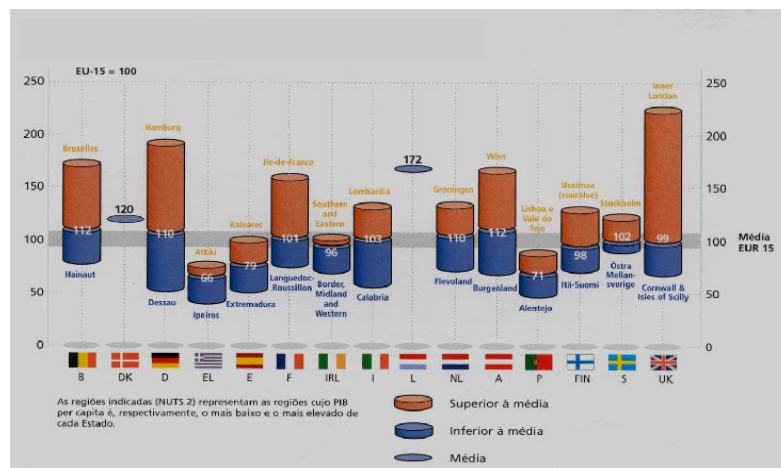


FIGURA 1 - DISPARIDADES REGIONAIS DO PIB *PER CAPITA* NOS ESTADOS-MEMBROS, 1997 (EM PARIDADES DE PODER DE COMPRA)

Graças à política regional, os desvios entre as regiões foram se reduzindo, é um fato, mas subsistem ainda alguns problemas importantes. Houve uma diminuição das disparidades de rendimento; por exemplo, houve países que convergiram cerca de dez pontos percentuais, em termos de PIB *per capita*, em dez anos. Houve efeitos importantes sobre o emprego; em cerca de dez anos foram criados mais de dois milhões e meio de empregos. Mesmo assim, ainda não é o suficiente; persistem, ainda, fortes desvios entre as diferentes regiões sobre a taxa de desemprego. E um ponto importante é que não é só no Brasil e na América Latina que há bolsas de pobreza importantes; esse é um problema que ainda persiste entre nós. O que quer dizer pobreza em termos do jargão comunitário? Quer dizer que é uma percentagem da população que tem um rendimento inferior a 60% da média do país. E, para vos dizer, há várias regiões da Europa onde a pobreza é ainda substancial; nós contabilizamos que cerca de 18% da população europeia vive abaixo do nível de pobreza.

A FIGURA 2 dá-nos uma idéia da distribuição da densidade da população, para verem que a Europa não é uma região uniforme; há bolsões enormes de concentração da população no centro da Europa, ou que correspondem também, grosso modo, às vezes, a uma concentração da riqueza.

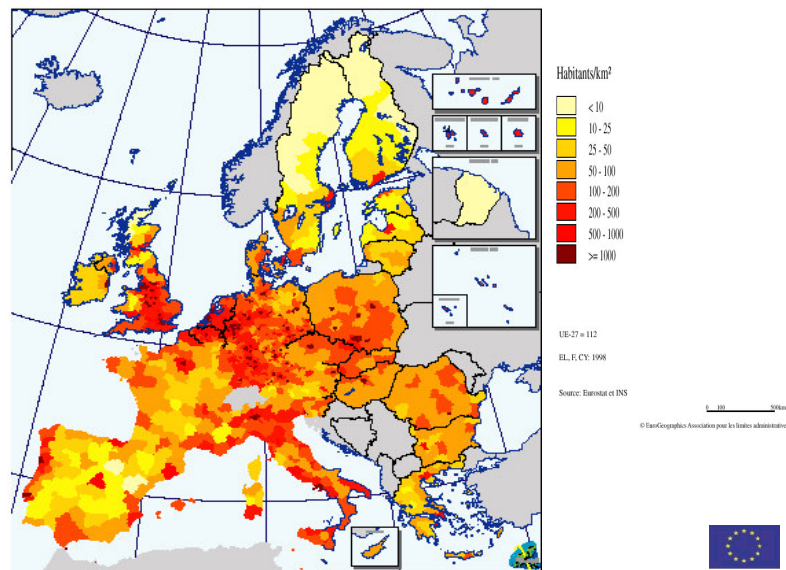


FIGURA 2 – DENSIDADE DA POPULAÇÃO POR REGIÃO (1999)

A FIGURA 3 é um mapa que nos mostra que as desigualdades são ainda enormes na Europa atual. Esta zona verde que se prolonga um pouco para o norte da Itália corresponde a um sétimo do território da União Europeia, corresponde a um terço da população europeia, mas ela produz mais da metade da riqueza da União Europeia; o que quer dizer que a riqueza está, de fato, concentrada e há que corrigir estas desigualdades.

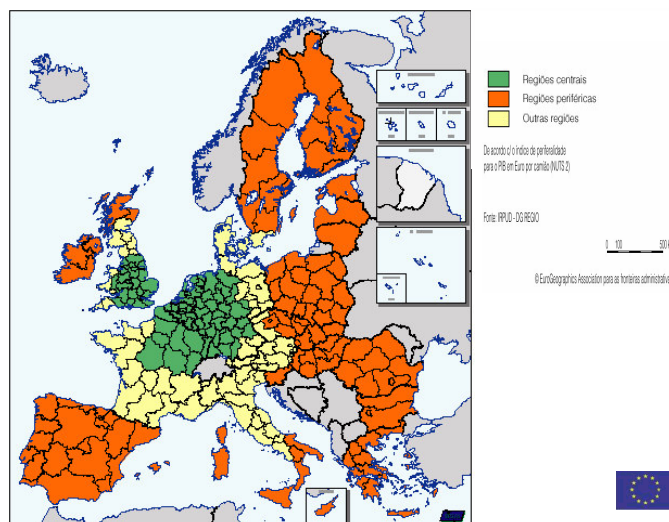


FIGURA 3 – REGIÕES CENTRAIS E PERIFÉRICAS

Estes problemas são de uma outra dimensão. As zonas urbanas, que é onde vivem 80% dos europeus, são os pólos de crescimento que, de fato, permitem avançar; isso é uma das funções que nós temos para promover o crescimento de certas regiões. Ao mesmo tempo, surgem problemas extremamente importantes. Nós temos cerca de vinte e uma cidades com mais de um milhão de habitantes, das quais só Londres e Paris têm dez milhões e oito milhões e meio, respectivamente. Claro que não têm a dimensão, por vezes, de algumas cidades da América Latina, mas criam enormes problemas, e é nestas zonas urbanas que nós encontramos a maior parte dos bolsões de pobreza e o que nós chamamos no nosso jargão técnico ‘fratura social’.

É evidente que as situações são diversas nas zonas rurais. Regiões fronteiriças preocupam-nos também sobremaneira, porque elas próprias estão mais longe do centro; portanto, há mais dificuldades para essas populações. Mas, sobretudo, temos algumas zonas que são bastante características, como algumas zonas também da América Latina. Temos ilhas e arquipélagos, alguns deles estão a mais de 7.000 Km do centro da Europa, alguns deles estão aqui nas Caraíbas, outros estão na África; 30% do território é zona de montanha, o que cria dificuldades adicionais para o

desenvolvimento destas regiões, e temos as zonas periféricas e ultra-periféricas, porque temos áreas que vão até o pólo norte, com condições climáticas muito rudes em período invernal.

Passando à segunda questão, que evolução e que resultados? O esforço financeiro da política regional correspondia em 1989 a 0,27% do produto interno bruto (PIB). Hoje em dia, ele corresponde a 0,46% do PIB. O PIB é representado aqui (FIGURA 4) nesta curva que começa em 1988 e vai até 2006, que dá uma idéia do esforço enorme que tem sido feito para acompanhar as regiões mais desfavorecidas da Europa. Portanto, há um esforço de concentração financeira e geográfica destes créditos, e com impacto positivo das regiões mais favorecidas.



FIGURA 4 - RECURSOS ANUAIS DOS FUNDOS ESTRUTURAIS E DO FUNDO DE COESÃO

Já citei que em cerca de dez anos houve redução de um sexto do desvio do Produto *per Capita* das regiões mais pobres. Mas gostaria de fazer referência a um estudo do qual eu deixei cópia aqui com o Dr. Adriano Sarquis, do Banco do Nordeste; é um estudo em que nós fizemos, na Europa, uma avaliação *ex-ante* de qual seria o impacto dos fundos que nós estamos atualmente a investir nestas regiões para o crescimento do produto, para o crescimento da formação bruta de capital fixo destas mesmas regiões, e qual é a importância para o emprego nestas regiões. E constatamos, por exemplo, que se não houvesse qualquer investimento deste tipo, forçado, digamos, de fundos estruturais, o impacto em Portugal seria que Portugal

— |
— |

creceria menos 8%, como a Grécia, como a Irlanda ou como outras regiões mais pobres da Europa. São elementos que nos fazem refletir por que é importante e imperativo que um esforço coletivo das regiões mais ricas para ajudar as regiões mais pobres se faça, porque o benefício é para todos.

Para dar um exemplo, de cem Euros que são investidos numa região mais pobre, há retorno de cerca de 30%, ou seja, cerca de 30 Euros que voltam para os bolsos dos países que contribuíram para esse esforço financeiro suplementar. Sob a forma de quê? Sob a forma de contratos de aquisição de equipamentos, sob a forma de contratos de consultoria, etc. Portanto, há um benefício para todos, faz movimentar a economia e tira as regiões mais pobres de situações que podem complicar o equilíbrio do mercado interno. E é uma das razões, também, por que a política regional é uma das políticas prioritárias, e é o segundo suborçamento da União Européia. É porque, se não fosse assim, a moeda única, que atualmente tem um sucesso mundial que os senhores conhecem, poderia estar em dificuldades muito proximamente.

Gostaria de vos deixar, nos próximos cinco ou dez minutos que ainda me restam, o que nós pensamos para o futuro. Esta política, como viram, tem mais de trinta anos, ou cerca de trinta anos, mas ela no momento atual vai até 2006. Vocês podem nos perguntar: vocês ainda estão em fins de 2002 e já estão a pensar o que vão fazer para além de 2006? É uma pergunta que muitas vezes me têm feito, mas na Europa nós somos obrigados a pensar com uma certa antecendência, porque há mecanismos de decisão complicados; somos quinze estados-membros, e proximamente vamos passar a vinte e cinco ou vinte e sete estados-membros, o que complica consideravelmente as coisas.

Atualmente, nós temos uma política regional que não é somente uma transferência de créditos para as diferentes regiões mais pobres, mas trata-se basicamente de dotar essas regiões de infra-estruturas, equipamentos e meios de produção necessários para explorar o seu desenvolvimento e melhorar o nível de vida das suas populações. Trata-se de ajudar regiões em dificuldade a se reconverter num ganho para todos.

Na FIGURA 5 temos uma idéia da repartição do orçamento comunitário, que é um orçamento que tem cerca de 100 bilhões de dólares por ano, dos quais a política agrícola comum detém 42,4% e a política regional, 30,3%. As outras políticas têm a cooperação entre a União Européia e a América Latina, entre outros casos.

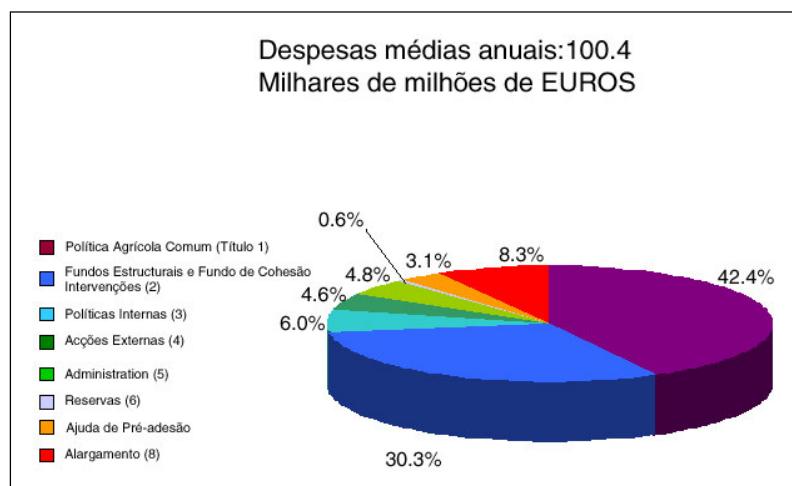


FIGURA 5 – ORÇAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA 2000-2006

No período atual, nós temos 213 bilhões de Euros, ou seja, grosso modo, neste momento são já 213 bilhões de dólares, que representam um terço do orçamento total da União. Nós temos diversos tipos de atividades (FIGURA 6). Temos regiões mais atrasadas, são as regiões chamadas de objetivo um, são regiões que têm menos de 75% da média do PIB *per capita* da União Europeia; depois, temos regiões chamadas de objetivo dois, são regiões que têm necessidade de serem ajudadas em termos de reconversão industrial e rural; e temos outros tipos de ações que são de menor dimensão. Para nós, é muito, porque se trata de um orçamento importante e que não é fácil de gastar; mas, por outro lado, é pouco, porque as necessidades e problemas a resolver são enormes. Atualmente, o orçamento de 100 bilhões de dólares de que eu falei representa, grosso modo, 1,2% do PIB do conjunto dos quinze estados da União Europeia.

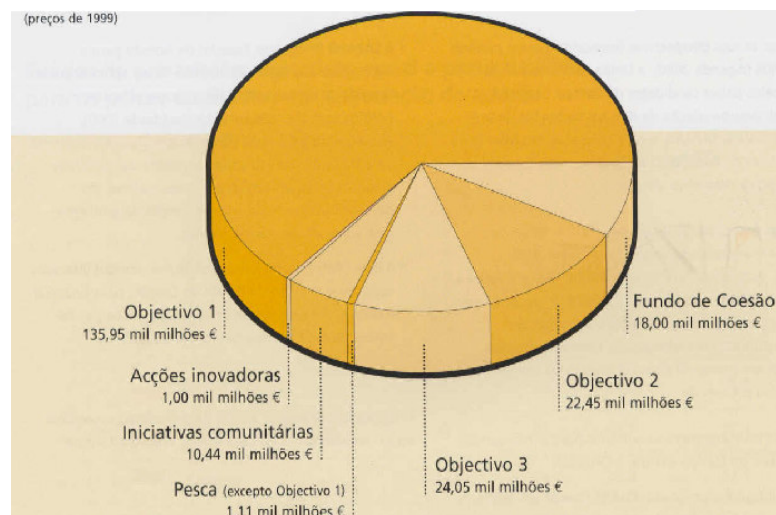


FIGURA 6 - REGIÕES DA UNIÃO EUROPEIA POR PARTICIPAÇÃO NO PIB *PER CAPITA*

Em termos de organização, o orçamento comunitário desempenha apenas uma função complementar das políticas nacionais dos diferentes países. O papel essencial é reforçar os recursos financeiros desses países. Os fundos são, regra geral, sob a forma de subvenções não-reembolsáveis. Portanto, não fazemos empréstimos; eles são feitos por uma outra instituição europeia, que é o Banco Europeu de Investimentos. Compete às autoridades nacionais fazer a execução dos programas. Nós aprovamos os programas, mas são eles que executam, e nós fazemos o seu seguimento.

É de grande importância um banco de desenvolvimento que nós temos na Europa, que é o Banco Europeu de Investimentos, e que só para a política regional, para além dos recursos a que me referi, aplica sob a forma de empréstimos, por ano, cerca de 20 bilhões de dólares. Obviamente, é um banco que não tem só uma missão voltada para a Europa dos quinze; O Banco apóia projetos inclusive aqui, como eu havia mostrado ao Osmundo, e financia também investimentos aqui no Brasil, como o gasoduto que vem da Bolívia.

A FIGURA 7 dá-nos uma idéia de que nós temos uma carta de zonas; as zonas em vermelho são as regiões que nós consideramos as mais pobres da Europa. Então, temos aqui as ilhas das Caraíbas, a Martinica, Guadalupe, ou então a Guiana, que fica aqui vizinho do Brasil; países escandinavos do norte, quase na zona ártica, Espanha e Portugal, o Sul da Itália, de que já falaram, a Grécia, a Albânia do Leste, que está aqui toda, e uma parte da Irlanda, que é importante.

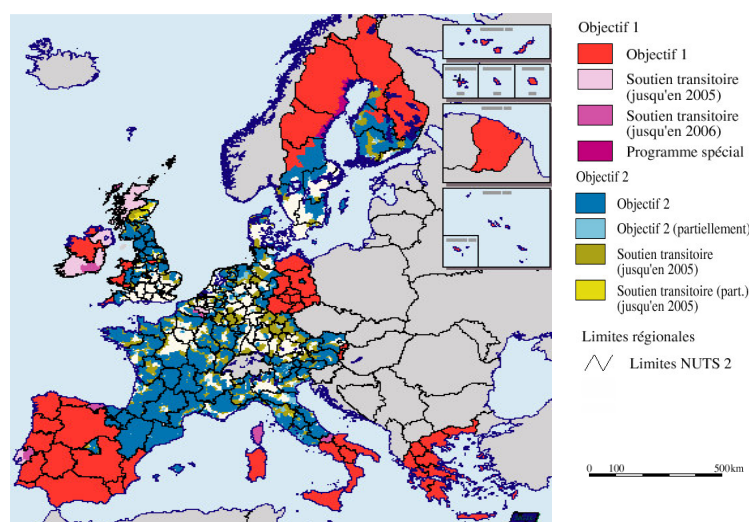


FIGURA 7 - REGIÕES DA UNIÃO EUROPEIA POR PIB *PER CAPITA*

A questão que se põe é: mas, por que uma nova política regional? Vocês têm uma, por que estão neste momento com a idéia de fazer uma nova política regional? Nós temos vários desafios diante de nós. Um é comum ao Brasil e a outras regiões do mundo, que é a mundialização da economia. Ela é uma realidade, já há muitos anos. Eu vi hoje um orador aqui dizer que a mundialização já existe há muitos anos, mas só agora é que tomamos consciência dela. Há uma transformação radical da economia europeia em direção a atividades fundadas sobre a sociedade da informação, e há uma modificação da estrutura demográfica. A população europeia está a envelhecer, é o contrário da população brasileira, se eu bem percebi. Nós temos um problema demográfico para resolver. A esta situação se acrescenta que as pessoas querem uma política mais visível, mais humana e mais próxima do cidadão.

O segundo desafio que nós temos é o desafio ligado ao alargamento a novos Estados. Depois que o muro de Berlim caiu e que os Estados sob a égide da ex-União Soviética se voltaram mais para o mundo ocidental, incluindo a própria Rússia, nós temos à nossa porta vários países candidatos que nos pedem para entrar na União Européia. Isso significa mais um terço da população e da área, mas apenas mais 5% do produto. O que eu quero dizer é que nós vamos ser confrontados com um esforço suplementar para ajudar estas regiões a entrar no nosso mercado único, sem que, claro, seja obrigatório que estes Estados entrem na zona do Euro, porque se não tiverem ainda os requisitos necessários não entrarão. De qualquer forma, é um passo muito importante, bastante arriscado para nós e que nos obriga a repensar toda a nossa política regional. É evidente que neste desafio nós temos não só a preocupação dos novos países candidatos, mas todas as outras regiões para as quais nós ainda não conseguimos a convergência real a que tínhamos proposto. E para esses devemos ter uma atenção particular.

Aí estão os novos países que vão potencialmente entrar (FIGURA 8), tirando agora aqui a Turquia, Malta, Chipre, essas Repúblicas Bálticas aqui; a República Checa, Hungria, Eslovênia, Eslováquia; a Romênia e a Bulgária por enquanto vão ficar um pouco isoladas, mas a Polónia e os outros são os países que se vão juntar à União Européia muito provavelmente em 2004.



FIGURA 8 – PAÍSES CANDIDATOS A ADESAO À UNIÃO EUROPEIA

Para terem uma idéia do que significa a entrada dos novos países, é evidente que em sua esmagadora maioria eles são países cujo rendimento *per capita* anda por volta dos 40% da média comunitária. Portanto, são regiões onde nós vamos ter que concentrar o maior volume de meios financeiros a partir de 2006.

Portanto, o impacto obviamente vai ser importante, pois teremos então três grupos de países: os países candidatos mais pobres, um grupo intermediário, onde se situam Grécia, Portugal e Espanha e alguns novos países; e depois, os mais prósperos, que são doze dos quinze atuais. (FIGURA 9)

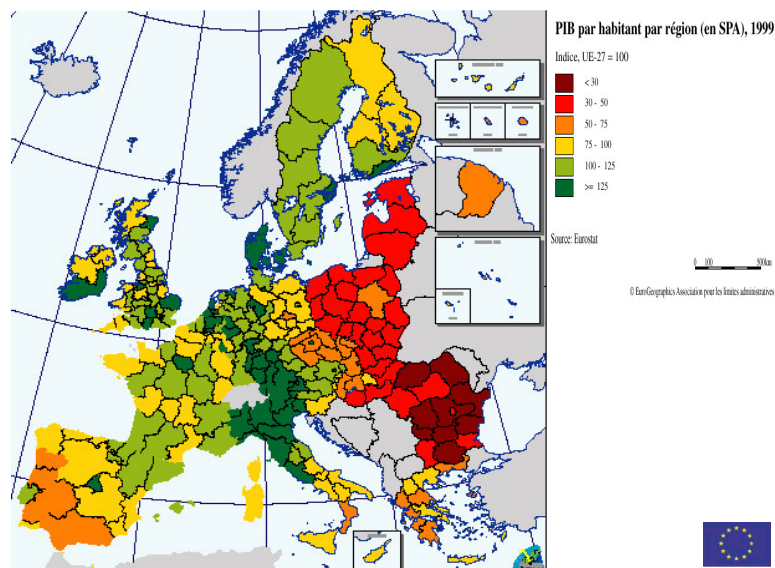


FIGURA 9 – PIB POR HABITANTE E REGIÃO

A FIGURA 10 nos dá uma idéia do que significa em termos de PIB *per capita*. Aí estão o grupo dos países mais ricos, o grupo dos países intermediários e o grupo dos países mais pobres, que são a maior parte dos países candidatos à adesão, e sua comparação com a média europeia, de 100% do PIB *per capita*.

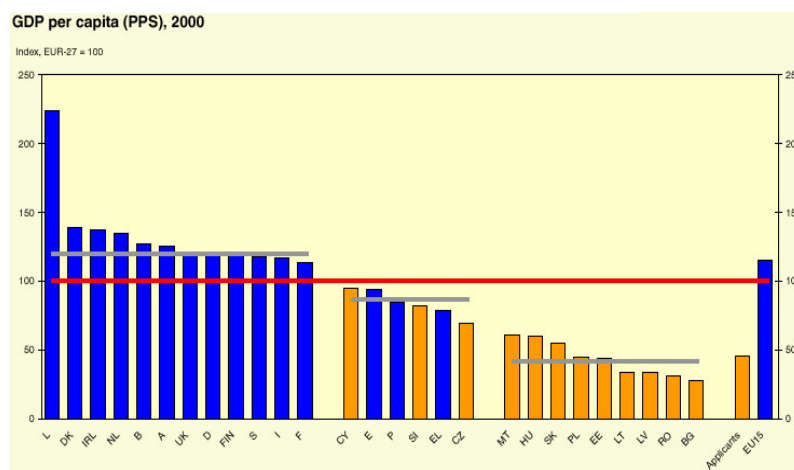


FIGURA 10 – GRUPOS DE PAÍSES COMPARADOS À MÉDIA EUROPEIA DO PIB *PER CAPITA*

Atualmente, no debate que está em curso e que se conclui no fim de 2003, está praticamente aceito que é preciso fazer um esforço financeiro muito importante e que nós vamos considerar regiões em atraso aquelas que têm menos de 35% do PIB *per capita* da média europeia; o que ainda não está presente é se as outras regiões vão continuar a ter um esforço financeiro importante.

O próximo slide (FIGURA 11) mostra o relevo da Europa – peço desculpas por estar em francês – e esse relevo dá uma idéia das dificuldades que nós temos em algumas regiões, sobretudo as regiões de montanha. Essas regiões montanhosas são relativamente importantes e têm um impacto muito forte em termos de política de desenvolvimento rural.

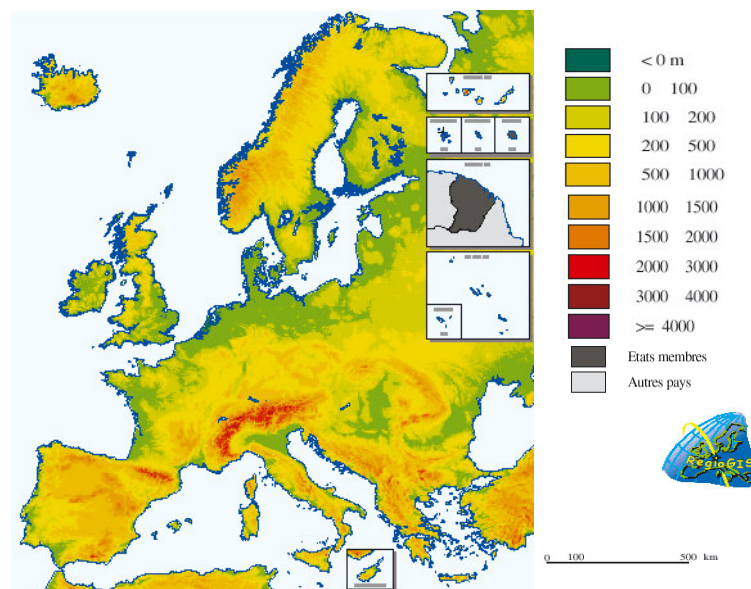


FIGURA 11 – RELEVO DA EUROPA

Qual é, então, a orientação para a nova política? Esta é a parte que considero mais importante do nosso debate atual. Nós prevemos um esforço financeiro mais ou menos constante em relação ao atual, em que o crescimento do PIB vai se concentrar entre 300 e 400 bilhões de dólares para o mesmo período, portanto cerca de 42 a 57 bilhões de dólares por ano; uma nova política que vai ser baseada nos princípios de uma programação e execução mais descentralizadas ainda, com objetivos quantificados no tempo, portanto, cada região vai ter que definir a sua estratégia, objetivos bem quantificados por um período bem determinado; vamos limitar, porque a capacidade de absorção das economias fracas, regra geral, é 4% do Produto Interno Bruto, portanto aí nós temos uma limitação financeira física que elas não conseguem ultrapassar; nós fazemos sistematicamente uma avaliação periódica do impacto dos investimentos (é uma das condições para continuar a financiar) e um rigoroso controle das despesas para que não haja derrapagens e para que não haja má utilização dos créditos.

No fundo, as futuras orientações vão ter três pilares importantes: melhorar a competitividade das regiões, desenvolver os recursos humanos e equilibrar o desenvolvimento entre zonas urbanas e zonas rurais.

Para nós, o que é melhorar a competitividade das regiões? Isso parece-nos extremamente importante. É criar as condições que permitam às empresas alargarem as suas atividades, criando emprego e aumentando a sua rentabilidade. Para nós, é investir em quê? Na qualidade das infra-estruturas e nos equipamentos; na diversificação das fontes de energia e nas energias renováveis; no desenvolvimento das novas tecnologias da informação e das telecomunicações; é ajudar as pequenas e médias empresas, que na Europa têm um peso extremamente importante; ou seja, dois terços do emprego europeu são em pequenas e médias empresas, onde trabalham mais de 70 milhões de pessoas – para nós, este é um capital importantíssimo, se nós queremos manter os níveis de emprego; é investir na pesquisa e desenvolvimento tecnológicos – aí é fundamental; e na proteção do ambiente natural.

Segundo objetivo, desenvolver os recursos humanos. Nenhuma região do mundo vale o que quer que seja se não investir nos seus habitantes e na sua força de trabalho. Isso significa, como ouvi alguns oradores anteriores dizerem, que é preciso investir na educação e na formação profissional. Esse é o nosso esforço, é extremamente importante e é cada vez mais importante, sobretudo na evolução que a economia mundial está a ter por uma maior implicação das novas tecnologias de informação e comunicação, maior robotização das empresas, etc.

Um terceiro eixo é equilibrar o desenvolvimento das zonas rurais e urbanas. O que isso quer dizer? É investir nas zonas urbanas, porque aí há problemas de pobreza enormes, porque são os pólos urbanos que são os pólos de desenvolvimento das regiões; é investir na recuperação dos bairros degradados, é investir na qualidade de vida e proteção sanitária dos cidadãos; é investir nas zonas rurais, porque a tendência é que a agricultura e as atividades tradicionais do mundo rural venham a diminuir; no caso da agricultura, é preciso modernizar e diversificar, é preciso criar condições para que a agricultura nas zonas rurais dê oportunidades aos agricultores para desenvolverem outras atividades, para poderem aumentar a sua riqueza.

E, posteriormente, temos problemas graves nas zonas costeiras europeias, porque neste momento, dada a sub-exploração das costas de pesca,

existem populações costeiras que começam a ter dificuldades de emprego; é preciso também olhar para essas zonas com outras perspectivas.

Por isso, criamos na nossa reflexão uma espécie de menu de prioridades comunitárias, que passa por uma dimensão territorial, onde se incluem as zonas urbanas mais pobres, as zonas em fase de reestruturação industrial, quer sejam zonas industriais, zonas costeiras de pesca, zonas com dificuldades específicas; nós vamos ter algumas dificuldades e por isso temos uma reserva na nossa política regional para o futuro, prevemos algumas dificuldades em certos setores importantes, como o setor automotivo, as comunicações e outros setores, e para isso nós temos que encontrar alternativas para ajudar as empresas a saírem das crises.

As áreas rurais são regiões importantes a se investir, bem como as zonas com *handicap* natural permanente (as montanhas, as ilhas, as regiões ultra-periféricas, as zonas em desertificação). Vamos dar dois exemplos: a Suécia e a Finlândia, em mais de 50% do território, ao norte, junto aos pólos, possuem somente 10% da população. São problemas desse tipo aos quais nós temos que fazer frente, ainda por cima em zonas inóspitas, com clima muito desfavorável.

E depois temos uma outra dimensão territorial que são as zonas de cooperação transnacional e transfronteiriça e inter-regional, para permitir às regiões cooperarem entre si e saírem mais fortalecidas.

A dimensão temática, que não é menos importante, e que se cruza com a dimensão territorial, tem a ver com um grande esforço de dotar as empresas, os serviços públicos e os cidadãos do acesso à nova sociedade da informação e comunicação. Nós temos uma política em que cada cidadão na Europa, em 2004, tenha acesso pelo menos à Internet. Isso é essencial. É óbvio que com relação às empresas a prioridade é já para este ano. Sem isso, as empresas nunca serão competitivas. É evidente supor que certas zonas industriais sejam equipadas em consonância. Outros temas: o desenvolvimento durável e o problema de redes, ou seja, da interação dos diferentes agentes econômicos; o emprego e a política social, melhor qualidade do emprego, portanto melhor salário, etc. em função de uma economia mais competitiva; a inserção social, de que nós falamos nas zonas urbanas; e a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres – esse é um dos objetivos fixados no Tratado da União Européia e que, para nós, é sacrossanto.

Penso que respeitei mais ou menos o tempo que me foi dado, e queria concluir dizendo qual é o nosso sentimento. Nós estivemos em guerra durante praticamente cinco séculos, na Europa. Primeira premissa: é preciso dizer não a uma nova guerra; a Europa quer a paz entre seus povos e, mais, quer a paz com todos os outros povos do mundo. Para nós, a política de desenvolvimento regional e de cooperação é um dos instrumentos privilegiados deste objetivo. Sem desenvolvimento, sem progresso econômico e social para todos, não haverá paz, mas sim revoltas e tensões. Esse é o nosso princípio da solidariedade e do respeito pelas pessoas humanas.

O nosso combate na Europa não é o de uma Europa uniforme; nós não queremos que cada cidadão, quer seja sueco, finlandês ou português, fale da mesma maneira, se vista da mesma maneira, coma as mesmas coisas. Não é esse o nosso objetivo. Nós queremos uma Europa que esteja unida nos mesmos objetivos de solidariedade e desenvolvimento, mas que seja diversificada e que mantenha essa diversificação. E em que cada país ou região possa guardar sua identidade cultural, ou seja, onde as populações nas suas terras de origem – isso é extremamente importante – possam se beneficiar de um nível de qualidade de vida digno e com pleno emprego. Esse é o nosso objetivo principal numa União Européia que se quer, mais desenvolvida e mais poderosa e que possa ter boas relações com toda a gente do mundo. Muito obrigado pela atenção.

Osmundo Rebouças

Obrigado ao Dr. José Palmo-Andrés. Vamos passar a palavra à professora Judith Tandler para sua apresentação.

Judith Tandler

Boa-tarde, quero agradecer muito ao Banco do Nordeste por ter me dado a oportunidade de participar desse evento tão importante e interessante. Queria falar no presente evento sobre um paradoxo que saiu de uma pesquisa que fiz com meus colaboradores aqui no Nordeste, uma pesquisa que foi apoiada pelo próprio Banco do Nordeste. Estou muito agradecida, especialmente ao Dr. Osmundo Rebouças, diretor do Banco, professor de economia e de finanças públicas, ao Dr. Adriano Sarquis e também ao Dr. Everton Chaves, que nos apoiou de várias maneiras.

A pesquisa que fizemos estava relacionada com políticas regionais. Procuramos entrevistar os sócios-proprietários e os gerentes de várias empresas de grande porte, modernas, no Nordeste, que muitas vezes vieram do Sul, para entender como é que eles conseguiram arcar com o problema da abertura de comércio internacional, lidar com questões relativas ao analfabetismo da força de trabalho; enfim, como é que referidas empresas conseguiram exportar, não só para o Sul mas para fora do País, com o intuito de formatarmos um marco de referência, para então tirarmos conclusões e lições de políticas públicas.

Para começar, queria me referir ao excelente painel de ontem, no fim da tarde, em que educação foi um tema muito importante de quase todos os expositores, e a necessidade de reformar o sistema educacional, de aumentar a escolaridade, etc. Partilho dessas conclusões.

Contudo, discordo um pouco com as explicações que foram dadas sobre as causas e conseqüências da problemática relacionada com o baixo grau de educação. As razões para minha discordância surgiram dessa pesquisa, dessas entrevistas que a gente fez com os donos e gerentes dessas firmas. Mas, na mesa de ontem à tarde, surgiram duas explicações dessa problemática atual de educação. Uma era de caráter histórica e outra era do presente. A explicação de longo prazo seria o peso da história do Brasil tradicional, do passado, o trauma da escravidão; e a segunda explicação, sendo relacionada com o atual momento, advoga que estamos em uma nova economia do Século XXI, tendo o Brasil que se ajustar; que essa economia é resultado da abertura de comércio, da globalização de comércio, da revolução de tecnologia de informação, da importância do capital humano contra o capital material e físico – estou citando particularmente o Dr. Roberto Cavalcanti – e por todas essas razões precisa-se de uma força de trabalho mais escolarizada. E que essa é uma necessidade até mais importante hoje do que no passado, por causa dessa nova economia a que o Brasil tem que se ajustar.

Agora, discordo em dois sentidos – ou, pelo menos, queria acrescentar uns fatores complementares a essas explicações aqui citadas. Entendo que o problema da educação e do analfabetismo estão relacionados não apenas com a história do Brasil mas também com o próprio processo de modernização, o qual por sua vez se desenvolve em resposta a chamada nova economia.

Conforme o professor Roberto Cavalcanti, é um peso não só do passado, mas do próprio Século XXI, do presente, e isso tem a ver com essa preocupação com as necessidades da nova economia no século 21. Todos os palestrantes de ontem e os participantes desse evento acreditam na importância da educação. Ninguém há de discordar disso. Também acredita-se que seja importante melhorar a educação no Brasil; pelo menos, esperamos que todos estejam de acordo com isso. Contudo, parece que parte dos sócios-proprietários e gerentes das grandes e modernas empresas que nos referimos, estabelecidas aqui no Nordeste. Na verdade, não apenas certas firmas estabelecidas no Nordeste mas também em outras partes do Brasil e em outros países. Referidas evidências provêm dos contatos e informações que mantive com os citados gerentes. E qual é a evidência disso? Esqueci de fazer referência a um detalhe importante. Elaboramos e Implementamos entrevistas nos segmentos de confecções, calçados e têxteis, importantes setores na produção industrial e na geração de trabalho no setor manufatureiro do Nordeste. É importante ressaltar que referidos setores tendem a crescer de importância no produto industrial do Nordeste. Agora, o que os gerentes afirmaram? “Não, analfabetismo não é um problema. “A falta de treinamento, a falta de experiência em outras firmas não é problema, foi até uma surpresa agradável pois isso não criou problemas na produção”. Estou falando como se eu fosse um empresário ou um gerente dessas empresas, repetindo as próprias palavras desses gestores. “Nós até conseguimos aumentar a nossa produtividade dentro de semanas, ou dentro de poucos meses, produtividade que chegou ao nível das nossas firmas no Sul, e até superou a produtividade dessas firmas”. Uma firma grande, que muitos de vocês devem conhecer, disse: “Conseguimos até uma produtividade 30% superior à da nossa firma do Sul com esses operários analfabetos”.

Além dessa experiência constatada, os gerentes afirmaram que “até preferem operário que não tenha muita educação ou que não tenha muito treinamento nesse setor, ou que não tenha muita experiência em outras firmas”. Por quê? Porque se ele não tem educação, não tem treinamento, não tem experiência anterior, o operário se torna agradecido por ter um emprego, sendo mais dócil, evitando criar problemas. Outro detalhe: “Se o operário possui mais educação, ele só vai querer trabalhar num shopping, ele só vai querer trabalhar atrás de um balcão, ele não vai querer trabalhar na fábrica”. E, pior de tudo, “se o operário terminar a 8ª Série, é perigoso, porque ele vai querer fazer o 2º Grau e aí ele realmente não vai querer trabalhar na fábrica”.

Os gerentes não estão interessados em trabalhadores que possuam treinamento ou experiência anterior, porque assim torna-se mais difícil ensinar o funcionamento das máquinas na fábrica em questão; além do operário adquirir atitudes ruins: “De repente, o operário acha que tem direito a isso e aquilo, ele vai organizar os outros e reclamar, ele até poderia organizar um sindicato; especialmente se ele passou um tempo trabalhando no Sul, onde ele tem uma experiência nesse tipo de firma, ele volta achando que sabe, que tem direitos, etc. Não é bom pegar esses que já trabalharam no Sul, que já têm experiência”. Assim, os gerentes concluíram, muitas vezes para própria surpresa dos administradores, que foi possível conseguir contornar o analfabetismo; a falta de educação, sendo que a carência de treinamento não é um problema, porque a gerência conseguiu contornar referidos problemas. E como é que conseguiram contornar? Primeiro, eles recebem subsídios muito generosos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e também dos governos estaduais, que têm que colocar uma contrapartida para treinamento na própria fábrica, no próprio chão de fábrica. Segundo, eles oferecem cursos de alfabetização, ações bastante pontuais, relacionadas com a escrita ou com os cálculos que os operários precisam para trabalhar nas fábricas. Ou seja, contornando a falta de educação uma grande firma, tida como elite empresarial, não se preocupa tanto com o baixo grau de educação no Nordeste ou no Brasil ou ainda em um outro país, seja qual for. Escrevi em um “Pager” anterior exemplos do meu próprio País, os Estados Unidos.

Então, conseguiram contornar o problema, e por isso essa não é uma preocupação das firmas em questão. Denomino esse fato (é o título do meu *paper*) “O Medo de Educação”, o temor de educação. Agora, de uma certa forma, isso não é uma novidade que estou descobrindo.

Estamos acostumados a ouvir esta maneira de falar no setor rural, no setor agrícola; os fazendeiros tradicionais e empresas agrícolas e até do setor manufatureiro tradicional, rústico, mas não se está acostumado a ouvir isso de uma firma do Século XXI, de uma firma que vai exigir uma força de trabalho mais escolarizada; do setor manufatureiro modernizante, competitivo no mercado internacional exportador. Isto, sim, é novidade, pelo menos para mim.

E também, sim, é novidade em relação à literatura sobre educação ou sobre o que se precisa para competir no Século XXI. Tudo isso deve ter um

impacto enorme na demanda das elites do País, ou falta de demanda para essa reforma de educação, esse aumento de escolaridade de que se precisa.

Agora, gostaria de mudar um pouco, e focar a área de políticas públicas. O que significam os fatos aqui relatados para as políticas públicas, ou para o tema dessa mesa, isto é, políticas regionais de desenvolvimento, especialmente no Nordeste? Esse mesmo ponto de vista, essa mesma ótica se encontra no setor público, de uma maneira diferente. É a maneira como a própria região constrói uma imagem de si mesma.

Por um lado, essa imagem que vou explicar surge de um pensamento sumamente racional, do ponto de vista econômico. Em outras palavras, não surge de um clientelismo ou uma atitude subdesenvolvida. Não. É o contrário. É essencialmente racional, economicamente, esse modo de pensar. Por outro lado, esta imagem tem o efeito contrário do que se esperava, o efeito contrário do que se queria em termos de desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, e eu vou explicar por quê.

E o que vou dizer surge também das entrevistas que procedemos com muitos gerentes de instâncias públicas regionais, dos estados, dos municípios, das prefeituras, com políticos, técnicos das secretarias de indústria e comércio, e desenvolvimento econômico. É o seguinte: “Eu, enquanto Estado ou município ou região, caso invista na educação pública com recursos do Estado ou do município, vou perder o retorno sobre este investimento. Por quê? Primeiro, quando a população fica mais escolarizada, também o salário sobe e com isso perco a minha vantagem comparativa em mão-de-obra barata; é a visão que tenho”. Enquanto professora, não estou afirmando que essa é uma vantagem comparativa. Isso é o que eles dizem ou o que se deduz do que os gerentes das grandes firmas defendem. “Uma mão-de-obra barata (isso se traduz em mão-de-obra não escolarizada) é a chave da minha política de subsidiar as firmas no meu estado, no meu município, e também é a chave da minha política de atrair firmas mais modernas de fora”.

Esqueci de dizer outro aspecto, que é perder o retorno deste investimento na educação. É o seguinte: os mais educados vão migrar para o Sul ou para fora do País, aí eu não me benefico deste investimento que eu fiz. Isso é uma espécie de armadilha da qual é muito difícil sair; você fica preso a uma trajetória de baixo índice de educação. Mesmo o discurso ou a fala das pessoas sendo o contrário, sendo pró-educação.

Gostaria de concluir com três indagações, três perguntas para a platéia e também para todos os alunos que eu vejo aqui, pois estou querendo provocá-los a fazer pesquisas nessa área, porque nossa pesquisa só começou a entender esses fenômenos, e como se sai dessa armadilha em termos de políticas públicas é o que é mais importante. Minhas indagações são: primeiro, empiricamente, o que é verdade? A falta de educação é vantagem comparativa ou desvantagem comparativa? Segundo, também empiricamente, as firmas modernas do Século XXI, competitivas, que exportam, elas precisam de uma força de trabalho mais escolarizada, mais treinada, ou não precisam? Talvez elas não necessitem, mas todos ainda estão dizendo o contrário, inclusive lá no MIT é muito importante referido debate de que as firmas agora precisam de uma força-de-trabalho mais escolarizada. A terceira pergunta: a educação, a escolarização tem uma complementaridade com o desenvolvimento econômico ou existe um *trade-off* ou uma compensação? Se você quer educar mais intensivamente a força de trabalho você vai ter menos desenvolvimento? Esta é uma pergunta, não pode ser as duas coisas, como o *trade-off* de que o Werner Baer falou ontem entre equidade e crescimento.

Afirmar que tínhamos três perguntas, mas como todo economista tenho uma pergunta final (porque o economista diz por um lado e pelo outro lado e depois pelo terceiro lado). Aí, a quarta pergunta: será que faz sentido tentar convencer o público, convencer as elites, convencer o povo, de que realmente a educação, a escolarização é importante por causa desta nova economia? Se realmente não é tão importante como a gente pensou, empiricamente? Ou será que funciona melhor desligar a justificativa para a educação desta área econômica e deixá-la na área de direitos da cidadania, dos direitos humanos? Presentemente, não sei a resposta a esta pergunta. E com esta quarta pergunta queria terminar, muito obrigada pela atenção.

Osmundo Rebouças

Depois dos paradoxos da professora, baseados em pesquisas reais (não são pensamentos dela, foram baseados em pesquisas efetivamente realizadas), vamos ouvir a exposição do professor Carlos Azzoni, na Universidade de São Paulo.

Carlos Azzoni

Boa-tarde a todos. As minhas primeiras palavras são congratulações ao Banco pelos 50 anos. Tenho acompanhado o Banco já há muito tempo, o trabalho que ele faz, e nos últimos 7 ou 8 anos, tenho acompanhado mais a atividade do ETENE, na área de pesquisas, pesquisas voltadas para informar a tomada de decisões importantes pelo Banco, e gostaria de dar meu testemunho da seriedade das pessoas, da dedicação e da qualidade do trabalho que é feito aqui no Banco. É para mim um prazer sempre renovado me associar aos trabalhos do Banco do Nordeste.

Falemos da estratégia da política regional. Farei apenas duas perguntas: a primeira é se uma política regional é de fato necessária; e, se na resposta a esta primeira pergunta concluirmos que sim, que ela é necessária, aí coloca-se a segunda pergunta: qual política regional? Que tipo?

Comecemos com a primeira. Quando que ela é necessária? Há que haver problemas, seja de desigualdade, seja de concentração; são duas maneiras distintas de ver isso. Desigualdade em renda *per capita*, desigualdade em indicadores de educação, de saúde, enfim, qualidade de vida em geral. Ou então excessiva concentração: a igualdade pode existir, de renda *per capita*, por exemplo, mas tudo pode estar concentrado nas áreas ricas. Essa é a primeira condição: existir o problema, em uma das formas acima.

A segunda condição que justifica a existência de uma política regional é que este problema não esteja sendo solucionado. Se, observando-se a existência e a evolução, não se observam melhoras. Se tivermos esse quadro, cabe falar em política regional, porque existe um problema cuja trajetória é perversa.

Comecemos falando do primeiro aspecto, a desigualdade, que *per se* não é um problema. Mas há tipos de desigualdade. Se pensarmos na França, em que o Sul é mais pobre que o Norte, mas o mais pobre do Sul já está num nível razoável, não tem ninguém passando fome, etc., então a existência da desigualdade *per se* não é um problema sério. Agora, se estivermos falando de duas regiões, uma delas em que as pessoas conseguem sobreviver, conseguem se alimentar, ter bom atendimento de saúde, e uma outra região em que a fome está grassando, etc., aí é uma desigualdade mais complicada. Então, é diferente a desigualdade de todo o mundo rico, uns mais que outros,

e a desigualdade de todo o mundo pobre, uns mais que outros. Neste último caso, é ruim. São duas maneiras de ver a desigualdade.

Infelizmente, primeiro, nós temos problema de desigualdade e temos problema de concentração; nós temos a desigualdade que eu chamo de absoluta, é o volume de pessoas no Brasil abaixo da linha de pobreza, que é muito grande, o que *per si* já é uma preocupação. Mas no Nordeste a pobreza é muito maior do que na média do País e, evidentemente, é muito maior do que no Sul. E resolver o problema da desigualdade admite duas opções: pode-se nivelar por cima ou por baixo. Evidentemente, o ideal é nivelar por cima. Uma solução *à la* Cuba, em que se divide o que se tem de uma forma igualitária, resolve-se também o problema da desigualdade; e uma solução mais de mercado, em que se admite a concentração de renda de forma acentuada, mantendo um mínimo padrão para o mais pobre, é uma outra solução.

Como está evoluindo a desigualdade no Brasil? Primeiro, se tomarmos a renda *per capita*, tem duas maneiras de igualar isso: ou se leva mais renda às regiões que têm menor renda *per capita*, ou tiram-se as “*capitas*” dessa região e se as levam para a região onde há mais renda; ou seja, pode-se trabalhar no numerador ou no denominador. Evidentemente, não faz sentido resolver o problema da desigualdade de renda no Brasil tirando ainda mais gente das regiões mais pobres. É mais razoável pensar no contrário: tentar melhorar a renda para que a renda *per capita* seja menos desigual.

Chamo à atenção que neste seminário há um conjunto de trabalhos interessantes, que têm subsídios importantes, resultados importantes para a discussão que se está desenvolvendo aqui. Além desses, um trabalho nosso mostra claramente que a evolução da renda *per capita*, quando se descontam as características pessoais, de emprego, etc., ainda é muito grande. Esse é um dado já conhecido: uma pessoa trabalhando no mesmo setor, com o mesmo número de anos de educação, mesma experiência, cor, raça, gênero, trabalhando em Fortaleza, vai receber cerca de 33% menos do que uma pessoa exatamente igual, trabalhando em São Paulo, já descontado o custo de vida. É uma distância muito grande.

Outros trabalhos realizados, e um deles do Raul Silveira Neto, indicam que a convergência de renda, ou seja, a diminuição da desigualdade ao longo do tempo, é puxada pela indústria mas muito refreada pelo setor serviços. É no setor serviços, no setor terciário em geral, que está se

aprofundando o aumento das desigualdades no Brasil. Infelizmente, observa-se uma terciarização da economia: cada vez mais o setor terciário é mais importante; em todo o mundo é esse setor que cresce mais; e é por ele que está aumentando a desigualdade.

E mesmo quando se olha onde é que a desigualdade aumenta, ela em geral não tem aumentado muito, mas aumenta muito na idade entre 25 e 45 anos, ou seja, na idade produtiva. Assim, a desigualdade regional no Brasil, se tomarmos esta faixa de renda, é muito maior do que a média; para a classe média e classe média alta, que são as pessoas que estão no mercado do trabalho e estão em idade ativa. Quando olhamos para os idosos e as crianças, a desigualdade é menor. Há portanto alguma coisa com o aparelho produtivo que gera as desigualdades. Para os cidadãos na faixa produtiva, recebendo salários, aí é que é a grande desigualdade. As transferências sociais e programas governamentais e aposentadoria em geral fazem com que a desigualdade seja bem menor para pessoas acima de 60 anos. Resumindo, considerando o ponto de vista da desigualdade, conclui-se que ela existe, é grande, não vem diminuindo como seria necessário.

Do ponto de vista da concentração, esta é evidente: há muita produção no Sul e Sudeste. Mas, quanto à evolução? Se analisarmos o centro de gravidade da economia brasileira, nos últimos seis anos o mesmo tem se voltado outra vez para o Sudeste. Isso significa que as economias a Sudeste dele cresceram mais rápido do que as economias situadas nas outras direções. Os últimos anos têm sido trágicos do ponto de vista do aumento da desigualdade e da concentração.

As mudanças, todas havidas nos últimos anos, fizeram com que se reposicionasse a competitividade das regiões. Observa-se que as regiões tradicionalmente já ricas, que vinham perdendo competitividade, tivessem arrefecido esse processo, e portanto se tornado relativamente menos não-competitivas, para dar uma volta no argumento. E mais, do ponto de vista do setor terciário, já mencionado, se analisarmos a rentabilidade dos negócios desse setor em São Paulo, comparada com a média nacional, é mais de 30% superior. Ou seja, é um setor que está dando muito dinheiro nas regiões mais ricas, porque depende de densidade. O trabalho de Ciro Biderman neste mesmo seminário indica isso: a necessidade da densidade e da aglomeração como fator para gerar rendimentos. Esse é o setor que mais cresce, que está sendo mais rentável no Sul; naturalmente, o livre jogo das forças de mercado leva ao crescimento a maior dessas economias.

Do ponto de vista do investidor privado – e volto aqui à idéia da pesquisa anterior, da professora Judith Tendler –, fica claro que a sua lógica, que é perfeitamente racional, vai levá-lo a investir nas regiões mais ricas e naqueles setores que são mais dinâmicos. E isso é importante registrar, porque há quem diga: “Bom, se isso que o mercado está fazendo, é isso o que o empreendedor quer, é isso que é melhor; então, deixemo-lo fazer isso, não vamos interferir, porque vamos impor ineficiência; não vamos interferir, porque toda vez que o governo intervém ele o faz de forma desastrosa, não consegue o objetivo que queria e compromete a rentabilidade do empreendimento; ou seja, só atrapalha”. Até é verdade. Mas tem o outro lado: que o excesso de concentração gera ineficiência.

Eu me reporto à fala do Dr. Osmundo, no início, em que ele dizia: “Olha, toda política é regional”, para citar a ineficiência do excesso de concentração. As grandes cidades brasileiras têm ineficiência aparente em vários aspectos: na concentração, no trânsito, na poluição, no crime, etc. Tudo isso é ruim para aquelas cidades e é ruim para o Brasil inteiro. Assim, a questão do excesso de concentração tem que ser vista não só do ponto de vista da rentabilidade privada, mas da não-rentabilidade social, da ineficiência social coletiva que ela gera. Assim, interessa ao Brasil inteiro, inclusive aos paulistas, que se desconcentre a produção lá do Sul.

A outra pergunta é: qual política? E, a política resolve? As evidências indicam que naquelas fases em que o País teve uma preocupação maior com os problemas regionais, esses responderam a essas preocupações e diminuíram. Nos momentos como os vividos nos últimos anos, em que a coisa corre solta, o livre jogo das forças de mercado é concentrador do ponto de vista espacial, e os dados da década de 90 mostram que ele se tornou expressivamente mais concentrador depois de todas essas novidades de globalização, reestruturação produtiva, etc.

Só vai haver política regional quando se reconhecer que o problema existe. Até o ano passado, nós não tínhamos problemas de energia elétrica no Brasil; de uma hora para outra, ele apareceu. Quando há o problema, ele é reconhecido, procuram-se soluções. Rapidamente mobilizou-se a sociedade para resolver o problema da energia elétrica.

Certamente, o problema regional não está na pauta, ainda; está na pauta aqui, mas não está na pauta nacional, a despeito de muito discurso. O que aparece é uma coisinha aqui e acolá. Esta semana houve um debate na

Folha ou no O Estado de São Paulo, entre políticos eminentes de São Paulo e de Minas Gerais, com o representante de Minas Gerais dizendo que tem muito poder em São Paulo e o presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo dizendo o seguinte: “Olha, isso não é verdade, tem aí a guerra fiscal que é ruim para todo mundo, todo mundo está perdendo com isso, e os outros estados é que estão fazendo, São Paulo não está fazendo”. Em seguida, chama a questão da sub-representatividade política, de que um voto de São Paulo vale menos do que um voto de Roraima, etc. Ou seja, não há consenso, e essa é uma situação complexa.

O problema da concentração é regional, evidentemente, mas há uma discussão se o problema da desigualdade é regional. Ou seja, se dermos a mesma dose de educação, de infra-estrutura, de saúde, enfim, tudo o que um sulista tem para um nordestino, vai-se observar a mesma renda depois de um tempo? Se isso for verdade, o problema não é regional, o problema é de educação, de saúde; o problema não é da Sudene ou do Banco do Nordeste, mas do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Ministério da Infra-estrutura, de Comunicações e assim por diante. Os dados também indicam que, mesmo quando se faz todo o controle estatístico possível, há uma diferença grande entre o rendimento do nordestino e o rendimento do sulista, como há uma diferença grande entre o rendimento das mulheres e o rendimento dos homens, e entre o rendimento de brancos e não-brancos.

É claro que, resolvendo o problema de saúde, de educação, de infra-estrutura, resolve-se o grosso do problema, mas não se o resolve totalmente. Tratar isso como um problema não-regional significa dizer também que não tem, do ponto de vista de renda, problema de raça ou problema de gênero. As mulheres ganham, sim, menos que os homens em igual condição; os negros ganham, sim, menos que os brancos em igual condição, e isso é um problema. E no Nordeste ganha-se menos do que no Sul em iguais condições. Isso também é um problema, que reclama soluções específicas.

E as soluções do ponto de vista das políticas setoriais – educação, saúde, infra-estrutura – têm que ser focadas nas regiões onde o problema é maior. Há que dar mais educação proporcionalmente para o Nordeste, mais saúde proporcionalmente do que se dá para o Nordeste. Isso resolverá parte do problema, mas não todo. Ainda há que se cuidar de melhorar a renda *per capita*, melhorando a renda.

Há pois, um papel grande para o financiamento das atividades, há um papel grande para o desenvolvimento das atividades econômicas – e aqui não vou me estender por falta de tempo, e até porque o professor Luciano Coutinho fez uma exposição detalhada ainda hoje, mas há lugar para as duas coisas, e há necessidade das duas coisas. Algumas delas estão fora do âmbito regional quanto ao comando, mas não quanto ao pleito, e outras mais quanto ao âmbito regional. Nesse sentido, o Banco tem tido um papel importante e certamente terá um papel importante no futuro.

O argumento, então, é que, sim, há desigualdade; sim, há concentração. Não vejo tendência otimista de que essas coisas venham a melhorar automaticamente. Vejo a necessidade de se tratar dos dois lados: com políticas setoriais focadas na Região, mas com políticas com quadro nitidamente regional. Obrigado.

Osmundo Rebouças

Obrigado, professor Azzoni. Vamos passar a palavra ao nosso último palestrante, o Dr. Gustavo Maia Gomes, do Ipea.

Gustavo Maia Gomes

Quero, em primeiro lugar, dar parabéns ao Banco do Nordeste por esta data. Considero que o Banco tem imenso acervo de contribuições prestadas ao desenvolvimento da Região, e espero que isso continue sendo cada vez mais verdadeiro.

Ao planejar essa intervenção, me veio a pergunta sobre que tipo de contribuição eu poderia dar com a minha participação aqui. Decidi, então, não falar sobre a experiência brasileira, porque ela iria ser vastamente coberta nos demais painéis. Tampouco falaria sobre a política regional da União Européia, dada a brilhante exposição que eu antecipava que iria ser feita, como foi, pelo meu amigo Palmo-Andrés. Entendi, contudo, que poderia ser interessante para todos nós rever, mesmo que muito rapidamente, algumas contribuições internacionais recentes, fora da União Européia, sobre a política regional.

Começo com uma indagação: é necessária a política regional? Desde logo, esta pergunta, também feita por Carlos Azzoni e por Palmo-Andrés,

tem sido respondida de forma afirmativa pelo mundo. Ou seja, na hora em que se sente as disparidades regionais como um problema social concreto – o caso da União Européia é um exemplo a destacar –, a sociedade, de uma forma ou de outra, se organiza e tenta dar uma resposta ao mesmo. Em várias circunstâncias históricas – o próprio Brasil já teve épocas em que isso foi agudamente percebido – a sociedade desses países ou de um conjunto de países se reuniu, e tentou fazer alguma coisa concreta em relação ao desequilíbrio de desenvolvimento de suas regiões.

No mundo de hoje, há uma quantidade significativa de experiência nessa área, ou seja, há reflexão sobre o assunto e há ações de governo que podem ser interpretadas como ações de política regional. Isso é, destacadamente, verdadeiro na China, porque a China, depois de 20 anos de um processo de abertura, de desregulamentação nas áreas costeiras, sente agudamente o problema político do desequilíbrio regional que a reforma produziu. O país tem, hoje, algumas cidades na sua costa totalmente liberalizadas, conectadas com o resto do mundo e se desenvolvendo rapidamente, e o Interior, o oeste, ficando para trás. Isso começou a ser percebido, há dois ou três anos, como alguma coisa que poderia gerar instabilidade política, e os chineses não querem instabilidade política por ali. Em consequência, há ações importantes nessa área. Chame-se ou não de política regional, mas é claramente ação governamental com endereço para as áreas menos desenvolvidas.

Eu percebo que há muita reflexão, e ações, também em outros países, no presente momento, de política regional. Mais uma vez, estou excluindo a Europa porque é um caso conhecido demais e estou excluindo o Brasil, mas há muita reflexão hoje no mundo sobre experiências de política regional nos países em transição do socialismo para a economia de mercado. Isso inclui as repúblicas que foram parte da antiga União Soviética: em várias delas se nota esse esforço de se pensar e implementar uma ação de correção de disparidades internas. Inclui, também, outras economias, inclusive aquelas não necessariamente ex-socialistas, mas que são candidatas a integrar a União Européia, nesse próximo alargamento.

Certamente, há experiências de políticas regionais em outros grandes países. Eu notei que continua a haver interesse no tema – interesse, que eu falo, não só de reflexão acadêmica, mas também de ação governamental – na Austrália, por exemplo. Parece que, fundamentalmente, a política regional que existe na Austrália é de iniciativa das regiões e não do governo central.

Uma coisa parecida com o que se fez aqui, nesses últimos dez anos, com os estados tomando a iniciativa de atrair investimentos, já que não estavam satisfeitos com o que o Governo Federal vinha fazendo. Mas sobre a Austrália, sim, há muita coisa circulando aí, informações sobre ações de política regional. E eu diria que também há alguma coisa sobre a Índia, cuja principal forma de atuação, hoje, no que seria o análogo da nossa política regional, tem a ver com redistribuições de recursos tributários por meio do sistema fiscal.

Dos muitos trabalhos sobre política regional que podem ser encontrados na Internet, eu me detive apenas em alguns muito recentes. Por exemplo, existe um artigo da Sylvie Demurger com Jeffrey Sachs e mais outros autores³ (na verdade é um texto para discussão, de abril de 2002, uma coisa extremamente recente, portanto) sobre geografia, política econômica e desenvolvimento regional na China, em que é feita uma análise econométrica naquele estilo que o Sachs também fez para o Brasil.

Os autores chegam a fazer algumas recomendações de políticas. Para eles, a extensão da desregulamentação para o interior é a grande chave para a redução das disparidades regionais na China. Então, a primeira coisa que eles sugerem é que isso poderia ser a forma mais importante de política regional: em vez de re-regulamentar a costa, desregulamentar, ou seja, liberalizar também para o interior. Mais ou menos óbvio, embora eles também reconheçam que o interior não tem o mesmo potencial de se beneficiar de exportações, por exemplo, porque o custo seria muito mais alto; então, talvez a desregulamentação no interior talvez não funcionasse tão bem quanto funcionou na costa, mas certamente sem essa desregulamentação não funcionará o esforço que a China já está fazendo de levar o desenvolvimento para o interior.

A segunda sugestão dos autores é ampliar a mobilidade do trabalho. Há ainda restrições legais à mobilidade do trabalho na China; há um sistema de registro, em que a pessoa que quiser mudar-se para uma das Zonas Econômicas Especiais, por exemplo, precisa ter uma autorização, que não é dada. Então, na verdade, as pessoas não se mudam, ou se mudam clandestinamente. Eu tive até a satisfação de ir à China, dois anos atrás, exatamente no bojo dessa discussão, e conheci Shenzhen, uma dessas Zonas

³ Demurger, S. et al. Geography, economic policy, and regional **development in China**. NBER Working Paper n. w8897, **Apr. 2002**.

Econômicas Especiais, uma coisa fantástica, que nos faz perguntar como, em 20 anos, se montou uma cidade tão imponente, a partir do quase nada. Mas a entrada de pessoas em Shenzhen é controlada. De fato, é impossível a livre locomoção.

Uma terceira política recomendada seria fazer com que os bancos estatais também pudessem atuar no Oeste, mas eu chamaria a atenção às políticas quatro e cinco, mostradas na tela: melhorar a infra-estrutura e aumentar o capital humano. O décimo plano quinquenal da China é um plano que tem como lema “*Go West*”, algo como “Marcha Para o Oeste”, que já foi *slogan* no Brasil, nos tempos de Getúlio Vargas. Isso significará, em grande medida, fazer investimentos em infra-estrutura.

O segundo texto a que gostaria de me referir é um trabalho⁴ feito para o Banco Mundial e publicado no *Observador da OECD*, onde se chama a atenção para um outro aspecto muito importante na discussão atual de política regional, sobretudo no contexto europeu: como as regiões podem melhor se posicionar para atrair o capital estrangeiro; ou seja, como melhorar as condições de atração de capital estrangeiro pode fazer uma diferença muito grande para o desenvolvimento das regiões.

Chamo a atenção para a política recomendada num artigo⁵ sobre a Hungria (que é um desses países ex-socialistas que estão entrando num regime de mercado): apoio a arranjos produtivos locais ou *clusters*. Isso aparece nas discussões de política regional no mundo, hoje, como uma coisa recorrente, cada vez mais se fala nisso. Eu não gosto de panacéias, e acho que cada vez que se isola um único fator se está errando, mas certamente a idéia de *cluster* é uma idéia que merece ser aprofundada e que tem uma contribuição a dar.

Da mesma forma, eu diria que não gosto e não acho que seja correta uma abordagem de excessiva ênfase em capital humano, como se, de repente, tivéssemos descoberto um novo remédio universal. Parte da literatura mais recente sobre política regional tende a seguir essa tendência. A mim parece evidente que nenhuma região se desenvolve com uma força de trabalho extremamente desqualificada. Mas daí a achar que, simplesmente, fazer

⁴ Ögütçü, M.; TAUBE, M. Getting China's regions moving. The OECD Observer, June, 2002.

⁵ GROSZ, A. Cluster initiatives in hungary as new forms of economic and regional development. THE GDANSK INTERNATIONAL CONFERENCE: Regional Transitions, 15-18 September.

todo mundo virar Ph.D. resolver os problemas é um pouco difícil de acreditar. Provavelmente os doutores pegariam um avião e sairiam dessa região mais rápido, se investir em educação fosse a única coisa feita.

Há muita referência na literatura a essa questão de *clusters*, como há referência a investimento em capital humano, como há muita referência a investimento em infra-estrutura, e em cada momento do tempo, no passado, houve uma ênfase quase exclusiva em infra-estrutura ou em auxílio direto às empresas, do que resultou algum crescimento e muita decepção. E eu acho que a lição disso, inclusive para nosso contexto de Nordeste, pode ser que devemos pegar essas várias possibilidades e explorar cada uma delas, mas mantendo certa harmonia.

Dou um exemplo do que entendo por “harmonia”. A literatura diz, como podemos ver nessa rapidíssima revisão, que é importante a provisão de infra-estrutura. Se não houver provisão de infra-estrutura, é difícil que a simples melhoria do capital humano resolva o problema das regiões mais pobres. E, certamente, se houver só expansão de infra-estrutura, sem a expansão de uma força de trabalho que possa preencher as posições de maior produtividade, dificilmente se esperaria um grande resultado, em termos de redução de disparidades regionais. Os vários fatores devem ser expandidos com certo equilíbrio, em harmonia, enfim.

Eu finalizaria dizendo o seguinte: está para acontecer, no Brasil, uma mudança de governo, qualquer que ela seja. Esse é sempre um momento de reinício, mas, além disso, no contexto específico de política regional, nós tivemos a falência de instrumentos e de instituições tradicionais. Não é o caso do Banco do Nordeste, que é pujante, mas nós temos toda essa falência, ao mesmo tempo em que o problema regional brasileiro se agrava. Essa conjugação de fatores repõe a atualidade de um pensamento e de uma revisão de experiências históricas. Precisamos pensar o que seria uma nova política regional para o Nordeste. A experiência internacional pode nos ajudar, mas é preciso que haja a formação de uma vontade política para enfrentar com maior vigor o problema. Muito obrigado.

Osmundo Rebouças

Obrigado ao professor Gustavo. Agradecemos, também, a todos os palestrantes suas profundas reflexões. Obrigado.



7 – SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO

Entrega do Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional
e Prêmio Banco do Nordeste de Talentos Universitários

Mestre-de-Cerimônias

Senhoras e senhores, boa-tarde. Estamos dando início à solenidade de encerramento do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e VII Encontro Regional de Economia, que integram a programação em homenagem aos 50 anos do Banco do Nordeste.

Para compor a mesa dessa solenidade, estamos recebendo o Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Beni Veras, acompanhado do Exmo. Sr. Presidente do Banco do Nordeste, Byron Queiroz, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Pedro Malan, do Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Pedro Parente; do Exmo. Sr. ministro Vicente Leal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Exmos. Srs. Governadores dos Estados da Bahia, Otto Alencar, do Piauí, Hugo Napoleão, e de Sergipe, Albano Franco; dos Exmos. Srs. senadores Lúcio Alcântara e Paulo Souto; do Prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy; do Exmo. Sr. ex-presidente do Congresso Nacional, Antônio Carlos Magalhães; dos Exmos. Srs. ex-governadores do Estado do Ceará, Tasso Jereissati, e do Estado da Bahia, César Borges; do vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Paulo Paiva; do Sr. representante do Banco Mundial, economista Antônio Rocha Magalhães; e do Presidente da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), Francisco Ramos.

Convidamos a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro, que será interpretado pela cantora Aparecida Silvino e pelo cantor Paulo José, acompanhados do sanfoneiro Valdonis.

(execução do Hino Nacional)

Mestre-de-Cerimônias

Podemos sentar, senhoras e senhores. Comunicamos as presenças de Ajalmar Leite da Silva, representando o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Nordeste e o Presidente do BNDES, Eleazar de Carvalho; Antônio Carlos Chaves Antero, juiz presidente do Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região; general Cândido Vargas de Freire, Secretário da Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará; Edilson Aziz Sarriune, Secretário do Trabalho e Ação Social de nosso Estado; Ednilton Soares, Secretário da Fazenda do Estado do Ceará; Félix de Bulhões, *Chairman* do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; Gabriel Alves Maciel, Secretário de Produção Rural e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco; Dr. Geraldo Apoliano, Presidente do Tribunal Regional Federal de Pernambuco 5ª Região; João Batista do Nascimento, do Ministério da Fazenda, Chefe de Gabinete do Sr. Ministro; Jorge Lins Freire, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia; Dr. Jorge Parente Frota Júnior, aqui representado pelo vice-Presidente Lima Matos, da Federação das Indústrias do Estado do Ceará; José Arlindo Soares, da Secretaria de Estado de Pernambuco; José Guimarães, secretário da Indústria e Comércio do Estado de Sergipe; José Linhares, deputado federal; José Soares Nuto, governador do estado da Paraíba, aqui representado pelo secretário do governo do Estado da Paraíba; Luciano Carvalho, secretário de Obras do Estado de Sergipe; Luís Girão, da Associação dos Jovens Empresários; reitor Manassés Claudino Fonteles, da Universidade Estadual do Ceará; Marcelo Pontes, assessor especial do Ministério da Fazenda; Marcos Melo, secretário de Planejamento de Sergipe; Mônica Clark Nunes Cavalcante, secretária de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará; Paulo Henrique Cardoso, diretor do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; professor René Teixeira Barreira, vice-reitor da Universidade Federal do Ceará; Dra. Socorro França Pinto, procuradora Geral de Justiça do Estado do Ceará; Dr. José Ramos Torres de Melo Filho, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Ceará; Dr. Paulo Marconi, superintendente Estadual do Banco do Brasil em nosso Estado, representando o Presidente, Dr. Eduardo Guimarães; secretário João Alves de Melo, do Planejamento do município de Fortaleza, representando o prefeito Juracy Magalhães; Dr. Pedro Sisnando Leite, secretário do Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará; deputado federal pelo Ceará, Adolfo Marinho; Francisco Ferrer, superintendente da Embrapa no Ceará; Dr. Fernando Mota, Secretário da Fazenda de Sergipe. A estas autoridades nós pedimos que se sintam como se estivessem nesta mesa. Lembramos que esta solenidade está sendo transmitida em sistema de videoconferência para todas as capitais do

Nordeste e para as cidades de São Paulo e Montes Claros-Minas Gerais, além de estar sendo assistida através da Intranet por mais de 11 mil pessoas. Em todo o Nordeste, 72 mil pessoas discutiram hoje o progresso do Banco do Nordeste no desenvolvimento regional. Agradecemos aos nossos convidados e clientes em cada uma das 174 localidades onde o Banco do Nordeste mantém Agência.

Senhoras e senhores, procederemos à entrega dos Prêmios Banco do Nordeste de Economia Regional e de Talentos Universitários, que objetivam estimular o estudo e a pesquisa de caráter técnico e científico no campo das ciências econômicas diretamente aplicados à questão do desenvolvimento regional.

Representando os três contemplados com o Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional, na categoria profissional, convidamos o autor do trabalho “Eficácia e viés de seleção em programas de qualificação de trabalhadores em situação economicamente desvantajosa: evidências para o Estado de Pernambuco”, classificado em 1º lugar, Raul da Mota Silveira Neto, do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES/UFPE), para receber sua premiação, aqui no palco, das mãos do Exmo. Governador do Estado do Ceará, Dr. Beni Veras.

O Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional chega a seu sexto ano de realização, já tendo se consolidado como referência importante na área de pesquisa regional, dentro do cenário acadêmico nacional e internacional.

Registramos, já, a presença na mesa de sua excelência o governador Hugo Napoleão, do Estado do Piauí.

Senhoras e senhores, para receber o Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional, na categoria universitária, em nome dos três contemplados, convidamos o autor do trabalho “Eficiência do custo no setor bancário brasileiro”, Fernando Antônio de Paiva Régis, do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES/UFPE), classificado em 1º lugar. Para entregar, convidamos sua excelência o Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Pedro Malan.

Concorreram ao Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional 135 trabalhos, dos quais foram selecionados três de cada categoria – profissional e universitária.

Passaremos agora à entrega do Prêmio Banco do Nordeste de Talentos Universitários. A monografia “Análise das intervenções públicas visando à redução da pobreza: estudo de caso na zona urbana e na zona rural” conquistou o primeiro lugar entre todos os trabalhos inscritos. Convidamos seu autor, Márcio Eduardo Garcia Bezerra, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), para receber a premiação, em nome dos demais contemplados, das mãos do Exmo. Sr. Presidente do Banco do Nordeste, Byron Queiroz.

Senhoras e Senhores. Esta solenidade fecha o oitavo Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e o sétimo Encontro Regional de Economia. Há oito anos, estes eventos reúnem expoentes do mundo acadêmico, tanto do Brasil quanto do exterior, para discutir a questão regional. Para lhes apresentar um resumo das principais discussões e conclusões desses encontros, convidamos o gerente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), do Banco do Nordeste, Everton Chaves Correia.

Everton Chaves

Com satisfação pela edição de mais um Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e do VII Encontro Regional de Economia, nos congratulamos com os presentes e com todos os que nos acompanham por videoconferência e internet, em todos os Estados do Nordeste, no ano em que o Banco do Nordeste completa 50 anos de existência.

Antes de apresentarmos as conclusões deste ano, gostaríamos de registrar algumas das importantes recomendações dos encontros anteriores.

Na área de Ciência e Tecnologia, sugeriu-se a viabilização do semi-árido por meio de tecnologias adequadas à convivência com a seca, além de estimular a inovação para a melhoria da competitividade para pequenas e médias empresas, bem como a sua organização.

Quanto a isso, o Banco do Nordeste dinamizou o financiamento de pesquisas tecnológicas através do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), direcionando a seleção dos projetos tecnológicos para a solução de problemas do semi-árido nordestino. Garantiu também o apoio creditício a setores de tecnologia de ponta, bem como à criação de incubadoras de empresas.

Sugeriu-se também, em fóruns anteriores, a interiorização das ações de desenvolvimento, oferecendo acesso das populações a ativos e meios de produção. Essa interiorização foi ampliada com a criação do programa Agentes de Desenvolvimento, enfatizando a ação local, e a disseminação da visão sistêmica da cadeia produtiva nos fóruns de clientes realizados no Banco e nas reuniões dos Pólos de Desenvolvimento Integrado.

Quanto à sugestão relativa à intervenção do Estado na complementação da infra-estrutura econômica e social da Região, para que pudesse dinamizar a economia local, houve uma dinamização do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, governos estaduais e Governo Federal.

A recomendação sugerida de se dar maior cunho social e redistributivo às ações do Banco do Nordeste levou à implantação, em parceria com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, do programa de microcrédito que chamamos de Crediamigo, com garantias solidárias, no setor informal. Este programa responde hoje por 70% dos financiamentos dessa natureza em todo o País.

Quanto à prioridade de adequação do profissional às necessidades do mercado de trabalho e formação de capital social no Nordeste, foi criada uma área no Banco do Nordeste de estímulo à capacitação de clientes, tendo sido oferecidas mais de 600 mil oportunidades de treinamento, dentre elas um programa que é oferecido no rádio, chamado Rádio Nordeste, que difunde os temas de meio ambiente e difusão de tecnologia no meio rural, dentre outros programas.

Na identificação de atividades competitivas com potencial de exportação, visando à inserção do Nordeste nos blocos econômicos, destaque-se a ação de promoção de negócios e investimentos, bem como a estadualização do Programa Especial de Exportações, do Governo Federal, além da atuação e disseminação nos pólos de desenvolvimento integrado e de turismo.

No Fórum e Encontro Regional deste ano, com o tema “Nordeste — Desafios e Oportunidades”, foi destacado que: A educação de qualidade é imprescindível para a redução de pobreza;

Há uma percepção de que a geração da renda está na produção e a distribuição da renda está no conhecimento. Crianças e jovens sem

conhecimento (ou seja, uma boa educação) seguramente serão os pobres do futuro.

É preciso fazer a reforma da Previdência. Uma das propostas nesse sentido definiu os pressupostos de que direitos adquiridos devem ser respeitados e que os recursos adicionais gerados com a reforma devem ser concentrados no investimento em crianças mais pobres;

Melhorar a qualidade da tributação, de modo que ela não prejudique a competitividade do setor produtivo, bem como diminuir a cumulatividade dos impostos foi uma recomendação considerada fundamental. O controle da evasão fiscal e a simplificação na cobrança de impostos também foram recomendados, o que traria uma forte redução nos custos de administração tributária.

A participação da sociedade civil, a atuação em municípios e a articulação do setor público com o setor privado foram as três grandes lições dos programas de desenvolvimento regional.

Deve existir uma conjugação da base científica e tecnológica com a base empresarial, buscando uma maior seletividade em favor das empresas mais competitivas.

O Estado deve orientar as políticas públicas de forma a estruturar experiências locais de cooperação, para geração de renda e emprego.

As cooperativas precisam desenvolver mecanismos de autofiscalização, para evitar ingerência de recursos.

A Lei – um importante aspecto do desenvolvimento econômico – deve preservar os contratos, reduzindo o risco sistêmico.

A mídia tem um papel importante na transparência dos agentes públicos e privados.

- As instituições sub-regionais com habilidade para implementar programas de desenvolvimento compatíveis com a realidade local devem ser fortalecidas.

Programas de correção das imperfeições de mercado devem ser apoiados, como os de melhoria da infra-estrutura, atração de capitais externos, qualificação de mão-de-obra e formação de arranjos produtivos e sistemas locais de inovação.

Destacou-se que na Comunidade Européia está havendo uma concentração financeira e geográfica do crédito em regiões menos favorecidas; e também sugeriu-se que a política creditícia deve enfatizar três aspectos básicos: melhoria da competitividade das regiões, recursos humanos e o equilíbrio do desenvolvimento entre as zonas rurais e urbanas.

Muito Obrigado.

Mestre-de-Cerimônias

Obrigado ao gerente do ETENE, Everton Chaves. Senhoras e senhores, prosseguindo nesta solenidade, ouviremos em seguida as palavras do Exmo. Sr. Presidente do Banco do Nordeste, Byron Queiroz.

Byron Queiroz

É com satisfação que concluímos mais um Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, realizado junto com o VII Encontro Regional de Economia, através da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

Alegra-nos, a todos os que fazemos o Banco do Nordeste e a Anpec, ver o evento consolidado e em um patamar de destaque no calendário nacional de realizações acadêmicas. A parceria com a Anpec, como iniciativa inovadora, tem-se revelado desde o início, há sete anos, um instrumento de sucesso, com o aporte de conteúdo de grande importância para a elaboração de estudos, planos e estratégias de desenvolvimento, gerando um ambiente de discussão e participação de todos os segmentos da sociedade.

É uma honra abrigar em nossa sede um encontro com a presença de pensadores ilustres, de todo o País e do exterior, além de estudantes, acadêmicos, representantes da classe empresarial e da sociedade civil, que juntos nos proporcionam a oportunidade de prestar contas das nossas ações e dos seus desdobramentos em benefício do desenvolvimento regional. Como foi verificado na retrospectiva que acabamos de ver, muitas das idéias aqui trazidas foram transformadas em instrumentos e em ações conseqüentes, com o senso de urgência necessário para a transformação mais rápida da realidade nordestina.

Este ano o evento discutiu os desafios e oportunidades do Nordeste, com apresentação e debate de 40 artigos científicos, aprovados dentre 130 que foram submetidos. Este volume representa um crescimento de mais de 50% em relação ao ano passado, o que demonstra o potencial de produção científica da Região e o crescimento do interesse pelos temas desenvolvimentistas também de outras regiões do País.

Entendemos que pensar o Nordeste é sempre desafiador, pelas cenas antagônicas que vemos no nosso cotidiano. O Brasil é um País com desigualdades, e o Nordeste evidencia essa realidade.

O semi-árido nordestino, castigado por irregularidades das chuvas e solo de baixa produtividade, é também a região semi-árida com maior densidade populacional em todo o planeta. Esse cenário nos exige mais criatividade, empreendedorismo, tecnologia e capacidade institucional para gerar renda e empregos necessários a uma vida digna, sem a premente necessidade da migração pela sobrevivência. Tanto no campo quanto na cidade, é imperioso uma ação consistente que harmonize o investimento em educação e a capacitação para o trabalho. Necessária, também, a existência de instituições que ofereçam informações e uma nova consciência empresarial que valorize a mão-de-obra criativa e inovadora.

Diante do atual processo de inserção internacional do Brasil, devemos estar preparados para competir, conscientes da necessidade de adaptação, tanto de políticas públicas quanto de estratégias empresariais. A globalização representa a ampliação dos mercados e do número de atores competitivos, com valores e tecnologias desenvolvidos em todo o mundo.

A informação e a incorporação de técnicas que assegurem a qualidade é fundamental. Nesse sentido, as empresas somente se desenvolverão se contarem com instituições que lhes dêem suporte e permitam a implementação de um ritmo de mudança compatível.

É dentro deste cenário sócio-econômico que o Banco do Nordeste completa hoje seus 50 anos. Sem dúvida, trata-se de uma das mais importantes iniciativas do governo do presidente Getúlio Vargas a sanção da Lei que criou o Banco do Nordeste, cuja justificativa foi referendada pelo Ministro da Fazenda Horácio Láfer, tendo o Banco como primeiro presidente o baiano Rômulo de Almeida.

O ano de 1952 decorria numa época de euforia desenvolvimentista do mundo do pós-guerra, com prioridades de reconstrução, crescimento e estabilização.

O governo sabia, a partir de estudos nacionais e internacionais e da experiência interna, que o Nordeste só poderia sair do atraso secular se fosse dotado de um organismo de financiamento de longo prazo, com orientação governamental, adotando-se o modelo de banco de desenvolvimento.

A complexidade do subdesenvolvimento crônico do Nordeste, dramatizado pela calamidade das secas, exigia a presença, não somente nas capitais como no interior dos Estados, de um órgão de crédito oficial com ações complementares às atividades de crédito, em apoio às atividades produtivas, cumprindo prioridades ditadas pelo interesse social do desenvolvimento.

E ao longo de seus 50 anos, a partir das bases de uma política de formação de recursos humanos tecnicamente bem qualificados, o Banco do Nordeste contribuiu de forma marcante para o soerguimento social e econômico da região Nordeste, inclusive do Norte de Minas e, ultimamente, também do Espírito Santo.

Ainda na década de 1950, instalou o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), e elaborou os primeiros diagnósticos da economia regional, visando nortear as políticas e programas de desenvolvimento.

Nos anos 1960, já começava a enfatizar o crédito cooperativo e buscou participar no financiamento de obras de infra-estrutura urbana.

O Banco teve, também, uma atuação importante como operador dos programas especiais do Governo Federal, como o Polonordeste e o Proálcool, repassando, ainda, recursos do Programa de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Finame) para suporte financeiro a grandes projetos regionais, nos anos 80.

Na década de 90, o advento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) restabeleceu o aporte de recursos estáveis ao Banco, favorecendo a concepção de novos programas de desenvolvimento regional.

Por outro lado, em 1994, iniciou-se uma fase de ajustes no sistema bancário nacional, em decorrência do esforço para estabilização da moeda e da economia.

Até então, o País passara por conjunturas inflacionárias adversas que aumentavam as incertezas dos agentes econômicos e de seus projetos de investimento. Muitos projetos foram financiados com grau de risco muito elevado. As empresas se inibiam ao tentar prever o futuro e os seus investimentos, e o Banco do Nordeste concentrava seus empréstimos em pequeno número de clientes de maior porte.

No plano interno, a endogenia, a partir de certa fase, voltada para a crescente luta pela obtenção de privilégios generalizados refletia a exacerbação corporativista das empresas estatais naquela época.

Assim, com o surgimento de novos paradigmas de competitividade no cenário econômico mundial e nacional, com a transição para o regime de estabilização e os conseqüentes requisitos de austeridade nos órgãos estatais, impunha-se um novo modelo organizacional para o Banco do Nordeste.

Foi a partir de 1995 que se iniciou no Banco um amplo processo de mudança, buscando assegurar sua sustentabilidade a partir do próprio reconhecimento da sociedade ao seu trabalho.

Hoje, a sociedade não aceita mais uma empresa estatal que não procure sua auto-sustentabilidade e fique atrás de depender de verbas federais para sobreviver. O Banco precisou mudar muito sua forma de fazer desenvolvimento e adequar-se aos novos tempos, como é obrigação também das demais empresas.

Urgia, face à estabilização da moeda, garantir ao Banco a sua sobrevivência, pois os recursos que sempre o sustentavam já não eram suficientes e ele não podia ficar dependendo de socorrer-se com a distorção dos ganhos inflacionários.

Percebemos que o crédito é um aspecto importante, mas não é o único. Vários outros instrumentos fundamentais seriam necessários para assegurar uma ambiência capaz de garantir o retorno dos financiamentos, com o sucesso e a sustentabilidade dos empreendimentos.

A presença local era indispensável, e somente foi possível com uma política de desconcentração de recursos e de pessoal. Hoje, estamos presentes

com atuação sistemática nos 1.983 municípios dos nove estados do Nordeste, do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde o Banco atua.

Com os Agentes de Desenvolvimento e as Agências Itinerantes, asseguramos a presença local. Com o Farol do Desenvolvimento em cada município, abrimos espaço orgânico para a participação da sociedade na discussão dos rumos do desenvolvimento local. Os Pólos de Desenvolvimento Integrado, abrangendo os diversos setores da economia, aglutinam, a partir da articulação com as diversas esferas de governo e a iniciativa privada, as vocações e as cadeias produtivas. Os Programas de Capacitação, antecedentes e subseqüentes ao crédito, disponibilizam conhecimento técnico e de gestão para a sustentação dos negócios. As parcerias com prefeituras e governos estaduais, para a formação dos Fundos de Aval, garantem o acesso ao crédito aos tomadores sem condições de oferecer as garantias adequadas. Os Fóruns de Clientes possibilitam as discussões críticas e as sugestões para aprimoramento da atuação do Banco.

Acionados de forma articulada e em parceria com os órgãos governamentais e comunidades, buscando a construção do desenvolvimento local numa visão de auto-sustentabilidade, tais instrumentos diferenciam o trabalho do Banco do Nordeste dos demais agentes financeiros e de desenvolvimento. A ação antecedente ao crédito, compreendendo a identificação das potencialidades locais, a estruturação das cadeias produtivas, a organização e a capacitação de empreendimentos e a orientação aos clientes atuais e potenciais, revela-se de grande alcance social. E seu grande resultado é o fortalecimento da cidadania. A movimentação ágil nos municípios desprovidos de agências tem ampliado o aproveitamento de oportunidades de negócios.

Exemplos com resultados marcantes dessa intervenção são o programa voltado para o turismo – o PRODETUR e o programa de microfinanças – o CrediAmigo, além dos pólos de desenvolvimento integrado, cuja repercussão econômica e social cada um dos governadores aqui presentes e demais lideranças políticas e empresariais podem atestar a partir do alcance dos resultados já obtidos.

A presença enfática no fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, marcada pelas parcerias com universidades e centros de pesquisas tecnológicos, conta com a destinação de recursos não reembolsáveis, em apoio à melhoria dos processos produtivos na agricultura,

na agroindústria, na indústria de transformação, nas boas práticas de produção mais limpa, na preservação ambiental, dentre outras.

A inserção competitiva das empresas tem sido apoiada pelos programas de promoção de investimentos e atração de parcerias agregadoras de novas práticas voltadas para a complementaridade de tecnologias e para a abertura de novos mercados. O Nordeste Empreendedor, primeiro fundo de empresas emergentes, contando com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento e com o Banco Pactual, recentemente aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ensejará um salto qualitativo nas oportunidades para as empresas de alta base tecnológica e elevada lucratividade.

O relacionamento do Banco do Nordeste com os organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, além do BNDES, tem sido de extrema relevância.

O suporte a um arrojado programa de treinamento técnico-gerencial interno tem sido alcançado pelas parcerias com a Fundação Dom Cabral e com várias universidades nacionais e estrangeiras, além de diversas outras entidades.

O Banco, pode-se dizer, agora, mais ativo e em avançado estágio de modernização, está a serviço não apenas do grande empreendedor, mas também e sobretudo do pequeno; não apenas daqueles que já têm uma experiência empresarial, mas também daqueles com uma idéia na cabeça e vontade de trabalhar.

O direcionamento foi claro: orientação plena para o agente produtivo, busca e manutenção da auto-sustentabilidade, por meio da diversificação de fontes e de uma significativa redução de despesas e do aumento da produtividade interna, além do aprimoramento das relações sócio-político-institucionais, com a construção de um conjunto diversificado de parcerias.

E os resultados comprovam que a estratégia vem sendo acertada: passamos de uma carteira de 46 mil clientes, no início de 1995, para quase um milhão e quatrocentos mil atualmente. Cliente, aqui, no sentido de que é o tomador de empréstimo, empreendedor, que tem um contrato de financiamento voltado para atividade produtiva. Não é o tomador de cheque especial, não é o tomador de cartão de crédito, não é o correntista, não é o pequeno aplicador. É o empreendedor. Saímos de um patamar de R\$ 615

milhões aplicados ao ano, em 1994, para uma média de R\$ 2 bilhões e 700 milhões nos últimos sete anos. O número de financiamentos saltou de 27 mil contratações por ano para 513 mil no ano de 2001, e que deve se repetir no ano de 2002, valendo ressaltar que 98% desses financiamentos foram para as mãos de micro, pequenos e médios empreendedores.

A obtenção desses resultados está permeada e tem seus alicerces num sentido maior de uma boa prática de gestão que se busca, que nos estimula e entusiasma ao engajamento efetivo num processo de mudanças, que nos são impostas pelas circunstâncias, como disse, da globalização e dos paradigmas implacáveis da competitividade moderna e pela exata noção de espírito público que precisa ficar incutida em cada cidadão, sobretudo a partir do seu exemplo.

Essas exigências e esses desafios pressionam empresas privadas, organizações estatais e órgãos públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Precisamos manter os órgãos governamentais nos limites da boa gestão da coisa pública, defendendo-os sempre dos ataques persistentes e audaciosos daqueles que insistem em servir-se da sociedade ao invés de a ela servir.

As mudanças de paradigmas exigidas das organizações, nos setores privado e público, têm sido objeto de nossas convicções desde o final dos anos setenta, quando participávamos da gestão de empresas privadas e nos reuníamos freqüentemente, no Centro Industrial do Ceará, para discutirmos os problemas e apontarmos soluções no sentido de corrigir rumos, então eivados de vícios, nas economias e na própria política cearense, nordestina e brasileira. Eram reuniões de profundas reflexões, que abrigavam um conjunto expressivo de líderes lançadores de idéias de vanguarda transformadora. Foram princípios e valores caros aos jovens empresários do Ceará os que felizmente nortearam a política em nosso Estado nos últimos 16 anos.

Sabíamos que tínhamos de estar preparados politicamente; apostar nas lideranças certas e ajudá-las a realizar as mudanças; trabalhar com visão de médio e longo prazos, dispostos a enfrentar os obstáculos interpostos pelo imobilismo e pela tradição; substituir o favoritismo e o clientelismo pela valorização da cidadania, da organização comunitária e da democracia local. Isto significava fazer uma aposta na iniciativa e na criatividade.

Era o início do processo de mudanças, que mais tarde se concretizava, quando um de seus principais líderes assumiu o Governo do Estado, o governador Tasso Jereissati, em seu primeiro governo, o Governo das Mudanças, simbolizando o rompimento com o modelo estabelecido e um novo princípio de fazer política no Estado do Ceará – política e administração, que teve como um dos grandes inspiradores o atual governador Beni Veras.

Foi com esta experiência que chegamos ao Banco do Nordeste. O cenário apontava para mudanças estruturais na economia do País – as transformações inerentes ao processo de estabilização que começava a ser implantado pelo Plano Real e a ampla reforma do Estado, liderada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas, não é fácil empreender mudanças, vencer mentalidades estanques, desfazer-se dos vícios do passado. É preciso estar disposto a contrariar interesses, quando estiverem em jogo as causas maiores de nossa Região. A sociedade não pode pagar pelo parasitismo e nem pelo privilégio. Por isso temos de dizer não ao corporativismo, e sim à modernização administrativa e às boas práticas de gestão. Não à troca de favores e ao clientelismo, e sim ao contato direto e à ação conseqüente. Não à demagogia e às pressões por privilégios, e sim à democracia, à valorização da cidadania e da iniciativa. Não às pressões e às vantagens de alguns, quando o que está em jogo é o desenvolvimento, a melhoria social e o próprio futuro de uma região e de um país.

Temos atravessado momentos difíceis em nossa administração. Continuamos rompendo fortes barreiras objeto da insistência de alguns que, por interesses pessoais contrariados, tentam inverter os reais objetivos das mudanças.

Foi necessário reestruturar o quadro funcional do Banco, que tinha sua força de trabalho concentrada em mais de 30% na Direção Geral, em Fortaleza. De 4.500 funcionários, nós tínhamos cerca de 1.600 em Fortaleza, na Direção Geral, além de uma grande concentração de funcionários nas agências das capitais, para que fosse toda ela requalificada e distribuída para atuação do Banco nos municípios, onde está o cliente do Banco, e a sociedade precisa dele. Tivemos que requalificar e realocar um quadro da ordem de 1.400 funcionários para trabalhar no interior dos estados.

Os problemas atuariais da Caixa de Previdência, consequência da concessão indevida de certos benefícios, resultando numericamente num déficit atuarial superior ao patrimônio do Banco, quando assumimos, tiveram que ser resolvidos e enfrentados, assegurando-se a continuidade do Fundo, como vantagem de longo prazo para todas as partes. A Caixa hoje está superavitária.

Cumpre-nos reconhecer e reafirmar que as grandes transformações realizadas em nossa gestão à frente do Banco do Nordeste somente foram viáveis face ao contínuo apoio do Governo Federal, nas pessoas do ministro Pedro Malan, através da orientação, do conselho e do suporte administrativo, do presidente Fernando Henrique Cardoso, além do respaldo político, pelo estímulo, pelo comparecimento a uma série de iniciativas que hoje foram aqui narradas, inovadoras, do Banco, e que contou em várias ocasiões com sua presença, e em outras ocasiões, mesmo sem presença de quem quer que seja do Banco, com o testemunho do que foi realizado pelo Banco. Isso mobilizou o quadro do Banco. E, obviamente, sempre contando com a participação pertinente, quando necessária, para facilitação de tudo isso, do nosso prezado amigo ministro Pedro Parente.

A propósito, devemos enfatizar a iniciativa do Governo Federal que garantiu a capitalização do Banco, em dezembro último, com o aporte de R\$ 2,5 bilhões, permitindo, sobretudo, o provisionamento de créditos antigos de difícil recuperação – créditos esses, em sua quase totalidade, de concessão anterior à presente gestão. Sem dúvida, esse fato resultou no fortalecimento financeiro do Banco, assegurando o seu desempenho no presente e a construção de um futuro promissor, desde que prossiga com o aperfeiçoamento permanente das boas práticas de gestão e de uma adequada governança corporativa.

É oportuno agradecer, além do apoio do Governo Federal, também o apoio recebido dos governos estaduais. E aqui os governadores presentes, todos eles, ex-governadores e governadores, posso dar de cada um o testemunho importante desse apoio, além dos que aqui não se encontram, e eu transmito também o meu reconhecimento, o reconhecimento do Banco e da sociedade nordestina; das bancadas regionais no Congresso – e aqui eu tenho oportunidade de cumprir um dever de justiça e ressaltar o empenho corajoso do senador Antônio Carlos Magalhães quando presidente do Congresso e em outras ocasiões, que mobilizava todo o seu prestígio político e a força de sua voz para defender o Banco de ataques importantes,

imprevisíveis e às vezes interessados numa má política, com conseqüências desastrosas para o Banco e para a Região. Agradeço, por fim, o apoio das prefeituras e dos demais parceiros, inclusive dos nossos clientes.

Devemos, então, ressaltar, para concluir, o profícuo engajamento dos atuais colaboradores do Banco – gestores, técnicos, enfim, todos os colaboradores engajados de corpo e alma nessa nova forma de atuar.

Ao agradecer a presença de todos, reiteramos nossa crença de que só podemos combater a miséria em nossa Região se continuarmos nessa trajetória dos últimos anos, com persistência, com trabalho e com coragem.

Enquanto estivermos dispostos a substituir as palavras fáceis pelas ações; a acomodação pela mudança necessária; e buscar lucidez e a clareza para distinguir as pressões dos que se rotulam defensores do diálogo, cuja expectativa é simplesmente transformar sempre este vocábulo em sinônimo de concessão indevida; enfim, enquanto cuidarmos de fazer o que deve ser feito, destemidamente e sem medir esforços, estaremos certos de que construiremos uma região e um país muito melhores. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias

Convidamos agora para suas palavras o Sr. Presidente da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, professor Francisco Ramos.

Francisco Ramos

Ao final deste VII Encontro Regional de Economia, da Anpec, e Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, e tendo sido um dos que trabalharam pelo seu surgimento, gostaria de fazer um registro das pessoas que nele apostaram. Não poderia deixar de reconhecer a visão estratégica e a coragem do presidente Byron Queiroz, ao acolher a idéia de prover um fórum para o debate científico dos problemas da Região, por pesquisadores da Região. O esforço do Conselho Deliberativo da Anpec, à época dirigido pelo professor Antônio Maria da Silveira, em consonância com o Dr. Osmundo Rebouças e a equipe do ETENE, particularmente o Adriano Sarquis, o Everton Correia e a Laura Lúcia Freire, resultou nesse evento conjunto, paradigma da interação virtuosa para toda a comunidade acadêmica brasileira em Economia.

Para finalizar, a Anpec manifesta o firme propósito de assegurar a perenidade deste encontro. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias

Senhoras e senhores, em nome dos governadores aqui presentes, fará uso da palavra o Exmo. Sr. Governador do Estado de Sergipe, Albano Franco.

Albano Franco

Sinto-me honrado quando, na presença de ilustres governadores, sou convidado a falar pelos governadores na festa dos 50 anos do Banco do Nordeste. É importante lembrar a sua fundação pelo presidente Getúlio Vargas como um dos principais instrumentos de desenvolvimento do Nordeste, compondo os três pilares históricos do desenvolvimento da Região: na energia, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), na área do planejamento, a Sudene, e na área do financiamento, o Banco do Nordeste do Brasil. Isso é importante destacar e ressaltar nesse instante. Como também, Dr. Byron Queiroz, ministro Pedro Malan, talvez eu tenha sido escolhido porque eu faço questão de dizer em todas as solenidades que o principal parceiro do nosso governo tem sido o Banco do Nordeste, graças, inclusive, à eficiente administração do Dr. Byron e da sua equipe, que conseguiu com isso transformar o Banco do Nordeste num instrumento de desenvolvimento efetivo para o Nordeste.

E eu quero dizer, da parte desenvolvimentista atual do Banco do Nordeste, a eficiente administração do FNE. São aqueles recursos do Fundo Constitucional. E aí, ministro Malan, graças também a um esforço nosso, dos que fazem o governo de Sergipe, conseguimos nesses últimos quatro anos, durante dois anos, apesar de sermos o menor estado da Região e do Brasil, estar sempre em terceiro colocado na aplicação de recursos do FNE, o que mostra o nosso esforço e a receptividade junto ao Banco do Nordeste. Como também temos que destacar um outro papel importante hoje na fase de desenvolvimento do Nordeste, pelo Banco, que é o PRODETUR, porque o Banco do Nordeste é quem representa, o Banco é que é o parceiro, é que é o agente, e o ministro Pedro Malan sabe que uma das saídas para o desenvolvimento do Nordeste hoje é o turismo, e o PRODETUR tem ajudado o desenvolvimento do Nordeste, em particular de Sergipe. Não só melhorando a infra-estrutura dos nossos estados, mas também possibilitando,

conseqüentemente, a geração de emprego e de renda. Uma outra coisa importante é a nossa parceria em Sergipe com o Banco do Nordeste do Brasil. Aqui já falamos acerca do FNE, e em outras ações nós também temos recebido o apoio do Banco do Nordeste lá em Sergipe.

E aí, Dr. Byron, é importante agradecer em público não só à sua equipe, hoje ao nosso superintendente, Dr. Jair, que está lá em Aracaju assistindo e participando também deste evento, e à sua equipe lá em Sergipe. E também lembrar – e vossa excelência lembra, Dr. Byron –, quando da presença do presidente Fernando Henrique no encontro histórico dos agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil, no município de Boquim, no Estado de Sergipe. E hoje é importante também, ministro Malan, destacar a presença do Banco do Nordeste no desenvolvimento regional não apenas nas questões ligadas ao crédito, no financiamento, mas também na presença de seus técnicos e administradores numa atuação proativa junto às comunidades e à sociedade de uma forma geral.

Ministro Malan, quando eu vinha do aeroporto para cá, fui informado – e isto, sim, nos gratifica como governador de Sergipe, que o renomado economista Dr. Roberto Cavalcanti, conhecedor profundo dos problemas do Nordeste, em sua palestra no Fórum no dia de ontem, aqui, divulgava publicamente que hoje, graças a Deus, os melhores índices sociais do Nordeste são do pequenino estado de Sergipe. Inclusive na questão da renda *per capita*. E para isso, Dr. Byron, muito contribuiu e tem contribuído o Banco do Nordeste. E graças a Deus, nesses últimos cinco anos, temos tido um PIB positivo, com uma média superior ao PIB do Nordeste, de 4,6 ao ano, e nós não alcançaríamos esses números e esses índices sem a parceria do Banco do Nordeste do Brasil.

Agradeço, em nome dos governadores, a um parceiro tão importante e fundamental para o desenvolvimento do Nordeste. Transmita, ministro Pedro Malan, ao Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso, a quem sempre cobramos um tratamento melhor e mais diferenciado para a nossa Região, inclusive na questão da Sudene, que eu quero também dizer do que o Banco do Nordeste tem feito a favor da nossa gente, do nosso povo, principalmente para melhorar as condições e a qualidade de vida. Dr. Byron, que Deus abençoe e ilumine todos os que fazem o Banco do Nordeste. Esses são os votos dos seus parceiros governadores de todos os Estados do Nordeste. E Deus ajudará.

Mestre-de-Cerimônias

Passamos a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, Dr. Paulo Paiva.

Paulo Paiva

Meu querido presidente Byron Queiroz, pediu-me o presidente Enrique Iglésias que o representasse nessa solenidade e lhe trouxesse a sua mensagem. Vossa excelência sabe do carinho, do apreço que o presidente Iglésias tem pelo Nordeste, e da alegria que sinto em representá-lo aqui. Significa a total impossibilidade que ele teve de vir ao Nordeste, porque de outra forma ele não me solicitaria para representá-lo aqui. Sr. presidente Byron Queiroz, permita-me, então, ler a mensagem do presidente Enrique Iglésias.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento recebeu com muita honra o convite para participação no evento de comemoração dos 50 anos de criação do Banco do Nordeste, evento que se realiza em Fortaleza, que acolheu com muita hospitalidade a Assembléia de Governadores do BID, em março de 2002; evento que se realiza no Nordeste, região prioritária para o BID no âmbito de sua atuação no Brasil.

Nas décadas de 1970 e 1980, nossa atuação conjunta foi pautada pelas operações globais de crédito que impulsionaram vários setores da economia regional, consolidaram uma atividade industrial hoje reconhecida e geraram oportunidades de emprego, modernizaram a produção. Naquele momento, a Região despertava para a diversificação da atividade então agrícola, desenvolvia a sua indústria e se inseria no contexto de uma economia brasileira mais moderna e que se preparava para a competição.

Nos anos 1990, uma nova oportunidade se abriu para a economia nordestina, criada pelas fantásticas atrações naturais e pela hospitalidade da população e pela riquíssima diversificação cultural da Região: o turismo, como tão bem salientou o governador Albano Franco.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento se sente orgulhoso de haver acompanhado o Banco do Nordeste na identificação dessa oportunidade e na estruturação de uma ação ordenada entre os governos estaduais, no sentido de criar as bases para o desenvolvimento sustentável da atividade turística na Região.

Surgiu então o Prodetur Nordeste, que desde 1994 vem impulsionando os resultados turísticos da Região. A experiência acumulada com o Prodetur Nordeste nos permitiu partir para uma nova iniciativa conjunta, destinada a consolidar esse desenvolvimento, o Prodetur Nordeste II, já em contexto mais participativo, inclusive com mecanismos de consulta e participação do setor privado, da sociedade civil, incorporando todos os atores envolvidos e assim compartilhando soluções para os desafios que se apresentam.

Para o alcance de tal objetivo muito contribui a recente atuação do Banco do Nordeste, que vem direcionando seus esforços no rumo da participação, no rumo do desenvolvimento das micro e pequenas empresas, na capacitação dos agentes de desenvolvimento da Região, dos empresários, e dando o exemplo a todo o setor público de que se pode prestar mais e melhores serviços aos agentes produtivos e à sociedade em geral.

Os desafios que se apresentam são grandiosos, assim como as oportunidades para o desenvolvimento da Região. Há que aproveitá-las. A liderança do Banco do Nordeste na Região é inconteste e pode ser comprovada pelo reconhecimento dos governos estaduais e da população nordestina.

A sua elevada participação no crédito concedido à economia regional, o seu capital intelectual, o seu conhecimento específico da Região são um grande patrimônio a ser preservado e a ser utilizado de forma efetiva, contribuindo para a elevação da qualidade de vida da população do Nordeste.

Celebrar o cinquentenário do Banco do Nordeste é celebrar o esforço solidário do governo federal, dos governos estaduais e de todo o bravo povo nordestino na construção dos caminhos que possam garantir o desenvolvimento econômico e social dessa Região.

Gostaria, Sr. presidente Byron Queiroz, nesta ocasião, de cumprimentar e parabenizar o Banco do Nordeste, sua diretoria e seus servidores, pelos 50 anos de sucesso, de liderança e de iniciativa, que devem ser motivo de orgulho para toda a Região e para o Brasil. Assinado: Enrique Iglésias.

Mestre-de-Cerimônias

Registramos e dividimos com todos as congratulações recebidas do Diretor do Banco Mundial para o Brasil, Vinold Thomas, e do Diretor

Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, para o Brasil, o ex-ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Ambos destacam a importância do Banco do Nordeste para a Região, em correspondência enviada ao presidente desta instituição.

Senhoras e senhores, convidamos para seu pronunciamento o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Pedro Malan, neste ato representando o Exmo. Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Pedro Malan

Eu gostaria de pedir a compreensão dos ilustres participantes da mesa para não citá-los nominalmente. Estou seguro de que todos, sem exceção, sabem de longa data o apreço que lhes tenho, a todos e a cada um; acho que não é necessário expressá-lo aqui mais uma vez.

Quando soube que o presidente Fernando Henrique Cardoso me havia designado para representá-lo nesta cerimônia, à qual atribuo uma enorme importância e desde logo desejo mais 50 anos de longa e bem-sucedida vida, não só ao Banco do Nordeste como à Região, na qual nós depositamos tanta esperança e confiança, eu lhe perguntei se gostaria que eu seguisse alguma linha particular, especial, que enfatizasse alguns pontos. Ele me disse que não; que esperava, com seu jeito, que eu não cometesse muitos desatinos no que fosse dizer. Eu disse que faria o possível, mas não podia assumir nenhum compromisso. Mas ele me pediu que expressasse confiança na Região Nordeste, na sua potencialidade, nas instituições da Região, e em particular a sua confiança no Banco do Nordeste. Eu já ia dizê-lo, mas eu acho que estou seguro, à luz de conversas anteriores e de um bilhetinho recente do ministro Pedro Parente, de que falo em meu nome, em nome de Pedro Parente e em nome de todos nós da administração pública federal, que tivemos oportunidade de conviver com Byron Queiroz, a sua diretoria, o corpo técnico do Banco do Nordeste, ao longo dos últimos sete anos, seis meses e 19 dias.

Eu queria dar aqui um depoimento curto, mas ele vem de coração, meu, do Pedro Parente e de todos nós que trabalhamos com Byron Queiroz ao longo desses últimos anos. Nós queríamos expressar aqui de público a nossa profunda (quero sublinhar a palavra profunda) admiração pela visão e pela coragem de Byron Queiroz em enfrentar os inúmeros desafios que

ele foi obrigado a enfrentar para fazer com que o Banco do Nordeste chegasse hoje à posição que tem, uma instituição financeira federal que nos orgulha.

Eu não poderia deixar de registrar aqui que, quando foi preciso (e foi preciso em algumas ocasiões), o apoio dos governadores do Nordeste, muitos aqui tão bem representados, não faltou a Byron Queiroz e ao Banco do Nordeste, porque a mesma visão e a mesma coragem que ele demonstrou em mais de uma ocasião foram também a visão e a coragem daqueles que o apoiaram ao longo desses mais de sete anos e meio.

Eu queria mencionar isso porque nós estamos vivendo um período de turbulências. E exatamente em períodos de turbulências, volatilidades, riscos, incertezas de toda ordem, é que é necessário manter a serenidade, a tranquilidade, a firmeza, a coragem e a força do acreditar que o País, a Região, uma instituição, é capaz de se erguer à altura desses desafios e superá-los. E foi com esse espírito que o Presidente pediu que eu dissesse algumas palavras hoje aqui.

Eu não quero aborrecê-los com um tema que me é caro, que é o contexto internacional. Ele é um contexto marcado hoje por uma grande turbulência, volatilidade e um processo de aversão a risco, que não começou agora mas se aprofundou recentemente ao longo dos últimos meses.

Na verdade, ele começou, para não voltar muito atrás, em 2 de julho de 1997, quando eclodiu a crise da Tailândia, no primeiro momento, à qual se sucederam as crises de Malásia, Indonésia, Filipinas e Coréia, naquele ano, e aquilo chegou como surpresa a muitos analistas. Vários desses países tinham riscos de crédito de dois “A”s ou um “A”, pelas agências de crédito internacional, e isso levou a dúvidas pela surpresa do ocorrido e a seqüência de efeito dominó, em cadeia; dúvidas sobre balanço de pagamentos e reservas internacionais e sua adequação, como também dúvidas sobre a solidez de seus sistemas financeiros, sobre a qualidade da regulação e supervisão bancária e financeira, sobre o grau de alavancagem e endividamento de corporações no mundo real dessas economias, e da interdependência entre elas.

Esse processo de avaliação de risco teve lugar, em seguida, em agosto de 1998, com a decretação da moratória da Rússia, com a falência de um grande fundo de hedge norte-americano, o Long-Term Capital Management (LTCM), que tinha dois prêmios Nobel como seus diretores, e teve um profundo impacto, à época não corretamente avaliado, em algumas outras partes do mundo, porque houve um profundo receio no centro mesmo do

sistema que outros grandes fundos de hedge pudessem vir a ter, em curtíssimo prazo, problemas semelhantes. Os bancos que haviam emprestado àquele fundo foram obrigados a assumir os prejuízos pelo governo norte-americano, e se produziram ali não um nem dois, mas três relatórios de avaliação de por que aquilo havia ocorrido e que medidas deveriam ser tomadas para evitar a repetição do acontecido. Esses relatórios só foram divulgados em março, abril de 1999, a expressão crise sistêmica consta mais de uma vez em pelo menos dois desses relatórios, o que mostra o grau de preocupação com a situação de risco que prevalecia à época.

Desde então, nós tivemos a situação de crises em alguns países ditos emergentes de porte, como Turquia, Argentina e outros, tivemos as nossas próprias dificuldades em 1999, tivemos o atentado terrorista de 11 de setembro, no ano passado, e agora nos últimos meses uma seqüência de casos: Enron, Global Crossing, World.Com e outras que vêm se sucedendo quase que diariamente nos jornais, que estão levantando uma nuvem de suspeição e incerteza sobre algo que até agora não era questionado, que era a fidedignidade dos balanços de grandes corporações norte-americanas, a eficácia dos serviços de auditoria independente, e esse processo de reavaliação de risco tem levado a uma situação de aversão a risco que nos tem afetado a todos, no mundo, sem exceção.

Eu digo isso porque é o mundo em que estamos vivendo. Eu não tenho dúvida de que essa situação será superada, com as mudanças nas atividades de regulação nesse setor das relações entre empresas de auditoria e balanços de empresas, que serão tomadas medidas para evitar o tipo de incentivos a diretores de grandes corporações que inflavam às vezes seus balanços porque a sua remuneração dependia de opções de compra de ações e, portanto, havia um incentivo a uma valorização por vezes artificial, o que levou Greenspan, em dezembro de 1996, quando Dow-Jones estava em 6.800, a falar pela primeira vez em exuberância irracional; e esse processo está em revisão, essa revisão estará conosco em algum tempo, o sistema é sólido, não há nada no funcionamento real da economia norte-americana que esteja abalado por isso, mas esse sistema será superado em algum momento.

Enquanto ele não for, eu quero voltar aqui ao que importa, que é a nossa capacidade de resposta. Nossa e de qualquer país. Nenhum país do mundo de alguma expressão – e o Brasil é um país de relativa importância no mundo – pode se dar o direito de ignorar o que acontece no mundo e de

se considerar uma vítima passiva de eventos sobre os quais não tem controle. O País tem que responder a um mundo do qual não pode se desconectar. Assim como um país, uma região, uma instituição, um governo. Estou falando em geral. É necessária uma visão de médio e longo prazos e o desenho de uma capacidade de resposta a uma situação.

Essa resposta se desdobra em duas vertentes: uma é a ação internacional do País. Eu não quero me deter sobre isso, mas nós temos uma ação internacional que se vem intensificando ao longo dos últimos anos. Na área comercial nós somos e seremos cada vez mais ativos na denúncia ao protecionismo, seja na área do aço, seja na área de subsídios agrícolas, da produção e exportação de produtos agrícolas que competem, uma área onde nós somos hoje, assim como no aço, extremamente competitivos; e nós nunca pedimos desculpas a ninguém por considerar o Brasil um país em desenvolvimento relevante. Somos crescentemente ativos na área financeira internacional. Eu nunca tive dúvida de que se o G-7 fosse ampliado em mais cinco países o Brasil estaria dentre os cinco, por várias razões; e temos uma participação crescente nesses vários foros internacionais, o que é parte da resposta e da ação internacional do Brasil.

Mas, como eu tenho dito, as questões fundamentais são decididas, ganhas ou perdidas (e nós esperamos ganhá-las), no front doméstico. É internamente que as questões fundamentais são decididas. E aqui eu queria mencionar quatro elementos dessa resposta que, a meu juízo, são essenciais. Na verdade são os mesmos quatro elementos de algo que está ocorrendo no Brasil há algum tempo. O Brasil é um país em construção. Não tenhamos ilusões a esse respeito. Essa construção dos países ditos hoje bem sucedidos no mundo demandou não uma administração, nem duas, mas foi um esforço de sucessivas gerações, com uma determinada visão, com determinada esperança de construção de uma sociedade eficiente, justa, com liberdade e com justiça, mas também com eficiência econômica e eficiência das suas instituições. Eu acho que nesse momento, em que surgem, exatamente por conta de um contexto internacional temporariamente adverso, as incertezas que são naturais, que nós deveríamos ver com absoluta tranquilidade, porque somos uma democracia consolidada, associadas a um ano eleitoral, que tem algumas incertezas que não são as mesmas de um ano que não é eleitoral por definição, um país que foi capaz, dez anos atrás, de pacificamente, ordeiramente, legalmente, iniciar e concluir um processo de *impeachment* de um presidente, tem a obrigação de passar por essa fase da qual não existe muita experiência no Brasil, devo dizer.

O presidente Fernando Henrique será o segundo presidente civil na história desse País, ao longo dos últimos três quartos de século, eleito pelo voto popular, que transmitirá seu governo a outro presidente civil também eleito pelo voto popular. Até agora temos Juscelino Kubitschek. Eu não contei aqui o general Eurico Gaspar Dutra porque eu falei de civis, apenas. De civis, temos Juscelino e agora Fernando Henrique, com um mundo que é diferente. O mundo de hoje não é o mundo de meados do Século XX; é um mundo de muito maior rapidez do processo de formação de expectativas, com conseqüências sobre mercados, e portanto essa passagem que nós temos obrigação de fazer com a menor turbulência possível é algo de que não existe uma longa tradição no País, como existe uma longa tradição nos países hoje desenvolvidos e com democracias consolidadas.

Mas, nessa idéia de um país em construção, eu queria mencionar quatro pilares básicos que precisam ser erigidos de maneira simultânea, o que é o grande desafio que nós temos, como País e como sociedade. Eu gostaria de mencioná-los rapidamente, antes de falar sobre o Nordeste e concluir com o Banco do Nordeste.

Os quatro pilares são os seguintes: o primeiro – eu não vou me estender sobre ele, embora o tema me seja profundamente caro – é a questão da estabilidade macroeconômica; e aqui a ênfase, a meu juízo, que eu gostaria de mencionar, a importância de uma clara definição dos três regimes macroeconômicos básicos: vale dizer, o regime fiscal, o regime monetário e o regime cambial. E eles têm que guardar entre si um certo grau de coerência, de consistência, na sua concepção e na sua operação.

Com relação ao regime fiscal, que é o fundamental em termos de debate público no Brasil, hoje, a meu juízo, nós fizemos enormes progressos ao longo dos últimos anos; no âmbito federal, nas práticas e procedimentos de estados e de municípios, que eu vejo como fatos extremamente positivos. Mas, para mim, o regime aqui não é o fato de que nós, há três anos e nove meses, 15 trimestres, estamos cumprindo os objetivos a que nos propusemos desde o último trimestre de 1998, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso, um mês antes das eleições, avisou que estaria dando início a um programa trienal de estabilização fiscal, que vem sendo cumprido. Muito mais importante do que isso é o fato de que, com o papel fundamental do Congresso Nacional, nós mudamos o arcabouço legal, permitindo um regime fiscal que tenha consolidação e durabilidade.

Eu me refiro aqui, especificamente, à Lei de Responsabilidade Fiscal, às mudanças no processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aos avanços que foram feitos na área de transparência nas contas públicas no Brasil, o Plano Plurianual de Ação, os contratos que temos firmados com 25 estados – só não com Tocantins e Amapá – e com 183 municípios, que são atos jurídicos perfeitos, e essa, a meu ver, é a grande questão: o grau de credibilidade do comprometimento com a responsabilidade fiscal, o respeito à restrição orçamentária e a solvência intertemporal do setor público. Esse é um componente importante dos três regimes macroeconômicos básicos.

O outro é o regime monetário, em que nós temos uma estrutura, que é o sistema de metas de inflação, que eu acho que é o que mais convém ao País; as alternativas são todas piores – eu não quero enumerá-las aqui, já o fiz em outra ocasião. Nós temos um alvo a alcançar para o ano que vem, que é 4% mais ou menos 2,5 pontos percentuais, que eu acho um alvo razoável, e eu acho importante assegurar o regime de metas de inflação como mecanismo de formação de expectativas quanto ao curso futuro dos preços.

Quanto ao regime cambial, eu presumo que haja uma crescente e grande convergência em torno da superioridade do regime de taxas de câmbio flutuantes nesse contexto internacional em que vivemos, e a única discussão é sobre o grau de intervenção do governo em ocasiões que, a meu juízo, devem ser a exceção antes que a regra; mas eu acho que aqui a convergência é maior.

O importante é que os três regimes têm uma inter-relação entre eles, eles se reforçam mutuamente ou se enfraquecem mutuamente, mas constituem na sua inteireza um pilar importante dessa construção que tenho em mente.

Sobre o segundo pilar, eu acho que não preciso me estender, porque creio que todos estariam de acordo, mas é na linha do país em construção: o Brasil precisa avançar mais no processo de consolidação da estabilidade político-institucional, administrativa e jurídica. O que eu quero dizer com isso? Avançamos muito nessa área, desde o fim do regime militar e a constituição de um Estado democrático e de direito, mas é preciso, nessa construção, avançar mais no sentido de assegurar clareza de regras e previsibilidade dessas regras no que diz respeito ao relacionamento entre

poderes, respeito a contratos, transparência, redução do grau de incerteza jurídica que prevalece ainda em algumas áreas.

Em suma: o reconhecimento de que a qualidade de um governo, qualquer que ele seja, em qualquer país, não pode se dissociar da qualidade das suas instituições, públicas em particular, e da qualidade e da forma pela qual se expressa a sua cidadania – tema levantado pelo Dr. Byron –, uma cidadania que se expressa não apenas por ocasião de eleições que se sucedem em intervalos regulares, mas no dia-a-dia da sua atividade, expressão da cultura cívica de uma democracia moderna, que leva em conta não só direitos, expectativas de direitos, defesa de direitos, mas também as obrigações que um cidadão tem para com os demais e para com a sociedade em que vive.

Eu acho que essa questão de avançar mais nesse segundo pilar fundamental na construção de um país é essencial, inclusive como resposta a reais ou percebidas vulnerabilidades e fragilidades, assim como o primeiro também, a questão macroeconômica.

Nenhum deles é um fim em si mesmo; nem a estabilidade macroeconômica é e jamais poderá ser um fim em si mesma, um objetivo a alcançar por si, nem essa estabilidade político-institucional administrativa e jurídica também o é. Ambas são meios para que outros objetivos mais importantes possam ser alcançados. Mas sem elas é difícil imaginar a obtenção de avanços duradouros em outras questões.

O terceiro pilar é chave no momento e tem muito a ver com a questão da Região e o papel do Banco. É a questão do crescimento. Nós sabemos que, sem crescimento sustentado ao longo de muitos e muitos anos no futuro, a estabilidade não se consolida, e essa estabilidade político-institucional, administrativa, jurídica pode ser posta, em parte, em questão. Portanto, o crescimento é essencial.

Eu queria fazer três comentários sobre isso. Em primeiro lugar, o crescimento de que eu falo é um crescimento baseado em aumento de produtividade, que é a única base segura de se ter um crescimento sustentado em uma perspectiva de médio e longo prazo, respeitando uma visão de médio e longo prazos. Tenho dito que é muito fácil, qualquer um é capaz de, no curto prazo, e por curto prazo, gerar um surto de crescimento que não se sustenta, porque algum tempo depois ele se esvai em pressões inflacionárias, seja pelo lado de demandas, seja pelo lado de pressões de custos, seja pelo lado da combinação dos dois, seja pelo surgimento de

pontos de estrangulamento na economia, seja por degradação de outros aspectos, inclusive ambientais.

O que eu acho fundamental é um crescimento baseado em produtividade, que vem ocorrendo no Brasil. A grande diferença entre a década de 80 e a década de 90 foi que na primeira nós não experimentamos um crescimento expressivo da produtividade total de fatores na economia brasileira. O último ano de um período prolongado de crescimento sustentado da economia brasileira, em outro contexto internacional, em condições de oferta perfeitamente elástica de capital internacional, a taxa de juro real negativa, num regime militar, em outro contexto, foi 1980. Se nós pegarmos os doze anos que vão de 1981 a 1992, desses 12 anos, durante sete a renda *per capita* no Brasil caiu; foi negativa a taxa de crescimento da renda *per capita* em 1981, 1982, 1983, 1988, 1990, 1991 e 1992.

Em 1993, já praticamente decidida a resolução de nossos problemas com credores externos, e com o apagar, ainda que parcial, da lembrança da moratória de 87, já com uma clara percepção de que ainda na vigência do governo Itamar Franco nós daríamos um combate sério à hiperinflação que então avassalava o Brasil, 2.700%, mais de 30% ao mês em 1993, a economia cresceu 4,2% em termos reais. Em 1994, cresceu quase 6% (5,9%), em 1995 cresceu 4,2%, enquanto que no México e na Argentina foi -5%. Em 1996 foi quase 3%, em 1997 seria um ano de retomada de crescimento, não fora o fato de que a partir do primeiro dia de julho eclodiu a crise da Tailândia, com a seqüência que mencionei anteriormente, e a taxa ficou em torno de 3% também; em 1998 nós tivemos um contexto internacional reconhecidamente difícil, tanto é assim que, embora não tenhamos crescido praticamente nada (0,2%), o PIB da Indonésia caiu 15% em 98, o da Coreia, da Malásia e da Tailândia, 7%, dos Estados Unidos da América também naquele ano e no próximo. Em 99 o crescimento foi quase 1%, também num contexto internacional ainda extremamente adverso e com a nossa própria crise; em 2000, que foi um ano mais normal no contexto internacional, nós crescemos quase 4,5%, e em 2001 tivemos outros grandes choques internacionais, desaceleração da economia americana, nossa crise de energia, vários choques, crescemos 1,5%. Neste ano vamos crescer em torno de 2%. Mas o potencial de crescimento da economia brasileira é muito maior do que isso.

Nós podemos, queremos e temos condições de alcançar um crescimento maior, com investimento e aumento do emprego. E o fato

relevante, a meu juízo, que permite essa expectativa é que, à diferença dos anos 1980, houve um enorme aumento da produtividade da economia brasileira nos anos 1990; e aumento de produtividade no agronegócio, na indústria, nos serviços é a base de crescimento futuro. Portanto, nós temos condições de ter taxas de crescimento maiores quando conseguirmos superar as turbulências hoje prevalentes no mercado internacional e algumas incertezas que hoje existem mas são passageiras, também, no que diz respeito ao cenário doméstico.

Está havendo no Brasil algo da maior importância, que é um aumento do peso do setor de produção exportável e da produção doméstica eficientemente competitiva com importações. O peso desses dois setores na economia brasileira vem aumentando como proporção no PIB. Nós estamos aumentando a produção doméstica que compete eficientemente com importações, assim como estamos aumentando a produção exportável. O agronegócio brasileiro hoje é um dos mais competitivos do mundo. E a razão foi investimentos em tecnologia. Não foi a agricultura extensiva derivada de incorporação de novas terras com a mesma tecnologia antes prevalente; é com profunda modificação tecnológica, e isso é base para crescimento futuro. De uma mesma forma, na indústria, nós temos inúmeras áreas em que, hoje, o Brasil tem algumas das plantas industriais mais modernas do mundo. E elas não estão só na região metropolitana de São Paulo. Crescentemente, nós experimentamos no Brasil um processo de desconcentração e descentralização da atividade econômica, no agronegócio, na indústria e nos serviços, que é um fator de geração de emprego, de investimento e de redução de disparidades regionais na distribuição dessas variáveis. É um fenômeno que vem ocorrendo no Brasil, e eu acho que sua tendência é inexorável quando se olha o futuro em uma perspectiva de médio e longo prazos.

É claro, como foi dito aqui por vários que me antecederam – Albano, o presidente da Anpec, o Byron –, um país tem que investir no seu principal ativo. E qual é o principal ativo de um país? O principal ativo de um país é a sua própria gente. E isso o Brasil vem fazendo especialmente durante os anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Eu tenho dito e vou repetir mais uma vez aqui: nunca, nenhum governo na história deste País destinou um percentual tão elevado dos recursos de orçamento de custeio e investimento do Governo Federal na área social. Nunca a proporção dedicada à área social no conjunto dos gastos de custeio e investimento foi tão elevada

como neste governo. E os dados estão aí, não quero aborrecê-los em detalhes. Mas o investimento em educação, desde a mais tenra infância, a pré-escola, a educação fundamental, secundária, universitária, os estágios mais avançados de ciência e tecnologia, levando em conta peculiaridades e particularidades de cada região onde é possível avançar mais seriamente, vem ocorrendo no Brasil. E eu tenho uma visão de médio e longo prazos dessa questão.

O Brasil tem condições de crescer, e de crescer mais rapidamente e de maneira a reduzir disparidades regionais. Na verdade, o Nordeste vem crescendo mais rapidamente do que a média do País; e eu tenho a grande confiança de que isso pode ter continuidade no futuro. Mas esse é o terceiro pilar: crescimento com mudança estrutural, inovação tecnológica, incorporação de novas tecnologias e aumento de produtividade, sem o que não existe crescimento no futuro de forma sustentada.

O quarto e último pilar que também tem que estar sendo erigido simultaneamente com os outros é, na verdade, o objetivo último. Os outros são meios. O objetivo último é um processo de melhora das condições de vida da maioria da população de um país. Esse é o objetivo último, o maior, principal, de qualquer política econômica digna desse nome em uma perspectiva de médio e longo prazos.

E aqui os dados que vêm sendo divulgados pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelas Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios (PNAD's), pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), que vêm sendo analisados de maneira mais desagregada, mostram avanços em vários desses indicadores sociais – redução da taxa de analfabetismo, redução da taxa de mortalidade infantil, redução da taxa de mortalidade materna, universalização praticamente alcançada de acesso ao ensino fundamental na faixa etária de 7 a 15 anos, expansão de matrícula no ensino secundário, expansão de matrícula no ensino superior, número de doutores com Ph.D. sendo formados no Brasil, reconhecimento internacional dos avanços científicos e tecnológicos no Brasil expressos em publicações reconhecidas internacionalmente nessa área; para não falar em outros, como número de municípios atendidos por agentes comunitários de saúde, programas de médicos de família, os dados que o Byron mencionou aqui, hoje: todos os 1.983 municípios do Nordeste

têm a presença da logomarca do Banco do Nordeste, eu acho que esse é um fenômeno da maior importância, assim como é de importância o fato que ele também mencionou aqui, que, quando iniciou o governo, o número de clientes do Banco era de 46 mil, e agora, no mês passado, era de 1 milhão, 392 mil; a participação crescente do Banco, não só em termos de quantidade.

Aqui é outra área em que eu queria enfatizar o mérito do Byron e da sua administração: não é só com medidas de natureza quantitativa que se avalia o desempenho de uma instituição, de um país, de um estado, de um município. É também com uma avaliação qualitativa. No Banco do Nordeste, nós tivemos uma mudança quantitativa e qualitativa, que se expressa na inovação, em novos programas: o Crediamigo, que é o segundo maior programa de microcrédito da América Latina, com quatro anos de operação, assim como o Farol do Desenvolvimento e outros que foram lançados nesse período, fato reconhecido pelo Banco Mundial e pelo Banco Inter-americano de Desenvolvimento.

Para o País como um todo, também, a questão quantitativa deve ser vista junto com a parte qualitativa. Eu vou mencionar aqui algo, ao concluir essa idéia do quarto pilar como sendo o dos indicadores de melhoria da condição de vida da população brasileira, que eu acho que efetivamente, quando submetido a uma análise desapassionada e não politicamente motivada, na minha avaliação, ao longo desses últimos anos, o Brasil mudou, o Brasil está mudando, o Brasil vai continuar a mudar, o Brasil precisa avançar mais nesses processos de transformação que vem experimentando.

E a mesma coisa eu acho do Nordeste ou do Banco do Nordeste. Aplica-se a visão que eu tenho de processos de transformação. E assim como o Brasil, eu também acho que o Nordeste mudou, que o Nordeste está mudando, que o Nordeste vai continuar a mudar, que o Nordeste precisa avançar mais nesses processos de transformação que foram expressivos ao longo dos últimos anos, e muito disso se deve ao apoio que os governadores deram às instituições da Região, não só ao Banco do Nordeste. Agora, tomarão posse em Brasília na próxima segunda-feira as diretorias da Agência de Desenvolvimento do Nordeste e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia, às quais eu desejo vida longa porque têm um papel fundamental a cumprir nessa visão que o Albano chamou de a instituição de financiamento do desenvolvimento e a instituição de concepção e planejamento do desenvolvimento, no qual eu acredito. E lembro, tenho na minha biblioteca

até hoje, o documento feito por Celso Furtado e sua equipe em 1958, do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Uma das primeiras pesquisas que fiz na década de 1960 foi sobre incentivos ao Nordeste, Artigo 34/18. Acompanho com interesse essa questão do desenvolvimento da Região, porque eu acho que o desenvolvimento econômico e social do Brasil é impensável sem o desenvolvimento econômico e social do Nordeste. E eu acho que o Brasil, olhando seu futuro, tem que olhar também não só o mundo, não só o País como um todo, mas, como o Brasil é um país em que as médias nacionais encobrem tanto quanto revelam, tem que olhar também a sua fascinante heterogeneidade e a necessidade de encurtar distâncias e barreiras expressas em disparidades regionais – o que eu acho que vem ocorrendo. O Banco Mundial tem estudos mostrando que alguns desses indicadores sociais que aumentaram o fizeram numa velocidade maior nas regiões mais pobres do Brasil do que nas regiões mais ricas. E não é só uma questão de base de comparação. É um progresso significativo que foi feito também.

Então, eu acho que assim como o Brasil mudou, e não foi para pior, quando se leva tudo em conta, o Nordeste também mudou e vai continuar a mudar, não é para pior, quando se leva tudo em conta, e esses processos (eu acho que nós devíamos falar em processos, em vez de falar de modelo), que são processos de reestruturação produtiva com aumento de produtividade, que são processos de reorganização e modernização do Estado, que são processos de reordenamento político-institucional e jurídico-administrativo, que são processos de renovação de valores éticos e morais na gestão da coisa pública e na integração entre o público e o privado, que é um processo de redescoberta de auto-estima, porque um país que não tem um mínimo de auto-estima é incapaz de se projetar com um mínimo de confiança no seu futuro de maneira crível para si mesmo e para o resto do mundo, é um processo de reafirmação da presença internacional do Brasil, que vem tendo lugar e que é fundamental continuar, e é um processo de repensar e rediscutir a questão social e a questão fiscal no Brasil olhando o gasto e as suas formas de financiá-lo, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Eu tenho acompanhado isso de uma posição, alguns diriam privilegiada (eu tenho dúvidas a esse respeito, dados os ônus e os desgastes envolvidos), ao longo de muitos anos (um ano e meio, quase, como presidente do Banco Central, e agora há sete anos e meio como ministro da Fazenda), e eu não tenho dúvidas em afirmar, com base em contatos inúmeras vezes

feitos com governadores, prefeitos, secretários de fazenda, equipes estaduais e municipais, instituições federais, estaduais e municipais, que o País melhorou; não tenho dúvida disso. Melhorou na sua institucionalidade, nas suas práticas, procedimentos, e que isso é cobrado hoje pela sociedade de uma maneira irreversível.

Quero concluir, portanto, expressando a minha, apesar de tudo, profunda confiança no Brasil e no seu futuro, e na capacidade de superar as dificuldades e turbulências do momento presente. O Brasil é maior do que essas turbulências. Nós vamos superá-las. Quero expressar a minha confiança no Nordeste como região; também eu acho que ele é maior que as dificuldades que existem, sejam de natureza conjuntural, sejam estruturais, e minha confiança em particular no Banco do Nordeste, à luz de algo que eu vivi concretamente (o Byron sabe que enfrentamos muitas batalhas juntos); confiança no Banco, na sua diretoria, no seu corpo técnico. Eu disse que o principal ativo do Banco, assim como de qualquer instituição, é sua gente, são seus funcionários, é o corpo técnico, é a sua moral, seu espírito de corpo e a sua capacidade de ver a instituição no futuro com uma visão de médio e longo prazos.

E à nova agência, que terá a sua diretoria logo empossada, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste, eu desejo uma vida longa e acho que ela tem todas as condições, se a ela não faltar – estou seguro de que não faltará – o apoio dos governadores do Nordeste, dos seus secretários, de suas equipes. A Adene pode, sim, representar um papel fundamental nessa trajetória de encontro do Nordeste com as suas enormes potencialidades.

Eu acabei falando muito mais do que devia, como sempre, peço desculpas a todos, agradeço a atenção com que me ouviram, peço em particular aos governadores que têm hora e avião a tomar, lamento que talvez tenha feito alguns perderem seus vôos, mas é que às vezes eu me deixo levar. E como eu estava representando o presidente Fernando Henrique, eu achei que devia falar um pouquinho mais do que o normal. Peço desculpas a todos e ao Presidente da República por tê-lo representado de maneira tão bisonha. Espero que não tenha cometido tantos desatinos contra aos quais ele me alertou. Muito obrigado a todos.

Mestre-de-Cerimônias

Senhoras e senhores, encerrando essa solenidade, ouviremos a palavra do Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Beni Veras.

Beni Veras

É com satisfação que participo da solenidade que marca os 50 anos do Banco do Nordeste. Na oportunidade, parablenizo a todos que dirigiram e hoje dirigem o Banco, na pessoa de seu presidente Byron Queiroz, e também a todos aqueles que, com o seu trabalho, foram e continuam sendo agentes do desenvolvimento de nossa região.

O Banco do Nordeste chega ao seu cinquentenário como a maior instituição financeira de desenvolvimento regional da América Latina. Fruto de uma visão de estadistas do porte de Getúlio Vargas e Horácio Láfer, o Banco inaugurou a fase moderna da política de desenvolvimento regional do Brasil.

Ao longo da história, o Banco do Nordeste vem formulando e executando uma gama de programas inovadores e acumulando grande acervo de realizações que lhe granjearam reconhecimento no País e no exterior. O Nordeste muito lhe deve pelos impactos positivos de sua atuação no esforço para mudar a estrutura econômica regional.

No entanto, à exceção da profícua atuação do Banco do Nordeste, existe um descaso pela questão regional no Brasil. A Sudene e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) se acham relegados a um triste papel de inoperância, o Ministério de Integração Nacional se encontra perdido no organograma do Poder Federal.

Em função disso, creio que cabe a nós, governadores nordestinos, tomarmos uma atitude mais decisiva nessa questão. Deveríamos funcionar como um conselho, nos reunirmos de forma extraordinária e buscar saídas para o problema regional. Apesar do pouco tempo que nos resta, somente nós, governadores da Região, temos expressão política para chamar à sua responsabilidade o Governo Federal no papel que lhe cabe no equacionamento da questão regional. Deveríamos compor um rol de sugestões para atacar os problemas mais graves do desequilíbrio regional, entre eles a falta d'água, com a transposição direta do Rio Tocantins, já que

o São Francisco é mais difícil para o Nordeste setentrional. Insisto nesse ponto, pois há uma indiferença olímpica de nossa parte em relação a essa questão.

Como nós contamos, na retaguarda, com o prestígio da opinião pública regional, proponho aos colegas governadores da Região que marquemos uma reunião entre nós e nossos secretários de planejamento, para que juntos possamos discutir o assunto e encaminhar soluções alternativas para os problemas mais urgentes da questão regional.

No caso específico do Ceará, o Banco do Nordeste tem sido um grande parceiro, indo ao encontro das necessidades de crédito do setor primário local, e reforçando o potencial creditício de nossas vocações econômicas. Assim, o Banco tem contribuído de forma significativa para as grandes transformações vividas em nosso estado, nos últimos anos.

Finalmente, diante das persistentes disparidades regionais do nosso País antes mencionadas, defendo o fortalecimento do Banco do Nordeste, pois com ele mais forte todos temos somente a ganhar: a Região e o Brasil. Vamos todos, portanto, continuar a lutar para que o Banco permaneça sempre o nosso contêrrâneo e aliado em prol do desenvolvimento da Região. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias

Senhoras e senhores, agradecemos a participação de todos. Encerram-se neste momento o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e o VII Encontro Regional de Economia. A todos, boa-noite.

